

ALEXANDRE BONETTI LIMA

**ERA UMA VEZ ... ALGUMAS HISTÓRIAS:
AS VERSÕES SOBRE O MST DO PONTAL DO PARANAPANEMA EM DOIS JORNAIS
DIÁRIOS**

**Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo como exigência
parcial para obtenção do título de Doutor em
Psicologia Social, sob orientação do Prof. Dr. Peter
Kevin Spink**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2005

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Peter Kevin Spink

São Paulo, de de 2005

Dedicatória:

Para meus pais, Plínio e Maria Elena, referências de uma vida solidária, sábia e sensível, mesmo num mundo enredado por narrativas cada vez mais embrutecidas.

Para Valéria e Malê pois, como diz o poeta, a vida é a arte dos encontros embora hajam tantos desencontros na vida.

Agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Peter Kevin Spink, pela autonomia com que me permitiu realizar esta tese e pela possibilidade de acompanhar seu processo de construção de conhecimento, responsável por inverter não poucas de minhas bases de pensamento e conhecimento até então construídas.

Aos Profs. Drs. José Luiz Aidar e Odair Sass pelos comentários, críticas e sugestões enriquecedoras que fizeram durante o exame de qualificação. Espero não decepcioná-los com o produto final desta tese.

Aos demais professores do Programa de Psicologia Social da PUC-SP, em especial Mary Jane Spink, pela sua inquietude intelectual, responsável por produzir sempre novas possibilidades de pensamento na Psicologia Social.

Aos amigos membros do Núcleo de Organização e Mudanças Sociais: Alejandra, Aguinaldo, Érico e Esperanza, Jesus e Milagros, Neiza, Paula, Mônica, Tânia, Tatiana, Gustavo Maíra, Carla, “Branquinha” ..., vozes marcadamente presentes nas páginas desta tese.

À Mari Nilza, Solange e Geraldo, cujas conversas regadas a afeto, amizade e cerveja estão também aqui presentes.

Aos colegas e amigos do Departamento de Psicologia Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), por arcarem com a carga horária de minha responsabilidade, permitindo que me dedicasse mais extensamente à tese.

Aos amigos da Associação de Docentes da UEL (ADUEL), ilustração de militância e luta em defesa da universidade pública gratuita e de qualidade.

Aos amigos do Programa de Psicologia Social da Universidad Autònoma de Barcelona, por onde o interesse e a história desta tese teve início.

Resumo:

Este trabalho teve como objetivo compreender e discutir os discursos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, presentes nos jornais Folha de São Paulo e O Imparcial, de Presidente Prudente (SP), entre os anos 1990 e 2000.

Para tanto, inicialmente buscamos localizar o MST como parte do tecido histórico da enorme e violenta desigualdade na distribuição de terras no Brasil, e como herdeiro de vários outros movimentos sociais em torno da luta pela terra no país. No interior desse conjunto, a escolha da região do Pontal do Paranapanema (SP) se deu por ser onde a presença do MST mais causou impactos e mudanças nas relações sociais de uso e propriedade da terra.

Para compreender os discursos sobre o MST do Pontal do Paranapanema através dos jornais diários, consideramos estes (os jornais) como documentos de domínio público, nos quais se veiculam e presentificam-se múltiplas dialogias e produções de sentido acerca dos temas que noticiam diariamente. Tal pressuposto exigiu-nos contemplá-los, simultaneamente, como: a) veículos de transmissão de diversas vozes, oriundas de diversos lugares e com diversos posicionamentos sobre os temas que noticiam (no caso, o MST do Pontal); b) como atores sociais com voz e posicionamentos próprios sobre tais temas; e c) como lugares de diálogo com os leitores - co-autores ativos dos sentidos e histórias contadas pelos jornais. Mostram-se, portanto, como espaços de expressão da dinâmica das tensões, conflitos, negociações e lutas hegemônicas e contra-hegemônicas de um tempo e lugar.

Porém, os jornais não são iguais, e esses elementos simultâneos de aspectos que os compõem configuram produtos finais diferentes. Assim, o MST mostrado na Folha de São Paulo e o mostrado em O Imparcial são significativamente diferentes, uma vez que ambos os jornais têm linhas editoriais diferentes, falam com leitores também diferentes (a Folha, com um perfil de leitores mais heterogêneo por ser um jornal de circulação nacional, sendo O Imparcial de circulação regional), e presentificam vozes oriundas de lugares diferentes. Para a Folha, o MST do Pontal assume várias características, indo do movimento composto por massas de excluídos que lutam por um pedaço de chão até um movimento de esquerda radical com articulações com movimentos guerrilheiros, como o Sendero Luminoso. Entre estes dois pólos, uma gama de matizes são encontradas. Prevalece, contudo, definições que o colocam como parte de um mundo atrasado, pré-capitalista - como o âmbito rural do Pontal - que deve ser superado com políticas de modernização instituídas pelo governo. Para O Imparcial, o MST é posto no lugar do inimigo da região do Pontal e da nação, e deve ser extinguido. As diversas nomeações que recebe e as diversas vozes que falam dele confluem invariavelmente para esta definição.

Necessário ressaltar, contudo, que não é intenção desta pesquisa apreender a verdade essencial do que está dito e dos sentidos produzidos nos jornais sobre o MST, já que os leitores são partícipes ativos e co-autores dos sentidos e histórias neles contadas. E é aqui que nos posicionamos como pesquisadores: como leitores dos jornais. Isso significa interpretá-los, e para tanto utilizamo-nos inevitavelmente de um repertório interpretativo construído em um lugar sócio-cultural e histórico, o lugar do pesquisador. Sendo assim, nos cabe, através de uma atenta e sistemática leitura, continuar o diálogo com os jornais, recontar suas histórias sobre o MST do pontal, buscando desvelar as vozes que falam e como falam, os posicionamentos e lugares de onde produzem seus argumentos, as suas intencionalidades, os intertextos, as redes de poder e contra-poder. Considerando ainda os discursos como práticas discursivas, ou seja, como ação social que dá sentido e materialidade ao mundo e às coisas, entendemos que participar destas conversas é

contribuir para retomar o debate sobre a questão agrária e o significado do MST e, deste modo, contribuir para a reconstrução da realidade deste lugar, dos horizontes possíveis deste enredo.

Abstract:

This work has the aim of understanding and discussing the discourses about the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) from the Pontal do Paranapanema region (São Paulo state), in two newspapers: *Folha de São Paulo* and *O Imparcial*, from Presidente Prudente city (São Paulo state), between 1990 and 2000.

Firstly, the text aims to localize the MST as a part of the historical weaving of the enormous and violent inequality in land distribution in Brazil, and as a heir of other social movements struggling for land in this the place where the MST presence caused most impact and changes in social relations um land use and property.

For to understand the discourses of MST in the Pontal do Paranapanema region in *Daisy* newspaper, these were considered as public documents, in which multiple dialogues and meaning productions about themes that are *Daisy* informed become present and are carried. This principle required to contemplate them simultaneously as: a) vehicles of transmission of diverse voices, originated in diverse places and with diverse positions about the themes they inform (in this case, the Pontal MST); b) as social actors with their own voice and positions about these themes; and c) as places of dialogue with readers - active co-authors of the meanings and stories that newspaper negotiations and hegemonic and contra-hegemonic struggles of a time and a place.

However, newspapers are not all the same, and these simultaneous elements about aspects that compose them configure different final products. In this way, the MST that is showed in “*Folha de São Paulo*” and in “*O Imparcial*” are significantly different: They have different editorial lines, they speak to readers who are also different (the “*Folha*” speaks to a more heterogeneous conjoint because it is a national circulation newspaper, and the “*O Imparcial*” is a regional newspaper), and they make present voices that are originated in different places. For the “*Folha*”, the Pontal MST assumes some characteristics which transit from the movement composed by masses of excluded people who fight for a piece of land to a radical left movement articulated with guerrilla movements as Sendero Luminoso. Between these poles, a whole gradation is found. However, there prevail the definitions that put it as being a part of a pré-capitalist, more primitive world - as all the rural ambit of the Pontal - that must be surmounted with government modernization politics. For the “*O Imparcial*”, the MST is put in the place of the enemy of the Pontal region, enemy who must be extinguished. The different nominations that it receives and the diverse voices who speak about it unchangeably flow into this definition.

Nevertheless, it is necessary to stand out that this research does not mean to apprehend the essential truth about what is said and about the meanings about the MST that are produced in the newspapers, because the readers are active participants and co-authors of the meanings and stories means to re-interpret them and for to do it we use and interpretative repertoires constructed in a historical and social-cultural place, the researchers' place. This way, we must read carefully and systematically, for to continue the dialogue with the newspapers, to re-tell its stories about the Pontal MST, tempting to reveal the voices that speak and how they speak, just as the positions and places where they produce their arguments, their intentions, the inter-texts, the power and contra-power nets. Also, considering discourses as discursive practices, that is, as social actions that give meaning and materiality to the world, we understand that participating in this conversations is to contribute in recovering the debate about the agrarian theme and the MST meaning, so this way we can contribute for the reconstruction of this place's reality, of the possible horizons of this entanglement.

Índice:

I) Introdução	01
II) Sobre o Discurso e a Prática Jornalísticas na Mídia Impressa	21
III) A Luta pela Terra no Brasil: o MST e sua composição sócio-histórica	45
IV) Sobre o Método	78
V) A Abordagem do Campo-Tema	100
V.1) O Processo de Luta, Emergência e Consolidação do MST no Pontal do Paranapanema através dos Jornais Folha de São Paulo e O Imparcial de Presidente Prudente	101
V.2) O MST do Pontal do Paranapanema na e pela Folha de São Paulo	119
V.3) O MST do Pontal do Paranapanema no e por O Imparcial de Presidente Prudente	194
VI) Considerações Finais	208
VII) Bibliografia	215
VIII) Anexo	225

I) INTRODUÇÃO

I) Introdução:

“Um homem dos vinhedos falou, em agonia, junto ao ouvido de Marcela. Antes de morrer, revelou a ela o segredo:
- A uva - sussurrou - é feita de vinho.
Marcela Pérez-Silva me contou isso, e eu pensei: se a uva é feita de vinho, talvez a gente seja as palavras que contam o que a gente é”. (Galeano, 1991)

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para a discussão sobre a mídia impressa na modernidade a partir dos discursos na mídia impressa local e nacional sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, entre os anos 1990 e 2000. Ela se situa no debate entre aquelas para as quais a mídia é considerada um aparelho ideológico de dominação e assujeitamento, e aquelas para as quais a polissemia inevitável do jornal e sua posição enquanto documento de domínio público pode exercer uma participação construtiva numa sociedade de conflitos - mesmo que não queira. Nos alinhamos com o segundo conjunto de reflexões.

A delimitação deste período deu-se porque 1990 foi o ano em que pela primeira vez apareceram matérias sobre o MST dessa região nos jornais, e 2000 o ano em que se iniciou nossa mobilização para a realização desta pesquisa, coincidindo com a fase final da última gestão de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República, depois da qual deu início a gestão de Luís Ignácio (Lula) da Silva, em que se criou novas expectativas quanto às políticas públicas voltadas para a reforma agrária¹. A escolha do Pontal do Paranapanema, por sua parte, se fez por ser uma das regiões onde o aparecimento do MST mais provocou visibilidade social, além de tensões, impactos e transformações nas relações sociais de uso e propriedade da terra.

Segundo Marilena Chauí (1994), o Brasil é uma sociedade que se caracteriza pelo autoritarismo nas suas relações sociais, uma vez que “*conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor-cidadão*” (p. 53). É uma sociedade que forja a cidadania como um privilégio de

¹ Expectativas que, infelizmente, vêm sendo bastante frustradas no decorrer de seu governo.

classe, e na qual os direitos são concedidos aos demais estratos sociais (os não dominantes) de modo tutelado e estritamente regulado pelo Estado. Uma sociedade que naturaliza a desigualdade, a assimetria, configurando relações sociais de rígida hierarquização, ilustrada com o antigo e bastante citado provérbio popular: “*manda quem pode, obedece quem tem juízo*”. Conseqüentemente, uma sociedade na qual as leis não são instrumentos de definição de direitos e deveres para todos os cidadãos igualmente, mas “*armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão*” (idem, p. 54), igualmente ilustrado com outro conhecido provérbio popular: “*aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei*”.

Num panorama societário como este, não são poucos os movimentos sociais organizados pela população, nos campos e nas cidades, voltados para a superação do autoritarismo e a conquista da cidadania; sendo que nas últimas décadas com um novo elemento: os aparelhos das mídias. Estes contribuem fortemente para produzir, na modernidade, o que Giddens (1991) denomina de desencaixe, isto é, o esvaziamento espaço-temporal e o deslocamento do espaço do local. Para melhor compreender este fenômeno, o autor distingue espaço de local, definindo o último (local) como o cenário geográfico onde a atividade social acontece e o primeiro (espaço) como a presentificação neste cenário de outros ausentes. Nas suas palavras:

“Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela ‘presença’ - por atividades localizadas. O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico; isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza”.

Com isso, as organizações de movimentos sociais saem do âmbito especificamente local e ganham espaço, penetrando nos imaginários sociais mais distantes. O MST, por exemplo, um movimento social que começa a se gestar nas regiões rurais do sul do país, ganha espaço nacional,

presentificando-se, inclusive, nas regiões urbanas, e não apenas do Brasil - e as mídias tiveram um papel importante nisso. Mas se as mídias possibilitam este alargamento das narrativas locais para espaços distantes, elas também abrem um campo novo de possibilidades de colonização do mundo vivido pelo sistema (Habermas, 1984), uma vez que simultaneamente presentificam, tornando conhecidas, as falas e as vozes dos atores de tais movimentos (do mundo vivido) para o sistema e levam para aqueles as retóricas deste - muitas vezes bastante sutis - de cooptação e de inclusão tutelada, que tem como efeito desejado naturalizar as assimetrias, as desigualdades, o autoritarismo da sociedade brasileira. As mídias, nesse sentido, configuram-se como espaços públicos e, ao mesmo tempo, como reconstrutores dos espaços público e privado, na medida em que visibilizam, porque registram publicamente em largo alcance espaço-temporal, a dinâmica das interações sócio-discursivas, das negociações e dos conflitos cotidianos entre mundo vivido e sistema, compostos por atores sociais com seus saberes, fazeres, interesses e intencionalidades diversas. Ao visibilizarem esta dinâmica, estendendo o local para o espaço, também a reconstróem.

De fato, são inúmeros os trabalhos contemporâneos que identificam a importância cada vez maior das mídias na construção das materialidades sociais e na redefinição dos espaços públicos e privados. Já na década de 1940, Adorno e Horkheimer (1985), através do conceito de Indústria Cultural, refletem sobre os efeitos da expansão da produção dos elementos midiáticos sobre a organização societária e os processos de subjetivação, tornando-se grande referência para os autores que se alinham no primeiro conjunto de reflexões apontado acima. Para eles, a indústria cultural é resultado da apropriação pelo capital dos meios de produção culturais, os quais, a partir de então, tornam-se mercadorias, ou seja, produtos regidos pelo princípio da equivalência, com valor de troca definido pelo mercado. Na mesma linha de pensamento, mas cerca de vinte anos mais tarde, Guy Debord publica “A Sociedade do Espetáculo” (1997), denominação que dá às sociedades nas quais os meios de comunicação de massa têm forte penetração nos espaços sociais.

Tanto para Adorno e Horkheimer como para Debord, os meios de comunicação midiáticos - enquanto indústria cultural ou espetacularização da vida - participam eficazmente da produção e circulação de narrativas ideológicas, as quais legitimam, justificam e criam as bases de sustentação do *status quo* da sociedade burguesa atual, fazendo das pessoas consumidores dóceis e obstinados, sem qualquer capacidade crítica para com o sistema. Depreende-se daí o enorme poder dado aos

meios de comunicação midiáticos pelos autores, frente aos quais não resta possibilidades de resistência.

Mais recentemente, Habermas, em “Mudança Estrutural da Esfera Pública” (1984), embora em muitos aspectos diferente dos autores acima, compactua com sua visão pessimista no tocante aos efeitos da presença da indústria cultural na esfera pública contemporânea. Contrasta a dimensão da esfera pública burguesa nos princípios do iluminismo, quando, segundo ele, espaços públicos, como os cafés e os jornais, eram usados para debater abertamente, sob o crivo da razão, posições e pontos de vista diferentes sobre os rumos que devia tomar um Estado ainda absolutista, com uma esfera pública mais recente, colonizada pela indústria cultural, tornando-se por isso fictícia, uma encenação. Isso ocorreu, segundo Habermas, porque foi fechada a porta que propiciava a participação efetiva nas discussões para a construção da opinião pública. A discursividade, a racionalidade argumentativa, o embate de idéias, acessíveis a todos que quisessem participar, segundo o autor, deixaram de ser o critério principal na construção da opinião pública. A esfera pública agora é o lugar em que decisões - já acertadas em outras instâncias, inacessíveis à maioria - conseguem a boa vontade do povo; e os meios de comunicação de massa assumem papel fundamental nisso. O que era discussão, transformou-se em sedução; o que era dimensão crítica, transformou-se em dimensão manipulatória, entende Habermas (1984), referindo-se à mudança da esfera pública.

Tais autores, como já se disse, fizeram escola entre os pensadores das mídias. No Brasil, não são poucos os estudos que se valeram dos seus argumentos. Assim, em recente trabalho sobre a televisão, Kehl e Bucci (2004) identificam-na como lugar de instauração de um novo espaço público, que opera seus elementos simbólicos impondo significações ideologizadas e extremamente sedutoras ao telespectador, que as apreende desejosamente, docilizando-se e conformando-se às intencionalidades do poder.

Guareschi (1999), em importante estudo sobre as relações entre meios de comunicação de massa e poder na América Latina, reflete sobre o uso que se faz deles para garantir a dominação de uma classe sobre outra, e dos países de economia avançada sobre os países latino americanos. O mesmo autor, em outro estudo (Guareschi e cols., 2000), no qual investiga os discursos processados

em alguns meios de comunicação sobre temas diversos, conclui que no seu processo de confecção, as notícias são tratadas e modeladas de modo a adquirirem as cores ideológicas dos estratos dominantes, servindo menos como fomentadoras de informações do que alienadoras das consciências da população. Conclusão que leva Daniel Herz, autor do prefácio do livro, a perguntar: *“Quem, sem um espírito crítico aguçado, poderá resistir a tamanho bombardeio, permanente e unívoco?”* (p. 16).

Distintamente desta visão que concebe os meios de comunicação midiáticos como instauradores de uma esfera pública unívoca, ideologicamente dirigida pela voz do poder do capital, o segundo conjunto de reflexões sobre as mídias - com o qual nos alinhamos neste trabalho -, argumenta pela possibilidade da polissemia de sentidos e das narrativas neles presentificadas. Assim, John Thompson (1995, 1999), embora reconheça a grande transformação que provocaram as mídias na esfera pública - e privada -, bem como as matizes ideológicas que atravessam as suas intencionalidades de produção, critica a visão dos autores acima, alertando para o fato de que sendo as mídias compostas por substratos materiais que mediam as comunicações - diferente das comunicações face a face - estão sempre enredadas em redes sócio-culturais e históricas específicas nos seus processos de produção, de circulação, de interpretação (onde estão leitores, ouvintes, telespectadores). Em cada um destes processos organizam-se práticas sociais que estão enraizadas em estruturas sociais, materiais, culturais, ideológicas, as quais propiciam repertórios interpretativos e intencionalidades diversas aos que estão nelas envolvidos. Logo, os sentidos produzidos pelos que interpretam, por exemplo, uma informação transmitida pela televisão não são necessariamente os mesmos esperados pelos produtores da transmissão, mas mudam devido às redes sócio-culturais e históricas em que estão inseridos os intérpretes - distintas das redes dos produtores -, e continuam a mudar em consequência das conversas entre as pessoas sobre o que foi noticiado.

Ressalte-se, contudo, que a importância que assumiram as mídias nas sociedades modernas é de modo algum contestada por Thompson. Como ele mesmo diz:

“A produção e circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental,

e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós” (1995, p. 219).

Schimidt (1996, apud Sampaio, 2000), da mesma forma, afirma que as mídias tornaram-se elementos de construção da realidade nas sociedades atuais. Ao contrário do que tradicionalmente se pensa, diz, as mídias, mais do que retratos fiéis dos acontecimentos fáticos, produzem novas realidades, pois o que sabemos sobre a nossa sociedade, sobre o mundo, e muitas vezes sobre os nossos próprios locais de existência ordinária, bem como grande parte dos temas de nossas conversas cotidianas, são extraídos dos meios de comunicação.

Sampaio (2000) utiliza o termo tematização para refletir sobre o processo de comunicação nas mídias. Para ela, as mídias promovem a tematização e a publicização dos acontecimentos do mundo e, ao fazerem isso, atuam sistemática e permanentemente como “*agentes seletivos e criativos no processo de comunicação*”, na medida em que têm a decisão final sobre “*o que é e o como é tematizado*” (p. 16). São os temas selecionados e noticiados pelas mídias, afirma, que tornam-se cada vez mais o principal foco de apreensão, discussão e re-discussão pública e privada dos acontecimentos do mundo.

Castells (1999) afirma que as mídias, nas sociedades contemporâneas, são a expressão da cultura, já que esta se constitui, se materializa e se dissemina, preponderantemente, por meio daquelas.

Tais autores, portanto, não recusam o papel preponderante das mídias nas sociedades modernas, e nisso identificam-se com os autores do primeiro conjunto de reflexões citados acima. Apenas recusam a visão que estes têm de um poder hipertrofiado das mídias em sujeitar as pessoas que consomem seus elementos simbólicos. Ao invés disso, entendem que a produção de sentidos e materialidades em torno das produções midiáticas são mais complexas, polissêmicas e polivocais. Mas, se têm as mídias essa capacidade de criação e transformação contínuas das formas e conteúdos das organizações societárias no mundo contemporâneo, reconfigurando, inclusive, as

perspectivas cognitivas da gente que com elas se relacionam no dia-a-dia de suas vidas (McLuhan, 1962, 2001) - mas não de forma homogênea e linear, vale lembrar -, os movimentos sociais, como parte integrante das sociedades e compostos fundamentalmente por pessoas, não poderiam passar indiferentes a elas. Como diz Gohn (2000),

“a mídia sempre teve um papel importante junto aos movimentos sociais. (...) A mídia tem o poder de construir ou de contribuir para a destruição de um movimento social. Por isso, nos anos 90, um dos componentes mais importantes de um movimento social são as representações simbólicas que ele constrói por intermédio da mídia ou que a mídia constrói sobre ele. (...) Deve-se indagar sobre o papel desempenhado pelas representações que a mídia constrói sobre os movimentos e divulga para a sociedade, qual a força destas representações” (p. 21-22).

A importância dessa indagação, ressalta a autora, é poder apreender o campo de força social do movimento, ou seja, a sua capacidade de reivindicação, a legitimação social de seu discurso e práticas de ação, a capacidade de aglutinar novos integrantes e simpatizantes à sua causa, de influenciar na construção de políticas públicas. Em suma, sua conformação em uma reconhecida realidade histórica e social.

Para Gamson (1992), é preciso investigar os discursos produzidos pelas mídias sobre os movimentos, bem como as variações que têm esses discursos ao longo do tempo, para apreender o que Gohn denomina como o seu campo de força social. Afirma ainda que os discursos presentes nas mídias, pelo grande poder de penetração e disseminação que possuem, atingindo os mais diversos rincões sociais, podem mobilizar grande número de pessoas para as questões que os movimentos trazem em cena. Por isso, cada vez mais, lembra o autor, os movimentos sociais lançam mão de estratégias de ocupação de espaços nos aparelhos das mídias, seja através da criação de veículos próprios de comunicação midiática (revistas, jornais, canais de rádio, *sites* na *internet* etc), seja criando fatos que mobilizem a cobertura pelos grandes veículos de comunicação, ou ambas as coisas, para comunicarem-se com a sociedade e mostrarem suas reivindicações como sendo de direito.

Bert Klandermans (1992) igualmente destaca as mídias como fatores importantes para a composição dos discursos e das práticas dos movimentos sociais. Procurando compreender como eles emergem e adquirem materialidade social, e como conquistam novos integrantes, o autor localiza três níveis discursivos que os perpassam simultaneamente:

“O nível do discurso público, no qual as identidades coletivas são formadas e transformadas; o nível da comunicação persuasiva, conduzido pelas organizações de movimento social, seus oponentes e as organizações de contra-movimento; e o nível da elevação da consciência, durante os episódios de ação coletiva” (p. 82).

O nível do discurso público envolve os membros de uma determinada sociedade ou de um setor específico dela que, em meio às interações sociais que estabelecem - face a face e mediadas - produzem continuamente discursos dos acontecimentos do mundo e da vida vivida. O nível da comunicação persuasiva caracteriza-se pelas tentativas deliberadas de persuasão, por parte dos movimentos sociais, de seus oponentes e dos contra-movimentos, na busca de convencer pessoas e organizações de que têm razão e legitimidade com respeito ao tema de suas reivindicações. As mídias, aqui, são buscadas como canais de expressão de grande relevância pela capacidade de penetração que possuem.

Por fim, o nível da elevação da consciência diz respeito à participação em episódios de ação coletiva. Durante um episódio de protesto, como por exemplo, a ocupação de uma fazenda ou uma grande caminhada, a própria ação coletiva, diz Klandermans, é passível de provocar mudanças nas crenças e valores das pessoas envolvidas. Pois, integrar uma coletividade movendo-se em direção a um objetivo compartilhado por todos, ultrapassando alguns obstáculos e deparando-se com outros de qualidade diversa proporciona, ao mesmo tempo, uma sensação de força até então não presumida pelas pessoas, além de um contínuo aprendizado político que permite reconhecer cada vez melhor o poder e as estratégias do oponente.

O autor afirma, ainda, que esses três níveis discursivos localizam-se e se imiscuem no interior de um campo multi-organizacional, descrito como uma rede social extremamente dinâmica; e é através da tensão entre os discursos produzidos em meio a esta rede dinâmica que os

movimentos sociais vão adquirindo sentidos, continuamente modificados, que lhes dão materialidades distintas em cada tempo. De fato, acompanhando pelos meios de comunicação o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pode-se notar que ora ele é definido como composto por famílias de gente faminta, provenientes do campo e das periferias das cidades que, lutando por seu pedaço de terra, enfrentam a truculência da polícia e de latifundiários violentos (tipo de narrativa que aparece, principalmente, em períodos como o massacre de Eldorado de Carajás, em que vários sem terra foram assassinados pela polícia no Pará), ora é descrito como dirigido por militantes treinados por organizações de guerrilha como as FARC, na Colômbia, ou o Sendero Luminoso, no Peru, e que usam os camponeses sem terra como massa de manobra para seus interesses revolucionários. Em meio a estas, como outras tantas modalidades discursivas, o MST vai adquirindo sentidos e materialidades diversas em cada tempo e lugar de existência.

Melucci (1989, 1994) e Touraine (1994, 1999) sublinham, da mesma forma, o uso que cada vez mais os movimentos sociais fazem das mídias para persuadir a opinião pública em seu favor e, desse modo, pressionar os órgãos públicos a escutar suas reivindicações e desenvolver políticas públicas que as contemplem. Eles afirmam, ainda, que os movimentos sociais, ao agirem assim, contribuem para a produção de transformações na cultura de uma época e para a criação de novas identidades sociais, na medida em que, ao comunicarem, periódica e consistentemente, seus temas de reivindicação, institucionalizam novas práticas sociais, além de criarem narrativas que nomeiam de maneiras distintas de até então as relações sociais cotidianas e as assimetrias de poder. Com isso, contribuem igualmente para desfamiliarizar maneiras tradicionais e naturalizadas de agir e ver o mundo. Como exemplo, Melucci cita as preocupações contemporâneas com a ecologia, com as questões de gênero, etnia, infância, entre outras, para ilustrar a instauração de novas narrativas a partir das ações coletivas dos movimentos sociais - e podemos somar a estas a questão da reforma agrária no Brasil que, depois de algum tempo abandonada, foi novamente trazida para debate na esfera pública pelo MST.

Gohn (2000), no entanto, adverte para o fato de que a presença nos meios de comunicação nem sempre é positiva para o movimento social. Ilustra seu argumento, acompanhando a relação MST-mídias, uma relação um tanto confusa e contraditória, segundo ela. Sobre isso, afirma:

“Num primeiro momento, (essa relação) foi estratégica. Por isto, as grandes ocupações de terra eram ‘avisadas’ à imprensa, para que fossem noticiadas. Mas, à medida que elas passaram a ocupar as manchetes diárias, a exposição excessiva passou a ter efeitos negativos. E o MST passou a ser utilizado, pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública. As manchetes dos jornais passaram a destacar apenas atos violentos ou de vandalismo, sempre atribuídos ao MST. O clima de caos social passou a ser associado, na mídia, ao MST, de forma que as políticas neoliberais excludentes e geradoras de desemprego passaram a ficar encobertas. As imagens negativas do MST foram associadas, pela mídia e pelos políticos governistas, à conjuntura das próximas eleições, ao apoio do MST a um dos candidatos da oposição. A contraposição de falas e ações das lideranças do MST, principalmente entre Stédile e J. Rainha, é outro recurso utilizado pela mídia para ‘criar’ manchetes e dividir o movimento” (p. 158-159).

De fato, as empresas de mídia não são atores neutros, que veiculam informações com base apenas no interesse de apresentar o que ocorre no mundo ao público consumidor. Interesses de ordem econômica e ideológica também as orientam, influenciando fortemente na escolha do que é noticiado e como.

No Brasil, grande parte dos estudos sobre as maneiras como as grandes mídias se referem aos movimentos sociais, em especial ao MST, tendem a considerá-las como aparelhos ideológicos de dominação que objetivam, fundamentalmente, manipular os que consomem suas produções simbólicas. Influenciados, em geral, pelo primeiro conjunto de reflexões sobre as mídias, esses estudos destacam os processos de assujeitamento das populações aos seus discursos, cujas notícias são invariavelmente filtradas e confeccionadas a partir dos interesses dos estratos dominantes da sociedade.

Assim, Maísa Mendonça, em artigo disposto na *internet*, (www.mst.org.br/biblioteca/textos/midia/mstnamidia.html), no qual analisa matérias que se referem ao MST nos quatro maiores jornais do país entre os meses de abril e agosto de 1999 (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil), nos traz uma interpretação um tanto estandardizada dos discursos dispostos nas matérias em questão. Como ela mesma diz:

“Grande parte desses artigos caracteriza os sem-terra como sendo agressores, guerrilheiros em potencial, obcecados com a tomada do poder ou violentos. Por outro lado, os policiais são representados como defensores da ordem, apesar das estatísticas de violência no campo mostrarem o contrário. O governo, por sua vez, é visto como o agente negociador, que apóia e investe grandes recursos na reforma agrária” (p. 01).

Dos Anjos (2000), seguindo caminho semelhante, afirma:

“Em estudo sobre a representação discursiva da questão agrária na grande imprensa brasileira, em 1996, observei alguns discursos circulantes sobre a questão agrária e o MST nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, além das revistas Veja e Isto É. Foi possível traçar algumas invariantes atribuídas por esses jornais e revistas ao Movimento: o MST é violento e desordeiro; nem todos são trabalhadores, muitos estão ali só para se aproveitar; muitos integrantes são da cidade e, portanto, não são trabalhadores rurais nem sabem trabalhar a terra; há uma guerra anunciada no campo; o MST faz treinamentos de guerrilha; o MST aspira se tornar partido político e chegar ao poder” (p. 04).

Thomaz Jr. e Souza (2002), debruçando-se sobre a análise das matérias do Jornal O Imparcial, de Presidente Prudente, sobre as ações do MST, destacam também a tendência do jornal em construir referências negativas e padronizadas ao movimento através das notícias que confecciona. Dizem eles:

“Na mesma medida em que noticia os fatos, a imprensa o faz a partir de ‘modalidades do dizer’ que não permitem ao leitor uma interpretação favorável ao MST, ao mesmo tempo em que expressa formas de violência contra os trabalhadores rurais sem terra. Nesse sentido, o discurso jornalístico revela, em seus componentes lingüísticos, um tratamento discriminatório das ações de reivindicações do MST, que muitas vezes são abordadas como caso de polícia e não questões sociais” (p. 03).

Diferentemente destes, Kuschick (1996), investigando as modalidades discursivas sobre o MST a partir do jornal Zero Hora, de Porto Alegre (RS), aponta para a presença de uma polissemia de sentidos e de narrativas sobre o movimento. Para a autora, esta polissemia é sintetizada em um novo sujeito: o MST do jornal Zero Hora, resultado da negociação constante das diversas narrativas produzidas pelos diversos atores que falam do mesmo. Kuschick, portanto, alinha-se com o segundo conjunto de reflexões sobre as mídias, reconhecendo o jornal como um lugar de confrontos e negociações discursivas, construído não somente por uma voz unívoca, mas por várias vozes que se inter-cruzam.

Da mesma forma Guimarães (2001), investigando as modalidades discursivas sobre o MST presentes no jornal Folha de São Paulo, aponta para a presença de negociações e embates discursivos, além de diferentes posicionamentos sobre o movimento nas matérias analisadas. Ele constata a pluralidade do social também expressando-se nos veículos da grande mídia (como é o caso do jornal Folha de São Paulo), não tendo sua possível presença restrita aos espaços das mídias alternativas. Ressalta o autor, contudo, que isso não significa que a maneira como o jornal se integra na esfera pública é a de uma janela aberta e neutra por onde são veiculadas narrativas as mais diversas e objetivamente. *“Não lhe negamos aquela característica de instrumento de defesa de pontos de vista determinados, que permitiu a Gramsci identificar os jornais a partidos”* (p. 58), alerta ele, para afirmar mais adiante,

“A nós interessa a diversidade de articulistas e colaboradores, que trazem para aquele espaço muito dos embates que se verificam na esfera pública. Esta é a maneira do jornal respaldar sua posição frente ao público, apresentando-se como espaço de polêmica. E ela é maior, quanto maior for a possibilidade de cada leitor construir seu próprio jornal a partir do material que lhe é oferecido. Assim, diferente do que vinha se afirmando, as vozes destoantes que se manifestam no jornal podem, em algum grau, ser tomadas em si próprias, como expressão da diversidade cultural presente na sociedade. Mesmo admitindo limites, é aí que devemos buscar uma brecha para a interlocução do MST com o restante da sociedade” (p. 69-70).

Tal argumento remete a Marshall McLuhan (2001), para quem o jornal apresenta-se como um mosaico, no qual múltiplas falas justapostas acerca de cada assunto e de inúmeros assuntos presentificam-se, diariamente, ao longo de suas páginas. Pressupondo-o - como o faremos nesta tese - como documento de domínio público, o jornal promove e veicula uma diversidade de falas que refletem *“o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas”* (Spink, P., 1999: 136) em cada tempo, mostrando-se, assim, como *“lugar de construção coletiva de sentidos e histórias”* (Martins, 2004, p. 66), onde continuamente formam-se novos personagens, renovam-se os antigos e confrontam-se diferentes narrativas. Através do jornal, conclui-se, pode-se observar os embates retóricos na busca pela hegemonia de sentidos (Fairclough, 1997; 2001; 2003). A título de exemplo, em matéria da Folha de São Paulo de 26 de abril de 1993, José Rainha Jr., identificado como principal líder do MST do Pontal do Paranapanema, é descrito pelo jornal como um radical, que acredita na revolução socialista, *“um profissional de invasões”*, cuja formação política ocorreu nos encontros da Pastoral da Terra. Em outra matéria, de 11 de outubro de 1995, a manchete é *“Custo Zé Rainha Preocupa Fazendeiros”*, relatando que as ocupações do MST desvalorizam o valor da indenização dada pelo governo aos fazendeiros em caso de desapropriação de terras para reforma agrária². Já em 24 de fevereiro de 1996, há uma matéria no mesmo jornal na qual Rainha declara que *“apesar de acreditar no socialismo, a reforma agrária que o MST propõe é capitalista. Democratizar a propriedade da terra é fazer desenvolvimento econômico. Não estamos discutindo o sistema”*.

Como se pode ver, uma mesma pessoa, que neste caso é José Rainha Jr., é posicionado - e se posiciona - de diferentes maneiras: radical, profissional de invasões, socialista, revolucionário, quase baderneiro, na primeira matéria; útil ao processo de reforma agrária, pois facilita o trabalho do governo ao promover ocupações de terras, já que com isso provoca a redução do valor das indenizações para desapropriação das mesmas, na segunda matéria; e favorável ao sistema, pois a reforma agrária pela qual luta é capitalista, e modernizará as relações de produção no campo, na terceira. Três matérias e três modalidades diferentes de discurso referindo-se à mesma pessoa.

² Isto porque no Pontal do Paranapanema a maioria das fazendas possuem títulos de propriedade irregulares e, portanto, segundo a Justiça, pertencem ao governo do Estado. Diante disso, ao fazer a desapropriação destas fazendas o governo paga apenas pelas benfeitorias construídas e que tenham importância para a produção agropecuária, como cercas, pastagens, silos etc. Com as ocupações realizadas pelos sem terra, porém, muitas dessas benfeitorias são danificadas, reduzindo o valor a ser concedido pelo governo.

Muitas outras matérias há, e muitas outras modalidades discursivas também, como veremos mais adiante, sobre Rainha. Além disso, muitos outros atores - e personagens - apresentam-se no cotidiano das conversações e confrontos sobre o tema reforma agrária e MST do Pontal do Paranapanema nos jornais: além do já mencionado Rainha, o próprio MST, as famílias sem terra, os governos de São Paulo e federal e seus representantes na interlocução da questão agrária, outras lideranças do MST, como Diolinda, Gilmar Mauro, Stédile, entre outros, organizações governamentais envolvidas na reforma agrária, como Itesp e Incra, os grandes latifundiários do Pontal, a UDR (União Democrática Ruralista), deputados, senadores e outros tantos políticos profissionais etc. Cada qual usando seus argumentos retóricos para defender suas posições sobre a questão agrária, e sobre cada um dos outros atores envolvidos nessa questão.

Ressalte-se que isso não quer dizer que se está aqui afirmando que o jornal abra suas páginas para expor, neutra e objetivamente, este debate sem defender suas posições. Como ator social que é e, portanto, detentor de posições e interesses próprios, desenvolve também seus filtros e lentes por onde são processadas as notícias que irão compor os seus cadernos, ou seja, todo jornal tem uma linha editorial que norteia mais ou menos rigidamente o conjunto de suas matérias. Entendemos, assim, que o jornal caracteriza-se por uma ambigüidade discursiva, sendo, ao mesmo tempo, um veículo que presentifica falas e narrativas produzidas a partir de diferentes lugares de origem, e um ator que confecciona suas próprias falas e narrativas acerca dos assuntos que tematiza como notícia³.

Ler o jornal supondo essa complexidade de falas e embates discursivos, acompanhá-lo como sendo um caldeirão de cozimento de muitos sentidos possíveis, envolvendo os processos de produção, circulação e interpretação, exigiu-nos que buscássemos uma concepção de discurso e análise de discurso que desse conta de apreender as várias dimensões presentes e intimamente entrelaçadas nos discursos dos jornais. O autor que melhor nos respondeu a essa necessidade foi Norman Fairclough⁴. Fairclough, cuja abordagem foi em grande parte desenvolvida tendo como matéria-prima os jornais diários, além de outros documentos de domínio público (panfletos,

³ Discutiremos mais detalhadamente essa questão no próximo capítulo.

⁴ Sua abordagem será mais detalhadamente discutida no capítulo metodológico, aqui iremos apenas introduzi-lo no texto.

propagandas políticas, relatórios de banco, artigos de revistas jornalísticas, entre outros), parte de uma noção tridimensional dos discursos, buscando com isso contemplar os aspectos macro-analíticos e micro-analíticos dos mesmos, bem como sua inter-relação no conjunto analisado. As dimensões das quais fala são as da análise textual, da análise dos processos discursivos e da análise social do evento discursivo. Na primeira delas, procura compreender a arquitetura dos textos que compõem - para o interesse específico desta tese - as matérias jornalísticas estudadas, apreendendo os diversos elementos que neles se organizam (vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual) e como se organizam. Na segunda dimensão, a análise dos processos discursivos - que o autor localiza nos processos de produção, disseminação e interpretação dos textos -, procura apreender os gêneros discursivos e os intertextos encontrados nas práticas discursivas nas matérias jornalísticas - que incluem também os elementos não verbais, como os iconográficos, a diagramação das páginas etc. Por fim, na dimensão da análise social do evento discursivo, busca apreender as substâncias ideológicas e as lutas hegemônicas presentes nos discursos analisados. No caso específico desta pesquisa, cujo campo de investigação é o jornal impresso, buscar-se-á as que perpassam e se presentificam nas diversas falas - oriundas de diferentes lugares e posicionamentos - contidas nas matérias jornalísticas e, simultaneamente, o lugar que ocupa o jornal também nesse complexo ideológico e de lutas hegemônicas. Deve-se ressaltar, além disso, que essa busca se fará também a partir de um lugar: o lugar ocupado pelo pesquisador.

Sendo assim, o que pretendemos alcançar neste trabalho não se limita a apreender os sentidos construídos através das lentes ideológicas do jornal, em geral marcados na sua linha editorial, hipertrofiando a sua fala como se fosse voz única e “unissêmica”. Pois entendemos que, deste modo, não apenas empobreceríamos as possibilidades da pesquisa, como as falsearíamos. Os sentidos construídos sobre o MST do Pontal do Paranapanema - tema desta pesquisa -, as formas como ele se materializa através dos jornais, não se dão separadamente, ou seja, não se pode dissociar um dos outros, porque os sentidos são construídos dialogicamente. Em cada uma das vozes presentes no jornal (da sua linha editorial, do próprio MST, dos fazendeiros, do governo etc) há a presença das outras tantas com as quais ela dialoga. As vozes no jornal são sempre intertextuais (Fairclough, 1997, 2001, 2003). Tal diálogo, ademais, não se restringe às vozes presentificadas nas páginas do jornal, mas incluem também a do leitor, co-autor ativo dos sentidos e histórias que nele são contadas.

É neste lugar de leitor co-autor do jornal que nos posicionamos enquanto pesquisador. Pois ler suas matérias, analisar seus discursos, pressupõe interpretá-los. E para interpretá-los faz-se necessário utilizar-se de um conjunto de outros textos - acadêmicos e não acadêmicos, lidos e ouvidos -, a partir do qual construímos uma base para tal interpretação. Textos que, por sua vez, compõem - e são compostos por - um lugar sócio-cultural específico, diferente de outros. Assim, não cabe a nós, enquanto pesquisadores sociais, desvelar a verdade definitiva dos sentidos produzidos pelos jornais sobre o MST do Pontal, pois estes (os sentidos), como já dito, nunca são definitivos, eles são permanentemente reconstruídos nos momentos de leitura e discussão coletiva sobre o que foi lido. Cabe a nós, então, empreender uma leitura atenta e sistemática para participar do diálogo sobre o movimento, de modo a reacender o debate que traz à cena pública e recontar sua história.

É este caráter complexo e dialógico do jornal, ademais, - além de sua capacidade de penetração em vários espaços sociais - que justifica a busca de ocupação de espaços em suas páginas pelo MST - e pelos movimentos sociais em geral. Criando fatos políticos e sociais que despertam o interesse dos jornais e de outras mídias, ele consegue transformar-se em notícia e com isso tematizar a reforma agrária no Brasil na discussão pública, trazendo junto a sangrenta, injusta e desigual história fundiária deste país.

Passemos agora para o próximo capítulo, no qual procurar-se-á refletir mais detalhadamente sobre a linguagem jornalística.

**II) SOBRE O DISCURSO E PRÁTICA JORNALÍSTICAS
NA MÍDIA IMPRESSA**

II) Sobre o Discurso e a Prática Jornalísticas na Mídia Impressa

“Fora das mídias, o mundo é uma sombra indigna de confiança. Antes da televisão, antes do cinema - antes dos jornais -, já era assim. Quando Búfalo Bill agarrava algum índio distraído e conseguia matá-lo, rapidamente procedia a arrancar-lhe o couro cabeludo e as plumas e demais troféus e de um galope ia do Oeste aos teatros de Nova Iorque, onde ele mesmo representava a façanha heróica que acabava de protagonizar. Então, quando as cortinas se abriam e Búfalo Bill erguia sua faca ensangüentada no palco, à luz de candelabros, então ocorria, pela primeira vez ocorria, de verdade ocorria, a realidade”. (Adaptação de conto de Galeano, 1991).

Segundo Gomes (2000), o fazer jornalístico, mais do que registrar e informar sobre os fatos da realidade circundante, tem a função social de testemunhar e confirmar reiteradamente o pacto social fundado na comunidade estabelecida. O destaque que dá às realizações do Estado e seus deslizes no exercício da manutenção da ordem, bem como aos fatores, organizações e acontecimentos que a desequilibram - quadros que compõem, em geral, as manchetes e as primeiras páginas dos jornais - dá aos jornais, segundo a autora, o estatuto de vigilantes do poder do Estado. Diz ela sobre isso: *“É a partir desse papel que o jornalismo é pensado como um quarto poder, exercido paralelamente pela vigilância sobre os três outros que constituem o Estado de direito”* (Idem, p. 21).

Diante dessa afirmação, depreende-se que o jornal é um lugar de legitimação da ordem social no qual, mesmo nos diversos instantes de crítica vigilante que realiza, corrobora as instituições sociais que a sustentam. No dizer da autora:

“Basta examinarmos a descrição de ocorrências policiais e os shifters de escuta empregados para que essa situação se torne clara.

Nas últimas décadas esses shifters jogam com uma certa ambigüidade que faz interferir o componente da dúvida. Em vez de um mero disse, afirmou ou declarou, os termos da escuta têm sido ‘segundo tal policial’, ‘na opinião de tal delegado’, ‘de acordo com tal exame’. Toda essa terminologia leva à desconfiança em relação ao trabalho de personagens que ocupam lugares institucionalizados. Essa desconfiança declarada faz pensar em uma intervenção para-policial por parte do jornal e essa injunção é fato em relação à capacidade dos que ocupam o lugar, ocupação sempre cambiável. Em nenhum momento o lugar, suas relações, suas atribuições são postas em cheque pela má atuação de seus ocupantes. Aliás, o desnudar más condutas só objetiva um ideal realizável, reforçando o lugar instituído e as instituições pelas quais ele pode ser colocado. E isso é o mais puro processo de legitimação: falar sobre o ideal de tal e tal coisa é colocar de antemão, como pressuposto, sua validade” (idem, p. 53).

Zanchetta Jr. (2004), no entanto, embora reconheça que os jornais historicamente tenham adquirido essa função de legitimadores e guardiões das instituições sociais, ressalta que eles respondem a ela a partir de uma variedade de interesses, os quais contribuem para a definição de sua agenda diária, ou seja, para a decisão do que é noticiável ou não entre os vários acontecimentos ordinários e como o será. Diz ele sobre isso:

“A agenda tem uma dinâmica fluida, marcada por relações públicas e privadas que se estabelecem entre os diversos agentes responsáveis pela produção e consumo dos materiais de imprensa, e que contribuem decisivamente sobre o que será e o que não será notícia” (p. 15).

Entre os componentes que participam dessa dinâmica fluida da qual fala o autor, inclui-se: os princípios ideológicos e os interesses comerciais e de financiamento do jornal, o perfil de seus leitores e potenciais leitores, as leis e os princípios éticos que regulam sua produção e circulação, os valores e as práticas político-sociais da região que o enreda, além da equação entre valores e interesses pessoais dos jornalistas com os fatores de restrição que têm de negociar no cotidiano da produção das notícias (intervenções de autoridades do governo, dos proprietários do jornal, editores, anunciantes, opiniões dos leitores, vínculo empregatício instável conferindo o permanente

risco de desemprego, entre tantos outros). Zanchetta Jr., portanto, embora concorde com o papel legitimador - ou deslegitimador - que têm os jornais nas sociedades, o entende como bastante complexo, uma vez que a definição do que será ou não legitimado, de que instituições, organizações e de que práticas serão avaliadas por eles baseia-se em uma variedade de elementos internos e externos a cada um dos jornais.

Rodrigues (2002), referindo-se às estratégias retóricas do jornal para viabilizar tal função, define o discurso midiático como composto pelo que denomina de natureza “exotérica”. Quer dizer com isso que, diferentemente de outras formas discursivas, o discurso midiático não pode ser precisamente demarcado nas suas fronteiras em relação às outras formas de experiência humanas, uma vez que, como afirma o autor, “(...) *ele é transversal ao conjunto de todos os domínios da experiência moderna*” (p. 220). Sendo assim, ele assume posição estratégica para o processo de composição e legitimação dos interesses das diferentes instituições e organizações sociais contemporâneas. Entre as funções estratégicas do discurso das mídias para esses objetivos, Rodrigues identifica como as mais comuns e importantes as de naturalização, de reforço, de compatibilização, de exacerbação dos diferendos e de transparência⁵. Na estratégia de naturalização, a função do discurso midiático - assim como no exemplo acima sobre a descrição das ocorrências policiais nos jornais - é legitimar as pretensões e interesses das instituições e organizações sociais, apresentando-as como naturalmente constituídas. Como conseqüência, e tendo em vista a regularidade diária com que circulam os jornais - bem como outras mídias -, há uma constante atualização da legitimidade das funções e práticas das instituições e organizações que configuram a ordem social. A título de exemplo, a forte campanha, com intensa participação das mídias, pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello da presidência da República do Brasil em 1992, entre outros efeitos, conferiu ainda mais legitimidade a esta instituição, na medida em que a recuperava na memória coletiva como uma presença natural e importante no espaço sócio-político do país.

⁵ Tais funções estratégicas não necessariamente aparecem no discurso midiático conjuntamente. Elas podem organizar-se de forma isolada também, conforme o modo em que o discurso estiver estruturado, respondendo, assim, aos contextos de sua produção e às intencionalidades de seu(s) produtor(es).

A segunda função estratégica mencionada por Rodrigues, a de reforço, complementa a anterior, visto que se orienta no sentido de reforçar a legitimidade das instituições e organizações através da visibilidade pública que lhes confere, fundamental, no mundo contemporâneo, para manterem-se vivas na memória das pessoas. Sabe-se que, nas sociedades atuais, cada vez mais apenas o que é veiculado pelas mídias adquire *status* de existência pública no imaginário social (Thompson, 2002).

A estratégia de compatibilização diz respeito a situações nas quais interesses de diferentes instituições e organizações socialmente legítimas entram em embate, competem entre si. Caso, por exemplo, das campanhas de controle de natalidade ou de prevenção de Aids através do uso de preservativos, capitaneadas por organizações de saúde do Estado, as quais conflitam com as posições da Igreja, duas instituições socialmente legitimadas, e com interesses igualmente legitimados. Dada a natureza “exotérica” do discurso midiático, ele acaba por assumir uma função importante no processo de mediação e compatibilização desses interesses conflitantes, uma vez que possui elasticidade suficiente para absorver as narrativas de ambos os discursos, construindo, em contrapartida,

“(...) uma retórica destinada a esvaziar os discursos em confronto das formulações mais polêmicas, substituindo-as por enunciados formais com os quais os detentores legítimos das diferentes posições em confronto não podem deixar de concordar” (Rodrigues, 2002, p. 226).

Exemplos com o MST nas matérias de jornal são bastante ilustrativos a respeito. Assim, uma das maneiras em que, via de regra, o movimento aparece com referências favoráveis nas matérias jornalísticas é em situações nas quais famílias de sem terra são vítimas de violência intolerável pelo Estado de direito e pela opinião pública (o massacre de Eldorado de Carajás é um exemplo marcante de eventos como esses). Tais exemplos têm em comum ilustrar situações nas quais, embora preches de críticas às atuações de alguns atores representantes da ordem social, envolvidos nos confrontos em torno do tema reforma agrária no Brasil (representações do governo de então, fazendeiros, policiais, juízes de direito), não põem em questão mais severamente as instituições propriamente, sustentáculos do modelo vigente. Ou seja, não é problematizada a

instituição jurídica, por exemplo, ou o modelo econômico, de governo, nem tampouco a polícia enquanto instituição, mas sim os atores de plantão que os ocupam equivocadamente. Dessa forma, esvaziam-se de sentido as denúncias que potencialmente anunciam os confrontos entre MST e instituições do Estado, entre MST e latifundiários, entre MST e Justiça, apresentando-se, em seu lugar, caminhos de concordância e mesmo de identificação entre ambos.

Inversamente à anterior, mas também compondo o elenco de tais estratégias, Rodrigues identifica ainda a de exacerbação dos diferendos. Aqui, o discurso midiático contribui para desencadear ou intensificar conflitos de interesses entre diferentes instituições e organizações sociais, publicizando as polêmicas e muitas vezes desenvolvendo formulações ainda mais polêmicas que as originais. Exemplos de inúmeros conflitos entre os interesses do Poder Executivo e dos inúmeros partidos e facções políticas que compõem o Congresso Nacional acerca de temas como as reformas previdenciária e tributária, entre muitos outros, encenados incansavelmente nas mídias, ilustram o que se quer dizer com a estratégia de exacerbação dos diferendos. Ao mesmo tempo que exacerbam os conflitos publicizando-os, porém, legitimam as funções sócio-políticas dessas instituições, uma vez que enfatizam o seu caráter democrático e representativo para a população.

Da mesma forma, matérias com o MST sendo mostrado como uma organização radical ao extremo não são raras nos jornais. A título de exemplo, no jornal O Imparcial, de Presidente Prudente (SP), de 16 de julho de 1990, há uma matéria cuja manchete é: *“Invasores seqüestram oficial de Justiça”*, referindo-se à reação dos sem terra, ocupantes da fazenda Nova Pontal, ao processo de despejo determinado pela Justiça (os invasores em questão são os sem terra). Na Folha de São Paulo de 19 de julho de 1990, referindo-se ao mesmo caso, há a seguinte manchete: *“Invasores prometem matar 2 refêns e juiz tenta negociação”*. De volta ao O Imparcial, em 20 de julho do mesmo ano, a manchete é: *“Invasores serão despejados pela Justiça”*. São três matérias que acompanham o caso da ocupação da fazenda Nova Pontal, no Pontal do Paranapanema, em que fica clara a estratégia de exacerbação de diferendos, com a publicização e intensificação da polêmica já existente entre MST e fazendeiros. Qual a intencionalidade disso? A colocação da instituição Justiça como mediadora e negociadora do conflito que, por fim, tem um desfecho pacífico pode ser uma resposta.

Por fim, a estratégia de transparência refere-se à ação de tornar publicamente visível as instituições e organizações sociais e, ao fazer isso, instituir-se (o próprio discurso midiático) como igualmente legítimo. É transversal a todas as outras ações estratégicas, e faz com que os aparelhos das mídias sejam, muitas vezes, ativamente procurados por pessoas, organizações e instituições para se fazerem socialmente presentes⁶.

No tocante à ação de se caracterizar como instituição socialmente legítima, através da legitimação de outrem, o discurso midiático lança mão de dispositivos que naturalizam seus enunciados; dispositivos que, ressalta Barthes (1970), são bastante comuns nos discursos realistas. A partir deles, busca-se referencialidades que dão a tais discursos estatuto de realidade, melhor dizendo, estatuto de tradutores consistentes de eventos e situações ocorridas na “realidade circundante”. Nas palavras do autor: “*O real concreto se torna a justificativa suficiente do dizer*” (1970, p. 99). Daí a frequência com que, nas matérias jornalísticas, utilizam-se de fotografias, tabelas de porcentagem e de incidências estatísticas, de citações ou referências a pessoas ou organizações que, no contexto da situação ou assunto de abrangência, tornam-se personagens de transmissão incontestável da “verdade dos fatos”.

Gomes (2000) lança mão ainda de Barthes, ao utilizar o termo, por ele confeccionado, “*efeito de real*”, para assim dar conta de compreender o processo de construção dos sentidos resultante do uso de dispositivos tal qual dos discursos realistas nos jornais. Para este autor, efeito de real diz respeito aos discursos que utilizam-se de referencialidades supostamente conectadas a um real que se entende como independente e autônomo do mundo social e cultural, mas cujo estatuto de realidade é por tais discursos construído. Explicando melhor, ao se debruçar nos índices que normalmente os jornais utilizam para justificar a veracidade do que estão dizendo, por exemplo, as ilustrações fotográficas, pode-se perceber que nada mais são que recortes descontextualizados do acontecimento que está sendo coberto, configurando, em conjunto, uma versão do acontecimento, sustentada, por sua vez, por intencionalidades - conscientes e ou

⁶ O que pode ser ilustrado, entre outros, através dos estudos referidos anteriormente que se debruçam na relação entre movimentos sociais e mídias.

inconscientes - de todo o corpo de produtores da notícia, o que acaba por produzir efeitos de real. Nesse sentido, diz Gomes (2000):

“É por isso que a palavras como verdade e verdadeiro vêm sobrepor-se verossímil e credibilidade. O verossímil encontra-se em direta relação ao efeito do real discursivamente construído. E credibilidade, hoje em dia a palavra chave em todas as instâncias sociais, é sua contrapartida na ausência de uma verdade em plenitude.

No jornalismo trata-se mesmo da construção de verossimilhança como podemos constatar na torção dos elementos que vêm dar testemunho: a matéria sobre um ato do governo que tem respaldo numa foto de contexto (a Praça dos Três Poderes), a matéria sobre um acidente que mostra os restos do acidente. No jornalismo o jogo da credibilidade se joga sobre o sucesso da referencialidade suposta” (p. 30).

Na mesma perspectiva, Zanchetta Jr. (2004) aponta para a necessidade do jornal, no processo de produção da notícia, *“(…) forjar uma versão crível e verossímil; caso contrário, ela poderá não ter respaldo” (p. 55).* E Lustosa (1996), refletindo acerca do processo de transformação da informação em notícia, afirma:

"O uso da expressão informação já traz embutido um juízo de valor, pois trata de um fato ou acontecimento que possui elementos valorativos que justifiquem sua publicação como notícia nos veículos de comunicação de massa" (p. 18).

Notícia, portanto, refere a autora mais adiante,

"(…) é a informação transformada em produto de consumo. (...) é o relato de um fenômeno social, presumivelmente de interesse coletivo ou de um grupo expressivo de pessoas. Devemos enfatizar que a notícia não é a exata tradução da realidade, pois, como já alertava Fraser Bond, 'notícia não é um acontecimento, ainda que assombroso, mas a narração de um acontecimento" (p. 19).

Medina (1978), refletindo sobre esse mesmo processo, afirma:

"Uma reportagem, uma entrevista ou uma série de entrevistas, uma vez obtidas em campo são estruturadas em um texto, a que tecnicamente se dá o nome geral de matéria. Haverá, portanto, uma ação para se 'contar' na matéria. (Não é por acaso que, em inglês, matéria é story)" (p. 17).

Do mesmo modo, Marcondes Filho (1993, apud Zancheta Jr. 2004) diz:

"(...) como o fato aparece no jornal, se ele é comprimido ou ampliado, se a perspectiva é do que sofre ou do que bate, todas essas escolhas são feitas por diversas pessoas que atuam na produção do jornalismo, construindo, à margem desse fato, outro fato" (p. 55).

Para Mouillaud (2002), a informação jornalística (a notícia) nada mais é que a apresentação de um recorte de elementos de um evento ocorrido em algum espaço social - e temporal - entendido como digno de nota pelo corpo de profissionais e organizações que fazem as notícias (agências de notícias, jornalistas, editores, fotógrafos, empresa jornalística etc). Recorte este que responde a uma questão inicial, a partir da qual procurar-se-á dar coerência e unidade a uma situação originariamente caótica. Diz ele sobre isso:

"Dizer 'o que ocorreu' obriga selecionar certos dados e ligá-los, entre si, para formar um fio; então, 'algo ocorreu', figuras tornam-se manifestas no tecido existencial. A descrição de Goffman alcança a intriga aristotélica. A intriga supõe uma escolha arbitrária dos dados, e cada uma das escolhas induz a uma história diferente. Múltiplos outros cenários permanecem virtuais e nunca serão escritos" (p. 42).

Assim, a nota de um atentado realizado por um homem contra sua família, matando a esposa e as duas filhas, seguido de seu próprio suicídio (Folha de São Paulo, 29/05/03), limita o evento ao momento trágico dos crimes e do suicídio. Outro recorte instituiria outro acontecimento, produzindo informação distinta (o jornal poderia focalizar os antecedentes das relações das pessoas desta família até o momento dos crimes, ou uma possível crise financeira como efeito da política econômica instaurada pelo governo, ou quaisquer outros enquadres possíveis), a qual, por sua vez,

seria do mesmo modo isolada do *continuum* de duração de sua existência complexa. “*Desta forma*”, diz o autor, “*no tempo como no espaço, o acontecimento parece repousar sobre decisões que, atribuindo-lhe limites arbitrários, instituem a cena do acontecimento como uma cena legítima*” (2002, p. 63).

Para melhor compreender o processo de dar visibilidade através da construção da informação pelos jornais, Mouillaud utiliza-se do conceito de enquadramento de Goffman. Tal processo, para ele, se realiza da seguinte maneira:

“a) Delimitando um campo e um fora de quadro; o quadro determina o que deve ser visto (o dever-ser); b) Focalizando a visão no interior de seus limites, ele a unifica em uma cena; os dados isolados pelo quadro tendem à solidarização entre eles” (p. 43).

Já para Gitlin (2003), embora reconheça a utilidade do conceito de enquadramento de Goffman para apreender o processo de construção das informações nos jornais, entende que este deve ser articulado com o conceito de hegemonia em Gramsci. A partir da definição de enquadramento das mídias como “*(...) padrões persistentes de cognição, de interpretação, de apresentação, de seleção, de ênfase e de exclusão, através dos quais os manipuladores-de-símbolos organizam habitualmente o discurso, seja ele visual ou verbal*” (p. 09), o autor se pergunta: por que se escolhe um enquadramento e não outro? Por que se recorta determinado aspecto de uma situação ou acontecimento e não outros para confeccionar a notícia? Por que se narra uma história e não outras possíveis ao se focalizar um certo evento? A resposta para tal indagação ele localiza no conceito de hegemonia, o qual deve ser investigado nos processos de socialização e nas formas e cotidianos de produção dos jornais, visto serem nesses espaços sociais que os atores da construção das notícias respondem e corroboram com as narrativas da ideologia hegemônica.

Tuchman (1978), investigando o processo de definição do que é notícia pelos jornalistas, ou seja, do que é, em suas palavras, “*um fato jornalístico*”, se depara com procedimentos e concepções de modo algum neutros. Em sua pesquisa, ele identifica que os jornalistas tendem a utilizar relatos e interpretações de algumas fontes (geralmente oficiais) sobre determinados acontecimentos e não

de outras e, procedendo assim, legitimam setores da sociedade representados por essas fontes em detrimento de outros, uma vez que conferem um caráter fatal às concepções e interpretações dos primeiros.

É preciso ressaltar, contudo, que embora o jornal se apresente como um eficaz aparelho de desenho da realidade e de materialidades de modo a, como conclui Berger (2002), publicizar um real recortado e descontextualizado orientado no sentido da manutenção da ordem social (Gomes, 2000), não quer isso dizer que emita em suas páginas um discurso único, mas contrariamente, múltiplos discursos são nele veiculados. É Mouillaud (2002) novamente quem indaga, respondendo:

“A respeito do jornal diário, não se poderia dizer que é um quarto de ecos onde ressoa o concerto de vozes que, sem ele, não teriam eco? Vozes discordantes por suas origens, seus conteúdos e seus locutores, caso sejam e devam ser autorizadas para se fazer escutar” (...)
“Mas”, ressalta, “o jornal também tem uma voz, uma voz que lhe é própria” (p. 117), cuja identificação não é exercício dos mais fáceis.

De fato, recorrendo à história da interação entre a voz do jornal e as outras vozes que nele se presentificam, pode-se verificar que modificou-se bastante ao longo do tempo. Se no início o jornal era uma espécie de amplificador das falas de alguns poucos e poderosos políticos e determinados partidos, um porta-voz com poder excepcional de disseminação de um discurso quase único, a partir do século 20 desenvolveu-se o que Mouillaud define como *“a imprensa-reflexo (de acontecimentos) e a imprensa-eco (de vozes, que não são a sua)”* (2002, p. 117). Ou seja, mais do que nunca, os cadernos de jornal atualmente são um conjunto organizado de citações, escrituras e reescrituras justapostas e provenientes dos mais variados lugares; e nesse conjunto organizado de vozes justapostas o autor ainda identifica duas grandes diferenças de forma: o que classifica como citação e o que classifica como intertextualidade. No primeiro caso, a citação, a voz do locutor primário é respeitada - parcial ou integralmente -, não se confundindo com a voz do jornal, mas apenas a respaldando - ou sendo por ela respaldada. No segundo caso, Mouillaud empresta de Bakhtin o termo intertextualidade⁷ para descrever situações nas quais o enunciado do jornal

⁷ Embora não seja exatamente fiel a ele.

assimila a voz primária para si, deformando, ou mesmo destruindo totalmente, as fronteiras que separam ambos os enunciados. Conforme o uso que se faz do enunciado primário (da fonte), alerta o autor - reconhecendo-o como citação ou o assimilando -, o jornal acaba por dirigir a atenção do leitor com relação ao *status* do conteúdo da notícia. Assim, a notícia veiculada sem a atribuição da fonte é transmitida com o *status* de fato real inquestionável, naturalizando de forma imediata o enquadre que se deu ao evento para transformá-lo em fato jornalístico. A título de exemplo, no jornal Folha de São Paulo de 02/06/2003, a manchete de primeira página afirma: “*Reajuste de salário perde para preços e contradiz BC*”; título que é seguido pela asserção de que contrariamente ao que afirmou o Copom na semana anterior, os reajustes salariais ocorridos durante o ano não tiveram o impacto declarado na inflação para justificar a manutenção da elevada taxa de juros pelo Banco Central. O discurso jornalístico, aqui, tem a forma assertiva e constativa; ele relata a notícia como fato ocorrido e constatado na sua inteireza fidedigna, como se tivesse sido retratado tal e qual (Gomes, 2000).

No caso do enunciado em que é reconhecida a fonte - com a devida citação -, embora a naturalização do enquadre do evento como fato constatado seja mais problemática, não significa que o mesmo não ocorra; pois conquanto seja o jornal uma janela pela qual atravessam múltiplas vozes (um quarto de ecos, como diz Mouillaud), é também quem detém o poder de atribuir *status* de fato real, que dá eco, por assim dizer, às vozes que nele se presentificam, quaisquer que sejam elas. Em outras palavras, é o jornal, simultaneamente, um veículo que presentifica e dissemina falas de agentes sociais provenientes de variados lugares e tempos, e também um ator social que fala a partir de um lugar próprio - cidade e estado onde tem raízes, ideologia que abraça mais efetivamente, perfil dos seus leitores etc. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, não raro apareceram nos grandes jornais do país matérias sobre o MST com referência ao ex-ministro da reforma agrária Raul Jungmann desqualificando o movimento dos sem terra como interlocutor legítimo para a discussão da questão agrária no Brasil. De outro lado, artigos com referência a personagens como José Rainha (um dos líderes do MST do Pontal do Paranapanema) posicionavam o mesmo movimento como interlocutor qualificado para essa discussão. Versões distintas, portanto, oriundas de vozes de lugares político-sociais distintos, dirigidas e sustentadas por intencionalidades igualmente distintas.

No entanto, como foi dito mais acima, o jornal também é um ator social com voz própria e que fala de um determinado lugar; e como ator social que é possui suas próprias versões e intencionalidades com respeito aos eventos que cobre. Tal pode se verificar nos dispositivos que utiliza (e que não são somente os do discurso) em cada uma das suas matérias. A título de ilustração, nas matérias que, como exemplificou-se, posicionam diferentemente o MST, pode-se perseguir o grau de verossimilhança e credibilidade de cada uma delas através de questões, como: em que páginas se localizam cada uma, da direita ou da esquerda?⁸ Qual a dimensão de cada uma? O título que levam? As fotografias que ilustram a notícia? Como se estrutura a arquitetura do texto? Em que conjunto de outros textos se insere o texto da notícia em questão? Em suma, que conjunto de referencialidades e, como diz Gelas (apud Mouillaud, 2002), que encenação da escritura há em cada uma e como se dispõem? Elementos que forjarão mais ou menos verossimilhança e credibilidade às vozes de referência que falam.

Se até aqui nos atemos à concepção geral do jornal, com sua capacidade para produzir efeitos de real mediante o uso de dispositivos do discurso realista e suas referencialidades devidas - discursivas e não discursivas -, vale agora ater-se à sua organização discursiva. Mouillaud (2002), ao discuti-la, identifica, inicialmente, uma oposição de função comunicativa entre a primeira página (externa) e as internas. Assim, a primeira página, afirma, é aberta, pois não tem que submeter-se aos limites definidos pelos títulos-assuntos das seções que enquadram as páginas internas (Política, Internacional, Esportes, Cultura etc). O critério que norteia a admissão dos artigos que comporão a primeira página é o valor da informação a ser transmitida, isto é, o seu grau de noticialidade para o potencial leitor; as com maior grau de noticialidade e, portanto, com maior apelo para chamar a atenção do leitor ocuparão este espaço.

Escolhidos os artigos que ocuparão a primeira página, estes são discursivamente organizados como anúncios das informações mais importantes contidas no jornal, prometendo ao leitor explicações mais detalhadas, nas quais outras dimensões do evento serão apresentadas a partir de diferentes referências (fotografias, comentários e citações de agentes e agências que tenham

⁸ Segundo Travancas (1993), “Para os jornalistas parece ‘natural’ que a página ímpar seja mais ‘nobre’ do que a par. Afirmam que aprenderam na faculdade que a página ímpar, a da direita, é lida sempre antes da página par. E, portanto, os anúncios colocados nessa página têm preço superior aos da esquerda” (p. 30).

autoridade para falar de determinado assunto etc.) nas páginas internas. Sobre isso, exemplifica Mouillaud (2002):

“Por exemplo, a respeito dos acontecimentos das Ilhas Malvinas, uma exposição histórica, uma exposição geográfica, uma exposição militar etc. A exposição aberto (primeira página)/fechado (páginas internas) corresponde a dois estados ligados a dois momentos da informação: inicialmente o impacto global do acontecimento do qual as diferentes dimensões não são percebidas; num segundo momento, ele é analisado em seus diferentes componentes” (p. 102).

Em acordo com a definição feita acima por Mouillaud com relação às características distintas, mas complementares, entre a primeira página e as páginas internas do jornal impresso, Lustosa (1996) as compreende como consequência das especificidades deste em comparação com outros meios de comunicação de massa (televisão e rádio, por exemplo). O jornal, ensina a autora, trata de eventos que já aconteceram um dia antes, eventos que via de regra já foram transmitidos pelos outros meios de comunicação. Sendo assim, para ganhar o interesse do público consumidor ele procura diferenciar-se oferecendo matérias mais analíticas e reflexivas sobre os mesmos acontecimentos. Diz ela sobre isso:

“No jornal, a especialização do trabalho é mais rígida e consistente que a ocorrida com o rádio e a televisão, onde a maioria dos profissionais faz uma cobertura jornalística não especializada. Assim, no jornal, quem cuida de um tema como greve é o pessoal da editoria de cidade. Há, portanto, um quadro de repórteres capazes de identificar os dados mais importantes para a elaboração de um texto sobre a greve, até por conhecer as pessoas a quem se dirigir para obter informações mais precisas, objetivas e claras. Desta forma, a organização do trabalho, a preocupação de garantir ao leitor informações que não foram oferecidas pela TV e pelo rádio, impõe ao jornal um texto mais completo e abrangente” (p. 90).

Para atender à demanda de textos e coberturas mais completas e reflexivas dos acontecimentos noticiados, as páginas internas do jornal são divididas em editorias. Cada

editoria, ensina ainda Lustosa (1996), é composta por notícias de assuntos específicos elaboradas por repórteres especializados nos seus respectivos assuntos. Assim, há a editoria de política, a de economia, a policial, a cultural, a de cidades, de esportes etc. Em cada uma delas, os textos que compõem as notícias são textos especializados, isto é, textos que possuem uma linguagem particular⁹. Diz a autora:

“A produção do texto da notícia tende a respeitar um certo padrão de discurso, uma forma que assegure sua decodificação por pessoas de diferentes repertórios ou culturas, além de oferecer um temário que desperte interesse a pessoas em áreas bastante diversas. É evidente que a mensagem da notícia somente será assimilável por públicos que utilizem o mesmo código de comunicação. Entretanto, apesar da tendência de uniformização do discurso e da forma do texto da notícia, ela assume características específicas em cada editoria” (p. 113).

Além das editorias, compostas por textos especializados, as páginas internas do jornal também são preenchidas pelo que Lustosa (1996) denomina textos específicos, ou seja, as manchetes, chamadas (estas, porém, ocupam as páginas externas), colunas, boxes, legendas (de gráficos, fotografias). Diferentemente do texto especializado, o texto específico

“representa a agregação de várias matérias jornalísticas curtas que não correspondem ao chamado texto especializado. No texto especializado, o que determina sua codificação, sua linguagem, é o conteúdo, na medida em que sua estruturação vai ser definida pelo temário que aborda. Já no texto específico, é a forma que, por implicação estética, determina o conteúdo. A apresentação da manchete, por exemplo, vai impor sua linguagem, seu código, assim como ocorre com a legenda, o boxe, entre outros” (idem, p. 147).

⁹ A localização de um evento como pertencendo a uma ou outra editoria nem sempre é tarefa simples. Muitas vezes um acontecimento pode ser localizado em mais de uma editoria, como, por exemplo, a prisão de Diolinda, uma das lideranças do MST do Pontal do Paranapanema, decretada pela Justiça; ou a recepção à bala pelos pistoleiros da fazenda São Domingos, na mesma região, ante a tentativa de ocupação da mesma pelos sem terra. Assuntos que poderiam caber tanto no caderno policial quanto no político. A decisão final para a localização de assuntos mais polêmicos como esses fica a cargo do editor responsável pela distribuição das matérias para as diferentes editorias (Lustosa, 1996).

Também refletindo acerca da divisão das páginas internas do jornal, Tétu (2002) se volta para seus efeitos discursivos e de produção de sentidos. Afirma ele que tal divisão responde a uma classificação aleatória e com critérios abstratos de categorização do real. Em verdade, diz o autor, ao enquadrar os acontecimentos sociais em tais critérios de categorização, o jornal, coerentemente com o que realiza na organização discursiva de suas matérias, produz um real novo, um efeito de real. Nas suas palavras:

“A classificação responde a uma vontade ‘normalizadora’ que nada deve a uma hierarquia natural dos acontecimentos relatados. São apenas categorias abstratas que reorganizam os conteúdos dados na informação. Isso constitui um dos modos usuais segundo os quais o jornal produz o ‘real’. Retomando uma análise de Baudrillard, gostaríamos de dizer que a práxis total, de que fala, encontra-se aqui cindida em uma multiplicidade de esferas transcendentais, autônomas e abstratas: ‘Política’, ‘Cultura’, ‘Sociedade’, ‘Esporte’, ‘Negócios’, ‘Turismo’, ‘Lazer’ etc.” (p. 193)

O jornal, então, segundo Tétu (2002), apresenta-se, nas suas páginas internas, como uma re-apresentação dos acontecimentos do mundo, re-apresentação esta que é organizada segundo uma ordenação classificatória em títulos-assuntos (as editorias). Ao fazer isso, ele reorganiza a atualidade da vida vivida, conformando-a em acordo com critérios normalizadores e padronizadores para ser comunicada aos consumidores das notícias. Tal processo de reorganização da atualidade, normalizando-a e a padronizando, pode ser identificado não apenas no conjunto do jornal e de suas editorias, mas também no formato de cada matéria que o compõe. Zanchetta Jr. (2004), sobre isso, chama a atenção para a noção de pirâmide invertida. Resultado da influência do jornalismo norte americano a partir de meados do século XX, e até hoje presente como regra de procedimento na confecção das notícias ensinada nas escolas de jornalismo, a pirâmide invertida é uma metáfora que ilustra como são feitas as matérias jornalísticas. Assim, diz o autor:

“Na parte superior da pirâmide estão os parágrafos que contêm as informações mais importantes para o entendimento da notícia. Ao longo do texto, aparecem informações em ordem decrescente de relevância, chegando até os detalhes descartáveis. Além de favorecer

a leitura, essa estrutura ajusta-se à apressada dinâmica editorial de hoje. Caso seja necessário diminuir o tamanho de um texto noticioso, o corte feito de baixo para cima permite que sejam mantidas informações essenciais, sem a necessidade de resumir a matéria. O encadeamento dos parágrafos seguintes ao primeiro (às vezes também ao segundo) é diversificado, podendo assumir desde o formato cronológico até a disposição estritamente hierarquizada, em que cada parágrafo dá mais detalhes acerca de informações apresentadas no início ou no decorrer do texto” (p. 70-71).

A experiência da vida vivida, portanto, uma vez definida como integrando a agenda do que será noticiado no jornal do dia, deve ser apropriada e enquadrada arbitrariamente segundo os critérios e o formato pré-definido das técnicas do fazer jornalístico. Segundo Mouillaud (2002), esse processo de apropriar-se da experiência e transformá-la em informação jornalística (notícia), produz uma tensão inevitável, já que

“As regras canônicas (ensinadas nas escolas de jornalismo, as célebres questões: quem, que, o quê, onde, quando, como?) nada mais são que a expressão em superfície de uma leitura da experiência que é codificada e arbitrária. O modelo é um modelo linear que interpreta toda e qualquer experiência como uma série de transformações encadeadas umas às outras. A linearidade é o esquema dentro do qual a experiência é apreendida para ser comunicada: serve de suporte ao paradigma do ‘fato’ cuja forma canônica é a transformação de um ‘estado’. ‘Fazer’, ‘ser’, ‘estar’ são os verbos fundamentais que servem de matriz para todos os acontecimentos” (p. 60).

Assim, ao cobrir a grande caminhada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1997¹⁰, com inúmeros trabalhadores rurais percorrendo a pé centenas de quilômetros até Brasília, os jornais mostram aquele conjunto de pessoas que ali estavam com suas individualidades, diferenças, motivações e com a complexidade difusa das relações sociais estabelecidas no cotidiano da longa jornada na qual investiam, como uma grande massa homogênea, condensada e única, empacotada em narrativas, referencialidades e iconografias (como as fotografias focalizando os trabalhadores rurais em fila organizada seguindo a marcha até seu destino final, ostentando

¹⁰ A Marcha pela Reforma Agrária, Justiça e Emprego.

bandeiras e roupas, entre outras insígnias típicas) que as ordenam e as normalizam dentro de um padrão, de uma tipologia de identificação que se repete a cada menção que se faz ao tema MST.

O jornal, destarte, desconstrói os discursos da vida vivida para reconstruí-los em bases novas, enquadrando-os em torno à moldura “normal” dos fatos noticiosos, por sua vez apresentados diariamente aos leitores que, segundo Tétu (2002), os consomem como espelho do real. Diz ele sobre isso:

“A forma do jornal tem ainda um outro efeito, pelo qual se manifesta o mesmo poder: Begin e Arafat são postos lado a lado, horizontalmente, e esta coexistência mostra que o poder da imprensa é aquele de uma organização ‘simbólica’ do real. Como se viu, o jornal fragmenta e reorganiza, em todos os níveis. Desta forma, desconstrói os discursos - eles próprios, resultantes de uma transformação - e reconstrói o que sempre é uma nova unidade. Contudo, são estas unidades que, para a opinião, instauram ou instituem o real” (p. 197).

O jornal é, assim, simultaneamente, produtor e reproduzidor de realidades. Produtor por trazer continuamente elementos novos, tematizando e relatando experiências da vida vivida - próximas e ou distantes espaço-temporalmente - as quais se tornam assuntos de discussões e debates públicos e privados. Reprodutor por tender a preservar a legitimidade das instituições e organizações de sustentação do *status quo*, embora muitas vezes lance críticas com relação a algumas ações - ou inações - equivocadas das pessoas que ocupam suas cadeiras. Essa asserção talvez fique mais clara se utilizarmos um exemplo. Em editorial da Folha de São Paulo de 18 de novembro de 1995, referindo-se à decretação de prisão de lideranças do MST do Pontal do Paranapanema pelo juiz de Pirapozinho, Darci Lopes Beraldo, pode-se ler o trecho seguinte:

“Por mais condenáveis que sejam seus procedimentos, é evidente que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não é uma quadrilha de criminosos. Goste-se ou não, eles representam uma parcela das populações rurais. E, de fato, a polêmica decisão do juiz de Pirapozinho ocorreu no momento em que o Incra e o governo do Estado de São

Paulo estavam em negociações com o MST. A impressão de que estavam sendo presos interlocutores políticos pode até ter fortalecido os sem-terra (...)”.

Neste trecho do editorial¹¹ o jornal mostra-se favorável ao MST, localizando-o como interlocutor legítimo na discussão sobre a reforma agrária, ao mesmo tempo que posiciona-se criticamente com respeito à decisão de representante da Justiça de decretar a prisão de suas lideranças. Em outro exemplo, sobre o mesmo assunto, e também em editorial, a posição assumida pelo jornal fica mais claramente justificada: *“Parte das elites brasileiras, infelizmente, ainda parece acreditar que a questão social no Brasil é um caso de polícia”* (Folha de São Paulo, 01 de novembro de 1995). Fica evidente, nestes trechos, a fala crítica do jornal com relação a maneira com que as elites tradicionais brasileiras enfrentam os problemas sociais no campo, além da defesa para a promoção de transformações efetivas, no intuito de modernizar as relações sociais nesse âmbito. Com isso, ele contribui para trazer à esfera pública um tema que permanecia obscuro e restrito apenas aos que viviam diretamente as mazelas e as situações de violência no campo. Ou seja, ao enquadrar um determinado tema como foco de atenção - a questão agrária e os sem terra, no caso - o jornal promove novas visibilidades do mundo social e novas questões para debate na esfera pública.

Por outro lado, ele não põe em questão a legitimidade das instituições que sustentam o *status quo*. Se a decisão pela prisão dos sem terra tomada pelo juiz de Pirapozinho é questionada, não o é a instituição Justiça tal qual está estruturada no Brasil. Isso fica evidente ao nomear as estratégias de ocupação de terras realizadas pelo MST como invasões, mesmo quando são realizadas em terras improdutivas e de posse irregular - muito comuns na região do Pontal do Paranapanema. A noção quase sagrada de propriedade, sustentada na legislação brasileira e base importante do modelo econômico vigente, é inquestionável para o jornal. Clara diferença com as posições do MST, pois para este as leis podem e devem ser desrespeitadas quando são consideradas injustas, como argumenta Rainha em matéria de 23 de fevereiro de 1997 na Folha de São Paulo: *“Quando ela (a lei) só serve para favorecer os ricos e castigar os pobres, é de direito que os pequenos se rebelem”*.

¹¹ E vale sublinhar que o editorial apresenta-se como o lugar em que o jornal pronuncia explicitamente sua voz, ou seja, suas posições.

Thompson (1995; 1999; 2002) também alerta para outro aspecto no processo de construção de sentidos do jornal, que o complexifica ainda mais. Ele entende que não se pode misturar, como se fosse um mesmo, os sentidos tencionados pelos produtores dos discursos presentes nos jornais e os produzidos pelos que os lêem. Os processos de produção, de circulação e de consumo dos elementos comunicados pelas mídias são práticas sociais enraizadas em estruturas sociais, materiais, culturais e ideológicas distintas, propiciando repertórios interpretativos e intencionalidades diversas aos produtores e consumidores desses elementos, conforme as redes sócio-culturais em que se dão. Tais redes, ele ressalta, são em geral diferentes nos processos de produção, circulação e consumo, visto que o substrato material utilizado para a comunicação midiática - bastante distinto do meio mais tradicional de comunicação: o face a face - não exige a presença do produtor e do receptor no mesmo espaço e tempo. Assim, mediante os jornais pode-se transmitir informações que são produzidas em uma determinada região para outras distantes; e por meio deles pode-se fixar tais informações de modo que gerações posteriores tenham acesso a elas. Os âmbitos de produção e recepção, portanto, são diferentes, influenciando decisivamente nas intencionalidades dos sujeitos que se apropriam dessas formas simbólicas. Ou seja, as formas de apropriação e a interpretação, por parte dos receptores, dos elementos fixados pelos meios técnicos das mídias podem ser bastante distintas das previstas pelos produtores desses mesmos elementos quando planejaram sua transmissão. No atentado terrorista contra o *World Trade Center* e o Pentágono, supostamente a mando de Osama Bin Laden, o fantástico trabalho de divulgação sobre o atentado, bem como sobre a guerra dos EUA contra o Afeganistão realizado pelas grandes redes de comunicação em associação com o governo norte-americano, não garantiram o desejado posicionamento favorável com relação aos EUA e desfavorável com relação a Bin Laden, por parte da população muçulmana dentro e fora do Afeganistão. Aliás, mesmo junto à população do ocidente, este posicionamento não foi generalizadamente conseguido, ainda que sócio-culturalmente esta população seja bem mais semelhante a dos produtores das imagens midiáticas (Lima, 2003).

Não obstante a inegável complexidade que aponta Thompson dos processos de recepção e interpretação dos elementos simbólicos das mídias por parte dos que a consomem, não se pode negar o papel crucial das mesmas em configurar novas materialidades e cenários sociais no seu

exercício de produzir e fazer circular esses elementos. Pois, como já dito, através da produção e transmissão das notícias, novas visibilidades são conferidas sobre o mundo social, as quais trazem em cena novos temas e enquadres sobre os quais as pessoas discutirão, se posicionarão e se reposicionarão nos seus cotidianos. A retumbante presença do tema Guerra do Iraque que recentemente ocupou os principais espaços dos jornais mundo afora, construindo, desconstruindo, reconstruindo e fazendo circular narrativas sobre essa guerra aos mais diversos rincões do planeta, embora os sentidos produzidos nos processos de recepção possam ser distintos entre os diferentes cotidianos que as absorveram, o Iraque, a guerra, bem como as agências e personagens desse evento tornaram-se presença marcante e materializada no imaginário coletivo desses cotidianos. Outras guerras também ocorriam - e ocorrem -, talvez até mais sangrentas e dramáticas em outras partes do mundo, mas foram sobrepostas e invisibilizadas por aquela nos diversos espaços sociais que não os delas mesmas (Lima, 2003).

**III) A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: O MST E SUA
COMPOSIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA**

III) A Luta pela Terra no Brasil: o MST e sua composição sócio-histórica

“Um inseto cava
cava sem alarme
perfurando a terra
sem achar escape.

Que fazer, exausto,
em país bloqueado,
enlace de noite
raiz e minério?

Eis que o labirinto
(oh razão, mistério)
presto se desata:
em verde, sozinha,
antieuclidiana,
uma orquídea forma-se”. (do poema *Áporo*, de Carlos Drummond de
Andrade, 1984)

Compreender os discursos sobre o MST do Pontal do Paranapanema produzidos pela mídia impressa, exige que paralelamente à análise de tais discursos, resgatemos um pouco da história do movimento, localizando-o como herdeiro de outros tantos movimentos sociais e outros tantos coletivos de pessoas em torno da luta pela terra no Brasil. Tal resgate não está dissociado da análise

propriamente, mas faz parte dela, uma vez que o MST não é um movimento que surgiu do nada. Sua emergência e desenvolvimento tem raiz num tecido histórico - relacionado com a quase sempre tensa e sangrenta questão fundiária no país - que começa a se confeccionar desde os tempos da chegada do colonizador europeu - momento do evento conhecido como “descoberta do Brasil” -, quando as terras indígenas foram invadidas e tomadas a ferro e fogo, e os povos indígenas obrigados a submeter-se à escravidão (Galeano, 1971).

“Começaram, então,” afirma Fernandes (2000), “as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas” (p. 25), a qual vem desenrolando-se até os dias de hoje.

Não faltam registros históricos de uma série de movimentos de luta pela terra e contra a expropriação e exploração no país. Sem pretender entrar em uma discussão exaustiva acerca desses registros, pois assim ultrapassaríamos em muito os objetivos deste texto, traremos, a título de ilustração, alguns dos principais movimentos em questão. Inicialmente pode-se deitar luz no processo de criação dos quilombos, em particular do "Quilombo dos Palmares" (1601-1694), coletividade de quase 50.000 ex-escravos negros, fugitivos das grandes fazendas, que se organizaram em uma comunidade agrícola, localizada na Zona da Mata Nordestina, entre os estados de Alagoas e Pernambuco, para viver e semear livre e autonomamente, além de resistir aos ataques dos brancos, resultando na maior rebelião de escravos da história universal (Galeano, 1971).

Já em meados do século XIX, quando a escravidão entrou em fase terminal, culminando, ao final desse mesmo século, com a abolição dessa forma de relação de exploração do trabalho, o regime de sesmarias¹², até então vigente no país, também declinava. Como consequência, um novo regime fundiário foi criado no Brasil, baseado agora, como diz Martins (2002):

¹² Regime fundiário que prevaleceu durante o período em que o Brasil era colônia de Portugal, sendo extinguido em 1822, após a independência do país. Por intermédio do regime sesmarial, as terras do país pertenciam ao Estado – no caso, a coroa portuguesa – e eram cedidas aos cidadãos do sexo masculino, brancos e cristãos católicos desde que a cultivassem, extraindo dela produtos para

“no estatuto do trabalho livre, e o foi, mediante a interdição da terra a todos que não pudessem pagar por ela. (...) Cessado o cativo do trabalhador, foi necessário instituir o cativo da terra, forma indireta de forçar a constituição de uma força de trabalho agrícola para a então chamada grande lavoura. Essa foi a base institucional para se implantar no Brasil um regime de trabalho baseado no trabalho livre. Para que o trabalhador tivesse a possibilidade de vender livremente sua força de trabalho era necessário que ele não pudesse ocupar livremente a terra de que necessitasse para trabalhar. O trabalhador era forçadamente livre, livre dos meios de produção para trabalhar para si mesmo, uma regra básica do funcionamento da sociedade capitalista” (p. 165-166).

A cristalização desse novo regime fundiário se deu em 1850 com a promulgação da lei 601, conhecida como Lei de Terras, a partir da qual se passou a considerar a terra como propriedade privada, vindo a ter, então, valor monetário (Silva, 2004). Aos que já ocupavam terras, abria-se a possibilidade de regularizá-las, legitimando sua posse. As terras ocupadas e não regularizadas seriam consideradas devolutas, ou seja, terras do Estado ilegalmente ocupadas. Depois da promulgação desta lei, muitos fazendeiros, interessados em ampliar a extensão de suas propriedades - uma vez que, agora, também valiam dinheiro - desenvolveram um astuto método conhecido como grilagem. Por meio dele, invadiam terras das quais não eram proprietários e elaboravam títulos de propriedade falsos com a data da época em que a lei 601 ainda permitia a regularização das terras irregulares. Para que os títulos ganhassem aparência envelhecida, eram colocados em uma gaveta fechada com vários grilos vivos. Em poucos dias, os grilos, depois de mortos, exalavam uma substância tóxica que manchava os papéis, dando-lhes a falsa aparência de documentos antigos. *“Era uma prática muito comum em todo o Brasil, recordam Brandford e Rocha (2004), mas em nenhuma parte com tal intensidade como no Pontal (do Paranapanema), onde se tornou regra” (p. 84)*¹³. Muitos pequenos posseiros e comunidades quilombolas de ex-escravos que plantavam lavoura de subsistência, além de várias tribos indígenas, foram expulsos de sua subsistência, além de pagar os tributos exigidos para o rei. Em caso de uso inapropriado, a terra retornaria ao Estado para, então, ser cedida a outro candidato que dela teria também que fazer uso adequado (Martins, 2002).

¹³ Como veremos mais adiante.

suas terras através deste artifício. Aos que resistiam, a prática do assassinato era comum, quase banal. Os conflitos e tensões pela terra, nesse período, se acirravam na mesma proporção em que latifundiários concentravam em suas mãos enormes porções territoriais.

Paralelamente a isso, recorda Martins (2002), com a grande expansão da agricultura cafeeira no final do século XIX e início do século XX, os ex-escravos negros, agora livres, não contavam em número suficiente para trabalhar conforme se demandava. Pois dado que o tráfico negreiro fora proibido desde a promulgação da Lei Áurea, os ex-escravos que restavam, devido a baixa média de expectativa de vida que tinham, estavam em grande parte envelhecidos ou doentes. Diante disso, afirma o autor:

“(...) o Brasil promoveu por mais de cinquenta anos a imigração subvencionada de centenas de milhares de camponeses empobrecidos e desenraizados de países como a Itália, a Espanha, a Alemanha, a Suíça, Portugal, países eslavos e, já no começo deste século (século XX), o Japão. A motivação desses imigrantes, para aceitar as duras condições de trabalho nas fazendas de café, era a motivação de ganhar dinheiro, de ‘fazer a América’ e, não raro, de retornar rico ao país de origem. As cartas desses imigrantes a seus parentes que ficaram para trás falam-nos abundantemente dessa aspiração” (p. 166).

Ainda nesse período, além do extenso uso do artifício da grilagem pelos fazendeiros - veículo promotor de espetacular concentração de terras - a categoria do campesinato começa a se fazer presente na agricultura brasileira (Fernandes, 2000; Oliveira, 1991). Formada em sua maioria por imigrantes estrangeiros, ex-escravos negros e mestiços sobreviviam em geral como colonos ou “agregados” onde cultivavam a propriedade do latifundiário empregador em condições bastante precárias em troca de reduzido pecúlio¹⁴. Descontentes com essa condição, e tendo em vista a vastidão de terras ainda inexploradas num Brasil que, em fins do século XIX, tinha enormes vazios demográficos, migravam pelo país afora, vagando de Sul a Norte, de Leste a Oeste, cruzando o

¹⁴ Ressalta Martins (2002) que, diferentemente do que ocorreu em outros países, como Estados Unidos e Argentina, que também tiveram uma forte onda de imigração de camponeses europeus nesse período, os imigrantes que vieram ao Brasil tiveram bem poucas chances de enriquecimento rápido. Isso fica claro quando se observa os documentos bancários contendo o valor das remessas em dinheiro enviadas pelos imigrantes que aqui estavam aos familiares que permaneciam em seus países de origem. Os documentos que saíam do Brasil continham quantias bem mais modestas.

Brasil de ponta a ponta, sempre procurando um lugar para tomar posse, semear e colher os produtos para sua subsistência (Martins, 2002; Fernandes, 2000).

Malgrado os enormes vazios demográficos existentes, o artifício da grilagem era utilizado de modo voraz; afinal, terra agora valia dinheiro. Ademais, como diriam Martins (1981) e Fernandes (2000), era preciso garantir um exército de reserva permanente para trabalhar nas grandes lavouras, e um exército com braços dispostos a trabalhar muito e a preços baixos - anseio coerente a uma elite agrária por longa data acostumada ao trabalho escravo. Diante disso, muitos destes pequenos posseiros após ocupar e trabalhar a terra com suas famílias eram expulsos, via de regra, de modo violento e com a participação da polícia do Estado, valendo-se ora da Lei de Terras que caracterizava suas pequenas propriedades como devolutas, ora de documentos falsos - grilados - por algum grande latifundiário, que reivindicava sua posse (Silva, 2004).

Nessa conjuntura, inúmeros movimentos de resistência e de ocupação de espaços territoriais formados por populações de sem terra, começaram a pipocar, aqui e ali. Um dos de maior impacto histórico, ocorrido nesse período, foi o que culminou na chamada Guerra de Canudos. Localizado no estado da Bahia, entre 1892 e 1897, foi palco de uma sangrenta batalha e destruição, por parte do exército do país, de toda uma comunidade rural organizada de forma coletivista pelo visionário Antonio Vicente Mendes Maciel, o Antonio Conselheiro, junto a aproximadamente 5.000 escravos e camponeses miseráveis, vítimas da seca e da exploração dos grandes proprietários rurais (Cunha, 1995; Galeano, 1971).

Ainda outro movimento importante e ilustrativo desse processo de resistência do campesinato, este localizado no sul do país e liderado pelo beato José Maria, foi a Guerra do Contestado. É Martins (1981) quem explica com propriedade o significado desse conflito:

“Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa da ordem,

os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo” (p. 62).

Já naquela época a mídia impressa interessava-se por cobrir tais eventos, mas notabilizando-se por adotar quase univocamente as posições do governo. Como ilustra Linhares (1999), os jornais comumente referiam-se a ambos os movimentos com definições do tipo: “*reduto tresloucado do monarquismo. Covil dos inimigos da pátria. Fanáticos, bugres e bárbaros*”, entre outros adjetivos bastante desqualificantes, como se pode notar.

A partir dos anos 1930 iniciou-se a era Vargas, cuja vigência findou em 1945. Durante esse período, o mundo encontrava-se envolvido por grande tensão geopolítica, com a emergência da Segunda Grande Guerra, que levou à configuração de uma grave crise econômica internacional (Hobsbawm, 1995). No Brasil, crescia a preocupação com o auto-abastecimento de produtos alimentícios, dada a escassez decorrente dos conflitos internacionais. Como estratégia, o governo lançou mão de projetos, cujo objetivo era produzir cada vez mais voltando-se para o mercado interno, e para tanto interveio em dois pontos-chaves: de um lado, criou uma nova legislação no sentido de modernizar as relações de trabalho no campo; de outro, facilitou a ocupação de áreas ainda bem pouco habitadas, como a região amazônica e o Centro-Oeste, procurando ampliar os espaços agricultáveis do país (Souza, 2001). Com isso, neutralizou, temporariamente, as ações dos movimentos camponeses que reivindicavam melhor distribuição de terras para o povo. Aos que mantinham-se críticos, desenvolvendo ações reivindicativas - seja no campo ou na cidade - vale recordar a mão de ferro com que o autoritarismo varguista tratava seus desafetos. O excelente livro *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, ou ainda *Olga*, de Fernando Morais, são duas das publicações não acadêmicas ilustrativas a respeito.

Um ano após a deposição de Getúlio Vargas do governo, ocorrida em 1945, foi criada a Assembléia Nacional Constituinte (Souza, 2001), cujo objetivo era eliminar qualquer resquício da era Vargas, incluindo toda a legislação agrária elaborada durante seu mandato. Diante disso, as mobilizações dos trabalhadores rurais e suas reivindicações começavam, pouco a pouco, a retomar força novamente, culminando com a criação das Ligas Camponesas: o primeiro movimento camponês no país que ultrapassou as fronteiras regionais, chegando a organizar-se em 13 estados.

Apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), defendiam a realização da reforma agrária no Brasil e, para pressionar o Estado, ocupavam os latifúndios e resistiam o quanto podiam. Muitas de suas lideranças e militantes do movimento morreram em conflitos com os jagunços contratados por latifundiários, e com policiais dos governos estaduais e federal, que os expulsavam violentamente das terras ocupadas. Com o golpe militar, em 1964, e a ditadura que se instaurou, o movimento foi dizimado e muitas de suas lideranças foram ora exiladas para o exterior, ora compuseram o quadro de estatísticas dos desaparecidos durante o regime em questão.

Se desde a Lei de Terras de 1850 o processo de concentração territorial desenvolvia-se a passos largos - tendo em vista a frágil resistência oferecida pelos movimentos camponeses contra a elite agrária, sempre apoiada pelo Estado -, com o regime militar no poder, pode-se dizer que os passos foram substituídos por motores turbinados (Silva, 2004; Navarro, Moraes e Menezes, 1999; Bergamasco e Norder, 1999; Martins, 1981, 1984). Isso porque, particularmente a partir da década de 1970, a política agrária do governo estabeleceu o que José Graziano da Silva (1985) denomina como modernização dolorosa, ou modernização conservadora, na definição de outros autores (Almeida e Sánches, 1998; Fernandes, 2000; Navarro, Moraes e Menezes, 1999; Navarro, 2002; Martins, 2002; Silva, 2004). Querem dizer com isso que: *“A política da ditadura militar, especialmente durante o ‘milagre econômico’, reorganizou as relações sociais no campo na perspectiva de uma maior integração da agricultura ao ciclo industrial”* (Almeida e Sánches, 1998, p. 82); ou seja, o governo militar implantou como modelo, medidas que visavam modernizar e incrementar a produção agrícola com base na grande propriedade. Mediante programas de créditos bancários a juros baixos e subsídios destinados aos grandes produtores, pretendia-se mecanizar a produção agrícola. Como medida para acelerar esse modelo, grandes empresas nacionais e internacionais, como Volkswagen, Liquefarm, entre outras, foram incentivadas a adquirir enormes fatias de terra - muitas das quais pertencentes a antigos posseiros ou populações indígenas, que eram, invariavelmente, expulsos -, em especial nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, atendendo aos projetos de colonização de tais regiões - com seus imensos vazios demográficos -, bem como aos complexos agroindustriais - estes, também, nas regiões Sul e Sudeste.

Com tal política, os pequenos agricultores, cuja lavoura baseava-se em cultura de subsistência, foram progressivamente tendo que abandonar ou vender suas terras que acabavam

sendo absorvidas pelos latifúndios, restando-lhes ir tentar a vida nas cidades, ou trabalhar como assalariados em terras alheias em condições bastante precárias¹⁵. Não interessava ao governo criar fórmulas de financiamento acessível aos pequenos produtores agrícolas, mas apenas aos grandes. Silva (2004), refletindo sobre isso, afirma:

“A agricultura familiar brasileira, com o modelo agrícola dos militares, tornou-se inviável, incapaz de continuar se reproduzindo no novo paradigma econômico. A agricultura capitalista articulou-se com a indústria e imprimiu um novo padrão produtivo, baseado no cultivo intensivo do solo, na utilização de insumos químicos e no emprego de máquinas industrializadas” (p. 30).

Com isso, o governo militar alcança os objetivos de sua política agrária: modernizar o campo, mas sem alterar a estrutura fundiária; beneficiar e valorizar as terras da elite burguesa e criar um excedente de força de trabalho que migra para as indústrias urbanas, para os grandes complexos agroindustriais e para os grandes projetos de colonização das regiões Norte e Centro-Oeste (Oliveira, 1988; Almeida e Sánches, 1998; Fernandes, 2000; Navarro, Moraes e Menezes, 1999; Navarro, 2002; Carvalho, 2002; Martins, 2002). Sobre estes, afirma Oliveira (1988):

“Era preciso trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da 'Operação Amazônia', pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho” (p. 74).

¹⁵ Não raro em condições de escravidão, como até hoje ocorre em várias partes do Brasil. A título de exemplo, nos informa Martins (2000b): *“Na fazenda Vale do Rio Cristalino, quando ainda pertencia ao grupo alemão Volkswagen, uma fazenda de criação de corte para exportação à Alemanha, a tecnologia empregada era da maior sofisticação: chips eram implantados nos animais para por esse meio monitorar suas condições de saúde e determinar o momento apropriado do abate. As informações por esse meio obtidas lá nos pastos do sul do Pará, na Amazônia, eram processadas por computador e diariamente retransmitidas para a sede da empresa em São Paulo de onde provinham as decisões fundamentais. O gado abatido no frigorífico local era imediatamente embarcado em aviões Boeing, a carne refrigerada naturalmente na altitude do voo e desembarcada no dia seguinte na Alemanha. Porém, todas essas notáveis expressões de modernidade funcionavam com base no trabalho de quinhentos escravos empregados no desmatamento e na formação de pastagens” (p. 36-37).*

Ao mesmo tempo, o acelerado processo de industrialização que ocorria nas zonas urbanas do país, demandava, da mesma forma, braços disponíveis para ocupar os inúmeros postos de trabalho que surgiam (Kowarick e Campanário, 1994). Iniciava-se, então, um processo de migração em massa para as grandes cidades industrializadas, que incharam-se rapidamente. Tomando a região da grande São Paulo como exemplo - a maior e mais industrializada do continente sul americano -, pode-se verificar que em 1960 ela possuía 4.791.000 habitantes, em 1970 passou para 8.140.000 e, em 1980 alcançou o total de 12.588.000 habitantes. Neste mesmo ano, somente entre as pessoas que haviam migrado para lá há menos de dez anos, haviam 3.384.000 (Sader, 1988).

Tal processo é evidentemente problemático, principalmente porque a qualificação profissional da maior parte dessas pessoas (trabalhadores rurais e pequenos agricultores) tem pouca funcionalidade para o mercado de trabalho urbano-industrial, levando-as, via de regra, a uma situação de desemprego prolongado, ou inserção no mercado informal, ou ainda a ocuparem postos de trabalho mal remunerados e com precárias condições laborais. Ademais, a capacidade de consumo desta população é extremamente reduzida, dado o encarecimento dos lotes e moradias urbanas, bem como o custo de vida cotidiano, configurando um processo de favelização crescente. Segundo informações do IBGE, em 1980 estimava-se em um milhão o número de pessoas vivendo em favelas e mais de três milhões vivendo em cortiços em São Paulo (in Sader, 1988); realidade bem retratada nas estrofes da seguinte canção de autoria de um “sem terra”:

*"Saí do campo e vim ser um operário
Mas na cidade era o mesmo proprietário
Que pagava só um salário de fome
Me fazendo um quase-homem
Nas favelas de ninguém (in Fernandes, 1999, p. 49)*

Vale dizer ainda, que muitos dos migrantes, não encontrando trabalho nas cidades, somavam-se aos que cortavam cana e/ou colhiam café, laranja, entre outros produtos agrícolas, sazonalmente, em troca de valores irrisórios para ganhar o sustento - uma vez que eram mão-de-obra abundante, pouco organizada, tornando-se uma força de trabalho bastante barata para o contratante (Silva, 2004). Trabalhavam no campo, mas viviam, agora, nas cidades. Com isso, foi

desenvolvendo-se um processo de gradativa eliminação da separação entre cidade e campo, entre mundo rural e mundo urbano, e a ponte dessa união era a presença crescente de trabalhadores rurais vivendo na cidade (Oliveira, 1991), além dos operários das indústrias e da construção civil, dos desempregados e trabalhadores informais, cuja memória trazia, nas rodas de conversa e nos momentos de solidão reflexiva, as imagens do cotidiano de ex-pequenos agricultores. Refletindo sobre tal unidade rural/urbano, Oliveira (idem) assevera:

“Campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, por um lado, e a indústria, o comércio e outros, por outro), vai ser soldada pela presença na cidade do trabalhador bóia-fria do campo. As greves dos trabalhadores do campo são feitas na cidade. Ao mesmo tempo, podemos verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores da cidade. A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais” (p.26-27).

Como consequência das medidas implementadas pelo governo militar e a reorganização societária que suscitou, resumidamente expostas acima, a situação de desigualdade na propriedade da terra atingiu patamares seguramente fantásticos. Com efeito, segundo Gohn (1997), 4,8 milhões de famílias que vivem no campo não possuem terras para viver e produzir; no mesmo país onde 1,4% dos proprietários são donos de 50% das terras, a maioria das quais mantidas improdutivas. Dados, por sua vez, bastante próximos aos apresentados por Martins (2002), nos quais 50% dos produtores rurais, de um lado, possuem cerca de 1% das terras agricultáveis e, de outro, os 2% maiores latifundiários do país são donos de 50% das terras.¹⁶ Almeida e Sánches (1998), citando informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que os 9,11% maiores estabelecimentos agrícolas do país mantêm 78% de toda área agrícola existente. Para se ter uma idéia da dimensão geográfica disso, os autores apontam que 1% desse total (35.083

¹⁶ Desigualdade que, segundo Domingos Neto (2004), vem se intensificando expressivamente nos últimos anos. Citando dados do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), ele afirma: “entre 1992 e 1998 a área ocupada pelos imóveis maiores de 2 mil hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares (...) e a área ocupada pelos 10% maiores imóveis do país cresceu de 77,1% para 78,6%” (p. 28); demonstrando que nos governos pós ditadura militar, a política agrária concentracionista continua em evidência.

propriedades registradas no IBGE) ocupa 153 milhões de hectares, o que significa uma área equivalente à soma dos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria.

É nessa composição sócio-histórica que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) vai se confeccionando. Ele acontece no corredor das lutas contra uma espantosa desigualdade social e expropriação dos trabalhadores patrocinada pelo Estado. Referindo-se à sua gênese, diz Fernandes (2000), membro do setor de educação do movimento:

“O movimento (MST) começou a ser formado no Centro-Sul, desde 07/09/1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem terra, que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos” (p. 50).

De fato, a partir da ocupação da Macali, transformada em assentamento após resistência bem sucedida dos trabalhadores rurais que dela participaram, inúmeros outros focos de ocupação começaram a ocorrer, simultaneamente e subseqüentemente, tendo ela como referência. Nesse período, lembra Navarro (2002) e Navarro, Moraes e Menezes (1999), as ações do movimento localizavam-se nos estados do Sul, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas paulatinamente foram desenvolvendo-se por outros estados do país.

Em 1984, o movimento é fundado oficialmente, formalizando-se como movimento nacional no I Encontro Nacional do MST que ocorreu na cidade de Cascavel (PR). Referindo-se a esse evento, diz Stédile, um de seus principais líderes e fundadores:

“De 21 a 24 de janeiro daquele ano (1984), na cidade de Cascavel, no Paraná, realizamos o Primeiro Encontro Nacional do MST, com 80 representantes de 13 estados. Definimos,

nessa ocasião, os princípios, quais as formas de organização, nossas reivindicações, estrutura e formas de luta do movimento” (Stédile e Fernandes, 1999, p. 44).

Esse encontro teve como objetivo trocar experiências e articular os diferentes focos de luta pela terra, buscando formar um movimento social comum e coeso. Nele, decidiu-se também pelo nome do movimento. Dado que a imprensa já os nomeava “sem terra”, seja no Rio Grande do Sul, em São Paulo, Paraná, ou quaisquer das regiões onde aconteciam as ocupações reivindicando terra, resolveram aproveitar o nome e incluir o caráter classista que os caracterizava ideologicamente. Recorda Stédile acerca disso:

“Fizemos uma reflexão profunda sobre o assunto (nome do movimento) e aproveitamos o apelido pelo qual já éramos conhecidos pela sociedade: ‘os sem-terra’. Aprovamos por unanimidade o nome de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (...) Paralelamente, fizemos uma reflexão no sentido de que deveríamos resgatar o nosso caráter de classe. Somos trabalhadores, temos uma sociedade de classes diferentes e pertencemos a uma delas” (Stédile e Fernandes, 1999, p. 47).

Navarro, Moraes e Menezes (1999) e Navarro (2002) localizam esse momento como o primeiro dos três principais da história do MST. Esse primeiro momento é composto pelos anos formativos do movimento indo de finais dos anos 1970 até 1986, quando ainda era fundamentalmente um movimento sulista.

“Neste primeiro período”, diz Navarro (2002), “o MST contou com forte presença de mediadores religiosos ligados aos grupos progressistas da Igreja Católica, inclusive como dirigentes do próprio movimento e, no geral, selecionou ações de pressão com menor potencial de confrontação, optando freqüentemente pela negociação e tendo como interlocutor principal os governos estaduais - até 1985. Neste último ano, nacionalmente, a partir do primeiro governo civil que tomou posse, encerrando o ciclo militar, defrontou-se também com o governo federal. (...) Eram, contudo, momentos de fácil recrutamento de agricultores com pouca terra ou sem terra e o movimento expandia-se agilmente, fundado no significativo apoio dos mediadores religiosos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e

nas facilidades operacionais oferecidas pelas estruturas da Igreja Católica. Não muitos novos assentamentos foram formados, mas os poucos concretizados serviram como forte estímulo à ampliação da capacidade de mobilização do movimento” (p. 202-203).

Almeida e Sánches (1998) identificam a ação pastoral dos mediadores religiosos através, principalmente, da Igreja Católica - norteadas por sua ala progressista, composta pelos que comungavam dos preceitos da Teologia da Libertação - e da Igreja Luterana, que desenvolviam um trabalho junto aos pequenos agricultores e trabalhadores sem terra por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como um dos fatores importantes nesse processo. Da mesma forma, para Stédile e Fernandes (1999), a CPT teve um papel de fundamental importância na gênese do MST, seja interferindo e denunciando a violência dos conflitos no campo, seja promovendo encontros com os sem terra e pequenos agricultores para discutir a injustiça social no país e a necessidade de organizar-se como movimento social para transformar tal situação. Esses encontros pautavam-se pelo método conhecido como “ver-julgar-agir”, através do qual pretendia-se efetuar reflexões críticas e voltadas para a prática, de modo que as privações vividas deixassem de ser consideradas como fatalidades (Silva, 2004). Recorda Stédile sobre isso:

“Lembro-me de que, num dos primeiros debates, ainda com esse caráter pastoral, nos anos de 1981 ou 1982, que já estavam pipocando as lutas, a CPT levou o professor José de Souza Martins para assessorar a reunião. Não lembro se foi numa plenária ou num trabalho de grupo, debaixo das mangueiras existentes no Centro de Formação da Diocese de Goiânia, que ele fez uma afirmação marcante: ‘A luta pela terra no Brasil só terá futuro e somente se transformará em um agente político importante para mudar a sociedade se conseguir adquirir um caráter nacional e se conseguir organizar os nordestinos’. Foram dois desafios que marcaram. E a CPT ajudou a superá-los. Cresceu a convicção de que deveríamos construir um movimento nacional e romper com o regionalismo gaúcho, sempre muito cioso de si, que achava que sozinho podia ir longe” (Stédile e Fernandes 1999, p. 21).

Almeida e Sánches (1998) ainda recordam, como outro fator de contribuição importante para a fase formativa do MST, o

“(...) conjunto de experiências organizativas acumuladas pelos trabalhadores rurais nas décadas que precederam o golpe de 64 e que não foram, ou foram incorporadas (total ou parcialmente) pela organização sindical que emergiu depois. Embora tenham sido derrotadas pela ditadura militar, as experiências das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultrabs) são referências freqüentemente destacadas pelos próprios dirigentes do MST” (p. 80).

Stédile e Fernandes (1999) também trazem na lista de elementos dessa fase da história do movimento, a situação política que vivia o país no final dos anos 1970 e início dos 1980. Nesse período, o Brasil experimentava um processo de gradativa redemocratização, e um conjunto de movimentos sociais - junto aos partidos de esquerda que se legalizavam novamente após alguns anos na obscuridade, além da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) - emergia e se destacava na luta pelo fim do governo militar e pela democratização efetiva do país; dizem eles:

“Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. (...) A luta pela democratização da sociedade brasileira e contra a ditadura militar, que criou as condições necessárias para o surgimento do MST” (p. 22-23).

No conjunto desses fatores, que caracterizou a sua fase formativa, o MST foi se confeccionando e alcançando dimensão nacional: a) a política econômica, que favorecia uma espetacular concentração de riquezas e de terras, ministrada com mão de ferro pelo governo militar; b) os encontros nos diversos espaços da CPT entre os sem terra e os pequenos agricultores com membros da ala progressista, notadamente, das igrejas católica e luterana¹⁷, além dos assessores convidados para contribuir com as discussões; c) a memória das histórias de organizações camponesas anteriores ao MST contadas e discutidas, muitas vezes, por antigas

¹⁷ Vale lembrar, que a CPT, nos diz Martins (2002), “não é só a Igreja Católica. Ela junta também pelo menos a Igreja Luterana e não raro aparecem nas reuniões da CPT pessoas de outras igrejas, que são convidadas” (p. 192).

lideranças e membros de tais organizações; d) a memória do repertório de atividades de luta do próprio MST e de um número cada vez maior de histórias a serem contadas - bem ou mal sucedidas - e em cada vez mais regiões do país, tornando-se referências para novas mobilizações e novas estratégias do próprio movimento; e) a situação política por qual passava o país de mobilização e luta pela redemocratização; f) a unidade progressivamente construída dos espaços urbanos e rurais, tradicionalmente cindidos, através dos processos de migração em massa do campo para as cidades, trazendo para as narrativas de insatisfação emergentes com relação ao modelo político e econômico adotado pelo governo militar a problemática da questão agrária no país; e g) a presença cada vez mais constante do MST nas mídias, através das quais puderam comunicar sua existência e a temática da questão agrária aos cotidianos mais diversos do país. Tais fatores, em conjunto, acabaram por formar uma trama discursiva que gradativamente foi confeccionando materialidade¹⁸ ao movimento como instância social de interlocução política no debate sobre a reforma agrária.

Finda a sua fase formativa, uma segunda etapa ocorre entre os anos de 1986 e 1993. A definição desses anos para demarcar a etapa em questão, segundo Navarro, Moraes e Menezes (1999) e Navarro (2002), deu-se devido a alguns novos fatores que surgiram na caracterização do movimento. O primeiro deles é uma significativa redução da influência dos mediadores religiosos nos rumos do movimento. Diz Navarro (2002) sobre isso:

“A partir desta fase, portanto, inverte-se a relação entre os mediadores religiosos, os quais, se antes definiam a orientação geral do movimento, passaram gradualmente a ser quadros

¹⁸ Necessário esclarecer, que a noção da qual partimos para definir o termo materialidade é a desenvolvida por Spink, P. (2003). Para este autor, a materialidade é um artefato social, e em sendo um artefato social resulta dos contínuos e cotidianos embates e negociações de sentidos, que se veiculam através das múltiplas construções discursivas promovidas e localizadas num complexo conjunto de diferentes situações sociais, em torno de um ou mais temas em questão. A construção da materialidade do movimento, no entanto, é importante ressaltar também, assim como de qualquer artefato social, por ser polissêmica e se realizar através de uma polifonia de práticas e falas, consensuais e em conflito, não se limita ao processo de construção propriamente, como na confecção de um edifício que, uma vez terminado, permanece com sua estrutura em estado inalterado no tempo. Contrariamente, a materialidade é uma forma incessantemente dinâmica e processual. Se se quiser utilizar de uma metáfora, a forma da materialidade é a de um caleidoscópio, cujas partes reorganizam-se constantemente em novos desenhos no tempo, reorganizando também constantemente a sua configuração total, a qual é sempre provisória, nunca definitiva (Spink, 1996).

auxiliares da organização, o que apenas acentuou-se nos anos seguintes, quando permaneceram na órbita do MST apenas os quadros mais radicalizados do clero católico” (p. 203).

Com isso, as ações do movimento ganharam uma tonalidade de confronto, com várias cenas de enfrentamento, muitas vezes violentas, com policiais e seguranças (jagunços) contratados por fazendeiros para impedir a ocupação de suas terras. Exemplo ilustrativo dessa mudança de orientação por parte do MST é a modificação do seu lema principal, que se antes era “Terra para Quem Nela Trabalha” passou a ser “Ocupar, Resistir, Produzir”.

Segundo Brandford e Rocha (2004), a mudança de orientação por parte do movimento não se deu por acaso, mas associada a uma postura de forte repressão por parte do governo com relação ao mesmo¹⁹, sobretudo durante a gestão de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Um pouco antes, porém, durante o governo Sarney (início da Nova República), a primeira grande frustração: depois de anunciar o ambicioso Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, elaborado por José Gomes da Silva e Néelson Ribeiro (ambos escolhidos por Tancredo Neves, antes de morrer, respectivamente, para a presidência do Incra e o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrícola, e confirmados por Sarney quando assumiu a presidência da República), no qual o governo prometeu a distribuição de terras para 1,4 milhão de trabalhadores rurais durante a vigência de sua gestão, o plano foi bastante revisado, recortado e alterado devido a forte pressão da bancada dos ruralistas no Congresso Nacional. Sobre isso, recordam Brandford e Rocha (2004):

“Sob pressão dos proprietários, o governo revisou o plano de reforma agrária doze vezes, tornando-o menos abrangente a cada revisão. Em 10 de outubro, o presidente Sarney assinou a versão final - uma pálida sombra do plano inicial. José Gomes da Silva e Néelson Ribeiro demitiram-se em protesto. A carta de demissão comentava, amargamente: ‘O

¹⁹ Além da criação da UDR (União Democrática Ruralista) pelos grandes fazendeiros, com o objetivo de trabalhar pelos seus interesses, intervindo politicamente junto ao governo e junto ao Congresso nacional para garantir a continuidade de uma política fundiária concentracionista, prestando assessoria jurídica aos ruralistas que tiveram suas fazendas ocupadas por sem terras, e organizando milícias privadas para evitar ocupações de terras ou expulsar os sem terras que estiverem ocupando fazendas de ruralistas filiados (Silva, 2004; Brandford e Rocha, 2004)

PNRA foi desfigurado a ponto de tornar-se inviável e transformar-se numa vitória política das forças que lhe são opostas” (p. 59).²⁰

Em 1988, uma nova esperança para os sem terra: é anunciada a elaboração de uma nova Constituição no país. Inúmeros movimentos sociais, ONGs e militantes ativistas em geral, entre eles o MST, organizaram-se para reivindicar uma série de avanços com relação à Constituição anterior. Embora em muitas áreas esses avanços foram de fato conseguidos, tais como, direitos das minorias, direitos humanos, das crianças, liberdade de imprensa, liberdades pessoais, entre outras, no tocante à questão agrária não houve avanço algum. Como afirmam Brandford e Rocha (2004):

“A Constituição de 1988, em vigor, não regulamenta a reforma agrária. No artigo 184 (que se refere a isso), concede ao governo federal o poder de desapropriar uma grande propriedade rural que ‘não cumpra sua função social’ e de pagar ao proprietário uma ‘justa indenização’. (...) A introdução desse conceito ambíguo (função social da terra) criou uma brecha que, num sistema jurídico favorável à propriedade, beneficiou significativamente aos donos da terra. Por causa da pressão deles, o Incra definiu ‘função social’ de forma bastante vaga, de modo que áreas quase inteiramente improdutivas ficavam a salvo da desapropriação” (p. 79-80).

Em 1990, Collor assumiu o poder e comprometido com as reformas de mercado localizou o MST - entre outros movimentos sociais - como inimigo a ser exterminado. Foi, segundo Stédile, o período mais difícil por que passou o movimento (Stédile e Fernandes, 1999). São Brandford e Rocha (2004) novamente que nos recordam:

“O governo tratava o MST como pária; prendia seus militantes e grampeava os telefones. O novo ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, um pecuarista de São Paulo, recusava-se até mesmo a conversar com os sem terra, apesar de sua pasta ser, supostamente, a encarregada da política governamental para assuntos fundiários. A Polícia Federal invadia as sedes do MST” (p. 83).

²⁰ De fato, ao fim de seu mandato, o governo Sarney havia assentado apenas 84.852 famílias, 6%, portanto, do número que seria beneficiado segundo o PNRA anunciado inicialmente.

Nessa conjuntura sócio-política, brevemente apresentada acima, que se processou a segunda etapa de existência do MST, segundo Navarro (2002). Uma etapa de reação agressiva, por parte do movimento, a uma conjuntura bastante adversa para o prosseguimento de suas ações coletivas e de seu crescimento e consolidação.

Outra transformação importante ocorrida no MST durante essa etapa, foi a mudança de sua sede principal do Sul do país para São Paulo. Dois elementos principais explicam essa mudança: a) a redução expressiva de terras disponíveis para assentamentos no Sul, principalmente no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que se publiciza - graças ao processo de redemocratização do país - a existência de uma vastidão de terras griladas e devolutas em São Paulo, sobretudo, na região do Pontal do Paranapanema; e b) a ampliação do movimento, que alcança dimensão nacional e, com isso, São Paulo adquire importância estratégica devido a sua força política e econômica, propiciando que as ações do movimento, nesse estado, sejam mais visíveis, já que mais intensamente divulgadas pelas mídias (Navarro, 2002).

Fernandes (2000) identifica, nesse momento da história do MST, uma intensificação do que denomina como processo de espacialização e territorialização da sua luta pela terra. Refere-se, com isso, ao processo de conquista, expansão e consolidação progressiva de sua existência em novos espaços territoriais. Para tanto, em cada estado onde o movimento se organiza há inicialmente um trabalho de base junto às famílias sem terra com a finalidade de organizá-las para, então, iniciar as ocupações dos latifúndios definidos como passíveis de serem transformados em assentamentos. Na medida em que se concretizam conquistas resultantes de tais ações - como novos acampamentos e assentamentos, por exemplo -

“surgem novas necessidades, aumenta o número de pessoas envolvidas na organização do movimento e assim começa a construção da estrutura básica. Realizam encontros estaduais, definem os setores prioritários, escolhem seus representantes e criam uma secretaria. Com essas ações principiam a consolidação do MST no estado” (Idem, p. 95).

Processos como esse, diz ainda o autor, ocorrem simultaneamente em diversas cidades, regiões ou estados do Brasil, sempre procurando articular-se em lutas conjuntas para manter a unidade do movimento, o qual já se fazia presente em 22 estados, além do Distrito Federal, nessa etapa de sua história.

Nessa segunda fase, o MST se defronta também com outra questão que, segundo Navarro, Moraes e Menezes (1999) permanece ainda não inteiramente solucionada, qual seja: como organizar e administrar a produção dos assentamentos agrícolas, conquistados pelo movimento, que se multiplicam rapidamente pelo país afora, de modo a serem economicamente viáveis e mostrarem-se como modelos de referência para reforma agrária? O encaminhamento para esta questão dado inicialmente pelo movimento foi de propor a criação de cooperativas agrícolas e agroindustriais que funcionassem de maneira coletivizada, quer dizer, de maneira a considerar as iniciativas e interesses coletivos superiores aos de cada uma das famílias assentadas. Tal encaminhamento produziu tensões e dissensões em várias das famílias assentadas, levando muitas delas a decidir por abandonar o movimento. Segundo Zimmerman (1994), essas situações ocorreram devido às expectativas dos pequenos agricultores assentados de, enfim, poder trabalhar sua terra com maior autonomia, plantando para sua subsistência e de sua família e assegurando, assim, comida na mesa. Expectativas estas que entraram em confronto com o modelo adotado pelas cooperativas do MST de organizar a produção priorizando o trabalho coletivo direcionado para o mercado consumidor e requerendo, desse modo, maior subordinação de cada assentado cooperado²¹.

A terceira etapa da história do MST iniciou-se em 1994 e estende-se até os dias de hoje. Nessa fase, o movimento consolidou-se ainda mais em nível nacional, estando presente em 23 estados da União, além do Distrito Federal, e tornando-se interlocutor importante na agenda de discussões da reforma agrária no país. Em São Paulo, sua atuação é inegavelmente marcante, principalmente na região do Pontal do Paranapanema com sua imensa área de terras devolutas, ideal para as táticas de luta do movimento e a conquista de vários novos assentamentos

²¹ O que tem levado algumas cooperativas do MST a flexibilizar seu modo de gestão, optando por modelos mais pragmáticos, nos quais procura-se mesclar os princípios coletivistas com interesses específicos das famílias cooperadas.

(Bergamasco e Norder, 1999; Fernandes, 2000; Navarro, Moraes e Menezes, 1999; Navarro, 2002; Carvalho, 2002).

Nesse período, o MST foi ocupando cada vez mais espaços nos aparelhos das mídias. Para Gohn (2000) e Guimarães (2001), três acontecimentos importantes - dois deles trágicos - foram determinantes para isso, e para o crescimento do poder de pressão do movimento pela reforma agrária. O primeiro dos trágicos acontecimentos ocorreu em Corumbiara (RO), em setembro de 1995, seguido do episódio de Eldorado dos Carajás (PA), em abril do ano seguinte. Em ambos, vários trabalhadores rurais sem terra foram brutalmente mortos em ação da polícia, fato amplamente divulgado, em âmbito nacional e internacional, através dos órgãos das mídias, e cuja repercussão junto a opinião pública foi de posição fortemente favorável em relação aos sem terra. O terceiro acontecimento em questão foi a grande marcha a Brasília, em 1997, na qual os sem terra caminharam a pé por centenas de quilômetros, durante dois meses, até chegar à capital federal e lá, organizaram um comício com a presença de cerca de cem mil pessoas, cujo conteúdo era reforma agrária, emprego e justiça para o povo. Nesse período, o lema principal do movimento novamente mudou e agora para “Reforma Agrária: uma Luta de Todos”²².

De fato, consultando os arquivos da Folha de São Paulo, por exemplo, pode-se notar uma curva crescente da presença do MST nas páginas do jornal, a partir destes eventos relatados. Assim, em 1994, houve 40 notícias tendo o MST como referência; em 1995, esse número pulou para 405; em 1996 foram 710; em 1997, 1383 e em 1998 foram 947 notícias. Com relação ao MST do Pontal do Paranapanema especificamente, tema desta investigação, também pelo jornal Folha de São Paulo, e estendendo um pouco mais o período de tempo abarcado, tem-se o seguinte quadro: em 1993 houve cinco matérias. Em 1994, não houve nenhuma, nem mesmo uma nota sobre o MST do Pontal. Já em 1995, foram 170 matérias; em 1996, esse número saltou para 216 matérias; em 1997, houve 260 matérias; e em 1998, 119. Uma curva semelhante a da cobertura do MST nacional, revelando que os três eventos apontados acima (os massacres de Corumbiara e Eldorado de Carajás,

²² Souza, porém, afirma que o evento-marco que levou o movimento a deixar de ser ignorado pela mídia aconteceu um pouco antes destes: foi após o 3º Congresso do MST, em julho de 1995, que contou com a presença de 5 mil camponeses sem terra em Brasília.

e a grande marcha à Brasília) tiveram grande importância na sensibilização da imprensa para com as ações do movimento²³.

No tocante às políticas públicas, este período se caracterizou pela intensificação da aplicação de princípios neoliberais no âmbito rural, desenvolvendo-se um modelo de reforma agrária fixada pelo mercado, apresentada como uma alternativa à reforma agrária reivindicada pelo MST. Antes de tal reforma, o processo de obtenção de terras para constituição de assentamentos aos trabalhadores rurais era feito pelo governo federal através do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que as desapropriava, pagando uma indenização ao proprietário pelas benfeitorias para produção agrícola (cercas, pastagens, arado, silos etc) construídas na propriedade. Mecanismo, por sua vez, previsto na Constituição de 1988, onde diz que:

“(...) compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária” (Título VII, Capítulo III, artigo 184).

No entanto, como lembram Brandford e Rocha (2004), os latifundiários aprenderam a utilizar esse conceito ambíguo da Constituição (função social da terra) para reverter em seu benefício os processos de desapropriação, uma vez que a lei garante para eles o direito de apelar aos tribunais em caso de discordância do valor da indenização oferecida pelo Incra, ou da definição de sua fazenda como improdutiva, portanto, não cumpridora da função social da terra. Como neste país, historicamente, os juízes tendem a ser notoriamente simpáticos aos latifundiários, decidiam ora que a fazenda era produtiva e, portanto, cumpria com sua função social, ora que o valor da indenização definido pelo Incra era muito reduzido, autorizando pagamentos com até cinco vezes o preço do mercado.

Para mudar essa situação, Raul Jungmann, ocupante do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários do governo Fernando Henrique Cardoso, anunciou um novo programa de reforma agrária, denominado Novo Mundo Rural. A partir desse programa, o governo federal

²³ Tendo em vista que estes eventos sensibilizaram enormemente a opinião pública, incluindo aí aos leitores do jornal.

delegava aos governos e organizações locais o poder de efetivar o processo de reforma agrária, o qual se dava através da estimulação da compra da terra que era diretamente negociada entre os proprietários e as famílias sem terra interessadas em adquiri-la. Para tanto, foi criado o Banco da Terra que, com orçamento de aproximadamente U\$ 2 bilhões - boa parte do qual injetado pelo Banco Mundial - financiava tais famílias, as quais tinham um prazo de três anos para começar a pagar o financiamento. Se após o vencimento desse prazo não iniciassem o pagamento, o banco tomaria as terras de volta. O financiamento, por sua vez, só se viabilizava se tivesse o aval do Conselho de Desenvolvimento Agrário Sustentável, organismo criado nas várias regiões do país, cada qual composto por membros dos governos estadual e municipal, além de associações de proprietários rurais, sindicatos e movimentos sociais, que tinham como função fiscalizar os acordos de compra da terra (Buainain, Silveira e Teófilo, 2000).

Vários foram os problemas identificados nesse programa. O primeiro deles foi a própria compreensão do mesmo como sendo de reforma agrária, quando na verdade nada mais era do que um programa de crédito para compra de terras. Uma verdadeira reforma agrária, dizem Brandford e Rocha (2004),

“exigia não somente a distribuição de terras aos sem terra, mas também um conjunto de políticas governamentais para redirecionar o impulso do desenvolvimento rural, com o fortalecimento do pequeno agricultor, e o combate à desigualdade e à exclusão social, criadas durante todo o desenvolvimento nacional” (p. 257).

Além disso, mesmo como crédito de compra, o programa era falho, pois o valor da terra era alto demais para as famílias empobrecidas, principalmente nas regiões do sertão nordestino e mineiro, com seus grandes bolsões de miséria. Não bastasse isso, as terras oferecidas para venda em geral localizavam-se em lugares de difícil acesso para escoamento da produção, e com solos, muitas vezes, de baixa fertilidade, cujos proprietários viam com grande satisfação a oportunidade de livrar-se delas e ainda ganhar uma soma relativamente polpuda em dinheiro vivo - não em títulos da dívida agrária (TDA) como feito mediante as desapropriações pelo Inca. Ademais, boa parte das famílias camponesas compradoras das terras era analfabeta, e mal sabiam da dimensão da dívida que haviam contraído com a dita compra, utilizando quase toda sua pequena produção para a

própria subsistência, e o pouco dinheiro conseguido com a venda do excedente para a compra de implementos agrícolas necessários para nova produção (sementes, fertilizantes, ferramentas etc). Quando chegava o momento de começar a pagar pelo financiamento não contavam com o dinheiro para tanto, retornando novamente à condição de sem terra. Haviam, ainda, os que abandonavam as terras antes mesmo do prazo para seu pagamento, devido a absoluta falta de infraestrutura do lugar (Brandford e Rocha, 2004; Silva 2004).

Diante desse panorama, o governo voltou atrás e procurou reestruturar o Incra para torná-lo mais eficiente nos processos de desapropriação e constituição de novos assentamentos, reassumindo a antiga função de implementação de infra-estrutura básica e assessoria técnica, antes concebida como de responsabilidade dos novos proprietários e do próprio “movimento natural” do mercado. Não obstante o reconhecido avanço, a política governamental nesse campo tem deixado muito a desejar. As terras para assentamento, em sua maioria, localizam-se em regiões distantes dos centros comerciais, de pouco interesse para os fazendeiros, e as motivações que movem as desapropriações e assentamentos são tão-somente voltadas para tentar reduzir os conflitos no campo - sobretudo depois que o MST conseguiu conquistar espaço importante nas mídias, denunciando ruidosamente a violência a que são expostos os trabalhadores rurais no Brasil - e não baseadas em políticas públicas de reforma agrária para reverter o escandaloso quadro de concentração de terras no país que, contrariamente a isso, vem mostrando que o grau de concentração intensifica-se mais e mais. Como afirma Domingos Neto (2004):

“(...) entre 1992 e 1998, a área ocupada pelos imóveis maiores de 2 mil hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares (mais precisamente, de 122 milhões, em 1992, para 178 milhões, em 1998) e a área ocupada pelos 10% maiores imóveis do país cresceu de 77,1% para 78,6%” (p. 28).

Como complemento dessa informação, segundo fonte cadastral do Incra, entre 1992 e 1998, o número de imóveis com mais de 50 mil hectares subiu de 181 para 262, passando a cobrir 40 milhões de hectares, cerca de 10% de toda a área agricultável do país.

Diferentemente disso, a reforma agrária defendida pelo MST tenciona modificar radicalmente a estrutura fundiária do país, revertendo a curva concentracionista ao propor o desmembramento de todos os latifúndios em pequenos assentamentos cooperativados. Parte do princípio de que a terra não deveria estar subordinada às demandas do mercado, mas às necessidades da população, com a produção agropecuária voltada para sua segurança alimentar e para o seu desenvolvimento econômico, cultural e social. Para tanto, defendem o estabelecimento de políticas públicas voltadas para apoiar a agricultura familiar e cooperativada, com a criação de sistemas de crédito e seguro agrícola aos pequenos produtores; o desenvolvimento de infraestrutura nas regiões mais distantes dos pólos comerciais, levando a indústria e a agroindústria para o interior do país e para os bolsões de miséria (região das secas); além de investir na criação de técnicas e tecnologias agro-industriais que preservem e recuperem os recursos naturais, propiciando modelos de desenvolvimento agrícola auto-sustentável (MST, 2005).

Nessa breve síntese, genericamente apresentada de sua história, fica evidenciada a importância conquistada pelo MST na luta pela reforma agrária no Brasil. Suas realizações nesse campo são inegavelmente expressivas, resultado das massivas ocupações de terra que insistentemente vêm organizando em praticamente todos os estados da federação, mesmo que, muitas vezes, às custas de mortes de diversos militantes em enfrentamento com a polícia e os jagunços das fazendas ocupadas. Referindo-se a tais realizações e conquistas, Carvalho (2002) nos apresenta um quadro bastante elucidativo:

“Até o final do ano 2000 havia aproximadamente 250.000 famílias em cerca de 1.500 assentamentos que se identificavam com o MST. (...) Nesses assentamentos, até junho de 2001, foram constituídas e estão em operação 49 Cooperativas de Produção Agropecuária - CPA - abrangendo 2.299 famílias, 32 Cooperativas de Prestação de Serviços - CPS - envolvendo 11.174 famílias e mais sete cooperativas, sendo duas de crédito, duas de trabalho e três de pequenos produtores, totalizando esse conjunto de cooperativas 13.473 famílias envolvidas. Estão em operação nesses assentamentos 70 unidades agroindustriais do Sistema de Cooperativismo dos Assentados - SCA - e mais 27 em fase de projeto. Paralelamente ao SCA, foram constituídas centenas de associações de produtores induzidas

pelas políticas públicas como indispensáveis para o recebimento de créditos rurais subsidiados” (p. 251).

Todas essas famílias, não tivessem garantido, cada qual, o acesso ao seu lote de terra provavelmente estariam à mercê, como ressaltam Navarro (2002) e Martins (2002), da opção de tentar a vida nas cidades, num período de recessão econômica e, portanto, baixas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Ademais, em muitas regiões nas quais os assentamentos do MST se estabeleceram, um maior dinamismo econômico foi injetado, com o aumento do número de consumidores (as famílias assentadas) aos estabelecimentos comerciais existentes e o crescimento de pagamento de impostos às prefeituras locais. Além disso, verifica-se, como refere Navarro (2002), uma maior

“(...) democratização da vida política dos pequenos municípios, em face da constituição de novas formas de representação e de organização que o movimento estimula tão logo os assentamentos são constituídos” (p. 214).

Não obstante a reconhecida relevância do MST em torno da discussão da reforma agrária²⁴ e a bem sucedida agenda de ações que vem desenvolvendo desde o início de sua história, há que se apresentar também as posições críticas presentes em alguns estudos de autores destacados no tema em questão, os quais revelam desencontros e impasses em suas opções político-ideológicas e organizacionais, por sua vez, norteadoras, de muitas de suas ações. Em primeiro lugar, não são poucos os autores (Brenneisen, 2000; Martins, 2000; 2002; Navarro, 2002) que enfatizam o caráter não democrático e rigidamente hierarquizado de suas direções. Seus dirigentes, por exemplo, não são democraticamente eleitos pelos militantes, mas indicados pelos que ocupam as posições hierárquicas mais altas, segundo critérios de submissão aos princípios e diretrizes principais do movimento. Em caso de oposição, atitude ou mesmo um discurso críticos em relação a tais diretrizes, arrisca-se à penas que podem ir da perda da posição de liderança até a sumária expulsão do movimento. Tal situação, resalta Navarro (2002), desenha uma curiosa contradição entre um discurso que reivindica publicamente maior democratização nas estruturas institucionais e políticas

²⁴ Garantindo sua presença como tema de debates na agenda política da sociedade brasileira, e de políticas públicas do governo.

da sociedade e nos critérios de distribuição de terras, por um lado, e as ações de gerenciamento e organização interna do movimento, por outro. Entre outras situações cotidianas nas quais o caráter não democrático pode ser verificado no interior do MST, já citamos o princípio de gestão coletivizada que orienta as suas cooperativas agrícolas que, em geral, desqualifica reivindicações específicas e de maior autonomia por parte das famílias cooperadas. A garantia de obediência das famílias a tal princípio se dá, muitas vezes, às custas da distribuição de recursos dos fundos públicos controlados pelas lideranças que dirigem as cooperativas.

Vale salientar também, como outra das situações cotidianas apontadas, o processo de homogeneização imposto pelo movimento aos seus integrantes nas suas diversas ações - seja, nos processos de ocupação de terras e prédios públicos, na organização dos acampamentos, nas passeatas, nos assentamentos etc -, não obstante as profundas diferenças existentes entre eles, como as de natureza cultural, as especificidades de gênero, etnia, geração, entre outros. Não são devidamente respeitadas, desse modo, questões que fazem do MST uma organização extremamente complexa e heterogênea na sua composição interna, em nome de determinações de inspiração ideológica definidas por suas direções principais (Navarro, 2002; Brenneisen, 2000; Chaves, 2000).

Ainda outra ressalva crítica dirigida ao MST refere-se à sua posição radical nas tentativas de conversação com o governo. Navarro (2002) sublinha a oportunidade histórica que, a partir de meados dos anos 1990, poderia ser potencializada pelo movimento em termos de resultados no tocante à reforma agrária, caso mudasse suas táticas de ação e sentasse com mais disposição e freqüência na mesa de negociações²⁵. Entre os elementos que caracterizam esta oportunidade histórica, o autor destaca: a) o enfraquecimento do poder político dos grandes fazendeiros; b) a presença constante, como nunca antes na história do país, do tema reforma agrária, corporificado na elaboração de políticas públicas específicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); c) a inédita criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário,

²⁵ Embora sejam bem conhecidas as práticas já históricas de cooptação dos movimento sociais pelo governo brasileiro.

voltado, em especial, para os pequenos produtores rurais²⁶; além, é claro, d) da consolidação das instituições democráticas no país.

Martins (2002), referindo-se também à dificuldade de conversação entre esses atores sociais (governo e MST), localiza-a na origem histórica de cada um; diz ele:

“O MST nasceu na Igreja Católica e na Igreja Luterana através da Comissão Pastoral da Terra, em que as duas igrejas atuam juntas e de modo convergente na pastoral social. Portanto, ele conserva muitas características desse nascimento e dessa origem. (...) No geral, minha impressão é de que por causa dessa origem, a concepção que os agentes de pastoral e os religiosos têm de sua atuação está muito referida a uma unidade social que não é aquela com a qual o Estado lida. O Estado lida com a categoria de cidadão, e a categoria de cidadão é apenas um fragmento da categoria de pessoa. Os ativistas ligados à Igreja lidam com a categoria de pessoa. Isso significa lidar com o desabamento de todas as contradições da sociedade em cima de um único sujeito social. Não raro, quando os agentes de pastoral falam em reforma agrária estão pensando numa reforma que atinja tão profundamente as estruturas sociais e políticas que, em decorrência, alcançará todas as instâncias da vida social e do conhecimento.

Portanto, de cada lado da mesa de conversação fala-se uma língua diferente e fala-se em projetos até opostos, imaginando-se falar sobre a mesma coisa. Pior, os sujeitos de referência dessa fala são muito distintos entre si: cidadãos, de um lado, e pessoas, de outro” (p. 192-193).

Pode-se constatar, diante do que foi até aqui apresentado, que inúmeros são os estudos já realizados e publicados sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dada a importância que adquiriu nos últimos vinte anos para a discussão da questão agrária no Brasil. Outros existem ainda os quais não foram aqui mencionados, ora por falta de espaço, ora mesmo por falta de tempo de leitura atenta, por parte do autor, de toda a vasta bibliografia existente. Para esse estudo, em particular, teve-se como objetivo explorar um aspecto ainda bem pouco investigado

²⁶ Obviamente, o autor reconhece a participação fundamental das ações do MST para a constituição destas oportunidades históricas. Elas não surgiram por mera iniciativa governamental. Sem a presença ruidosa do movimento, pode-se afirmar, boa parte disso não existiria.

sobre o tema, a saber, a circulação de sentidos presentes nas construções discursivas provenientes da mídia impressa (jornais diários) que contribuem para a materialidade social do MST em diferentes etapas de sua história. Sendo a mídia impressa um documento de domínio público (Spink, 1999) e, portanto, um mosaico por onde passeiam, justapostos, e se registram no tempo múltiplas falas acerca de cada tema - e de inúmeros temas - (McLuhan, 2001), com penetração nos mais diversos lugares e cotidianos sociais, compreende-se ser este um campo de investigação extremamente rico para o que se pretende, pelo qual perpassam os diversos âmbitos de ação e reação socialmente significadas do MST. Sendo, além disso, uma pesquisa em Psicologia Social, cujo foco é o âmbito das interações sociais em seus processos contínuos de tensões e negociações de sentidos entre - ou no interior de - grupos, organizações, comunidades ou quaisquer outros tipos de aglutinações de pessoas, debruçar-se sobre os processos de construção de sentidos que mediam a luta pela terra é uma questão que entendemos, senão exclusivamente²⁷, também do campo de estudos dessa disciplina.

Para sua melhor viabilização, decidiu-se recortar, para foco de investigação, um dos lugares onde o aparecimento do MST mais provocou visibilidade social, além de tensões, impactos e transformações nas relações sociais de uso e propriedade da terra: o Pontal do Paranapanema²⁸. Com isso, foi possível acompanhar e compreender as orientações e posições assumidas nos jornais acerca do movimento em questão. Escolheu-se, para tanto, um grande jornal de penetração nacional e um regional, dada as diferenças de lugares de onde constroem suas notícias, cujos locutores, no primeiro, tendem a posicionar-se com mais distanciamento dos eventos noticiados sobre o movimento e, no segundo, por estarem bastante próximos dos mesmos tendem a expressar - colados às notícias - seus interesses, preocupações, conceitos e preconceitos com mais intensidade e explicitude. Além disso, os jornais de grande circulação costumam ser menos rígidos com relação a sua linha editorial, sendo mais tolerantes às posições polêmicas, uma vez que falam para um número bem mais extenso e heterogêneo de pessoas, espalhadas por vários pontos do país. Já os de circulação regional tendem a ser mais homogêneos e rígidos nas suas posições. Os respectivos

²⁷ Posto ter caráter transdisciplinar.

²⁸ Sobre isso, referindo-se ao Pontal do Paranapanema, diz Navarro (1997): “(...) a organização dos sem terra assumiu uma feição nacional somente a partir de sua inserção no Pontal do Paranapanema, quando foi notado por nossas elites e projetou-se às páginas dos principais jornais” (Folha de São Paulo. Editoria Brasil. 1997).

jornais que compõem o *corpus* são O Imparcial, de Presidente Prudente (SP), como o representante regional, e a Folha de São Paulo, como o nacional.

Passemos agora para a discussão do método.

IV) SOBRE O MÉTODO

IV) Sobre o Método

Trabalhar com jornais, ou outro tipo de mídia estabelecida, requer o reconhecimento das regras a partir das quais os textos são gerados. Requer também a disposição de ler e acompanhar aquilo que é escrito dia após dia. Às vezes é possível identificar uma coluna regular ou uma parte do jornal que seja mais pertinente ao tópico em estudo, mas mesmo assim é necessário ampliar o olhar para ver o texto mais amplo dentro do qual o texto específico está sendo produzido”. (Spink, P. K., 1999)

Será apresentado, agora, o método com o qual foi desenvolvida esta pesquisa. A fonte de investigação, como se apontou, foram os jornais impressos. Entre os vários existentes, escolheu-se um de circulação nacional (Folha de São Paulo) e um regional (O Imparcial, de Presidente Prudente). Tal opção se explica, como também já se apontou, pelas possíveis diferenças de perspectivas de cada um dos periódicos em questão, ou seja, se nos de grande circulação as notícias regionais tendem a ser descritas e analisadas com certo distanciamento²⁹, além de dirigir-se para um perfil de leitores mais heterogêneo, nos jornais da região as mesmas notícias tendem a ser avaliadas pelos seus profissionais de modo mais emocional e direto, posto que esses profissionais vivem na região estando, assim, mais infundidos e emaranhados no jogo de idas e vindas dos diferentes

²⁹ Não obstante a Folha de São Paulo dispor de editorias regionais.

posicionamentos, narrativas e valores sobre a questão em cada instante e lugar da região em que estão cobrindo o evento noticioso³⁰.

O acesso às matérias da Folha de São Paulo se deu inicialmente através do banco de dados do próprio jornal, disponível via *internet* a partir de 1994. De 1990 a 1993, encomendamos fotocópias das matérias sobre o MST do Pontal do Paranapanema que nos foram enviadas pelo mesmo banco de dados. Se num primeiro momento isso facilitou enormemente nossa tarefa, dispensando-nos da necessidade de procurar página por página as que fariam parte do *corpus* de análise (as matérias jornalísticas que compõem o conjunto a ser investigado), num segundo momento, notamos que esse *corpus*, da forma como foi adquirido, era-nos insuficiente, pois as matérias arquivadas estavam dissociadas do conjunto do jornal, ou seja, cada uma das matérias que tínhamos em mãos encontrava-se recortada do restante do jornal. Assim, não tínhamos acesso à composição na qual cada matéria estava encaixada - como as matérias do entorno, a sua localização na página (se mais acima, ou mais abaixo) etc - e tampouco aos elementos não verbais - como fotos, mapas, gráficos, entre outros - que igualmente participam, em conjunto com os elementos verbais, do quadro comunicativo de cada matéria. Para superar essa limitação, nos utilizamos do acervo da biblioteca Mário de Andrade em São Paulo, além de exemplares arquivados pelo pesquisador, complementando o que faltava na composição das matérias.

Com relação ao jornal O Imparcial, o acesso foi feito através do acervo da biblioteca da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) de Presidente Prudente.

O *corpus* de análise compõe o seguinte período da história do MST no Pontal do Paranapanema: inicia-se a partir de 1990, ano em que aparece pela primeira vez nos jornais matérias sobre o MST dessa região e termina ao final de 2000, ano em que começamos a nos mobilizar para a feitura da pesquisa. Uma década de notícias, portanto.

³⁰ É preciso ressaltar, porém, que estes apontamentos acerca das diferenças de perspectiva entre ambos os jornais não têm caráter assertivo como algo que se sabe que é desta maneira, nem tampouco se pretendeu investigar se estas diferenças se concretizam de fato, pois assim nos desviaríamos dos objetivos desta pesquisa. A opção pela utilização destes dois tipos de jornais (um de abrangência nacional, outro regional) se deu em função da preocupação preventiva do autor em contemplar as possíveis diferenças na apresentação das notícias em ambos os jornais, tendo em vista serem meios de comunicação provenientes de lugares de produção distintos.

Uma vez armazenado o *corpus* para análise de discurso, iniciou-se a fase de sua organização. Para tanto, uma leitura atenta e flutuante acompanhando as histórias e narrativas gerais presentes nas diversas matérias selecionadas foi necessária e, a partir dela, uma classificação dos grandes temas e gêneros jornalísticos que nelas apareceram (políticos, econômicos, comunitários etc). Além disso, elaborou-se um cabeçalho para cada matéria, constando o nome do jornal em que apareceu, data, dia da semana, página, tamanho da matéria, caderno, editoria, observações (se há, por exemplo, gráficos, mapas ou fotos), se tratava-se de uma matéria que fazia parte de uma série de reportagens ou se era isolada, os personagens presentes, além de um breve resumo de cada uma.

Em seguida, passou-se para a fase da análise propriamente. Esta se fez compreendendo as dimensões do discurso discutidas em Fairclough, como já se disse anteriormente. A escolha pela abordagem de Norman Fairclough como principal fornecedora dos elementos teórico-metodológicos para essa pesquisa se justifica porque este autor procura superar a cisão, tradicionalmente construída na análise de discurso, entre as abordagens que, de um lado, concentram-se na análise textual destituindo de importância os aspectos estruturais que a atravessam e, de outro, debruçam-se mais fortemente nestes últimos aspectos. Como afirma:

“A análise de textos é uma parte essencial da análise de discurso, mas a análise de discurso não é meramente a análise lingüística dos textos. Eu vejo a análise de discurso como oscilando entre um foco sobre textos específicos e um foco sobre o que chamo de ‘ordem de discurso’, a relativamente durável estrutura social da linguagem, que é um elemento da relativamente durável estrutura e rede das práticas sociais” (2003, p. 03).

Antes de entrarmos em uma discussão mais detalhada da abordagem de Fairclough, porém, vale ressaltar que o autor partiu de autores e obras que igualmente debruçaram-se no tema do discurso para construir suas reflexões. Autores como Bakhtin, Foucault, além da Etnometodologia de Garfinkel e a Análise Conversacional, a Psicologia Social Construcionista de Potter e Wetherell, estão marcadamente presentes no conjunto de sua obra. Embora reconheçamos a importância de transitar por esses autores antes de entrarmos na sala de discussões sobre as contribuições de

Fairclough para a análise de discurso, reconhecemos, do mesmo modo, que tal percurso tornaria este capítulo um tanto extenso e exaustivo, desviando-nos demais do foco de investigação desta pesquisa. Diante disso, arriscaremos ir direto à obra de Fairclough, e ao leitor que se interessar por trilhar esse tortuoso caminho de ligações entre as reflexões do autor em questão e as outras abordagens apontadas acima, o convidamos para ir aos anexos onde encontrará um *paper* (De Mikhail Bakhtin à Norman Fairclough: notas para reflexões metodológicas sobre análise de discurso) que, se não sacia plenamente a curiosidade intelectual, oferece ao menos um panorama com ditas ligações.

Fairclough, assim como os outros autores e abordagens apontados acima, parte do pressuposto de que discurso é ação, é prática social, já que capaz de provocar efeitos que podem levar - conforme o âmbito de uso e as intencionalidades conscientes e/ou inconscientes que o sustentam - tanto a manutenção como a mudanças sociais com intensidades variadas. Discursos e textos podem mudar crenças e valores, podem produzir novos conhecimentos, mas podem também cristalizar e naturalizar o pré-existente. Assim, por exemplo, as práticas discursivas produzidas pelo MST - bem como suas práticas de ocupação de fazendas, prédios públicos, caminhadas etc, reivindicando a reforma agrária, o fim do latifúndio e o financiamento público aos assentamentos e cooperativas agrícolas do movimento - e encenadas através das mídias contribuem para desnaturalizar uma visão de propriedade e uso da terra historicamente enraizada no Brasil. Já as provenientes de organizações de grandes latifundiários, como a UDR (União Democrática Ruralista), por exemplo, contribuem, inversamente, para a manutenção da mesma³¹. Disso decorre que os discursos também podem produzir efeitos de transformação - ou manutenção - no mundo material. Retomando o exemplo anterior, as práticas discursivas e as ações do MST nos últimos anos vêm produzindo transformações expressivas no mapeamento agrário em algumas regiões do Brasil, como o Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo, na medida em que pressiona o Estado para acelerar o processo de desapropriação das grandes propriedades improdutivas e devolutas e, assim, construir novos assentamentos para os trabalhadores sem terra.

³¹ Deve-se ressaltar, porém, que conforme o contexto de situação dos potenciais consumidores destes discursos, o efeito pode ser o inverso.

Deve ficar claro, contudo, como alerta Fairclough, que os efeitos provocados pelos discursos, sejam no âmbito das produções identitárias, dos valores, crenças e conhecimentos, sejam no âmbito do mundo material, não podem ser compreendidos como orientando-se por uma causalidade mecânica e simplista, por assim dizer. Como ele mesmo assinala:

“(…) não podemos, por exemplo, alegar que características particulares de textos automaticamente levam a mudanças particulares no conhecimento ou comportamento das pessoas, ou a efeitos políticos ou sociais particulares” (2003, p. 08)

Muitos fatores participam das implicações provocadas por determinados textos e práticas discursivas, qualquer que seja o âmbito de ação em que estejam envolvidos, não sendo possível concluir de antemão que determinadas tipologias ou características de construção e conteúdo discursivos conduzirão, inevitavelmente, a efeitos a eles condizentes.

Fairclough argumenta ainda que pensar o discurso como prática e ação social exige considerar que o acontecimento discursivo, qualquer que seja ele, mantém sempre uma relação dialética com a situação, estrutura social e ou instituição que o enreda (Fairclough e Wodak, 1997). Quer isso dizer que o acontecimento discursivo é construído com base nas limitações e possibilidades de confecção dadas pela situação, estrutura e instituição que o marcam, ou seja, ele é necessariamente formatado por estas. Mas, ao mesmo tempo em que é formatado, também lhes dá forma, pois

“constitui as situações, os objetos de conhecimento, a identidade social das pessoas e as relações destas e dos grupos entre si. As constitui no sentido de que contribui para sustentar e reproduzir o status quo, e também para transformá-lo” (p. 367).

Em meio a esta relação dialética entre o evento discursivo e a estrutura social na produção de efeitos lingüístico-sociais, Fairclough (2001) identifica a presença de três funções distintas, mas não excludentes, da linguagem: as funções identitária, relacional e ideacional. A primeira, a função identitária, refere-se à maneira com que as identidades sociais são confeccionadas nos eventos discursivos, os quais posicionam diferentemente os sujeitos no cotidiano de suas ações e

relações; a função relacional refere-se ao processo de negociação de sentidos e posicionamentos entre as pessoas em meio às relações que travam. Por fim, a função ideacional diz respeito à maneira com que os discursos e textos vão dando sentido ao mundo material e social - bem como a nós mesmos nele - e ao próprio processo dinâmico de construção destes sentidos - por meio de interações mediadas e face a face, interpessoais e intrapessoais (isto é, de cada um consigo mesmo e as diversas vozes que o atravessam), bem como as estabelecidas com as coisas materiais e com as abstratas - e de algum modo materializadas.

Contemplar o discurso como entidade performática, ou seja, como um tipo de prática social com tantas possíveis orientações quanto as possibilidades de ações humanas - econômicas, políticas, culturais, entre outras - e, por conseguinte, com vasto poder de influência nas estruturas das organizações e relações sociais, requer, segundo Fairclough, enveredar por questões que dizem respeito às relações de poder, as quais nos levam ao movediço terreno das ideologias que, para ele,

“(...) são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (...) As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (2001, p. 117).

Localizar a ideologia no campo das relações e das lutas de poder e dominação³² exige ainda lançar mão de novos conceitos para acompanhar a dinâmica destas relações no cotidiano das

³² O que coloca Fairclough entre os autores que comungam uma visão crítica da ideologia, distinta dos que a entendem a partir de uma perspectiva descritiva. Como ele mesmo observa: *“Esta visão crítica da ideologia, olhando-a como uma modalidade de poder, contrasta com várias visões descritivas de ideologia como posições, atitudes, crenças, perspectivas etc dos grupos sociais sem referência às relações de poder e dominação entre tais grupos” (2003, p. 09).*

práticas sociais, discursivas e não discursivas. O primeiro destes conceitos, o de ordem discursiva, Fairclough empresta de Foucault. Vale dizer que com este conceito o autor refere-se ao conjunto total das práticas discursivas pertencentes a determinada instituição ou organização social e suas interações; ou seja, as ordens discursivas são a face discursiva das ordens sociais. Disso decorre que há uma interligação bastante íntima entre os aspectos discursivos e os aspectos sociais³³ no interior das estruturas “sócio-discursivas” (ordens discursivas e ordens sociais) na visão do autor.

Para evitar possíveis confusões, ele lança mão do termo elementos das ordens de discurso para referir-se a suas partes constitutivas. Tais elementos não se organizam de modo complementar e estável, concebendo as ordens discursivas como estruturas estáticas e precisamente definidas, mas estão em constante tensão, tendo seus limites continuamente reorganizados, propiciando, assim, a formação de novos elementos e a eliminação ou transformação dos pré-existentes. Tendo em vista o dinamismo com que se dão as relações entre estes diferentes elementos, pode-se concluir pelo dinamismo com que se configuram e se reconfiguram as ordens discursivas que os conformam, posto que as interações entre ambos estabelecem-se dialeticamente.

Vale ressaltar ainda que o que se aplica aos limites entre os elementos das ordens de discurso e suas interações entre si e com elas, aplica-se aos limites e interações entre as diferentes ordens de discurso, resultando num processo de constantes articulações, rearticulações, fusões, sínteses e, mesmo, desaparecimentos de ordens de discurso. Isso fica claro ao acompanharmos os discursos relativos à questão agrária no Brasil a partir das matérias jornalísticas sobre o MST do Pontal do Paranapanema, campo-tema desta pesquisa. Elementos de ordem agrícola (mapas e estatísticas sobre a vasta extensão de terras devolutas na região concentradas nas mãos de pequena parcela de pessoas que as mantêm ociosas, com produtividade bem abaixo da média do estado de São Paulo) articulam-se com elementos de ordem jurídica (direito de propriedade versus relevância social da terra), com elementos de ordem econômica (agricultura familiar versus agronegócios), com elementos de ordem política (poder político-partidário dos grandes latifundiários versus as manifestações e atos públicos dos sem terra), com elementos de ordem religiosa (concepções progressistas da Igreja versus concepções conservadoras), entre outros, formando um nova ordem discursiva que mescla elementos discursivos - ou práticas discursivas - oriundos de diversos

³³ Em verdade, ambos os aspectos são sociais, alguns porém discursivos e outros não discursivos.

espaços e tempos sociais, num grande caleidoscópio histórico-ideológico que vai, em meio a conflitos, tensões e negociações de sentido, reconfigurando-se e se reorganizando permanentemente.

Ressalte-se, ademais, a imbricação íntima do discursivo e do não discursivo. Voltando ao exemplo acima, os discursos relativos à questão agrária também foram constituídos com participação de elementos como as ocupações de latifúndios ociosos e/ou grilados, além dos prédios públicos e agências bancárias, com as grandes caminhadas, com prisões realizadas pela polícia aos sem terra, por sua vez decretadas pela Justiça, com mortes de sem terra, de policiais e de fazendeiros, com a fome, o desemprego, as precárias condições de vida de um vasto exército de pessoas nos campos e nas cidades, e assim por diante. Isso porque, se as ordens discursivas, como se disse anteriormente, são a face discursiva das ordens sociais, estas são a face social e material das primeiras, enlaçadas pelas práticas sociais e discursivas que as compõem e são, ao mesmo tempo, por elas compostas. Como assevera Fairclough (2001):

“‘Prática discursiva’ aqui não se opõe a ‘prática social’: a primeira é uma forma particular da última. Em alguns casos, a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto em outros pode envolver uma mescla de prática discursiva e não discursiva. A análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado” (p. 99).

Voltando ao terreno das ideologias, pode-se dizer que os diferentes elementos e ordens de discursos - locais e societárias, no dizer de Fairclough - e suas tensas e/ou negociadas interações cotidianas são incessantemente investidas, desinvestidas e reinvestidas ideologicamente, posto serem focos mais ou menos intensos de lutas pelo poder. Como no exemplo já referido, todos os elementos de ordens discursivas apontados acima se encadeiam, confluindo - não sem conflitos e tensões - numa construção discursiva sobre a questão agrária e o MST - bem como sobre todos os atores envolvidos nessa questão: governos federal e estadual, fazendeiros, além de alguns personagens especificamente nomeados, como José Rainha, Diolinda, Stédile, Mário Covas, FHC,

UDR etc -, por sua vez influenciando as construções discursivas de outras tantas ordens de discurso locais e societárias³⁴ (Movimento dos Sem Teto, por exemplo, além de outros movimentos de sem terra não ligados ao MST). Tal capacidade de influência a torna objeto de investimento ideológico e de luta hegemônica por um grande número de grupos, organizações e instituições sociais, tais como, o poder público, a Igreja, ONGs, partidos políticos, além de uma diversidade de grupos populacionais espalhados mundo afora.

Como fica evidente aqui, Fairclough também se utiliza do conceito de hegemonia em seu trabalho, pois: *“Buscar hegemonia”*, diz ele, *“é um modo de buscar universalizar sentidos particulares a serviço do alcance e manutenção da dominação, e isto é trabalho ideológico”* (2003, p. 58). Conceito originalmente desenvolvido pelo pensador italiano Antonio Gramsci, a hegemonia caracteriza-se por um equilíbrio instável e assimétrico entre uma classe ou categoria social sobre outra, mas que é sempre parcial e temporariamente alcançado, nunca definitivo. Para mantê-lo (o equilíbrio), o grupo dominante articula-se em alianças e integra, através de algumas concessões, os grupos subalternos para o seu campo de domínio (Gruppi, 1991). Tal processo deve ser continuamente alimentado e realimentado - e os elementos simbólicos das mídias têm papel crucial para isso - para não se romper, visto serem as relações de dominação/subordinação foco constante de lutas envolvendo um amplo conjunto de agências sociais, com seus variados interesses - econômicos, políticos, jurídicos, entre outros (Thompson, 1995; Semeraro, 1999).

No que diz respeito às agências de luta hegemônica, o sujeito, aqui, assume papel importante, pois, distintamente do que ocorre em Foucault e na escola francesa de modo geral (Pêcheux, Althusser etc), ele não é completamente interpelado pela estrutura social mediante seus aparelhos ideológicos e de poder. Se os sujeitos - e não há dúvida disso - são constrangidos pelas estruturas, que lhes impõem limites e desenham suas condições de possibilidade na vida social, não se pode afirmar que suas ações e práticas são totalmente determinadas por estas. Eles têm seus próprios poderes de ação e de produção de efeitos sócio-discursivos, que não podem ser reduzidos aos poderes estruturais (Fairclough, 2003). A título de exemplo, pode-se pensar na língua como uma estrutura coercitiva e que, portanto, limita as possibilidades de seu uso pelos sujeitos, devido às

³⁴ E suas respectivas formas de ação.

regras gramaticais e lexicais pré-definidas, bem como ao conjunto de letras a partir das quais pode-se construir palavras e frases. No entanto, não se pode concluir disso que os sujeitos que a utilizam não encontram espaços - até mesmo infinitos - de criações possíveis e inéditas.

Esta interação dialética entre sujeito/agência social e estrutura pode ser identificada igualmente na concepção bakhtiniana de dialogia, na qual o autor desenha o campo das ações e interações humanas como extremamente dinâmico e orientado pelas presenças simultâneas da singularidade das consciências falantes - e ouvintes, respondentes, compreensivas e compreensíveis - e das normatizações e regulamentações - formal e informalmente - estabelecidas nos cotidianos de uso. A relação sujeito-estrutura tal qual acima descrita concretiza-se em função de que, embora use dos repertórios de normatização existentes - estruturados/estruturantes - para se inserir e dialogar nos diferentes espaços sociais que correntemente percorre, cada sujeito apropria-se dos mesmos - e os utiliza - segundo o lugar no qual sócio-historicamente está posicionado; e em cada um destes lugares vê e lida com as experiências - incluindo as que tem consigo mesmo - através de lentes específicas. Gramsci apontava estes lugares como compostos pelo que denominava complexos ideológicos. Explicando melhor, para este autor o sujeito é configurado segundo a posição social que ocupa em cada momento, posição que é delineada por correntes ideológicas que lhe apresentam os instrumentos e as lentes a partir das quais dará forma e sentido às experiências que vive. Tais correntes ideológicas povoam mais intensamente os campos que, como identificamos há pouco, atraem lutas hegemônicas mais acirradas e neles organizam-se conflitante ou complementarmente, cruzam-se ou orientam-se em linhas paralelas, formando um complexo ideológico (Fairclough, 2003). Se se considerar os complexos ideológicos como o equivalente das ordens discursivas e as correntes ideológicas como o equivalente dos elementos das ordens discursivas, pode-se daí depreender por um permanente e dinâmico processo de articulações e rearticulações, construções, transformações e desaparecimentos dos diferentes complexos ideológicos presentes no mundo social, sempre norteados, por sua vez, em torno das lutas hegemônicas (Fairclough, 2001).

Este movimento continuamente dinâmico com o qual organizam-se e interagem os complexos ideológicos e as ordens de discurso, as correntes ideológicas e os elementos das ordens de discurso formando, como se apontou acima, como que um caleidoscópio no qual mesclam-se textos oriundos dos mais diversos tempos e lugares, configurando sempre novos conjuntos textuais

a cada novo movimento definido sócio-historicamente em meio às tensões, negociações, conflitos e lutas hegemônicas ocorridas no dia-a-dia da vida vivida, Fairclough vai denominar - recorrendo novamente a Bakhtin - como intertextualidade.

A justificativa da funcionalidade deste conceito em termos de aplicação metodológica em Fairclough será discutida a seguir, quando nos debruçarmos sobre cada uma das três dimensões com as quais organiza sua teoria tridimensional. Até agora procuramos apresentar sinteticamente sua concepção de discurso, na qual busca reunir e contemplar os macro-processos e os micro-processos envolvidos no discurso. A pergunta com que seqüencialmente nortearmos esse tópico é: como se efetiva a análise de discurso defendida por Norman Fairclough em termos de método? Para começar a responder esta questão, daremos novamente a palavra ao autor:

“Acredito que a análise da prática discursiva deva envolver uma combinação do que se poderia denominar ‘microanálise’ e ‘macroanálise’. A primeira é o tipo de análise em que os analistas de conversação se distinguem: a explicação do modo preciso como os participantes produzem e interpretam textos com base nos recursos dos membros. Mas isso deve ser complementado com a macroanálise para que se conheça a natureza dos recursos dos membros (como também das ordens de discurso) a que se recorre para produzir e interpretar os textos e se isso procede de maneira normativa ou criativa. Na verdade, não se pode realizar microanálise sem esse conhecimento. E, naturalmente, a microanálise é a melhor maneira de expor tais informações: desse modo, fornece evidências para a macroanálise. Portanto, a microanálise e a macroanálise são requisitos mútuos” (2001, p. 115).

Para efetivar essa conjugação dos aspectos micro e macro do discurso em sua teoria, Fairclough organiza o procedimento de análise em três dimensões que, embora distintas, permanecem mutuamente interligadas; são elas: a análise do texto, a análise dos processos discursivos e a análise social do evento discursivo. A primeira destas dimensões, a análise textual, o autor argumenta que deve ser realizada levando em consideração os seguintes itens: o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual, pois, desse modo, pode-se apreender o que chama de arquitetura do(s) texto(s) a ser(em) analisado(s). Sobre o vocabulário refere tratar-se das palavras

isoladas utilizadas no texto com suas propriedades de lexicalização e relexicalização das experiências. Assim, utilizar a palavra ocupação para referir-se à estratégia mais conhecida do MST em suas ações em prol da reforma agrária tem implicações bastante diferentes do que utilizar a palavra invasão - de notória preferência entre os que regularmente escrevem nos jornais pesquisados. Há, neste caso, um claro investimento ideológico, além da indicação de lutas hegemônicas em torno do uso de uma ou outra de ditas palavras.

O segundo dos itens, a gramática, trata da combinação das palavras em orações simples ou complexas e em cada uma delas pode-se identificar a presença de uma ou mais das funções identitárias, relacionais e/ou ideacionais, produzindo seus respectivos efeitos de sentido. Como diz o autor:

“Toda oração é multifuncional e, assim, toda oração é uma combinação de significados ideacionais, interpessoais (identitários e relacionais) e textuais. As pessoas fazem escolha sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença” (idem, p. 104).

O item seguinte, a coesão, refere-se aos elementos de ligação, tais como os pronomes, artigos, conjunções, palavras repetidas etc, cuja função primordial é ser o elo de articulação entre distintas orações, propiciando coerência ao texto. Através da coesão pode-se apreender os indicadores dos diferentes dispositivos e organizações retóricas do texto, além das variações argumentativas e de racionalidade que nele vão sendo delineadas.

Por fim, a estrutura textual diz respeito a organização estrutural do texto como um todo. Um texto sobre o MST no caderno político é comumente organizado de maneira distinta a um localizado na revista da Folha, como se pode ver nos lides³⁵ dos exemplos abaixo:

O primeiro exemplo é:

³⁵ Oriundo da palavra inglesa *lead*, que significa guiar, conduzir, induzir, o lide apresenta uma síntese do assunto em questão, destacando o que há de essencial nele. Localiza-se normalmente no início do texto (no 1º ou nos dois primeiros parágrafos).

“MST decide colocar Rainha na clandestinidade.

A direção nacional do MST decidiu que o líder dos sem terra no Pontal do Paranapanema (SP), José Rainha Jr., deve manter-se foragido e escondido até que seja suspenso o pedido de sua prisão preventiva. O MST avalia que, devido a vários processos contra Rainha, ele não seria mais solto se, voluntariamente, se apresentasse à Justiça” (Folha de São Paulo de 27 de janeiro de 1996, Editoria Brasil, p. 1-8).

O segundo é:

“Diolinda no pontal da fama.

Fosse um mês e meio antes, Diolinda Alves de Souza - líder dos trabalhadores sem terra no Pontal do Paranapanema - passaria despercebida. Mas naquela quarta-feira, 6 de dezembro, se encontrava em São Paulo justamente porque pretendia desfrutar da notoriedade repentina.

Pela manhã, iria fazer fotos para a Revista da Folha. À tarde, agendaria uma futura participação no ‘Programa Livre’, do SBT. À noite, estaria mais uma vez diante das câmeras: o ‘Opinião Nacional’, da TV Cultura, queria entrevistá-la ao vivo. No dia seguinte, conversaria com um repórter do jornal ‘The New York Times’.

Miúda, cabelos curtíssimos, rosto quase adolescente, Diolinda, 25, ganhou a mídia por causa de uma polêmica decisão judicial. Em 30 de novembro, o juiz da comarca de Pirapozinho (SP), Darci Lopes Beraldo, determinou a prisão de quatro membros do MST. O motivo: formação de quadrilha - crime que, sob a ótica do magistrado, comete quem incentiva a ocupação de propriedades alheias” (Revista da Folha, de 17 de dezembro de 1995, p. 14).

Pode-se ver que os dois textos acima diferem significativamente quanto às convenções que os organizam. O primeiro tem um teor mais político, com estilo descritivo, aparentemente isento. Ele anuncia a intenção de apenas retratar a estratégia definida pelo MST de manter um de seus líderes, com prisão decretada pela Justiça, escondido da mesma. Pressupõe que o movimento seja bastante conhecido, pelos seus leitores, como uma organização de confrontação e luta pela

hegemonia no delineamento de um modelo de reforma agrária. Porém, apesar do aparente teor descritivo com que o artigo se apresenta aos leitores, em nenhum momento problematiza a decisão da Justiça e, desse modo, sutilmente designa o MST e Rainha como marginais foras da lei.

O segundo texto, ao contrário do anterior, assume um estilo mais informal, quase de fofoca. Focaliza um aspecto da vida cotidiana da mulher Diolinda, tratada de maneira amistosa, quase íntima, utilizando de expressões (miúda, cabelos curtíssimos, quase adolescente) que a descrevem como uma pessoa que tende a despertar simpatia ao leitor. Ademais, o texto a localiza como uma mulher simples que, mesmo perseguida por um juiz (provavelmente simpático aos interesses dos grandes ruralistas) que a condenou à prisão, deu a volta por cima, “ganhou a mídia” e “desfruta da notoriedade repentina”. Com isso, Diolinda torna-se uma personagem também bastante empática ao leitor. Ao mesmo tempo, porém, a Diolinda militante e líder do MST se secundariza, torna-se um elemento apagado do conjunto de elementos que compõe sua identidade. Desde o título, onde é feito um jogo de palavras com a palavra pontal (“Diolinda no pontal da fama”), a região na qual ela vive e milita pelo movimento (Pontal do Paranapanema) torna-se um mero qualificativo para a fama que de repente e surpreendentemente arrebanha.

Contemplando estes quatro itens, Fairclough argumenta ser possível apreender a arquitetura do texto em si. Mas como já se disse anteriormente, é preciso ainda complementar tal procedimento com uma segunda e uma terceira dimensões analíticas. Na segunda, a análise dos processos discursivos, Fairclough deita atenção nos processos de produção, disseminação e consumo textuais, lançando mão do conceito de intertextualidade - que empresta de Bakhtin -, cuja importância para a análise em questão ele justifica com a seguinte explicação:

“Em termos da produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos; a maneira como eles sempre constituem acréscimos às cadeias de comunicação verbal existentes, consistindo em textos prévios aos quais respondem. Em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro (por exemplo, os discursos políticos freqüentemente transformam-se em reportagens). E em termos de consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que

não é apenas 'o texto', nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação" (2001, p. 114).

Assim, na Folha de São Paulo de 21 de fevereiro de 1996, a então deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Marta Suplicy, escreve no caderno Brasil um artigo com a seguinte manchete: *"Sem medo dos sem-terra: conhecendo a história"*. Neste artigo, ela apresenta um panorama do processo de grilagem na região, ou seja, do processo de apropriação irregular de terras públicas para uso privado pelos grandes latifundiários que acontece desde a segunda metade do século XIX, procurando mostrar que os invasores não são os sem terra, mas sim os latifundiários grileiros. Ademais, a autora argumenta, expondo números expressivos, pelas melhorias que comumente os assentamentos promovem na situação sócio-econômica não apenas das famílias assentadas como também dos municípios do entorno, aumentando a arrecadação do ICMS pelas prefeituras e incrementando as trocas comerciais na região, com o aparecimento dos novos consumidores: os assentados. Suplicy, ao escrever este artigo, responde a outros textos prévios sobre o MST, textos que, via de regra, o denominam ora como invasor de propriedades alheias, ou como braço de organizações guerrilheiras, ou ainda como orientando-se por uma noção de reforma agrária ultrapassada cuja concretização vai levar à favelização no campo, entre outras denominações que o desqualificam como interlocutor da questão fundiária no Pontal do Paranapanema - e no país, por suposto. Ademais, Suplicy utiliza de outros textos também para sustentar seus argumentos, os quais orientam-se - e atuam, pois linguagem é ação social - no sentido de re-significar o MST como agente importante no processo da reforma agrária e, por decorrência, da redução da pobreza e da tensão no campo. Seu texto, portanto, permite vislumbrar uma historicidade intertextual, na medida em que traz consigo outros tantos textos a partir dos quais se constitui.

Ao mesmo tempo em que se constitui intertextualmente, o texto em questão gera múltiplas possibilidades de leituras, e múltiplas construções de sentido possíveis, pois, como afirma Fairclough (2001) - e como diria igualmente Bakhtin (1999) - cada intérprete do texto traz consigo inúmeros outros textos, a partir dos quais constrói a base de sua compreensão. Se nas conversações face a face isso já se faz notar, nos meios de comunicação mediada e quase mediada (Thompson,

1995, 1999) - e o jornal é um deles -, cujos substratos materiais utilizados possibilitam a intercomunicação entre as pessoas mesmo quando localizadas em extensões espaço/temporais bastante longínquas e sócio-culturalmente diversas, as possibilidades de leitura e construção de sentidos ficam ainda mais multiplicadas. Assim, uma vez publicado, o texto torna-se de domínio público, suas mensagens, a história que quer contar, os sentidos que pretende produzir, a autoria do texto, por assim dizer, passam a ser co-construídas por cada um de seus leitores. A perspectiva intertextual, portanto, não se limita apenas ao processo de construção do texto, ela atravessa outros âmbitos, como o da sua interpretação que, de uma ou outra maneira, o recria.

Esse âmbito (o do intérprete) também é importante para refletirmos sobre nosso próprio processo de investigação, sobretudo quando se trata de pesquisas cujo campo de estudos são meios de comunicação midiática - como os jornais diários, neste caso específico. Ao nos debruçarmos sobre esses documentos, os lemos, os interpretamos e contamos histórias acerca das histórias contadas por eles (neste caso em particular, pelos jornais e sobre o MST do Pontal do Paranapanema); e o fazemos tendo como base outros textos - acadêmicos e não acadêmicos - lidos, ouvidos, vistos a partir de um lugar sócio-cultural e histórico específico. Nesse sentido, não podemos ter a pretensão de esgotar o assunto em questão, de penetrar no âmago, na verdade essencial do que tenciona dizer o texto interpretado. Mas não podemos não por não possuímos o equipamento científico para tanto, mas porque, como diz Rorty (1994), essa é uma falsa questão. O texto de um documento, sobretudo se um documento de domínio público, como os jornais, não é algo cujos sentidos acabam com sua produção final. Os seus leitores têm papel ativo na produção destes sentidos (Bakhtin, 1999), como alertamos acima. Os sentidos de um documento de domínio público são continuamente construídos e reconstruídos na medida em que são lidos, relidos e comentados por diferentes pessoas, de diferentes lugares. De nossa parte, nos resta - o que não é pouco - continuar a conversa com os textos, procurando desvelar os seus intertextos e, portanto, a historicidade neles presente, incluindo aí a que é trazida aos textos quando lidos pelo autor em questão. Noutras palavras, nos resta contar novas histórias e reacender o debate sobre a questão, neste caso, o MST no Pontal do Paranapanema e toda a complexa, tensa e injusta conjuntura agrária que envolve esta região.

A última dimensão de análise é a análise social do evento discursivo. Nesta terceira dimensão, Fairclough contempla a ideologia e o poder como elementos a serem observados no discurso. Sua concepção de ideologia, como já se apontou, localiza-o entre os autores que defendem uma perspectiva crítica da mesma, e por conceber os meios de comunicação de massa como aparelhos de especial importância no processo de transmissão de narrativas ideológicas - voltadas para a construção, manutenção, legitimação, transformação de relações assimétricas de dominação entre grupos sociais distintos - aproxima-se bastante da obra de John Thompson, utilizando-a como importante referência bibliográfica. Já sua concepção de poder e de relações de poder, como também se apontou, situa-se na concepção gramsciana de hegemonia e lutas hegemônicas, as quais atravessam e se presentificam nos discursos e textos produzidos, transmitidos e interpretados nos mais diversos lugares e substratos de interações sociais - relações face a face e mediadas (televisão, jornais, revistas, telefone, rádio, *internet* etc).

Não obstante a separação que faz nas três dimensões de análise aqui expostas, Fairclough em momento algum afirma que tais dimensões se apresentam nos discursos de modo cindido e marcadamente delimitado em suas fronteiras, como vagões de um trem puxados por uma locomotiva discursiva, cada qual contendo uma das ditas dimensões a espera do analista que irá apreender sua forma e sentido. Contrariamente a isso, o discurso apresenta-se com todos os elementos destas dimensões imiscuídos - cada qual podendo deixar pegadas mais ou menos marcadas, mais ou menos evidentes - num grande caldeirão simbólico - ou caleidoscópio, como se disse há pouco - em constante movimento, reorganizando-se e reconstituindo-se permanentemente. Diante disso, a abordagem de Fairclough, aqui brevemente discutida, ocupa, em nosso entender, um lugar de destaque para uma tese como esta, já que procura integrar várias perspectivas do discurso, superando as visões restritas aos planos ora de ordem textual ora de ordem estrutural³⁶ que, majoritariamente, compõem o quadro de teorias de discurso e análise de discurso dominantes. Desta forma, Fairclough nos propicia o acesso a um instrumental teórico-conceitual-metodológico que se encaixa naquilo que Billig define como *scholarship*: um grau de erudição que possibilita um amplo conhecimento e habilidade para fazer conexões entre os diversos fenômenos e fatores que, mesmo aparentemente díspares, participam efetivamente da construção do evento que se está

³⁶ Ou enfatizando mais um do que outro, embora reconhecendo a existência de ambos.

acompanhando analiticamente. Fato que pode ser ilustrado com suas palavras ao descrever as várias perspectivas que procura contemplar na sua teoria.

“Tentei combinar aspectos de uma concepção foucaultiana de discurso com a ênfase bakhtiniana na intertextualidade: a primeira inclui uma ênfase fundamental nas propriedades socialmente construtivas do discurso, a última enfatiza a ‘textura’ dos textos (Halliday e Hasan, 1976) e sua composição por meio de fragmentos de outros textos, e ambas apontam para o modo como as ordens de discurso estruturam a prática discursiva e são por ela estruturadas. Também tentei localizar a concepção dinâmica da prática discursiva e sua relação com a prática social que emerge dessa conjuntura dentro de uma conceituação gramsciana de poder e de luta de poder em termos de hegemonia. Ao mesmo tempo, recorri a outras tradições na lingüística, à análise de discurso baseada no texto e à análise da conversação etnometodológica para a análise textual” (idem, p. 131).

Dando continuidade à abordagem do campo-tema dessa pesquisa buscaremos, a seguir, desmembrar a história do MST na região do Pontal do Paranapanema, contada através dos jornais diários - e por nós recontada. A história, como veremos, apresenta-se dividida em duas fases distintas que caracterizam o processo de desenvolvimento do MST no Pontal. A primeira fase refere-se à emergência do movimento, quando desenvolve ações voltadas especificamente para a busca de terras e assentamentos às famílias sem terra, provocando impactos bastante expressivos na região. A segunda fase refere-se à sua expansão - ou territorialização, como diz Fernandes (1999, 2000) - e consolidação como interlocutor incontestável na discussão sobre a questão fundiária no Pontal, trazendo em cena personagens que a partir de então irão ocupar com regularidade as páginas dos jornais. Nesta fase, além de dar continuidade às ações de ocupação de novas fazendas, o MST também se vê obrigado a preocupar-se com a gestão da produção dos assentamentos já conquistados e das cooperativas agrícolas que construiu, desenvolvendo estratégias de ação voltadas para a aquisição de financiamentos públicos que viabilizem tais cooperativas.

V) A ABORDAGEM DO CAMPO-TEMA

V.1) O Processo de Luta, Emergência e Consolidação do MST no Pontal do Paranapanema através dos Jornais Folha de São Paulo e O Imparcial de Presidente Prudente

“Esse homem, ou mulher, está grávido de muita gente. Gente que sai por seus poros. Assim mostram, em figuras de barro, os índios do Novo México: o narrador, o que conta a memória, coletiva, está todo brotado de pessoinhas” (Galeano, 1991).

Localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, na micro-região Alta Sorocabana de Presidente Prudente, o Pontal do Paranapanema compreende os seguintes municípios: Caiuá, Dracena, Mirante do Paranapanema, Pacaembu, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio e Tupi Paulista. A região tornou-se especialmente famosa pela dimensão da grilagem das suas terras por longa data. De tão comum e impunemente tolerada pelo Estado, não raro encontram-se ruas em algumas das cidades acima listadas batizadas com nomes de grandes grileiros. Procurando ilustrar com clareza esta situação, Fernandes (1999), citando livro de Monteiro Lobato (O Príncipe Negro e a Onda Verde, 1948), no qual relata os processos de falsificação de propriedades no oeste paulista, escreve:

“Insistentes nas palestras como certas moscas em dias de calor, é, nestas regiões, a palavra ‘grilo’. Grilo e seus derivados, ‘grileiro’, ‘engrilar’, em acepção mais diversa da que deve ter entre os nipônicos, onde grileiros engrilam grilos de verdade em gaiolinhas, como fazemos com o sabiá, o canário, o pintassilgo e mais passarinhos tolos que morrem pela garganta. Em certas zonas chega a ser uma obsessão. Todo mundo fala em terras griladas e comenta feitos de grileiros famosos” (p. 103).

Assim, em estudo detalhado, de 1995, sobre a situação fundiária no estado de São Paulo coordenado pelo Departamento de Regularização Fundiária do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), verificou-se que dos 1.182.491,97 hectares de extensão de terras que compõem os 34 perímetros³⁷ que dividem a região do Pontal do Paranapanema, 444.130,12 hectares são de terras devolutas e 519.315 hectares estão com processos de ações discriminatórias em andamento, sendo a grande maioria destas terras controladas por latifundiários grileiros. Tal situação não é recente, desde a segunda metade do século XIX, a prática da grilagem se instaurou e mapeou a região³⁸. Recorda Suplicy (1996)³⁹ que em 1930, o governo do Estado de São Paulo decretou como devolutas algumas das maiores fazendas do Pontal e chamava a atenção para o risco de se comprar terras nesta região. Na década de 1940, criou reservas florestais no intuito de recuperar as terras consideradas devolutas, mas as florestas foram rapidamente derrubadas e transformadas em pastagens pelos fazendeiros. Até recentemente, recorda ainda Suplicy, o governo apenas desapropriou 46.169 hectares na região, embora tenha, desde 1958, ganhado ação judicial de devolução das terras devolutas.

Um arranjo como este configura-se como um “berço esplêndido” para a explosão de tensões e conflitos, quase inescapavelmente. Para incendiá-lo ainda mais, inúmeros posseiros e pequenos agricultores que perderam suas terras, cobertas pela construção das barragens das usinas hidrelétricas Porto Primavera (no rio Paraná), Rosana e Taquaruçu (no rio Paranapanema), além dos operários da construção civil desempregados devido à finalização das obras de ditas barragens, bem como os bóias-frias também desempregados da Destilaria de Álcool Alcídia, da região, juntavam-se, a partir da década de 1980, ao já numeroso exército de descontentes, ávidos pelo quinhão de terras que entendiam de direito para cultivo da subsistência. Vários processos de ocupação passaram, então, a ocorrer, intensificando-se, ainda mais, a partir da década de 1990, quando deram início as ocupações organizadas pelo MST.

³⁷ Unidades territoriais criadas na Constituição de 1939 pela Procuradoria Geral do Estado.

³⁸ Motivada pela promulgação da Lei de Terras como mencionado anteriormente.

³⁹ Folha de São Paulo - Editoria Brasil - 1996.

A primeira ocupação organizada pelo MST no Pontal do Paranapanema aconteceu em 14 de julho de 1990 na fazenda Nova Pontal, um latifúndio grilado localizado no município de Teodoro Sampaio (Bergamasco e Norder, 1999). Tal ocupação provocou grande tensão entre os latifundiários da região, tendo em mente a repercussão que já possuía o MST por suas ações em outras regiões do país. Além disso, com ela o MST conseguiu que sua luta no Pontal do Paranapanema aparecesse na imprensa. Nos dias 15 e 16 de julho, foram escritas duas notas - uma em cada dia - na Folha de São Paulo anunciando a ocupação - e essa é uma das poucas vezes em que é denominada dessa maneira: como ocupação. Nos dias 18, 19, 20 e 21 de julho, neste mesmo jornal, com a ação espetacular de detenção, pelos ocupantes sem terra, de dois oficiais de Justiça quando foram entregar-lhes liminar de reintegração de posse da fazenda, as matérias de cobertura do evento eram bem maiores - e assinadas -, e tratavam os sem terra agora como invasores, não mais ocupantes.

No jornal O Imparcial, de Presidente Prudente, cuja primeira notícia sobre o MST da região ocorreu em 16 de julho do mesmo ano, tratando também do caso da fazenda Nova Pontal, os sem terra eram definidos como invasores e seqüestradores. Em 20 e 21 de julho, ainda sobre o mesmo assunto, o jornal O Imparcial acompanha o que, nos seus termos, é intitulado como, respectivamente, o “*despejo dos invasores*” e o “*cumprimento da determinação da Justiça, com o fim pacífico da invasão*”.

Ora, segundo o dicionário Aurélio, seqüestrar quer dizer

“1. Fazer seqüestro de; 2. Pôr de parte, isolar, insular; 3. Tomar com violência; 4. Desviar de sua rota, mediante violência”

E seqüestro significa,

“1. Crime que consiste em reter ilegalmente alguém, privando-o de sua liberdade; 2. Objeto seqüestrado, depositado; 3. Apreensão judicial de bem litigioso, destinada a assegurar-lhe a entrega, oportunamente, à pessoa a quem se reconheça que ele deve tocar”

Quanto à palavra invadir, o dicionário traz a seguinte definição:

“1. Entrar à força ou hostilmente em; 2. Difundir-se em, alastrar-se, espalhar-se; 3. Dominar, tomar; 4. Apoderar-se violentamente de, usurpar”.

Na equação destes dois termos com que são definidos os sem terra nestes artigos⁴⁰, pode-se depreender uma intencionalidade de modo algum neutra por parte de quem fala. Como afirmam Souza e Thomaz Júnior (2002),

“O enunciador ao optar por ‘invadir’ faz a escolha de um signo que preserva o conceito de propriedade privada, em que o sujeito do enunciado encontra-se na ilegalidade e ao destinatário é oferecida uma pista de leitura em que a transgressão tem permissão para ser punida. Caso ele optasse por ‘ocupar’, estaria sustentado pelo conceito de propriedade social da terra e a ilegalidade se encontraria na ação da repressão” (p. 09).

Tal posição - consequência da opção pelo termo invadir - é ainda mais ressaltada quando associada com o termo seqüestrar. Invasores e seqüestradores, portanto, são os termos associados com os quais os jornais em questão iniciam a cobertura sobre as ações do conjunto de pessoas que compõem o MST no Pontal do Paranapanema. Transgressores e autores de ações ilegais, por decorrência, são os sentidos produzidos que delineiam a identidade, a carta de apresentação desse conjunto de pessoas ao entorno da região do Pontal⁴¹ pelos mesmos jornais. Sentidos estes que sustentarão mais a frente argumentos retóricos que legitimam o uso de segurança armada por não poucos fazendeiros para dispersar os sem terra, além de alimentar um arsenal de metáforas de

⁴⁰ Mesmo a Folha de São Paulo, se não usa na manchete a palavra seqüestro ao referir-se à ação dos sem terra ao reter os oficiais de Justiça, como no O Imparcial, a utiliza no transcrito do texto das matérias.

⁴¹ E de outras regiões também, sobretudo através das notícias veiculadas pela Folha de São Paulo, um jornal de circulação nacional.

guerra usadas com cada vez mais frequência nos jornais, na medida em que vão se acirrando os conflitos na região.

É preciso recordar, contudo, que os jornais - sobretudo os de grande circulação, como a Folha de São Paulo - não apresentam suas notícias de modo unívoco, com mensagens e posições estritamente homogêneas. Em alguns casos, até mesmo num mesmo artigo pode-se apreender falas que se conflitam e se contradizem. Sobre isso, ainda no caso da fazenda Nova Pontal, a Folha de São Paulo traz um artigo cuja manchete é “*Invasores prometem matar 2 reféns e juiz tenta negociação*”, referente à já mencionada detenção dos dois oficiais de Justiça pelos sem terra, ante a ameaça de despejo da fazenda. No transcorrer do texto, porém, pode-se ler que os dois oficiais de Justiça têm sido bem tratados pelos sem terra, e que a polícia e o juiz da comarca de Teodoro Sampaio estão em conversação com eles. Ademais, há uma fotografia na qual aparecem o juiz de Teodoro Sampaio (Camilo Lellis) e o líder dos sem terra no acampamento da ocupação (Ângelo Chioro) apertando as mãos sob aplausos de outras pessoas. Informações contraditórias, pode-se notar; afinal, como um juiz de direito vai apertar as mãos de um seqüestrador que ameaça matar os reféns seqüestrados, os quais são, nada menos, que oficiais de Justiça? De alguma maneira, essa foto com o aperto de mãos entre os dois legitima a ação dos sem terra pela Justiça. Como disseram Souza e Thomaz Jr. (2002) logo acima, ela informa uma opção de evitação da repressão, na medida em que apresenta o juiz procurando conversar e negociar. Subliminarmente, portanto, pode-se pensar em uma opção pelo termo ocupação e não invasão, nesta foto, para definir a ação dos sem terra na fazenda.

Se mirarmos o conjunto da matéria, no entanto, veremos essas falas mescladas, mas com ênfase marcada na opção anterior. Explicando melhor, se a foto apresenta o aperto de mãos entre sem terra e juiz de direito, levando-se a concluir por uma fala que opta pela noção de ocupação, a manchete e o lide dizem o contrário, ou seja, optam pela invasão, seqüestro e até ameaça de assassinato para definir a ação dos sem terra. Sobre a manchete, já foi descrita acima sendo desnecessário repeti-la aqui; já o lide refere que o juiz Camilo Lellis reuniu-se com as polícias civil e militar para decidir pela estratégia de ação de despejo dos sem terra, uma vez que ele concedeu liminar de reintegração de posse à proprietária da fazenda Nova Pontal. Refere também que o prefeito de Teodoro Sampaio afirmou que os invasores prometem matar os oficiais de Justiça

mantidos como refêns, caso não sejam atendidas suas reivindicações. Apenas a partir do terceiro parágrafo se começa a falar sobre a intenção dos sem terra de conversar com o governador para negociar uma outra área onde possam ficar acampados quando saírem da fazenda, além de declaração dos oficiais de Justiça de que foram bem tratados pelos sem terra; e somente no penúltimo parágrafo se faz menção à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituições social e juridicamente legítimas, informando que contrataram advogados de defesa para os acampados.

Falas distintas, como se pode ver, presentificadas na mesma matéria e trazendo em cena diferentes versões circulantes sobre as ações do personagem MST. Por conseguinte, alguns dos embates retóricos sobre o mesmo personagem na busca pela hegemonia de sentidos, como diz Fairclough (2001, 2003), estão igualmente presentificados. A versão que se apresenta como hegemônica, no entanto, é a versão sustentada pela voz do jornal. Se ele (o jornal) dá espaço para a presença de outras versões, buscando legitimidade junto aos seus leitores - ao mostrar-se como jornal democrático, que pesa as diferentes posições sobre o mesmo tema -, organiza o desenho da matéria de maneira a sobressair a sua versão: a do personagem MST atuando como invasor de propriedades, seqüestrador de pessoas e de bens e potencial assassino.

Retomando o roteiro inicial de lutas dos sem terra, após terem sido despejados da fazenda Nova Pontal, decidiram montar acampamento nas margens da rodovia SP 613, pois assim poderiam permanecer aglutinados e ampliar o número de famílias acampadas, além de definir a próxima estratégia e local para nova ocupação. Lá resistiram às pressões e ameaças de jagunços e policiais, à fome, ao frio e aos insistentes argumentos de fazendeiros e governo de que não adiantaria permanecerem acampados na estrada e tampouco “precipitarem-se”, ocupando fazendas da região. O melhor, diziam, era seguir para as suas regiões de origem e para isso eram oferecidos caminhões e ônibus que os levariam “gratuitamente” de volta. Após 35 dias de resistência neste acampamento, receberam do governo uma proposta para acamparem em uma área pertencente à Secretaria de Agricultura - localizada na mesma rodovia -, onde passaram a receber cestas básicas regularmente, conquanto tenham também reivindicado assistência médica e escola no local sem serem atendidos. Paralelamente a isso, pressionavam o governo para apressar o processo de discriminação das terras devolutas e logo iniciar a distribuição em lotes às famílias sem terra, mas a

velocidade com que tal processo se desenvolvia era extremamente lenta, desencadeando mais e mais desgaste e impaciência a essas pessoas (Fernandes, 1999; Bergamasco e Norder, 1999; Silveira, 1994).

Todo esse caminho percorrido pelo movimento após o despejo da fazenda Nova Pontal até o acampamento em área da Secretaria de Agricultura, não mereceu nenhuma menção do jornal Folha de São Paulo e apenas uma pequena nota do jornal O Imparcial. O silêncio, muitas vezes, também comunica: permanecer acampados na beira da rodovia, resistindo por mais de um mês às ameaças de jagunços e policiais, à fome, ao frio, e a vários outros problemas, parece não ter contemplado os critérios de noticialidade de ambos os jornais nesse momento. Os sem terra teriam ainda que provocar muito ruído e espetáculo para merecer ocupar as suas páginas com regularidade.

Depois de oito meses acampadas na SP 613 (na área pertencente à Secretaria de Agricultura), as famílias sem terra iniciaram um novo ciclo de ocupações, seguidas, invariavelmente, de processos de despejo por reintegração de posse. Entre as ocupações realizadas, a que mais presença teve nas páginas dos jornais foi a da fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema. De propriedade de Antonio Sandoval Neto, ex-prefeito de Presidente Prudente pelo Partido da Frente Liberal (PFL), o conjunto de coberturas da ocupação da São Bento mereceu várias matérias pela Folha de São Paulo e pelo O Imparcial, boa parte delas assinadas e todas localizadas na editoria de política, considerada a mais importante pelos jornais. A primeira ocupação da fazenda ocorreu em 23 de março de 1991, sendo primeiramente noticiada pelo jornal O Imparcial, um dia depois de realizada. A manchete que a anunciava era “*Fazenda de ex-prefeito é invadida*”. No dia 25 de março, a Folha de São Paulo soltou uma nota, cujo título era “*Dono de fazenda pede a reintegração de posse*”.

As histórias das coberturas da ocupação desta fazenda, pelos jornais, deram-se, inicialmente, de modos distintos, como se pode perceber a partir destas duas manchetes. Assim, nota-se uma diferença de importância dada ao caso da fazenda São Bento entre os dois jornais. Para a Folha de São Paulo parecia ser mais uma ocupação de mais uma fazenda pelo MST, entre tantas as realizadas pelo país afora, descrita na forma de pequena nota de rodapé de página do lado esquerdo do jornal. Para O Imparcial a notícia assume uma importância maior, sendo destacada na

manchete como uma fazenda de propriedade de um ex-prefeito, num artigo de seis parágrafos e na parte central da página também do lado esquerdo.

Com o decorrer do caso fazenda São Bento, contudo, a Folha muda a posição sobre o mesmo e progressivamente começa a ampliar o espaço destinado às notícias relativas a ele, trazendo, inclusive, uma entrevista com o genro do proprietário e administrador da fazenda. O espaço dado pela Folha começa a se estender quando, após concedida a liminar de reintegração de posse da fazenda ao proprietário, os sem terra se negam a sair da mesma. Nesse momento, os jornalistas parecem ter “farejado” que este seria um caso noticiável.

De fato, a história desta ocupação teve um encaminhamento bastante diferente da anterior, pois o próprio Estado, através da Procuradoria de Justiça, entrou com ação para desapropriar a fazenda São Bento e transformá-la em assentamento, visto estar localizada em área de terras devolutas. Chama a atenção também que, na Folha de São Paulo, o anúncio desta decisão do governo do Estado é escrito num artigo (*“Procuradoria tem ação no caso Paranapanema”*), em cuja página pode-se ler outros artigos em seu redor com manchetes bastante sugestivas, como *“PT quer fazer uma reforma agrária em salas da Câmara”*, ou *“Collor oficializa cinco reservas indígenas no Rio Grande do Sul”*. Manchetes que produzem, como efeito comunicativo, o reconhecimento da legitimidade da idéia de reforma agrária e a intenção do governo de promovê-la, deixando pistas para que o leitor não “satanize” a ação dos sem terra de ocupar terras devolutas e improdutivas para plantar. Uma opção pelo termo ocupação? Não há como afirmá-lo a partir deste conjunto de matérias, embora fique explícito que, a partir da ação impetrada pela Procuradoria do Estado, os jornais, sobretudo a Folha de São Paulo, assumem uma posição mais simpática com relação aos sem terra. Assim, na Folha, em artigo de 29 de março de 1991, a manchete é: *“Justiça decide futuro da fazenda invadida”*, no qual há uma foto de barracos precariamente montados pelos sem terra acampados na fazenda em questão. Ao lado desse artigo há outro cuja manchete é: *“Acampamento tem apoio da Igreja”*. Ademais, nesta mesma página há notas referindo-se à vitorias realizadas pelo Incra em fazendas de outros estados, a mortes devido a conflitos de terra ocorridos no Paraná, além de um grande artigo, na parte de cima, com fotos mostrando passo a passo uma bárbara cena de linchamento de três assaltantes por um grupo de

pessoas - que os queimaram ainda vivos -, em Matupá (MT), observados por um grupo de impassíveis policiais militares.

Mais que uma posição simpática com relação aos sem terra, o jornal começa a anunciar aqui uma posição que se volta enfaticamente ao discurso em defesa da legalidade, no tocante à solução da questão agrária no Pontal. Ele procura assim legitimar as instituições da ordem social, mesmo quando reconhece a existência de atores desqualificados para ocupar funções importantes em tais instituições, como no caso dos policiais que assistem, indiferentes, a dramática e criminosa cena dos três assaltantes sendo linchados e queimados ainda vivos por uma multidão. Critica, de um lado, a existência de latifundiários grileiros, com suas vastas fatias de terras improdutivas, exaltando a decisão do governo de impetrar ação de desapropriação da fazenda São Bento. Ao mesmo tempo, apresenta uma nota sobre a ocorrência de mortes no Paraná devido aos conflitos no campo, além da já mencionada violenta cena de linchamento em Matupá (MT), problematizando as ações tomadas às margens da lei, mesmo quando legítimas, como as ocupações/invasões⁴² às fazendas griladas organizadas pelo MST.

O jornal O Imparcial posiciona-se também positivamente com respeito ao discurso da legalidade, mas em nenhum momento dá indicações de aproximação com as ações do MST, como a Folha apresenta neste caso específico. Para O Imparcial, as ações do movimento são consideradas sempre indesejáveis e os poucos momentos em que os sem terra conseguem escapar de batismos desqualificantes como os de invasores, seqüestradores, entre outras modalidades de “satanização” ocorrem quando, de alguma maneira, estão cobertos pela ação da Justiça, como quando a espera do resultado da ação impetrada pelo governo para a desapropriação da fazenda São Bento. As manchetes “*Acampados da Fazenda São Bento estão confiantes*” e “*Acampados em compasso de espera*”, dispostas nos dias 29 de março e 03 de abril de 1991 respectivamente, ilustram esse momento, além da “*Sem-terra desocupam fazenda*”, de 10 de abril do mesmo ano, quando após o indeferimento da ação impetrada pelo governo os sem terra retiram-se devido à liminar de reintegração de posse da fazenda em questão ao seu proprietário.

⁴² Passaremos a utilizar este termo composto (ocupações/invasões) porque, embora os jornais utilizem, via de regra, o termo invasão, os sem terra preferem ocupação.

Como já anunciado acima, o caso da primeira ocupação da fazenda São Bento terminaria com o indeferimento, pela Justiça, da ação do governo para desapropriá-la, tendo como consequência o despejo dos sem terra que a ocupavam. Na Folha de São Paulo o artigo que anuncia isso é acompanhado por um mapa que descreve a região de Mirante do Paranapanema - na qual se localiza a fazenda - apresentando-a com dados que, entre outros, coloca sua produção agrícola na 230ª posição no Estado de São Paulo e, com apenas 55 empregados na indústria e 158 no comércio, mostra-se como uma região bastante pobre, embora pertencente ao estado mais rico da federação. O jornal, aqui, começa a alfinetar com mais evidência a existência dos latifúndios improdutivos, responsabilizando-os pelo mapa econômico de pobreza da região; o que não significa uma plena adesão às posições do MST, mas apenas uma crítica endereçada à existência de relações sociais e de trabalho que considera (o jornal) como pré-modernas (e pré-capitalistas). Tal crítica tomará um corpo mais delineado e claro durante o governo Fernando Henrique, como resultado, de um lado, do acirramento dos conflitos agrários e, de outro, da proposta de reforma agrária de mercado - financiada pelo Banco Mundial - por ele anunciada, a qual é vista com simpatia pelo jornal como solução da situação fundiária no país.

Após essas duas ocupações, o MST adota nova estratégia passando, então, a agir de modo distinto: ao invés de ocupar e permanecer resistindo na fazenda, os sem terra agora ocupam, plantam e voltam para o acampamento de onde saíram - fora da fazenda ocupada -, repetindo a mesma ação no dia seguinte e no outro e mais outro e assim por diante (Fernandes, 1999; Bergamasco e Norder, 1999; Silveira, 1994). Com isso, procuram evitar o despejo, já que não permanecem nas terras de outrem, mas apenas plantam nelas, promovendo repercussões positivas junto à população - ampliada com a cobertura das mídias - por plantarem alimentos em terra não cultivada - ação de efeito simbólico impactante num país em que tantos passam fome e tanta terra fértil há -, cuja posse, ademais, é ilegítima.

O interesse pela fazenda São Bento, contudo, continuou entre os sem terra. Vários motivos podem ser elencados para tanto: a) ser um latifúndio improdutivo e, portanto, não atender à função social da terra; b) pertencer a um ex-prefeito do principal município do Pontal do Paranapanema (Presidente Prudente), que é presidente do PFL da região e integrante da oligarquia ruralista do estado, fato que provoca repercussão na mídia; c) a decisão do governo de impetrar ação de

desapropriação da fazenda para transformá-la em assentamento, respaldando, assim, a acusação do movimento de que aquelas são terras públicas, irregularmente apropriadas para uso privado; e d) a posição, sobretudo, da grande imprensa de localizar a fazenda São Bento como símbolo do atraso da região, apesar de pertencer ao estado de economia mais desenvolvida do país. Entre a primeira ocupação/invasão, ocorrida no primeiro semestre de 1991 da qual se falou, e a que aconteceu em 24 de abril de 1993, foram dez na mesma fazenda. No jornal O Imparcial, a cobertura dessas ocupações/invasões foi bastante crítica ao movimento, dando início a uma campanha de explícita satanização do mesmo. Manchetes como *“Juiz pede apoio policial para retirar invasores da fazenda São Bento”*, de 14 de junho de 1992, *“Presidente da UDR defende uso de armas pelos proprietários rurais”*, de 22 de agosto de 1992, ou *“Sem-terra invadem fazenda e ferem peão”*, de 02 de março de 1993, entre outras, são ilustrativas da posição assumida pelo jornal com relação ao MST: um movimento que invade terras alheias, fere seus funcionários, justificando, desse modo, o uso de armas pelos fazendeiros para enfrentá-los.

De fato, como se disse anteriormente, nos jornais regionais as notícias tendem a ser produzidas de modo mais emocional e direto, pois são escritas por profissionais que vivem na região, estando mais diretamente envolvidos com os valores, conceitos e preconceitos de seus leitores. Diferentemente dos jornais de circulação nacional, que estabelecem interações mediadas com seus leitores (Thompson, 1995, 1999), ou seja, realizadas mediante um substrato material (o jornal), e propiciando, com isso, relações mais unilaterais - do jornal para os leitores -, apesar dos espaços dados para estes expressarem suas críticas, comentários e posições, os jornais regionais, ainda que mantenham este tipo de interação, estabelecem também outros tipos, pois os profissionais que o produzem vivem na mesma região de seus leitores, sendo muitas vezes vizinhos e conhecidos deles, estabelecendo, assim, interações face-a-face e bilaterais com os mesmos. Nesse sentido, na medida em que os conflitos na região se acirram, os produtores das notícias nos jornais regionais são pressionados a tomar uma posição mais explícita no conflito, posição que em geral se coaduna com a daqueles que os sustentam, isto é, daqueles que os assinam e os lêem mais assiduamente, e que anunciam seus produtos nas suas páginas.

Na Folha de São Paulo o processo ocorre de modo um tanto distinto, pois seus profissionais não necessariamente vivem na região, ainda que falem sobre ela, e seus leitores espalham-se por

todo o país, configurando um perfil mais heterogêneo. Em 26 de abril de 1993, por exemplo, um grande conjunto de matérias com fotos sobre a décima ocupação do MST na fazenda São Bento se fez na editoria Brasil deste jornal. Na própria manchete da matéria principal, pode-se notar já um embate de sentidos: “*Mil trabalhadores **invadem** fazenda em SP: lavradores sem terra **ocupam** Fazenda São Bento e ameaçam resistir às tentativas de remoção judicial*”. Como se vê, na primeira parte da manchete o termo utilizado para referir-se à ação dos sem terra é “invadem”; em seguida, a mesma ação é nomeada como “ocupam”. Invadir e ocupar, como já vimos, denotam sentidos distintos, promovendo implicações também distintas para a ação que está sendo descrita - bem como para os autores da ação. Seguindo ainda na manchete, na primeira parte o sujeito da frase é “Mil trabalhadores” e na segunda parte é “Lavradores sem terra”. Aos sem terra, aqui, são atribuídas nomeações que os qualificam positivamente, pois trabalhadores e lavradores são qualidades socialmente valorizadas. Assim, apesar da contradição invadem/ocupam presente na manchete há uma tendência de optar pelo ocupam, na medida em que o sujeito da frase é nomeado como trabalhador e lavrador. Ademais, ao observar a foto ao lado da matéria a opção fica ainda mais evidente: são dois sem terra caminhando com enxadas nas costas, a frente de outro dirigindo um trator com uma bandeira afixada do movimento. Uma foto que apresenta os sem terra arando e trabalhando a terra que, sabe-se, é grilada e improdutivo.

Outra observação importante refere-se à matéria logo abaixo, cuja manchete é “*Sem Dnocs, homens cavam poços até morrer*”. Nela há uma foto de enterro de um homem morto. A matéria diz respeito aos conhecidos “cavadores da morte”, homens que cavam poços profundos manualmente em jornadas de até dez horas diárias, levando-os, via de regra, a desenvolver silicose, uma doença pulmonar incurável que pode provocar a morte em quem a contrai. Diz ainda que esses cavadores são produtos da seca na região (interior do Ceará) e da ausência do governo em perfurar poços e criar alternativas para a escassez de água e melhoria das precárias condições de vida da população mais pobre. Diante disso (a demanda por poços e a necessidade de trabalho para as vítimas da seca), muitos se enveredam por esse caminho (de cavadores de poços), mesmo sabendo dos riscos existentes, pois morrer de fome e de sede é pior, dizem. A importância desta matéria para a análise que aqui vem sendo feita, é de que ela sustenta o argumento apresentado na anterior, na medida em que também acusa um processo de relações sociais e de trabalho atrasado, pré-moderno no âmbito rural. Nota-se, assim, que a Folha vem gradativamente adotando e desenvolvendo com

cada vez mais repertório um argumento de defesa da modernização das relações sociais e de trabalho no Pontal - e no campo em geral. Ela ainda não apresenta encaminhamentos mais claros para isso - como o fará mais tarde -, mas critica o que há com cada vez mais veemência.

Debruçando-se agora no texto da matéria, tem-se o seguinte: a primeira observação é que é assinado por um enviado especial a Mirante do Paranapanema, Carlos Eduardo Novaes - e as matérias assinadas são mais destacadas que as não assinadas, pois alguém (o autor identificado) se compromete explicitamente por elas. No lide, essa ocupação/invasão - de fato, ora chamada de ocupação, ora de invasão - é tratada como *“o foco mais explosivo do conflito fundiário no Estado de São Paulo”*. É dito também que a posse da fazenda vem sendo discutida na Justiça e que o governo de São Paulo a considera área pública. Na seqüência há uma declaração de José Rainha⁴³ sobre Sandoval, proprietário da São Bento, dizendo *“Sandoval tem um latifúndio improdutivo, fruto de grilagem, e nós só queremos trabalhar”*, declaração que tem ressonância com a foto anunciada logo acima. Há claramente, nesta matéria, uma posição assumida pelo jornal de opor-se à Sandoval e a tudo o que representa (o atraso, como se disse acima) e com isso parece fazer coro com a voz dos sem terra. Mas, quando isso parece estar acontecendo, o jornalista traz expressões e metáforas que quebram esse ritmo de leitura, esse caminho possível de compreensão, desconstruindo a impressão inicial. Assim, logo após a declaração de Rainha sobre Sandoval ele é identificado como líder dos invasores, identificação que é confirmada no artigo logo abaixo sobre o mesmo Rainha, cuja manchete é: *“Líder é um profissional da invasão”*, no qual ele declara defender o socialismo e ações radicais, já que *“as transformações no Brasil só vão acontecer com a ruptura, não pelo voto. A forma pode precisar de foice e fuzil”*. Ao lado, outro pequeno artigo com a manchete *“Regulamento é militar”*, referindo-se à organização interna do MST. Definições claramente assustadoras - sobretudo para a maioria dos leitores da Folha, de classe média e origem urbana -, pois além das expressões “profissional de invasão” e “líder dos invasores” dirigidas a José Rainha, que por si só o desqualificam - se não o satanizam - ainda o apontam como defensor da luta armada e metaforizam as ações e a organização do movimento com ações e organização militares, alimentando uma pré-concepção que o associa a organizações de guerrilha.

⁴³ Uma das lideranças do MST no Pontal do Paranapanema

O jornal, assim, parece colocar também o MST num patamar de atraso, isto é, como organização igualmente identificada com a pré-modernização do campo. Se há um reconhecimento da reivindicação legítima dos sem terra pela reforma agrária, por onde poderão ter um pedaço de chão para vencer a fome, não se reconhece o MST como uma organização que aponta para um caminho viável e de modernização das relações sociais e de trabalho no campo. O MST é aqui colocado no mesmo lugar problemático dos grandes latifundiários grileiros.

No entanto, um pouco antes o mesmo jornal reconhece a força que o MST vem ganhando na região como interlocutor na questão fundiária. Isso fica claro, quando, em 30 de maio e em 03 de junho de 1991, duas matérias saem na Folha de São Paulo com as seguintes manchetes, respectivamente: *“Ruralistas propõem acordo para sem-terra”* e *“Fazendeiros de SP fazem proposta para acabar com conflitos rurais”*. Em ambas as matérias, localizadas em páginas do lado esquerdo do jornal - que embora não sejam as de maior destaque, deve-se ressaltar que estão na editoria Brasil, de política, considerada a mais importante - se afirma que o sindicato dos produtores rurais de Presidente Prudente fez uma proposta com intenção de acabar com os conflitos fundiários na região do Pontal. Oferece o pagamento em dinheiro do valor referente à 15% das terras de titulação irregular para o governo de São Paulo, em troca da regularização dos títulos de propriedade. Argumenta que, com essa quantia, o governo poderia comprar terras para assentar os sem terra que as reivindicam. O artigo ressalta, ainda, que é a primeira vez que os fazendeiros se reúnem para tentar um acordo conjunto.

Assim, ao mesmo tempo em que o MST vai sendo colocado em posição de atraso, de pré-modernidade pela Folha, como tudo o que parece fazer parte do universo⁴⁴ fundiário no Pontal, o mesmo jornal reconhece que o movimento materializa-se cada vez mais efetivamente na região. Levar os grandes ruralistas do Pontal a mobilizarem-se conjuntamente, pela primeira vez, para elaborar uma proposta de acordo - ainda que bastante vantajosa para eles, afinal pagar apenas 15% do valor das terras que não são suas...? -, por sua vez, recusada pelo MST e pelo governo, é um indicador bastante ilustrativo a respeito. Essa fase do movimento vai desembocar na concretização do primeiro assentamento ligado ao MST no Pontal, em janeiro de 1993, no qual foram assentadas

⁴⁴ Ou multiverso, parafraseando Marisela Montenegro, psicóloga social da Universidade Autônoma de Barcelona.

315 famílias em 970 hectares da fazenda Santa Clara - localizada em terras devolutas -, cujo acordo entre governo e proprietário envolveu o pagamento pelo primeiro das benfeitorias construídas. Em julho desse mesmo ano, para celebrar o dia nacional do trabalhador rural, o MST organizou uma missa na fazenda Santa Clara - agora, um assentamento - e de lá as famílias assentadas, junto a outros sem terra, padres, membros da CPT, vereadores, deputados, representantes de outros movimentos sociais, estudantes, entre outros simpatizantes da luta pela reforma agrária partiram em uma caminhada até o município de Teodoro Sampaio (Fernandes, 1999; 2000).

Nesse momento (fim da primeira fase e início da segunda) também a cobertura sobre as ações do movimento, pelos jornais, começa a diferenciar-se significativamente, trazendo em cena novos atores e personagens na questão da terra. Assim, lideranças do movimento como Rainha, Diolinda, Gilmar Mauro, Stédile, entre outros, falando pelo MST; representantes da Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo, o próprio governador de então (sobretudo Covas), representantes do Incra, do Ministério da Política Fundiária (sobretudo o ministro Raul Jungmann), do Itesp, falando pelo governo; e representantes da UDR, do sindicato dos produtores rurais e fazendeiros com fazendas ocupadas ou ameaçadas de ocupação pelo MST, falando pelos fazendeiros, aparecem mais freqüentemente a partir de então, confrontando posições e argumentos a respeito da questão agrária e do MST no Pontal.

Além disso, o próprio MST começa a aparecer não mais como uma organização homogênea, cuja única atuação é a ocupação/invasão de fazendas. Ele passa a ser apresentado, cada vez mais, como uma organização mais fragmentada e complexa, como várias organizações em uma, pode-se mesmo dizer. Outras tantas atividades desenvolvidas pelo movimento passam a ser encenadas nas páginas dos jornais, como as caminhadas; as ocupações de prédios públicos (sobretudo do Incra) e de agências bancárias exigindo não somente novos assentamentos, mas também políticas de financiamento para produção agrícola nos já existentes; acusações de mau uso do dinheiro público pela Cocamp (cooperativa agro-industrial do MST do Pontal do Paranapanema) e de descontinuidades e conflitos entre os sem terra da base do movimento e os da liderança; as atividades voltadas para alfabetização, educação, formação política

e de lideranças dos assentados e acampados do movimento, entre outras facetas do mesmo (?) MST.

É preciso recordar, ainda, que como mencionou-se antes, os jornais não se referem aos seus assuntos e temas seguindo sempre posições unívocas. No caso da Folha de São Paulo, sobretudo quando o MST se territorializa e assume uma posição mais reconhecida na região do Pontal, conquistando um primeiro assentamento, e desencadeando, por decorrência, reações mais consistentes que materializam mais evidentemente o conflito, as variantes de modalidades discursivas e de lugares a partir dos quais cada um dos atores e personagens são referidos e se referem diversificam-se, isto é, multiplicam-se as vozes que dialogam, não sem conflitos, no dia-a-dia das páginas do jornal sobre o tema. Por sua vez, a voz do jornal (ele mesmo) vai destacando-se cada vez mais fortemente das outras, mesmo quando apresenta-se nelas imiscuída. Já com relação ao jornal O Imparcial, o caminho que toma segue direção oposta, tendendo para a homogeneização das falas e referências com respeito ao MST e ao tema da questão agrária no Pontal.

Procurando dar conta de seguir e apreender esses diferentes rumos com que cada um dos jornais opta por tomar, propomos dar continuidade a essas reflexões dividindo a análise - ou uma versão das versões da história sobre o MST do Pontal do Paranapanema - nos debruçando primeiro sobre o jornal Folha de São Paulo para, em seguida, fazer o mesmo sobre o jornal O Imparcial.

V.2) O MST do Pontal do Paranapanema na e pela Folha de São Paulo

Na Folha de São Paulo, como se disse anteriormente, na medida em que o movimento conquista um primeiro assentamento - e depois outros mais - e territorializa-se, tornando-se um interlocutor reconhecido sobre a reforma agrária - mesmo para os que o identificam como inimigo - , e materializando mais explicitamente o conflito em torno da questão fundiária na região, mais atores e personagens aparecem e mais diversa e complexamente presentificam-se em torno dessa questão, isto é, em torno da luta pela definição hegemônica de qual o melhor encaminhamento para sua solução. Entre estes atores, o jornal (ele mesmo) mostra-se decisivo. É preciso recordar, no entanto, que não é objetivo desta tese focar as lutas hegemônicas em torno da questão fundiária propriamente, mas sim focar a participação do MST nessas lutas hegemônicas, ou seja, a polissemia de sentidos que vai sendo construída sobre o MST do Pontal do Paranapanema nos diversos momentos em que se dá dita luta e a partir dos diversos atores que vão se apresentando e posicionando-se nela (os que falam pelo MST, pelos fazendeiros, pelo governo e o próprio jornal).

Vale recordar ainda que a complexificação e maior diversificação das vozes que se embatem dialogicamente acerca da questão agrária no Pontal do Paranapanema - e acerca do MST, foco de investigação dessa pesquisa - foi acompanhada de uma maior quantidade de matérias sobre o MST no jornal. A ampliação de sua presença no jornal, contudo, não aconteceu apenas devido a intensificação dos conflitos agrários na região do Pontal. Como já se disse, os eventos ocorridos em Corumbiara (RO), em setembro de 1995 e em Eldorado de Carajás (PA), em abril de 1996, nos quais foram assassinados vários trabalhadores sem terra pela polícia, além da grande marcha à Brasília, em 1997, sensibilizaram enormemente a população (brasileira e internacional), fazendo com que a questão agrária e a situação dos sem terra no país saíssem dos limites do âmbito rural e encontrassem ressonância também nos espaços urbanos, onde vivem a maior parte dos leitores e assinantes da Folha. Como o Pontal do Paranapanema é um dos focos de maior tensão agrária no país, as ações do MST nesta região e todas as reações e efeitos que provocaram, bem como os atores e personagens envolvidos tornaram-se de grande interesse para o jornal; e estes, por sua vez, passaram mais e mais a contar com o jornal como substrato através do qual buscavam expor seus argumentos e posições, procurando ganhar a opinião pública para si.

De fato, acompanhando ano a ano o número de matérias da Folha de São Paulo sobre o MST do Pontal do Paranapanema desde 1990, pôde-se constatar um crescimento expressivo a partir dos eventos listados acima, particularmente, as chacinas de Corumbiara, em Rondônia, e de Eldorado de Carajás, no Pará. Assim, em 1990 houve apenas seis matérias sobre o MST do Pontal. Em 1991, foram 18, a maioria delas, porém, pequenas notas informativas ao pé da página. Em 1992, foram somente duas notas. Em 1993 houve cinco matérias sobre o MST do Pontal. Em 1994 não houve qualquer menção a ele. Já em 1995 este número subiu para 170, estando apenas três delas na revista da Folha e as restantes no caderno Brasil, de política, considerado o mais importante do jornal. Ademais, boa parte destas matérias tinha grandes dimensões (cerca de meia página ou mais), com autorias identificadas e com fotos, assinalando a importância que o jornal passou a dar ao tema. Em 1996, este número ampliou-se ainda mais, alcançando 216 matérias, 213 delas localizadas no caderno Brasil e três em caderno especial sobre as eleições municipais daquele ano. A maioria delas vinha assinada pelos seus autores e acompanhada de fotos ilustrativas. Em 1997, o número continuou a crescer: foram 260 matérias no total. Da mesma forma que no ano anterior, seus autores estavam identificados na maior parte delas, e muitas vinham acompanhadas de fotos e mapas ilustrativos da região do Pontal. Deste total, apenas uma matéria localizava-se no caderno Ilustrada (referente a uma amostra de fotografias em exposição em uma galeria de São Paulo sobre acampamento do MST no Pontal), as restantes estavam no caderno Brasil, de política. Em 1998, o número de matérias decresceu: foram 119, sendo metade delas com autorias identificadas, mas todas localizavam-se no caderno Brasil. Em 1999, a queda foi ainda maior, apenas 20 matérias, o que se explica, segundo a própria Folha de São Paulo, por ter o MST se tornado não mais um movimento composto por trabalhadores sem terra, mas por trabalhadores assentados - com terra, portanto. Em artigo de oito de março de 2000 (“*Cooperativa muda perfil de sem terra*”), o jornal explicita este argumento, apontando para o deslocamento do foco de interesses e preocupações do MST e de suas lideranças da aquisição de novos assentamentos para “*o gerenciamento de assentamentos (já conquistados) e as novas atividades econômicas*” (que isso implica). O MST, diz o jornal, “*que liderou milhares de famílias em tensas invasões, agora está à frente de uma rotina na lavoura e não escapa de constantes negociações com bancos e órgãos oficiais*”. O jornal afirma ainda que o principal líder do MST na região, José Rainha Jr., está restrito às funções burocráticas de administração da Cocamp (cooperativa agro-industrial dos sem

terra no Pontal), deixando de lado as ações e declarações radicais contra o governo e os fazendeiros que tanto o caracterizaram.

Um MST bastante diferente é apresentado aqui: produtor agrícola, inserido no mercado, capturado pela burocracia administrativa e monetária, silencioso, e não mais atendendo aos critérios de noticialidade do jornal. Na mesma página, porém, outro artigo dialoga com aquele explicando a posição do movimento de modo um tanto diferente. A manchete é a seguinte: “*‘É estratégia’, afirma Rainha*”. Nele, há uma breve entrevista com José Rainha Jr., na qual o entrevistado desmente a ocorrência de uma mudança de perfil entre os sem terra; o que houve, diz, foi um “recoo estratégico”, isto é, escolheu-se priorizar a organização da produção dos assentamentos cooperados do movimento para mostrar resultado à sociedade, para mostrar que os sem terra são capazes de produzir e que a reforma agrária que reivindicam é um caminho viável para o país. Curiosamente, este artigo tem metade da dimensão do anterior, a manchete que o anuncia é bem mais reduzida e ele está localizado na parte inferior da página. Além disso, somente no primeiro artigo há uma foto, mostrando um trabalhador rural do MST em assentamento. O que se quer dizer com isso? Talvez enfatizar de modo mais verossímil, tornando assim mais crível a primeira explicação sobre a mudança do comportamento do MST e justificando o silêncio do jornal durante todo esse tempo com respeito ao mesmo (vinte matérias apenas sobre o movimento durante todo o ano de 1999).

Como se disse antes, o silêncio muitas vezes também comunica; e para compreender com mais clareza o que ele aqui comunica é mister se atentar à conjuntura econômico-política desse período. Foi ao final do ano de 1998 que Fernando Henrique Cardoso, através do ministro Raul Jungmann, apresentou um novo programa de reforma agrária denominado Novo Mundo Rural (já descrito no capítulo III deste texto). Nele, o governo estimulava o desenvolvimento de uma reforma agrária que se realizasse através do mercado, abrindo financiamentos, mediante o Banco da Terra, para que as famílias sem terra negociassem diretamente com os proprietários a compra das terras que tencionavam adquirir para a construção dos assentamentos. Com o dinheiro do financiamento, as famílias eram também encarregadas de construir a infra-estrutura necessária para viabilizar o assentamento (basicamente, a preparação do lote, a compra de equipamentos e implementos agrícolas, além da contratação de assessoria

técnica), que antes era fornecida gratuitamente pelo Incra (Silva, 2004; Buainain, Silveira e Teófilo, 2000).

O Incra, por sua vez, até então principal responsável pela implementação dos novos assentamentos, através da desapropriação de fazendas, teve seu orçamento drasticamente reduzido, desacelerando o ritmo das desapropriações em grande proporção. Segundo as projeções de gastos publicados por esta entidade, as despesas com a reforma agrária nos moldes tradicionais (mediante desapropriações) deveriam decrescer de R\$ 1,2 bilhão em 1999 para R\$ 300 milhões em 2002; e através do Banco da Terra aumentariam de R\$ 360 milhões para R\$ 720 milhões, respectivamente⁴⁵ (Brandford e Rocha, 2004).

A Folha de São Paulo que já vinha, desde o início dos anos 1990, criticando cada vez mais enfaticamente o universo agrário do Pontal - e não apenas do Pontal, mas do país de modo geral -, colocando no mesmo patamar de atraso tanto os latifundiários grileiros e improdutivos quanto os militantes sem terra, a partir da segunda metade da mesma década passa também a defender iniciativas de modernização deste universo, isto é, iniciativas que o retirasse da pré-modernidade quase feudal em que se mantinha para uma modernidade capitalista. A título de ilustração, em 04 de setembro de 1996, podia-se ler o seguinte editorial:

“(...) A redistribuição de terras por via administrativa é a pior maneira de levar adiante a reforma agrária. Cria-se a esperança de que o governo está distribuindo terras. Isso atrai inúmeras pessoas com ou sem ligação com o campo. Em poucos anos, se tanto, grande parte dos beneficiados termina por abandoná-las ou vendê-las, ainda que de maneira informal.

A recuperação da estrutura de cobrança do ITR⁴⁶ e a taxação punitiva das áreas improdutivas resultaria em grande devolução de terras do Estado, como ocorreu em outros países. Essa tributação elevaria, ademais, a oferta de áreas, provocando queda do preço das terras.

⁴⁵ Revisto mais tarde devido aos problemas que ocorreram, como exposto no capítulo III quando se discute os modelos de reforma agrária do governo e do MST.

⁴⁶ Imposto Territorial Rural.

Tal política, diferentemente das desapropriações, teria efeitos mais permanentes e contribuiria de fato para a prosperidade no campo. Essa seria uma forma mais eficaz de conter o êxodo rural que traz para as cidades contingentes que as atividades urbanas já não absorvem”.

Tal discurso, alinhado com os que defendem a adoção de mecanismos de mercado para realização da reforma agrária, encontrou ressonância com o do ministro Raul Jungmann, quando ele trouxe a público seu novo programa de reforma agrária: o Novo Mundo Rural, já mencionado acima. Coerente com tal programa, desde meados dos anos 1990, durante a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso na presidência, o governo já apostava em - e incentivava - uma agricultura voltada para o mercado global, ou seja, uma agricultura de exportação. A soja passou a ser, então, a grande bola da vez, seguida do café, da laranja e do frango, de grande procura no mercado internacional, exigindo mecanização cada vez mais intensa nas suas produções. A intenção era forçar a modernização da agricultura brasileira para integrá-la ao mercado global, exportando produtos que interessassem a esse mercado a preços competitivos; os que faltassem para suprir a demanda interna seriam então importados. Com isso, produtos agrícolas em que o país era auto-suficiente, como o milho e o arroz, passaram a ser importados em grande quantidade. Nessa mesma época, para conter os efeitos da crise monetária internacional que se deflagrava, o Banco Central aumentou as taxas de juros bancários a níveis estratosféricos, quadro que levou muitos pequenos agricultores a bancarota, impassivelmente observados pelo governo. A ordem era modernizar-se, e modernizar-se significava integrar-se ao mercado global, ou seja, produzir a preços competitivos para vender para esse mercado. Aos pequenos agricultores sem recursos para mecanizar-se e competir com os grandes, e dependentes de financiamentos bancários a juros baixos, quase totalmente extintos pelo governo, pouco espaço restava além de produzirem para as grandes empresas envolvidas no agronegócio (Silva, 2004; Domingos Neto, 2004), tais como *“produzir sementes para a Monsanto; criar pintinhos para a Sadia; engordar porcos para a Perdigão; cultivar e curtir tabaco para a Souza Cruz”* (Brandford e Rocha, 2004: 243), entre outros. O que produzir, de que modo e em que condições contratuais eram, via de regra, imposições das grandes empresas contratantes.

A despeito do desastre que provocou aos pequenos agricultores essa política do governo Fernando Henrique, algumas ilhas de modernidade - no dizer do jornal - emergiram no oceano de atraso do campo brasileiro. Grandes fazendeiros (empresários da agricultura, pode-se dizer), envolvidos principalmente com a produção e exportação de soja, prosperaram enormemente nesse mercado, tendo suas fortunas encenadas correntemente nos jornais como modelo de modernização bem sucedida no campo. Termos como modernidade, empreendedorismo, globalização, mercado internacional, agronegócios, entre outros, antes exclusivos do mundo empresarial urbano passaram a fazer parte do ideal de uma agricultura fundamentada nas leis do mercado internacional, e a ser fortemente difundidos pela grande mídia brasileira como solução para os problemas fundiários do país (Brandford e Rocha, 2004).

Após essa breve digressão para contextualizar as falas dos artigos anteriormente mencionados (*“Cooperativa muda perfil dos sem terra”* e *“‘É estratégia’, afirma Rainha”*), voltemos a eles. Deles (dos artigos), pode-se depreender que o silêncio sobre o MST do Pontal do Paranapanema durante o ano de 1999 comunica uma posição assumida pela Folha de aproximação à política de reforma agrária de mercado promovida pelo governo. No primeiro dos artigos (*“Cooperativa muda perfil dos sem terra”*), de 08 de março de 2000 - o primeiro relativo ao MST do Pontal no ano - podemos ler o seguinte:

“As preocupações do MST com o gerenciamento de assentamentos e com as novas atividades econômicas contribuíram para um ano relativamente pacífico no Pontal do Paranapanema em 1999.

(...) O líder José Rainha Júnior, conhecido pelos ataques verbais ao governo, hoje está calado, confinado a funções burocráticas no cargo de secretário da Cocamp (cooperativa dos sem terra).

(...) Pelas mãos de 4.218 famílias assentadas na região passaram quase R\$ 30 milhões entre 1995 e 1998. São recursos do governo para investimentos e custeio de safra. Das famílias contempladas, 2.420 são associadas à Cocamp.

(...) Essa intensa atividade industrial transformou alguns dos mais radicais dirigentes do MST. Uns foram relegados a funções burocráticas, outros estão preocupados apenas com seu lote de terra.

Márcio Barreto, que ficou preso 18 dias, em 1995, e 44, em 1997, hoje é motorista da cooperativa dos sem terra. 'Tenho um filho pra criar. Preciso sobreviver'.

Antigo membro da direção regional, Valter Gomes hoje cuida apenas de seu lote.

Um nome que se mantém em evidência, mas com uma atuação diferente, Diolinda Alves de Souza, 30, mulher de Rainha, integra a direção estadual e apresenta um programa de rádio aos domingos sobre as atividades do MST”.

A partir deste artigo, o jornal localiza a razão da ausência do MST de suas páginas, em 1999, na quietude do próprio movimento, que vem se tornando uma organização cada vez mais capturada pelo mercado financeiro e pela burocracia administrativa, assumindo os assentados como prioridade e não mais os sem terra. Suas lideranças, ora voltadas para suas vidas privadas (“preocupados apenas com seu lote de terra”), ora enredadas em atividades burocráticas (como Rainha, na Cocamp e Diolinda, no rádio), segundo a Folha, revelam um MST que se falseia, pois seu nome (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não mais condiz com sua realidade interna, e sua atuação trai seus princípios históricos, na medida em que prioriza os trabalhadores com terra. Ao apresentar o MST dessa forma, o jornal o desqualifica como voz crítica do sistema, já que capturado pelo mesmo, pela sua burocracia. Além disso, a legitimidade conquistada pelo movimento junto à opinião pública ao longo de sua curta história, deveu-se, em grande parte, por compor-se - organizando e sendo organizado -, fundamentalmente, de famílias sem terra, miseráveis, excluídas do sistema produtivo e destituídas do acesso a bens de consumo mesmo básicos. Não é essa a realidade sócio-econômica dos assentados. Não mais.

Logo abaixo desse artigo, porém, como já dito, outro há que se contrapõe, explicando, através da fala de José Rainha - em tom de resposta - uma posição um tanto distinta da anterior. Rainha de fato confirma a maior importância dada agora pelo movimento ao gerenciamento dos assentamentos e de sua cooperativa, mas não a mudança de perfil dos sem terra acusada pelo jornal. Argumenta que os sem terra continuam fazendo ocupações e reivindicando um modelo de reforma agrária diferente do defendido pelo governo, por isso voltam-se para o melhor gerenciamento dos assentamentos que possuem, para mostrar à sociedade que mesmo em uma conjuntura bastante adversa, a reforma agrária que defendem é viável. O confronto pela hegemonia na questão agrária continua, ele não foi apagado nem capturado pelos ditames do mercado.

O jornal, assim, apresenta duas versões que posicionam distintamente o MST do Pontal do Paranapanema: a sua versão, por meio da qual descreve um MST bastante mudado, não mais aguerrido, radical e voltado para a conquista de novos assentamentos através das ocupações/invasões como antes, mas capturado pela burocracia do sistema financeiro e restrito aos problemas rotineiros da administração de assentamentos e da cooperativa ; e a resposta a ela, através de Rainha falando pelo movimento, por onde apresenta uma outra versão, a do MST que não mudou, mas apenas assumiu estrategicamente priorizar o gerenciamento dos assentamentos, tendo em vista a conjuntura adversa que se construiu para a agricultura familiar e cooperada viabilizar-se. Reagir a essa conjuntura para mostrar que a solução dos problemas agrários no país não se faz através do mercado é o mote desse “recuo estratégico”, no dizer de Rainha.

Qual é a versão verossímil? Qual a mais crível? Como se disse antes, a disposição com que estão organizadas no jornal é bastante ilustrativa a respeito. O artigo posto na parte de cima é o que relata a versão do jornal. A resposta de Rainha, no outro artigo, situa-se abaixo. A dimensão do primeiro é aproximadamente duas vezes a do segundo. O mesmo ocorre com relação à dimensão das manchetes de ambos. No primeiro há também uma fotografia de um agricultor trabalhando em um assentamento (seria uma referência ao argumento de que a população que exclusivamente interessa ao MST agora são os com terra?). Tal distribuição evidencia que o jornal, aqui, não expõe sua posição e a outra - contrária a sua - equilibradamente, como poderia parecer em uma primeira e desatenta leitura. Pelo contrário, ao ressaltar sua posição, sua fala sobre a do outro, organizando ambos os artigos da maneira como estão, referenda ainda mais sua voz, pois esta não está restrita ao conteúdo do primeiro artigo, mas atravessa toda a organização e a distribuição dos dois artigos - com a respectiva foto - na página. A voz do jornal, então, ressoa também no segundo artigo não apenas como aquela em relação a qual Rainha responde algo (uma negação, no caso: os sem terra não mudaram o perfil), mas na própria disposição com que a página é organizada, configurando um efeito comunicativo: os sem terra mudaram o perfil sim.

Estas duas matérias⁴⁷ sobre o MST do Pontal discutidas acima, apesar de referirem-se ao que aconteceu no ano de 1999 (a pequena presença do movimento das páginas do jornal), foram

⁴⁷ Utilizamos os termos matéria e artigo de jornal neste texto como sinônimos.

publicadas no ano 2000. Ano que, diferentemente do anterior, experimentou nova ampliação do número de matérias sobre o MST desta região. Foram 134 matérias, 133 no caderno Brasil e uma no caderno dinheiro, a maior parte delas com autorias identificadas. A maioria das matérias trata de ocupações/invasões (por sinal, denominadas sempre como invasões) de fazendas, agências bancárias, prédios públicos e rodovias, reivindicando novos assentamentos e financiamentos para viabilização dos já conquistados, além da cooperativa.

Veremos, a seguir, como cada uma dessas referências ao MST do Pontal aparece na dialogia das vozes presentes nas páginas do jornal, e que histórias contam sobre o movimento. Começamos pelo MST organizador de ocupações/invasões, articulando-o com outros aspectos do MST em seguida. Para tanto, voltemos ao ano de 1995⁴⁸. Nesse ano, o movimento já havia ocupado, sido despejado e reocupado, por inúmeras vezes, várias fazendas, reacentuando o lugar de interlocutor importante na discussão dos rumos da reforma agrária. Dizem Bergamasco e Norder (1999) sobre isso:

“(...) Em meados de 1995, uma área de 17.694 hectares de 12 fazendas já havia sido ‘invadida’ pelas famílias acampadas no Pontal. Poucos meses depois, mais de 2.900 famílias estavam no Acampamento Primeiro de Abril. (...) Uma seqüência de acordos e desacordos entre estado, grileiros e sem terra, permeados por diversas ações jurídicas e policiais, ocupações e desocupações, acabaram por dar visibilidade à questão da reforma agrária, justamente naquele período em que a opinião pública brasileira ficara estarrecida com o massacre de 17 trabalhadores rurais por policiais e milícias privadas em Corumbiara (RO)” (p. 98).

As matérias da Folha de São Paulo sobre o MST, em 1995, foram relativamente variadas, referindo-se não só às ocupações/invasões, como também às caminhadas de protesto, às experiências educacionais do movimento, entre outras. Apesar de variadas, em sua maioria elas trataram de ocupações/invasões de fazendas, sendo estas, ademais, as matérias de maior destaque.

⁴⁸ Iniciamos nesse ano a discussão dessa fase do MST no Pontal, porque apesar de ter sido em 1993 que ocorreu o primeiro assentamento ligado ao movimento - marco de sua territorialização na região -, foi apenas a partir de 1995 que o jornal começou a acompanhar os efeitos da territorialização do movimento na região e contar histórias a respeito.

Duas dessas ocupações/invasões foram bastante polêmicas: a primeira foi a da fazenda São Domingos, em Sandovalina, em 07 de outubro de 1995; a segunda, um canteiro de obras da usina hidrelétrica Taquaruçu - já finalizada -, pertencente à Cesp (Companhia Energética de São Paulo), ocorreu no dia seguinte. Em ambas, os autores (enviados especiais da Folha ao local) eram identificados. A ocupação/invasão da São Domingos foi a primeira, desde 1990, que saiu do limite do 11º perímetro do Pontal do Paranapanema⁴⁹, justificada, segundo Rainha, em matéria de 08 de outubro de 1995, porque:

“Como as terras de Mirante do Paranapanema não são suficientes para assentar todo mundo, começamos aqui as ocupações de áreas de outros perímetros, até conseguir assentar todas as famílias de sem terra da região (do Pontal)”.

A manchete referente a esta ocupação/invasão é: *“Sem terra invadem outra fazenda no Pontal”.*

No dia seguinte, em 09 de outubro do mesmo ano, o jornal anuncia a ocupação/invasão de área da Cesp, onde há um canteiro de obras já finalizadas da usina hidrelétrica Taquaruçu. A manchete que a anuncia é: *“Sem terra tomam área da Cesp no Pontal”.* Abaixo dela, outra pequena matéria com a manchete: *“Fazenda fazia parte da estratégia”*, revelando a real motivação da ocupação/invasão da fazenda São Domingos: ocupar/invasão a área vizinha, da Cesp. Em ambas as ocupações/invasões (São Domingos e Cesp) há fotos ilustrativas e mapas de localização das respectivas áreas. A foto da primeira ocupação/invasão mostra os sem terra já no interior da fazenda São Domingos com foices e enxadas nas mãos - instrumentos para trabalhar a terra que, sabe-se, é improdutivo e grilada. Sob a foto, a legenda diz *“Sem terra ocupam a fazenda São Domingos, em Sandovalina”.* O que temos aqui? A princípio um conflito de falas entre foto e manchete⁵⁰: a foto optando pelo termo ocupar e a manchete, pelo termo invadir - que implicam

⁴⁹ Como se disse anteriormente, perímetros são as unidades territoriais que foram criadas na Constituição de 1939 pela Procuradoria Geral do Estado, com o intuito de facilitar a divisão do território. O Pontal do Paranapanema é dividido em 34 perímetros, o 11º localiza-se na área de Mirante do Paranapanema onde, até então, restringiam-se as ocupações/invasões do MST.

⁵⁰ Recorde-se que a manchete desta ocupação/invasão é *“Sem terra invadem outra fazenda no Pontal”.*

sentidos distintos, já o vimos. Miremos outros elementos da matéria. Primeiramente, o subtítulo; ele diz: “*Ação, segundo o movimento dos sem terra, marca o início da **ocupação** de áreas fora de Mirante do Paranapanema*”. O subtítulo, portanto, conflita com o título (a manchete) “*Sem terra **invadem** outra fazenda no Pontal*”, já que opta por ocupação como a foto. Sigamos ao lide agora. Ele diz:

*“O MST **invadiu** ontem às 5h30 da manhã a fazenda São Domingos, no Pontal do Paranapanema. A **invasão** foi feita por cerca de 500 sem terra e marca, segundo líderes do MST, o início da **ocupação** de fazendas fora de Mirante do Paranapanema”.*

O conflito mantém-se no interior do texto, estendendo-se também para além do lide - os termos invasão e ocupação permanecem sendo usados no decorrer de todo o texto. Tal embate de termos (ocupação/invasão) corporifica-se com a presença das falas de José Rainha, pelo MST, e Sigeyuki Ishii (presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente), pelos ruralistas. Rainha, segundo a matéria, “*explicou que a **ocupação** da fazenda São Domingos significa uma nova fase do movimento no Pontal*”, argumentando que as terras do 11º perímetro não são suficientes para assentar todas as famílias sem terra da região. Ishii, de outro lado, afirmou que “*o governo tem que dar um basta nas **invasões**, e que o clima entre os fazendeiros da região é de pânico*”. Em seguida disse: “*O governo está equivocado. Está desassentando quem está produzindo para assentar quem não tem a mínima condição de plantar*”. O jornal, assim, presentifica os dois termos e parece não ter optado por um deles especificamente nessa matéria - excetuando a foto. Presentifica-os apenas, e os corporifica nas falas de Rainha e Ishii; falas que dirigem-se a alvos bastante conhecidos nesse embate: ao governo, à opinião pública (através dos leitores do jornal) e ao adversário em questão. Rainha, ao argumentar sobre os motivos da ocupação/invasão da São Domingos, alerta para o exército de sem terra que existe no Pontal e para a força que possui o movimento na região. É como se dissesse: “*Somos fortes, organizados e determinados. Exigimos que vocês nos dêem as terras que temos direito. E que seja rápido e para todos os que dela necessitam, pois do contrário vamos tomá-las a força - e não somente as do 11º perímetro*”. Nessa fala, Rainha, utilizando-se de um argumento marcadamente político-social, alerta o governo para que apresse os processos de desapropriação de fazendas e formação de novos assentamentos. Alerta também aos fazendeiros de

que não adianta obstaculizarem os processos de desapropriação⁵¹, nem tampouco ameaçarem os sem terra do MST, pois são fortes, organizados e podem enfrentá-los. À opinião pública (leitores), Rainha apresenta o MST como organização que representa os desvalidos, os pobres e miseráveis do campo, e como o seu lugar de luta e de denúncia.

Ishii, por outro lado, critica a ação do governo de desapropriar fazendas e construir assentamentos aos sem terra, alegando que os fazendeiros do Pontal são produtivos, mas os sem terra não. Desapropriar suas fazendas para promover assentamentos, conclui, é trabalhar pela redução da produtividade agrícola na região. O seu argumento tem um viés mais voltado para o aspecto econômico, com o qual responde às acusações dirigidas aos latifundiários do Pontal de que mantêm suas terras improdutivas. À opinião pública (leitores), com base no dito viés econômico, ele denuncia o erro de uma política governamental que *“desassenta quem está produzindo para assentar quem não tem a mínima condição de plantar”*, reivindicando, assim, a correção desta política.

Se nessa matéria o jornal tende a mostrar-se como uma janela aberta por onde escoam - e ecoam - as vozes que se embatem intertextualmente em torno da questão agrária no Pontal (ruralistas X MST), na matéria seguinte ele se pronuncia e se posiciona com mais evidência. Assim, logo na manchete, lê-se: *“Sem terra **tomam** área da Cesp no Pontal”*. Procurando no dicionário Aurélio, muitos sentidos podem ser encontrados para o verbo tomar, mas no conjunto dessa sentença eles limitam-se a: *“Apoderar-se, apossar-se, assenhorear-se de; roubar, furtar; capturar, conquistar; invadir, assaltar”*. Sentidos, por sua vez, semelhantes aos utilizados na linguagem das guerras, nas quais soldados lutam para **tomar** áreas pertencentes aos inimigos. Debruçando-se agora sobre o subtítulo, se lê: *“MST **invade** canteiro de obras da usina de Taquaruçu; estatal deve pedir reintegração de posse à Justiça”*. O subtítulo mantém-se coerente à manchete, não há confronto, como na matéria anterior. Invadir e tomar, nesse caso, denotam sentidos que não se contradizem, mas reforçam-se na caracterização da violência e ilegitimidade com que ocorreu a

⁵¹ Como dissemos antes, muitos fazendeiros, após vistoria realizada pelo Incra em suas fazendas, sendo consideradas improdutivas e/ou ocupando área de terras devolutas e aptas, portanto, para desapropriação, entram na Justiça para valorizar o preço a ser pago pelas benfeitorias (que muitas vezes chega a cinco vezes mais), ou impedir a desapropriação propriamente, através da redefinição pela Justiça como fazenda produtiva.

ação do MST. Ilegitimidade confirmada na segunda parte do subtítulo quando traz em cena o pedido para que intervenha a Justiça (“(...) *estatal deve pedir reintegração de posse à Justiça*”).

Seguindo adiante, no corpo do texto, tem-se o seguinte lide:

*“O MST **invadiu** anteontem uma área de 92 hectares da Cesp, em Sandovalina, no Pontal do Paranapanema.*

A área fica a 20 metros da entrada da usina de Taquaruçu. Usinas hidrelétricas são consideradas áreas de segurança nacional pela Constituição Federal.

*A **invasão** aconteceu por volta das 15h, quando chovia na região. A área é um antigo canteiro de obras com seis galpões e capacidade para abrigar cem famílias. No momento da **invasão** apenas um segurança da Cesp estava no local”.*

O termo **invasão** é a opção única no texto, não havendo contradição com a manchete e o subtítulo. Nele, o jornalista alerta que a área **invadida/tomada**, por estar próxima à usina hidrelétrica, segundo a Constituição Federal, é considerada área de segurança nacional, não podendo ser habitada por ninguém, portanto. Ressalta, ainda, que no momento em que houve a **invasão** apenas um segurança a guardava e os sem terra encontravam-se em 500⁵². O que isso denota? Em que posição o MST é posto? Como invasor e tomador de área de segurança nacional, é posto na posição de violento transgressor da lei, e não de qualquer uma, mas de **Lei Federal**. Como invasor de área guardada por apenas um homem quando compunha-se por 500, conclui-se pela covardia da ação. Todo o texto, ademais, foi escrito sem qualquer citação, mas apenas com a fala de seu autor, enviado especial da Folha. Como se pode notar, o jornal se pronuncia e se posiciona explicitamente nele.

Por fim, a foto. Nela, José Rainha aparece ao lado de um galpão do canteiro de obras da área da Cesp em questão. Logo abaixo, a legenda o identifica como “*O líder dos sem terra*”. Essa foto introduz algo, que se anunciará com mais força na imprensa em matérias mais adiante, que é a identificação do MST com seus líderes - principalmente Rainha, “*O líder dos sem terra*”. É como se o movimento fosse composto e se misturasse, se personificasse exclusivamente em suas

⁵² Esta cifra está mais abaixo no texto, fora do lide.

lideranças, e não em todos os que o compõem. O MST, assim, torna-se suas lideranças - Rainha, em particular - e os outros membros, os sem terra. Uma curiosa separação é produzida no interior do movimento pelo jornal, uma quase fetichização de sua sigla, a qual se dissocia do nome que lhe descreve e que apresenta o sentido de sua existência social: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - ou trabalhadores sem terra, apenas. Este não é mais o mesmo que MST, assumindo progressivamente formas distintas para o jornal. Mas vamos parar por aqui por enquanto. Mais para frente desenvolveremos essa temática com mais calma, buscando apreender os elementos que compõem esta curiosa construção narrativa sobre o movimento em questão, e que implicações produzem. Por ora, nos limitaremos a introduzi-la como o fez a foto em questão.

A polêmica em torno destas duas ocupações/invasões foi grande. Em 10 de outubro de 1995, o jornal cobre a primeira reação a elas. A manchete é: *“Delegado faz novo pedido de prisão contra líder dos sem terra no Pontal”*, em cujo texto o delegado de Sandovalina alega que *“o movimento, em vez de **ocupar** terras para plantar, comete o crime continuado das **invasões**”*. Ele também acusa Rainha de ser o responsável pelas invasões e de desviar, com isso, a finalidade do MST. A retórica do delegado é astuciosa nesse texto. Ele utiliza ambos os termos, ocupar e invadir, mas para dizer que, diferente do que falam os militantes e simpatizantes do movimento, não é ocupação o que faz o MST, é invasão. Em seguida, quando acusa Rainha de ser o responsável pelas invasões, levando o movimento a desviar-se de sua finalidade (fazer ocupações para plantar) dirige-se aos leitores do jornal e também aos sem terra, deixando entender que o MST já foi um movimento que em outros tempos realizava ocupações, mas que Rainha o desvirtuou para o caminho das invasões sucessivas. O processo de dissociação interna do movimento em MST-lideranças (= Rainha), de um lado/sem terra, de outro, sai agora do âmbito da fotografia e chega ao texto.

Tal processo fica ainda mais evidente em matéria de 11 de outubro do mesmo ano, cuja manchete é *“‘Custo Zé Rainha’ preocupa os fazendeiros”*. Com “custo Zé Rainha” o jornal se refere à desvalorização das indenizações a serem pagas pelo governo às benfeitorias das fazendas selecionadas para desapropriação, após as ocupações/invasões do MST. Isso porque, através delas (das ocupações/invasões), algumas dessas benfeitorias (como cercas, pastos, entre outras) acabam sendo danificadas, reduzindo o valor da indenização nas negociações para a potencial

desapropriação. As ocupações/invasões do movimento, assim, parecem não ser feitas pelos sem terra, mas por Rainha, a personificação do MST.

Em 18 de outubro de 1995, a Folha solta matéria com a manchete “*Atuação de Rainha já preocupa MST*”. Nessa matéria, assinada por enviado especial ao Pontal, o jornal procura explorar ainda mais o tema da personificação do MST na figura de Rainha, mas trazendo agora algo novo, um novo tipo de divisão interna, uma divisão entre as lideranças do movimento. Explica que os outros integrantes da direção têm se reunido, pois estão preocupados com, nas palavras do jornal, “*O culto à personalidade que Rainha parece alimentar*”. Além desse, Rainha é qualificado com outros predicados no decorrer do texto, como: deslumbrado com a mídia, com ímpetos personalistas e provocador de incêndios devido a suas declarações radicais na mídia. Rainha, assim, é responsabilizado pela intensidade com que é chamado a falar pelo MST no jornal - bem como em outros meios de comunicação mediados.

Ao lado da matéria, porém, há uma foto dele em cuja legenda se lê: “*José Rainha Jr., líder dos trabalhadores rurais sem terra*”. Na primeira parte da sentença (“*José Rainha Jr.*”), seus nome e sobrenome são transcritos integralmente. Com tal transcrição, o sujeito da sentença é já de início marcado como alguém de importância destacada, como se se dissesse: “não é de qualquer um que estamos falando, ele tem nome e sobrenome”. Na seqüência, o sujeito é identificado como “*líder dos trabalhadores rurais sem terra*”, qualificação que além de sustentar e complementar o tratamento inicial dado a ele (chamado por nome e sobrenome), ultrapassa a área de abrangência de suas ações de liderança, hipertrofiando o grau de importância que possui, uma vez que líder dos trabalhadores rurais sem terra pressupõe que todos os sem terra estão sob sua liderança, e não apenas os do Pontal do Paranapanema como de fato ocorre. Pergunta-se, então: por que não identificá-lo como **um dos líderes** - e do Pontal do Paranapanema - na legenda? Por que não há uma foto com as demais lideranças, impessoalmente tratadas, no corpo do texto, como direção do movimento - sem nome e sobrenome? Apesar de Rainha Jr. possuir esse ímpeto personalista, esse deslumbramento com a mídia do qual fala o jornal, não parece sensato afirmar que apenas dele parta a iniciativa de se dirigir aos microfones dos jornalistas, ou às câmeras dos fotógrafos. Há mais que isso. Se não, por que o jornal o procura especialmente, fazendo dele a maior referência do MST no Pontal, melhor dizendo, fazendo dele a personificação do MST do Pontal? Para promover um

racha interno? Para desmobilizá-lo e “queimá-lo” depois de personificar o MST com sua cara, seu nome e sobrenome? Devolvamos a palavra ao jornalista, autor da matéria:

“Isso não significa um racha no MST. Rainha está no Pontal porque foi designado para lá estar. Não se concebe queimar uma liderança histórica, não só porque o MST sempre procura vender imagem de coesão, mas também porque Rainha e a direção do MST comungam das mesmas idéias”.

Por que essas orações finais? O que dizem? Que intencionalidades sustentam? Provocar o racha do qual falam? Ou apenas dirigir-se aos leitores que o esperam e ou trabalham por ele? O texto não responde, apenas suscita essas e tantas outras indagações. Resta-nos persegui-las, levando-as junto no dia-a-dia das longas prosas (conversas) mantidas com o jornal. Sigamos “proseando”, então.

Se o MST é posto na contramão dos discursos coletivistas e de unidade com que historicamente apresenta-se à sociedade pelas matérias acima, não se pode concluir disso por um alinhamento do jornal com os fazendeiros. Assim, em 30 de outubro de 1995 a manchete *“Justiça pode tirar terras de fazendeiros”* confirma a tese de que também os latifundiários grileiros são alvos do jornal. Ao lado do artigo, uma foto com luxuosas casas em frente a um rio e explicada pela legenda *“Casas de veraneio em área da Cesp às margens do Paranapanema, perto da usina Taquaruçu”*, comunica que a pontaria dirige-se aos fazendeiros dessa vez. Afinal, é a mesma área ocupada/invadida pelo MST há pouco, cuja ação foi veementemente criticada pela Folha. No subtítulo, a crítica aos fazendeiros se estende à ação da grilagem para além da área retratada na foto ao lado do artigo, dizendo: *“Metade do Pontal do Paranapanema pode ser declarada de propriedade pública, devido à falsificação de títulos”*. O lide, por sua vez, confirma as falas anteriores, recontando a história do processo de grilagens na região iniciado desde meados do século XIX, cujo resultado foi que dos quase um milhão de hectares de terras do Pontal, *“90% têm origem devoluta. Em apenas 10% das terras a propriedade particular é legítima”*. No decorrer do texto, o jornal recorda ainda que os latifundiários do Pontal fizeram - e continuam a fazer - mau uso da terra:

“O Pontal foi quase todo devastado com agente laranja e queimadas, após retirada das madeiras nobres (...) Agora, com a terra esgotada, os ocupantes se dedicam basicamente à produção extensiva de gado de corte. Além de contrariar a modernização do campo, com o confinamento do gado, a ocupação da área é baixa”.

Uma crítica contundente é dirigida aos latifundiários do Pontal nessa matéria, localizando-os como atores com participação decisiva no processo de empobrecimento e atraso da região. No bojo dessa crítica, é destacada a Justiça como a instituição capacitada para intervir nesse terreno minado (a situação agrária do Pontal), e com poder para reverter tal situação. Isso fica claro já na manchete da matéria, que afirma: *“Justiça pode tirar terras de fazendeiros”*, explicada, na seqüência, pelo subtítulo: *“Metade do Pontal do Paranapanema pode ser declarada de propriedade pública, devido à falsificação de títulos”*. A expectativa de transformação da difícil situação do Pontal, assim, é localizada na possível declaração, pela Justiça, de que as áreas griladas são propriedade pública, o que as devolveria para as mãos do governo, que poderia promover novos assentamentos.

Mas se é dado institucionalmente à Justiça o poder de acabar com os privilégios de uma elite agrária retrógrada e improdutiva, não quer isso dizer que será ele justamente utilizado. As coisas parecem não ser assim tão simples, segundo o jornal. Com efeito, em matéria de 01 de novembro de 1995 (*“Secretário da Justiça teme violência no Pontal”*), há uma declaração de Belisário dos Santos Jr. (Secretário da Justiça do Estado de São Paulo), na qual diz temer pelo *“acirramento da violência no Pontal após as prisões de lideranças do MST naquela região”*. Afirmou ainda que *“o uso de algemas em Diolinda Alves de Souza foi desnecessário. (...) Eles (os sem terra) não são bandidos”*. A declaração de Belisário refere-se à decretação de prisão preventiva determinada pelo juiz da comarca de Pirapozinho, Darci Lopes Beraldo, em 30 de novembro, para quatro das lideranças do MST do Pontal, sob acusação de formação de quadrilha. A acusação é concernente às ocupações/invasões da fazenda São Domingos e da área da Cesp, referidas acima. Entre os acusados, apenas dois foram presos: Diolinda Alves de Souza (identificada, no jornal, como mulher de Rainha) e Márcio Barreto. Os restantes conseguiram escapar a tempo e mantiveram-se foragidos. Entre eles, encontrava-se José Rainha Jr. Durante a prisão, em vários jornais e televisões do país pôde-se acompanhar Diolinda sendo algemada em sua casa quando

cuidava de seu filho de dois anos, e depois levada para o complexo penitenciário do Carandiru, em São Paulo. As imagens sensibilizaram a população, pois no ato da prisão ela não apresentou qualquer resistência ou intenção de fuga.

A fala de Belisário é utilizada aqui para expor a discordância do jornal ao que entende como lamentável ação da Justiça e da polícia: a decretação da prisão das quatro lideranças do MST. Mas de onde extraímos que a fala de Belisário é semelhante a do jornal, isto é, que ambos (Belisário e o jornal) têm a mesma posição sobre o assunto em questão? A resposta a essa indagação situa-se na página mesma em que se encontra a matéria, mais precisamente, na maneira como está organizada. Como já se disse anteriormente, a fala do jornal não está presente apenas nos conteúdos dos textos de cada matéria, mas também no desenho, na forma como estão dispostos em suas páginas. Ao mirar a página na qual está a matéria em questão não encontramos nenhuma outra versão sobre o evento (a decretação da prisão), somente uma breve nota alegando que o juiz de Pirapozinho não quis comentar o assunto. Logo, a versão em evidência é esta, a marcada pela fala de Belisário.

Se houvesse ainda qualquer dúvida acerca disso, se esvaziaria em artigo editorial de 18 de novembro do mesmo ano, escrito já depois da liberação dos líderes presos, no qual o jornal explicita de modo mais contundente a sua posição sobre o tema:

“Por mais condenáveis que sejam seus procedimentos, é evidente que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não é uma quadrilha de criminosos. Goste-se ou não, eles representam uma parcela das populações rurais. E, de fato, a polêmica decisão do juiz de Pirapozinho ocorreu no momento em que o Incra e o governo do estado de São Paulo estavam em negociações com o MST.

A impressão de que estavam sendo presos interlocutores políticos pode até ter fortalecido os sem terra. A tentativa de humilhar Diolinda, obrigando-a a posar sendo algemada depois de ser presa sem resistência em sua casa, tampouco parece ter colaborado para que o movimento recuasse de seu radicalismo. É deplorável, nesse sentido, que os líderes do MST recém-saídos da prisão façam uma nova bravata, prometendo invasões”.

Nesse artigo fica mais explícito o argumento do jornal. Ele critica contundentemente a decisão do juiz de Pirapozinho, mostrando que a despeito da Justiça ter poder de contribuir efetivamente para a transformação da tensa situação fundiária no Pontal é tomada muitas vezes por pessoas não necessariamente a altura dessa importante demanda social. O atraso rural do Pontal tem tentáculos que se espalham por várias instâncias tomando de roldão a gente que lá faz sua morada; é o que parece ser a compreensão que tem o jornal sobre a região. Parte deste roldão compõe-se também do MST - “com seus condenáveis procedimentos” -, pois embora ideologicamente contrário aos latifundiários e seus simpatizantes, localiza-se no mesmo retrógrado terreno que eles. Todos fazem parte desse grande cenário de pré-modernidade, uns mais poderosamente instalados (os latifundiários), outros menos (os sem terra), mas nem por isso reivindicando, segundo o jornal, transformações que se encaixem numa visão mais moderna de mundo. Se é deplorável a existência de fazendas griladas e improdutivas, e de juízes capazes de tomar decisões lamentáveis e incendiárias como a do juiz de Pirapozinho - que, ademais, fortalecem ainda mais os sem terra, efeito que não parece ser apreciado pelo jornal -, não menos deplorável são as decisões do MST, cujos líderes mesmo depois de *“recém-saídos da prisão façam uma nova bravata, prometendo invasões”*.

Em 17 de dezembro de 1995 um conjunto de três matérias sobre Diolinda sai na editoria revista da Folha, cujo tema de destaque diz respeito à súbita fama por ela adquirida após sua recente prisão no complexo penitenciário do Carandiru, acompanhada por grande parte da população através de jornais e canais de televisão⁵³. Se com tais matérias abre-se a expectativa de que o jornal não mais continuará a falar do MST apenas personificando-o com a referência de Rainha - ainda que Diolinda seja identificada como sua esposa -, essa impressão logo se desfaz debruçando-se sobre a matéria principal, anunciada pela seguinte manchete: *“Diolinda no pontal da fama”*. Nela (na manchete), o autor faz um jogo com a palavra pontal, de modo a produzir um desdobramento de sentido. Explica-se. Pontal, como se sabe, refere-se à região na qual Diolinda vive e milita pelo movimento: o Pontal do Paranapanema. Mas, segundo o dicionário Aurélio, refere-se também à *“altura de uma embarcação entre a quilha e o convés principal”*, definição que no conjunto da sentença em questão diz respeito à altura da fama por ela alcançada. Logo, o Pontal

⁵³ Referente à prisão preventiva das lideranças do MST no Pontal decretada pelo juiz de Pirapozinho, descrita acima

como referência do lugar de luta e militância pela reforma agrária a que Diolinda se dedica, desdobra-se - convertendo-se - em qualificativo para a fama que repentina e surpreendentemente ela arrebanha.

Seguindo em frente, no corpo do texto, mais especificamente no lide, lê-se:

“Fosse um mês e meio antes, Diolinda Alves de Souza - líder dos trabalhadores sem terra no Pontal do Paranapanema - passaria despercebida. Mas naquela quarta-feira, 6 de dezembro, se encontrava em São Paulo justamente porque pretendia desfrutar da notoriedade repentina.

Pela manhã, iria fazer fotos para a Revista da Folha. À tarde, agendaria uma futura participação no ‘Programa Livre’, do SBT. À noite, estaria mais uma vez diante das câmeras: o ‘Opinião Nacional’, da TV Cultura, queria entrevistá-la ao vivo. No dia seguinte, conversaria com um repórter do jornal ‘The New York Times’.

Miúda, cabelos curtíssimos, rosto quase adolescente, Diolinda, 25, ganhou a mídia por causa de uma polêmica decisão judicial. Em 30 de novembro, o juiz da comarca de Pirapozinho (SP), Darci Lopes Beraldo, determinou a prisão de quatro membros do MST. O motivo: formação de quadrilha - crime que, sob a ótica do magistrado, comete quem incentiva a ocupação de propriedades alheias”.

Como se vê, o texto do lide reacentua o que já se anuncia na manchete: a “notoriedade repentina” de Diolinda (no “pontal da fama”). Descrevendo-a em tom bastante informal - à maneira de uma conversa à mesa - como uma figura “miúda, cabelos curtíssimos, rosto quase adolescente”, e apresentando a lista de compromissos que tem com a mídia nos próximos dias, o texto a posiciona mais como uma *pop star* do rádio ou televisão. Embora a identifique como líder dos trabalhadores sem terra no Pontal logo na primeira linha, não é este o enfoque que o texto toma como central, ou seja, o da sua atividade político-militante junto ao MST pela reforma agrária, mas sim as informações de sua vida privada, contando com a curiosidade popular em saber das fofocas do cotidiano de gente famosa. A Diolinda “miúda, cabelos curtíssimos, rosto quase adolescente”, que mesmo perseguida por um juiz polêmico, conseguiu dar a volta por cima e ganhar a mídia, desfrutando, agora, “da notoriedade repentina” tende a produzir simpatia e afeição

ao leitor, já que torna-se um personagem com uma história bastante empática a ele. Ao mesmo tempo, essa mesma Diolinda é como que dissociada do MST, como que dissociada da Diolinda militante, da Diolinda que traz atada em si a problemática da questão agrária e as marcas da história da luta do povo camponês.

Em 29 de dezembro de 1995, é realizada a última matéria do ano sobre o MST do Pontal, cuja manchete é: “*MST decide romper acordo e anuncia onda de invasões*”. Nessa matéria, o MST volta a estar na alça de mira do jornal, mas dessa vez sendo contraposto ao governo. Logo na manchete, a sentença enuncia que o movimento tomou a iniciativa de romper um acordo ameaçando iniciar invasões - e não ocupações. Na seqüência, o subtítulo comunica que o “*Secretário de Justiça diz que reação ‘será um desastre para o plano de paz’*”. Conclui-se, de ambas as sentenças (manchete e subtítulo), que dito acordo é, na verdade, um plano de paz; e sendo um plano de paz, implica que houve uma trégua em uma guerra, uma guerra na qual o MST é uma das partes. Logo, o MST é posto no lugar da intolerância, do radicalismo quase terrorista, na medida em que além de romper o acordo-plano de paz anuncia, em seu lugar, “uma onda de invasões”.

Na foto, ao lado da matéria, mais uma vez Rainha é mostrado como a personificação do MST. Ele aparece em pé falando a uma multidão de trabalhadores rurais. Logo abaixo, a legenda explica: “*José Rainha Jr. discursa para os sem terra*”. Com nome e sobrenome, novamente personifica o MST, e o MST intolerante, radical, quase terrorista descrito na manchete e subtítulo da matéria ao lado.

Voltando ao texto, no lide, lê-se:

*“O MST considera desde ontem rompido o acordo com o governo paulista e já iniciou preparativos para um ‘bateria de **ocupações**’ no Pontal do Paranapanema.*

*Em 4 de novembro, o MST suspendeu as **ocupações**, depois que o governador Mário Covas prometeu assentar as 2.101 famílias de sem terra em lotes definitivos (1.050 até 31 deste mês e o restante até junho de 1996). O reinício das **invasões** no Pontal, batizado pelo MST de ‘janeiro quente’, está marcado para 2 de janeiro.*

(...) *O pavio da nova crise foi a tentativa do governo de assentar ontem, em lotes provisórios, 94 famílias na fazenda Arco-Íris, em Mirante do Paranapanema*".

O lide não põe o MST na mesma posição em que é posto na manchete e no subtítulo. O jornal, aqui, assume um tom diferente ao tratar do movimento. De novo, parece haver uma contradição de falas em uma mesma matéria, uma ambigüidade de posicionamentos com relação a decisão do MST de romper tal acordo com o governo. Se na manchete fala-se em uma “onda de invasões” como desdobramento da decisão de rompimento do acordo, e no subtítulo o movimento é acusado de romper com um “plano de paz”, tudo isso trazendo em cena a figura de José Rainha Jr. - com nome e sobrenome - como sua personificação, no lide já se encontra uma explicação para a denominada “bateria de ocupações” (assim chamada: ocupações) anunciada pelo MST, justificada como reação à decisão do governo de tentar assentar famílias em lotes provisórios, quando comprometeu-se a conseguir lotes definitivos⁵⁴ pelo acordo. Isso não quer dizer, porém, que no lide o jornal assume posição absolutamente inversa às da manchete e subtítulo. O que há é uma ambigüidade discursiva nele presente, ilustrada quando utiliza ora o termo invasão ora ocupação, para nomear as ações anunciadas pelo MST.

Em 1996, a história anunciada pela matéria acima continua, alongando-se em uma série de outras matérias, as quais acusam uma maior complexificação do nosso campo-tema. Com efeito, em 03 de janeiro do mesmo ano a manchete “*Sem terra **recuam** e suspendem **invasões***”, tem como subtítulo a seguinte sentença: “*Direção do movimento critica assentamentos feitos por Covas, mas decide ‘**dar um tempo**’ nas **ocupações***”. Posicionamentos contraditórios, mas já entre manchete e subtítulo, estão igualmente presentes aqui. Afinal, “recuar” e “dar um tempo”, e “invasões” e “ocupações” são expressões que denotam sentidos distintos, como se sabe. Recuar é o mesmo que andar para trás, retroceder; e em circunstâncias de confronto como a que se apresenta, em perder ou ceder terreno ao inimigo. Já dar um tempo expressa a idéia de parar para pensar melhor a respeito para talvez encontrar um momento mais oportuno, e não de retrocesso ou perda de terreno. Da mesma forma, não é necessário repetir que invasão e ocupação exprimem sentidos distintos. Assim,

⁵⁴ A diferença entre lotes provisórios e definitivos é que os primeiros estão ainda em tratativas na Justiça, podendo ser reintegrados aos seus antigos proprietários a qualquer momento, dependendo do encaminhamento da Justiça. Não é o caso dos segundos, já de posse dos assentados em definitivo.

se na manchete pode-se entender que o jornal afirma que os sem terra perderam terreno (recuaram) na batalha contra o governo, em sua intenção de tomar terras de propriedade alheia (invadi-las), no subtítulo o movimento, ainda que tenha críticas aos assentamentos do governo, decidiu parar para refletir (dar um tempo) qual o melhor momento de apropriar-se do que é seu de direito (ocupar).

Seguindo em frente, no corpo do texto, o lide diz:

*“O MST **recuou** ontem e decidiu suspender temporariamente as **invasões** de terra que pretendia realizar no Pontal do Paranapanema a partir desta semana.*

A decisão foi tomada durante assembléia realizada ontem, na sede da fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, que reuniu cerca de 200 sem terra.

*José Rainha Jr., líder do MST no Pontal, disse que a suspensão de novas **ocupações** não significa que o MST vá procurar o governo para novas negociações.*

(...) Segundo ele, na quinta-feira passada o MST considerou rompido um acordo firmado com o governador Mário Covas, estabelecido em 4 de novembro”.

No lide, a matéria parece reproduzir a contradição de posicionamentos anunciada na oposição manchete e subtítulo. De fato, se a primeira metade do texto declara que o MST **recuou** e decidiu suspender as **invasões** que pretendia realizar, ressaltando que a decisão pelo recuo foi feita pelos sem terra em assembléia que a discutiu; a parte seguinte relata que, para Rainha, a despeito da suspensão das **ocupações** o MST não procurará o governo para negociar, pois considera rompido o acordo firmado com o mesmo. Para Rainha, então, não foi recuo o que decidiu fazer o MST (não cedeu terreno), foi **dar um tempo**. Mirando atentamente o texto, no entanto, é possível perceber que embora organizado de modo a apresentar as duas versões, sobrepõe uma à outra: a verossímil, porque descritiva e impessoal (O MST recuou e decidiu suspender as invasões) sobre a parcial, porque expressa pela boca de Rainha, o “líder do MST no Pontal” (apesar da suspensão das ocupações, Rainha disse que o movimento não pretende negociar com o governo). O MST, portanto, além de invasor de terras alheias é também posto no lugar de quem cedeu terreno ao inimigo, de quem perdeu essa batalha para o governo.

A matéria acima introduz ainda algo que será mais evidenciado adiante: o aparecimento dos sem terra (da base) como partícipes dos rumos do movimento - nem sempre em acordo com as pretensões da liderança. Assim, a decisão pelo recuo e pela suspensão das invasões é localizada nos sem terra que estavam na assembléia na qual isso foi discutido. Haveria aqui a intenção de ressaltar o caráter democrático das decisões do MST? A matéria de 09 de janeiro de 1996, ainda sobre o mesmo caso, desfaz essa possível impressão inicial. Nela, a manchete “*MST enfrenta resistência das famílias sem terra*” expressa-se em um tom de denúncia, não de exaltação (como seria, no caso do enfoque à decisão democrática da ação do movimento), caracterizando um racha entre base e liderança. Ademais, ela também retoma a curiosa divisão que já tínhamos acusado em matérias anteriores: MST, de um lado, e sem terra, de outro; sendo o MST composto exclusivamente pelas lideranças e não pelos chamados sem terra, considerados, como parece, a massa de manobra, pelo jornal. O discurso histórico do MST, que desde sempre o posicionou como movimento de massas, defendendo a participação de todos os seus integrantes tanto nas ações como nas decisões deliberadas em assembléias coletivas, é inteiramente inverso ao desta curta manchete, que o sentencia (o MST) como organização burocrática, rigidamente hierarquizada, cuja base (os sem terra), geralmente cumpridora de ordens, dessa vez posicionou-se contrária à decisão da cúpula (o MST), criando dificuldades para a mesma, como pode-se ler no lide abaixo.

“O MST paulista está enfrentando dificuldades para convencer as famílias assentadas a desistir dos lotes provisórios dados pelo governo Mário Covas, no Pontal do Paranapanema.

A direção do MST não considera cumprida a promessa de Covas de assentar 1.050 famílias em lotes definitivos na região, em 1995.

Na virada do ano, o governo conseguiu áreas, por meio de liminares na Justiça, e colocou 1.054 famílias em lotes provisórios e 261 em lotes definitivos”.

Como se vê, a divisão anunciada na manchete é referendada aqui. Quando diz que “*O MST paulista está enfrentando dificuldades para convencer as famílias assentadas...*”, o texto comunica que o MST paulista é outra coisa que as famílias em questão. Mas, se tais famílias fazem parte do MST paulista, o que são então? Que lugar ocupam na organização? O efeito comunicativo disso (da forma como está arquitetada a matéria) é a anulação dos argumentos apresentados pelo MST, quais

sejam, de que o rompimento do acordo se deu porque o governo não cumpriu com sua parte, assentando as famílias em lotes provisórios, e em condições bastante precárias, como diz Gilmar Mauro (da coordenação nacional), mais abaixo no texto da matéria - já fora do lide:

“O governo jogou sujo. Chegou com lona, caminhão, jogou as pessoas no meio de um pasto, sem infra-estrutura. Quem não aceitasse a terra daquela forma tinha de assinar um documento em que abria mão do direito em qualquer lugar”.

Em 22 de janeiro, uma grande entrevista, de página inteira, com o secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., é disposta na página A4 do caderno Brasil, de política. A manchete é: *“Secretário de Covas diz que MST precisa se modernizar”*. Nela, o movimento é novamente caracterizado como pré-moderno, resgatando uma classificação já encontrada em matérias anteriores. Afinal, se precisa modernizar-se é porque não é moderno, é pré-moderno. No subtítulo, a acusação de pré-moderno se especifica: *“Para Belisário Jr., o movimento usa linguagem do ‘tempo da ditadura’”*. A especificação remete ao tempo em que governo e movimentos sociais eram inimigos declarados, marcadamente divididos entre “direita reacionária e sanguinária”, de um lado, e “esquerda subversiva e comunista”, de outro. Com isso, Belisário procura argumentar - respondendo ao movimento - que há um governo completamente diferente agora no poder, um governo democrático - não como no tempo da ditadura - que não é e nem pretende ser inimigo do MST. Com isso, ele também busca desqualificar os argumentos do MST, invalidá-los, uma vez que os identifica como pertencentes a uma linguagem ultrapassada e portanto incompetente para apreender a realidade atual com sensatez e credibilidade. Uma retórica astuta, não há dúvida.

Acima da matéria, vê-se ainda uma foto de Belisário, em cuja legenda está escrito: *“Secretário de Justiça do Estado, Belisário dos Santos Jr., que dirige o programa de reforma agrária”*. Na arquitetura da matéria, foto e legenda encaixam-se qualificando e validando a fala de Belisário em relação a do MST. Ele é apresentado como autoridade, com nome e sobrenome, além de encabeçar o primeiro escalão do governo nas áreas da Justiça e do programa de reforma agrária.

Debruçando-se agora no resumo inicial da entrevista, lê-se:

“O MST ainda está ‘empregando tática e linguagem da época da ditadura’. É o que diz o secretário de Justiça de São Paulo, Belisário dos Santos Júnior, que conduz o programa de reforma agrária do governo Mário Covas (PSDB).

Para ele, o MST se preparou para o crescer, ‘mas não para a vinda da reforma agrária’.

Belisário avalia que a ‘reforma agrária clássica está superada’ e que ‘o MST está perdendo oportunidade de atualizar sua linguagem’.

Ex-militante de esquerda durante o regime militar, Belisário considera impropriedade a crítica dos sem terra de que o governo não cumpriu sua promessa ao instalar 1.050 famílias no Pontal do Paranapanema”.

A arquitetura do texto reproduz o que até então vinha sendo comunicado na manchete, no subtítulo e na fotografia: uma retórica de desqualificação do MST, mais especificamente dos argumentos críticos do MST com respeito aos assentamentos feitos pelo governo ao final do ano passado (“*Belisário considera impropriedade a crítica dos sem terra de que o governo não cumpriu sua promessa ...*”), acompanhada da qualificação dos argumentos de Belisário. Ao final, um novo elemento para validar ainda mais a fala de Belisário: ele é apresentado como “*ex-militante de esquerda durante o regime militar*”, logo, como alguém que “sabe o que fala” quando acusa o MST de usar uma linguagem do tempo da ditadura, e quando afirma que ela não é mais necessária para com um governo democrático como o que representa.

Nessa série de reportagens sobre o caso do rompimento do acordo com o governo - de 29 de dezembro de 1995 até aqui -, pode-se ver que o jornal progressivamente vai tomando partido nesse embate. Se no início apresentava-se com alguma ambigüidade, colocando-se mais incertamente quanto à posição que deveria assumir, nas últimas matérias essa incerteza dissipa-se por completo. O jornal retoma a retratação do MST como pertencendo ao universo do atraso, da pré-modernidade, como sendo um movimento cuja narrativa faz parte do tempo da ditadura, um movimento que “*não se preparou para a vinda da reforma agrária*”, como diz Belisário, e da reforma agrária que não é a clássica - defendida pelo movimento e, portanto, “atrasada” -, mas uma reforma agrária

pertencente à modernidade. Mas que reforma agrária é essa? Em editorial de 04 de dezembro de 1996 ela é apresentada.

“É preciso perseverar na adoção do ITR⁵⁵ progressivo como a única forma realmente efetiva de combater a especulação com a terra. Tal medida terá um efeito muito mais positivo e real do que os assentamentos, cuja eficácia tem-se mostrado extremamente duvidosa.

Uma pesada tributação - desde que não onere ainda mais as terras produtivas, já afetadas pelas dificuldades inerentes ao campo -, que praticamente inviabilize a manutenção de latifúndios improdutivos e estimule a produção, é a forma mais permanente de modificar a desigual estrutura fundiária do país e facilitar o acesso à terra”.

Um tratamento exclusivamente econômico é dado à questão fundiária, sustentado com o argumento de que os assentamentos não são capazes de produzir com eficácia. Os argumentos e ações de reivindicação pela reforma agrária produzidos pelo MST são, com isso, invalidados e desqualificados, pois o que apontam como possibilidade de transformação do meio rural, com a instauração das formas de produção agrícola que defendem - agricultura familiar e cooperada -, é desconstruído e apontado como ineficaz economicamente pelo jornal. A perspectiva política que envolve a questão fundiária em nenhum momento é contemplada no artigo, nem tampouco o fato de que a maioria das terras demarcadas para os assentamentos são de qualidade duvidosa, com baixa fertilidade, e precária infra-estrutura para produção. Prefere-se, no lugar, ater-se à perspectiva economicista, desqualificando, além da estrutura organizacional dos assentamentos, a competência dos sem terra como agentes de produção. Um trecho extraído de editorial de 01 de julho de 1996, é bem ilustrativo a respeito:

“A baixa escolaridade, aliás, muitas vezes facilita tanto a demagogia quanto o radicalismo e, no limite, o recurso à violência - não raramente insuflada por lideranças com perfil bem diverso e muito mais politizado e hierarquizado do que o das bases”.

⁵⁵ Imposto Territorial Rural.

Lembramos, porém, ser o jornal - sobretudo se for de circulação nacional, como é o caso da Folha de São Paulo - um lugar no qual falas oriundas de diversos lugares e com posicionamentos diversos sobre os assuntos noticiados presentificam-se diariamente nas suas páginas. Apesar da fala do jornal propriamente sobrepor-se às outras que a contradizem, estas não deixam de estar também presentes. Nesse sentido, o jornal mostra-se, simultaneamente, como ator social - com voz e posições próprias - e como lugar de embates, de lutas hegemônicas entre diferentes atores sociais - neste caso específico, em torno da questão fundiária.

De fato, em artigo de 15 de março de 1997, Stédile (da coordenação nacional do MST), afirma:

“Para uma família ser considerada assentada, é necessário que esteja localizada definitivamente sobre sua terra, lote individual ou gleba coletiva. Deve ter recebido os recursos para construir sua casa e ter obtido os créditos iniciais de alimentação, fomento e produção. Precisa ter escola primária para as crianças e estrada para chegar até sua terra. Isso é o mínimo”.

No mesmo ano, mas em 30 de dezembro, o mesmo Stédile diz:

“O governo, quando se trata dos sem terra, não realiza somente a fiscalização contábil dos projetos. Ele vai ‘in loco’ ver sua implementação. O problema, para o governo, é que geralmente os técnicos que vão aos assentamentos voltam entusiasmados com os resultados que obtemos com tão poucos recursos. E não raras vezes passam a ser militantes da reforma agrária”.

Nas declarações acima vê-se, claramente, uma resposta às falas do governo e de outros atores que posicionam-se do lado oposto ao do MST na questão fundiária, transparecendo o embate hegemônico.

A fala de Stédile, contudo, refere-se ao MST nacional, ou seja, aos assentamentos, às famílias sem terra, às ações do movimento e aos confrontos tidos com o governo e fazendeiros que

ocorrem, de maneira geral, nos vários pontos onde o MST tem presença. Sua fala não se focaliza na região do Pontal do Paranapanema, especificamente. Se a trouxemos para a discussão, foi para recordar que o jornal é um lugar que de modo algum pode ser entendido como óbvio, norteado por posições unívocas acerca dos temas que trata, mas como terreno de embates cotidianos, transparecendo parte das tensões, negociações, conflitos e lutas hegemônicas que ocorrem no dia-a-dia da sociedade civil (no sentido da concepção gramsciana de sociedade civil).

Voltemos, então, para o Pontal, mais particularmente para o caso que vínhamos acompanhando: o rompimento do mencionado acordo com o governo e seus desdobramentos. Outras matérias foram feitas acerca desse tema. Nelas, o jornal começa a explorar e trazer a tona o desenvolvimento de um “racha” entre lideranças do movimento, de um lado, e muitas das famílias assentadas pelo governo nos ditos assentamentos provisórios, de outro. Já em 01 de fevereiro de 1996, a manchete anuncia: *“Sem terra se recusam a receber Belisário”*. O que parece ser uma decisão do conjunto dos sem terra é explicado no subtítulo como: *“Líderes dizem que perderam ‘confiança’ no secretário da Justiça, que visitará hoje o Pontal do Paranapanema”*. O subtítulo, assim, especifica que a decisão de não recebimento de Belisário provém dos líderes do movimento. De fato, no lide do texto da matéria, se lê:

“A coordenação do MST decidiu ontem que não vai receber o secretário estadual da Justiça, Belisário dos Santos Júnior, que estará hoje cedo no Pontal do Paranapanema (SP).

Segundo Fabiano José Balestero, da coordenação regional do MST, os sem terra ‘perderam a confiança’ no secretário e não o consideram mais ‘canal de negociação’ nos conflitos do Pontal”.

No dia seguinte, 02 de fevereiro, a matéria *“Belisário promete água e estrada aos sem terra”* relata que o secretário da Justiça visitou os assentamentos provisórios implementados pelo governo, mas não teve contato com as lideranças, que se recusaram a recebê-lo, apenas com as famílias assentadas. No corpo do texto, Belisário aparece prometendo melhorias nos assentamentos às famílias e ouve críticas:

“O secretário estadual da Justiça, Belisário dos Santos Júnior, visitou ontem os assentamentos de sem terra no Pontal do Paranapanema (SP). As lideranças do MST se negaram a se encontrar com o secretário.

Santos Júnior prometeu aos assentados a construção de 52 poços para abastecimento de água, a construção de estradas rurais e atendimento médico às famílias.

(...) Os assentados reclamaram ao secretário que a escassez de água potável e a falta de condições para trabalhar a terra são os maiores problemas que eles enfrentam”.

Mais para frente no texto, Belisário responde às lideranças do MST, dizendo:

“Santos Júnior disse que os assentamentos feitos pelo governo são ‘irreversíveis’ e afirmou que as resistências existentes ocorrem por causa de ‘interesses contrariados’.

Santos Júnior não disse quais interesses estariam sendo contrariados. Mas afirmou que as resistências são feitas por membros do MST e de fazendeiros do Pontal.

(...) ‘Será que estamos, com esses assentamentos, desagradando aos dois lados interessados na questão, que viveriam em função dos conflitos da terra?’, disse, referindo-se ao MST e aos fazendeiros”.

No embate intertextual entre ambos os atores (MST e governo), mais um passo é dado no sentido de retratar o MST como estando no lugar do atraso, da pré-modernidade, como se disse antes, trazendo de volta algo que já havia sido feito anteriormente: a colocação do movimento no mesmo lugar dos latifundiários, no mesmo patamar de atraso que eles, o da pré-modernidade rural brasileira. E nesse embate, o governo mantém junto ao seu coro de vozes, a voz do jornal.

Em 19 de fevereiro, com a matéria *“Assentados suspeitam de desvio de verba”*, o jornal dá voz aos assentados para desencavar mais alguns elementos do racha entre eles e as lideranças do movimento. No lide da matéria, o jornal afirma:

“Outro ataque de assentados às lideranças do MST no Pontal é feito por parte das 500 famílias que integram, há um ano, a Cooperativa dos Assentados do Pontal, criada pela

entidade dos sem terra. Eles acusam os líderes de desviar recursos e equipamentos da cooperativa para fazer invasões”.

Logo abaixo, ainda no texto, as falas de alguns assentados são citadas, dentre eles, a de “José da Silva Lima, 38”, que diz: “Nos sentimos lesados. Houve desvio de função”. Além dele, também Pedro Antonio da Silva expõe o que pensa a respeito: “Como a cooperativa não tem CGC, com dinheiro das famílias⁵⁶ foram compradas uma farinha, quatro caminhões e um trator. Ninguém viu o trator. Só foi usado em ocupações”. Ao final da matéria, é colocada a versão das lideranças acusadas: “O MST nega desvios e diz ter dívidas. A farinha, segundo a entidade, ainda não foi instalada na fazenda São Bento (um assentamento) porque a Cetesb exige cuidados ecológicos”.

Na descrição do racha, o MST é novamente incorporado às suas lideranças. Ao expor a resposta de ditas lideranças para as acusações que lhe são dirigidas, o texto começa do seguinte modo: “O MST nega os desvios...”; e, mais a frente: “A farinha, segundo a entidade...”. O MST, assim, não é descrito como um movimento social, como uma organização de massa, mas como uma entidade com vida própria, separada de seus integrantes. A crítica que fazem (os seus integrantes, os sem terra) parece ser dirigida ao MST, já que as pessoas que ocupam as posições de líderes aparecem como sua incorporação absoluta - MST e lideranças são uma coisa só, os sem terra são outra. O jornal, que parece despir o MST, revelando suas tensões e divisões internas, o veste com outras roupas, que assemelham-se às de uma ONG que assessora trabalhadores rurais - composta por algo como “militantes profissionais” - e não a um movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

No mesmo dia 19, em matéria ao lado da anterior, a busca para desvelar a estrutura interna do movimento continua, agora mirando a organização das ocupações/invasões de fazendas. A manchete é: “Quem não invade paga”, cuja explicação está no lide abaixo:

⁵⁶ E aqui se refere ao dinheiro captado nos financiamentos públicos para agricultura familiar.

“A família que não participa de ocupação de terra é obrigada a pagar multa no Pontal. Em dia de invasão, é feita uma chamada de presença. Se a família falta ou não envia pelo menos um representante, é cobrada uma ‘diária’.

São dois os critérios do MST para privilegiar famílias na hora de receber lotes: 1) viver em cima da terra e plantar; 2) a participação na luta - controlada pelos militantes”.

Pela manchete e pelo lide, as famílias parecem ser obrigadas a ocupar/invasão pela “entidade” MST. Do contrário, pagam multa e ou não recebem terras. Da mesma forma, segundo o texto, a ação de distribuição de lotes às famílias é feita pelo mesmo MST, novamente posto como entidade separada das famílias sem terra (*“São dois os critérios do MST para privilegiar famílias na hora de receber lotes...”*). Mais embaixo, porém, depois do lide, quando se dá a palavra aos sem terra, uma sutil diferença pode-se notar; vejamos:

“‘Não sou contra (a multa). Ninguém pode ganhar lote sem lutar’, diz Antonio Balbino da Silva. ‘Mas tem gente com cinco filhos, passando fome. Esse dinheiro faz falta’, diz Joaquim Rodrigues. ‘É uma injustiça com o MST. Isso foi discutido. É o modo de as pessoas não levarem a luta na barriga’, diz Afonso do Nascimento, que pagou Cr\$54,00 em junho de 1994 (nove diárias)”.

Ora, a despeito da polêmica sobre a cobrança ou não da multa, o MST, para os sem terra citados, não é colocado como algo separado, diferente deles mesmos. *“Isso foi discutido”*, diz Afonso do Nascimento, um dos sem terra entrevistados, e que pagou multa. Se foi discutido implica ter sido uma construção coletiva, com a participação deles, e não imposta de fora para dentro.

Na mesma página, e na parte superior da folha, outra matéria ainda da mesma série - cuja manchete é *“Ação do governo racha MST no Pontal”* -, refere-se, como as anteriores, aos efeitos provocados no movimento pelo assentamento provisório implementado pelo governo de São Paulo: um racha interno. No subtítulo (*“Cerca de 40% das 1.300 famílias assentadas rejeitam lideranças da entidade; sem terra apontam ‘desvio de conduta’”*), o jornalista que assina a matéria lança mão de números para dar mais credibilidade à sentença da manchete. Passando agora para o corpo do

texto, vê-se já no seu início uma citação - que também incrementa a verossimilhança e credibilidade do texto -, seguida do comentário do jornalista que reinterpreta os números expostos no subtítulo:

“‘Aqui o movimento não entra! Acabou!’, grita uma sem terra da fazenda Santa Carmem (um dos assentamentos provisórios feitos pelo governo). Constrangido, Ivan Bueno, militante do MST, deixa o assentamento.

A cena, inesperada, (...) reflete o descontentamento com o MST (mais propriamente com as lideranças) de cerca de 40% das 1.300 famílias sem terra assentadas pelo governo paulista. Elas estão em lotes provisórios ali desde dezembro”.

Na citação, a sem terra que fala separa-se do movimento (“*Aqui o movimento não entra!*”), ilustrando algo já acusado pelo jornal nas matérias anteriores: a incorporação do MST às lideranças. No parágrafo abaixo, no entanto, quando do comentário do jornalista, ele chama a atenção para a diferença entre MST e líderes, ressaltando que o descontentamento é “*mais propriamente com as lideranças*”, não com o MST. Uma contradição curiosa no texto, sem dúvida! Mas continuemos na leitura do mesmo:

“(…) Chaves (da coordenação estadual) atesta o divórcio entre o MST e dezenas de famílias no Pontal. Mesmo acampado em assentamentos precários, esse contingente de sem terra não poupa críticas a líderes do MST, por ‘autoritarismo’ e ‘desvios de conduta’.

‘Eles são ferida brava, são corruptos. O movimento somos nós’, afirma José Pereira Silva, outro assentado na Santa Carmem.

O grupo diz que foi preterido pelo MST na distribuição dos lotes, por se recusar a participar de invasões e não pagar as multas pelas faltas”.

A contradição continua. Primeiro atesta-se o “*divórcio entre o MST e dezenas de famílias...*”. Depois, o “*contingente de sem terra não poupa críticas a líderes do MST...*”. Em seguida, um dos assentados afirma que “*o movimento somos nós...*”, ou seja, as famílias sem terra são o MST, não são separadas dele. Por fim, “*o grupo diz que foi preterido pelo MST...*”.

Mais para frente, ao final da matéria, os próprios membros da liderança do movimento buscam explicações mais auto-críticas sobre os motivos do racha, as quais de alguma maneira ajudam também a explicar a anunciada e polêmica incorporação do MST às lideranças, levando-o a se tornar uma organização dissociada das famílias sem terra. Assim, para Oliveira, ex-integrante da coordenação estadual, “(...) *faltou trabalho de base. Não foi feita conscientização. Só ficaram pedindo dinheiro às famílias para manter as ocupações. É hora de trocar as lideranças*”. Já Gilmar Mauro, da coordenação nacional, “(...) *rejeita a troca de dirigentes ali. Mas admite erros. ‘Fomos incapazes de explicar o que ocorria, por isso há divergências do povo com Zé Rainha e outros líderes’*”, diz.

De fato, em estudo sobre o processo de formação e territorialização do MST, Fernandes (1999), ao voltar-se para o que ocorreu no Pontal do Paranapanema, registra um processo de massificação da luta na região, ou seja, de adoção de um procedimento de concentração de grupos grandes de famílias sem terra (com centenas de integrantes) para efetuar ocupações/invasões massivas nas fazendas. A adoção de tal procedimento foi decidida, diz o autor, porque: “(...) *as ocupações com um pequeno número de famílias não conseguiam mais chamar a atenção da mídia e tampouco do Estado*” (p. 170). Se, por um lado, tal decisão é positiva no tocante ao impacto da ação e à sua efetividade - afinal, uma ocupação/invasão com centenas de pessoas juntas, além de espetacular é bem mais difícil de ser contida pela polícia ou seguranças da fazenda -, ela exige, por outro lado, mais tempo para criar as condições para o desenvolvimento de espaços de interação necessários entre as famílias para a politização do processo de luta pela terra. Essa preocupação, diferentemente do que acontece em outras regiões do país com as ações do MST, não foi devidamente considerada no Pontal. Já na ocupação/invasão da fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, no ano de 1991, o período de formação do grupo de sem terra que iria ocupá-la/invadi-la se fez em menos de três meses. Em outras regiões do país, a formação de grupos como esse costuma consumir de seis meses a dois anos. Com o transcorrer das ações do MST no Pontal sendo organizadas cada vez mais às pressas, atropelando processos importantes de socialização política das famílias sem terra, a separação entre liderança (dita MST) e base (dita sem terra) estendia-se mais e mais. No desenrolar de tal equação o racha foi questão de tempo; e o governo mostrou-se bastante habilidoso ao perceber e aproveitar-se dessa fragilização na organização interna do movimento no Pontal. Referindo-se a essa divisão interna, diz Fernandes (1999):

“Para essas famílias, que haviam sido mobilizadas para a luta, militante do MST era somente o coordenador, também chamado de liderança. Ser militante significava para a maioria das famílias: o que dava as ordens, o que mandava. O militante era o comandante. Os militantes ou lideranças eram adorados por alguns trabalhadores e odiados por outros. Essa condição paradoxal fragmentava as relações entre os grupos e os militantes e, por conseguinte, não possibilitava a criação da identidade política de grande parte dos trabalhadores. Para muitos acampados somente os coordenadores ou militantes pertenciam ao MST. Eles eram só trabalhadores sem terra”. (p. 172)

Em 20 de fevereiro de 1996, no auge da tensão entre sem terra e governo, uma matéria localizada na página A5 (caderno Brasil) do jornal anuncia tentativa de reaproximação entre ambos. Já na manchete (*“Governo e MST tentam abrandar divergências sobre ação no Pontal”*), tal tentativa é comunicada explicitamente. Na seqüência, no lide, a comunicação da manchete se confirma:

“O governo paulista e o MST buscam uma aproximação para reduzir as divergências sobre os assentamentos de famílias no Pontal do Paranapanema.

A Folha apurou que governo e líderes do MST têm mantido conversas reservadas sobre a região”.

Capítulo final dessa última série de tensões entre governo e MST? Provavelmente não. Uma trégua seria uma resposta mais plausível; afinal, com o racha interno provocado pelos assentamentos provisórios do governo, o MST viu-se enfraquecido, e o governo sabe que não é sensato acirrar o embate com o movimento, uma vez que este não é composto apenas pelos assentados em questão, mas por uma população muito maior e ávida por seu lote de terra. Na própria matéria, um pouco mais a frente do lide, isso fica explicitado na fala de representante do Itesp, um órgão do governo: *“Embora técnicos exibam satisfação com o efeito de sua ação (muitas famílias romperam com o MST), Elso Polizel, supervisor do Itesp (Instituto de Terras do Estado), já está prudente: ‘Seria mais fácil se o MST fosse parceiro’”.*

A tentativa de reaproximação entre ambos continua. Em 24 de fevereiro de 1996, a manchete “*Líder do MST considera Covas aliado dos sem terra*”, refere-se à declaração de Rainha, a partir da qual o posicionamento do movimento com relação ao governo se inverte, já que este não é mais posto no lugar de oponente, mas de aliado daquele. Tal declaração é novamente retomada no lide, quando Rainha afirma considerar Mário Covas parceiro na luta pela reforma agrária, e diz: “*O governo do Estado é um aliado do movimento sem terra. O nosso inimigo é o latifundiário*”. Mais do que inverter o posicionamento Rainha está, aqui, convidando o governo para somar forças com o MST na luta contra os latifundiários, por ele considerados os grandes empecilhos para a efetivação da reforma agrária no Pontal. De fato, em seguida, ele ressalta que “*o Estado não fez o que tinha que fazer. Assentamento é lote definitivo. Aquilo que está lá é uma favela rural*”. A crítica ao dito assentamento continua, não foi esquecida nem apagada do discurso do MST, lembra Rainha, mas agora o governo não é posto mais na posição de adversário, e o movimento não fecha os canais de conversação com ele, convidando-o para jogarem na “mesma equipe”.

Tal tentativa de aproximação fica ainda mais evidente, já fora do lide, quando outra declaração de Rainha é enunciada no texto. Vejamos:

“Embora tenha se declarado petista e defendido o socialismo (‘o capitalismo não oferece uma página que eu possa por consciência defendê-lo’), Rainha disse que a reforma agrária que o movimento propõe no Brasil está dentro da ordem capitalista: ‘Isso que eu estou dizendo (defesa da reforma agrária nos moldes que defende o MST) não influi na mudança de regime. Democratizar a propriedade da terra é fazer desenvolvimento econômico. Não estamos discutindo o sistema’”.

Vê-se claramente que Rainha fala para alguém. Seu pronunciamento mostra-se como uma resposta, uma resposta possivelmente às diversas manifestações e impressões publicizadas que o acusam de expressar e defender “ações radicais” para o movimento. Mas a quem especificamente ele se dirige? Com quem está falando quando se pronuncia dessa forma? Não a uma ou duas pessoas, mas a um conjunto expressivo delas e provenientes de variados lugares e posições. O leitor

do jornal é um dos alvos em questão, visto ler seu nome, via de regra, associado às ações mais espetaculares e ditas “radicais” do movimento no Pontal; e o leitor do jornal, como se disse no capítulo introdutório - assim como qualquer dos consumidores de meios de comunicação mediados -, compõe um alvo importante, pois através dele o movimento pode disseminar suas narrativas críticas e suas reivindicações, e assim, chamar a atenção do governo e pressioná-lo para contemplar tais narrativas e reivindicações nas políticas públicas do Estado. Além do leitor do jornal, Rainha dirige-se também ao governo do Estado, convidando-o para juntar suas forças com as do MST para, assim, atingirem uma mesma meta: a eliminação dos latifúndios no Pontal e a implementação da reforma agrária na região. Para tanto, procura desmistificar o movimento e a reforma agrária que reivindica, alertando que não são “o bicho de sete cabeças” que pensa o governo; afinal, *“Democratizar a propriedade da terra é fazer desenvolvimento econômico. Não estamos discutindo o sistema”*, diz.

Rainha fala ainda a outros membros da coordenação do movimento, particularmente, da sua ala mais moderada, a dos sulistas⁵⁷, bastante forte na região de São Paulo.⁵⁸ Sua fala, para estes, parece tornar-se um apelo, sobretudo quando sabemos que Rainha mantinha-se foragido da Justiça nessa época - desde 25 de janeiro, há um mês, portanto -, devido à decretação de sua prisão preventiva, acusado de “formação de quadrilha” por coordenar ocupações/invasões de terras no Pontal. Além dele, foi decretada prisão, pelo mesmo motivo e na mesma data, a outros cinco membros da coordenação do movimento no Pontal, sendo que quatro foram capturados e permaneciam detidos. Diolinda, também sua esposa, era uma dessas pessoas. Rainha, portanto, tendo de esconder-se da Justiça, mantinha-se distante dos centros de decisão e debates sobre as questões do MST, e como ele, boa parte dos outros líderes próximos presos ou também foragidos. Ele procura então expressar-se com declarações mais moderadas aos outros membros da coordenação que permanecem nos centros de decisão.

A situação de Rainha e dos outros cinco líderes do movimento com prisão decretada remete a outra série de matérias, que se voltam para as relações do MST com a Justiça. A primeira menção

⁵⁷ Rainha faz parte da ala dos nordestinos, tidos como mais radicais nas suas posições.

⁵⁸ É sabida - e já discutido a partir de matérias anteriores - a desconfiança de alguns líderes do MST com respeito a Rainha, tido como “deslumbrado com a mídia”, e impetuoso nas suas declarações e atitudes no dia-a-dia das atividades do movimento no Pontal.

à decretação da prisão em questão encontra-se em matéria de 27 de janeiro, dois dias depois de ela ter ocorrido. A manchete é a seguinte: “*MST decide colocar Rainha na clandestinidade*”. O destaque, como se vê, é dado à Rainha, embora tenham sido seis os líderes envolvidos.

Passemos, agora, para o lide. Nele se lê:

“A direção nacional do MST decidiu que o líder dos sem terra no Pontal do Paranapanema, José Rainha Jr., deve manter-se foragido e escondido até que seja suspenso o pedido de sua prisão preventiva .

O MST avalia que, devido a vários processos contra Rainha, ele não seria mais solto se, voluntariamente, se apresentasse à Justiça.

Rainha teve a prisão preventiva decretada anteontem, junto com outros cinco líderes dos sem terra”.

O destaque à Rainha mantém-se. Apenas ao final da última oração do texto, menciona-se que além dele - apresentado com nome, sobrenome e como “*o líder dos sem terra no Pontal do Paranapanema*” -, outros cinco líderes do movimento - sem nome nem sobrenome - também tiveram prisão decretada pela Justiça. Ao lado da matéria, uma foto sua - cuja legenda logo abaixo diz: “*Rainha, em Salvador, antes de ir para a clandestinidade*”⁵⁹ -, reafirma o destaque anunciado.

Mais abaixo, ainda no corpo do texto, o jornal expõe uma nota emitida pelo MST atacando, simultaneamente, o Poder Judiciário, qualificando-o como “*moroso e ineficaz para requisitar terras griladas por fazendeiros no Pontal, mas extremamente ágil para decretar prisões políticas de trabalhadores*”; o presidente Fernando Henrique que, “*em vez de cumprir seus compromissos com a reforma agrária, se ilude em fazer propaganda*”; e o governador Mário Covas “*que não cumpriu o acordo de assentar em lotes definitivos 1.050 famílias até o final do ano passado (1995)*”. O MST, assim, organiza sua retórica a partir de uma perspectiva política, ele politiza a decisão da Justiça em decretar as prisões anunciadas - acusando-a de tomar o partido dos fazendeiros no embate hegemônico com o MST - e, ao mesmo tempo, localiza a causa das ocupações/invasões

⁵⁹ Sua presença em Salvador é explicada, no texto, como devido a um encontro organizado pelo MST.

realizadas - mote para a decretação das mencionadas prisões - nas inações dos governos federal e estadual de São Paulo.

Além dessa matéria, outras ligadas ao mesmo tema foram confeccionadas na mesma página do jornal, convidando-nos a nos debruçarmos também sobre elas para melhor apreender as dimensões discursivas e as diferentes vozes presentes. Assim, logo abaixo dela, há uma matéria, cuja manchete é: *“Fazendeiro diz que é um ‘alívio’”*, referindo-se às prisões decretadas aos sem terra. No lide, se lê:

*“O vice-presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, Célio Romero de Souza, disse ontem que a decretação das prisões dos líderes dos sem terra no Pontal do Paranapanema ‘traz um alívio’. Segundo ele, os líderes dos sem terra vêm comandando as ações na região do Pontal ‘num flagrante desrespeito às leis e às instituições’.
(...) Para Souza, que atua como ‘porta-voz’ dos fazendeiros do Pontal que estão tendo suas propriedades invadidas, o MST seria hoje um ‘movimento político’”.*

Como se vê, é a voz dos fazendeiros que fala nessa matéria, posicionando-se com simpatia em relação à decisão da decretação das prisões dos líderes sem terra pela Justiça. O depoente selecionado é nada menos que alguém que *“atua como porta-voz dos fazendeiros do Pontal”*, e é *“o vice-presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente”*, logo, alguém que suscita credibilidade quando afirma falar pelos fazendeiros, revelando qual sua posição a respeito das prisões dos sem terra. Em seguida, ele a justifica (sua posição), acusando o MST de movimento criminoso, pois desrespeita as leis; de movimento marginal, pois desrespeita as instituições; e de movimento político, mas político no sentido de uma organização que está menos interessada nas necessidades e nos direitos dos sem terra - mera massa de manobra, no seu entendimento - do que de utilizá-los para promover uma revolução no sistema vigente. Isso fica claro ao fim da matéria, quando se lê:

“As pessoas têm que entender que o MST não é um movimento de coitadinhos, de pessoas carentes. Existe uma massa de manobra, integrada por pessoas desinformadas e despreparadas, iludidas pelo MST, mas que não lideram nada”.

Ainda outra matéria, ao lado dessa, tem como manchete: “*Advogados pedem habeas corpus na segunda*”. Ela refere-se ao pedido de *habeas corpus*, feito pelos advogados do MST, aos seis sem terra que tiveram prisões decretadas. Informa também que o então senador Eduardo Suplicy reuniu-se com o juiz e sugeriu que revogasse a prisão, alegando “*que o movimento dos sem terra é legítimo, justo e uma reivindicação da sociedade*”. Uma voz distinta, produzindo sentidos distintos sobre o MST, pode-se ver aqui. Afinal, se o movimento era considerado criminoso acima, aqui ele é legítimo; se era marginal, aqui é justo e reivindicado pela sociedade. Um embate retórico pela hegemonia de sentidos é o que o jornal presentifica.

Sigamos em frente. Na parte superior da página, acima das outras matérias, encontra-se a maior delas, em cuja manchete lê-se: “*Prisões desarticulam invasões no Pontal*”. Com tal manchete, o jornal comunica que a decretação das prisões às seis lideranças do MST no Pontal do Paranapanema desarticulou as ações de ocupações/invasões do movimento (chamadas de invasões, porém). Abaixo, o subtítulo diz: “*Diolinda distribuiu mensagem para autoridades na qual ela critica o governo paulista por não assentar os sem terra*”. Diolinda, como se sabe, é uma das lideranças com prisão decretada e que não conseguiu fugir a tempo, sendo detida pela polícia. Sendo assim, sua mensagem é emitida a partir da prisão, na qual acusa o governo Covas de não assentar os sem terra - e, aqui, refere-se ao assentamento provisório que implementou, que não é considerado um assentamento nas palavras dela. Sua fala, reivindicando um bem coletivo ao governo (o assentamento para os sem terra) - não individual -, e emitida a partir da cela onde está detida, adquire uma força que produz um efeito comunicativo marcante, sobretudo porque permanece na memória dos leitores a sua prisão anterior, poucos meses antes, quando foi algemada pela polícia em sua casa, sem oferecer resistência, e no momento em que cuidava de seu filho de dois anos. Uma cena que provocou reações bastante solidárias e comovidas na população, tornando Diolinda uma figura famosa na mídia.

Voltando-se agora para o corpo do texto, na sua parte inicial, vê-se que ele resgata o tema da manchete:

“A decretação pela Justiça da prisão dos principais líderes do MST no Pontal do Paranapanema desarticulou o processo de invasões de fazendas da região que estava sendo retomado. A prisão foi decretada anteontem pelo juiz substituto de Pirapozinho, Fernando Marcondes.

(...) As seis lideranças do Pontal são acusadas de formação de quadrilha, devido às invasões das fazendas Santa Rita e São Domingos, em Mirante do Paranapanema”

Na parte final do texto, contudo, é a temática do subtítulo (a mensagem de Diolinda) que novamente é mencionada, informando que dita mensagem foi entregue em carta aberta ao senador Suplicy e endereçada ao presidente Fernando Henrique, ao governador Mário Covas e ao juiz Fernando Marcondes. Na carta, além das críticas que faz a Covas, explica o jornal, *“Diolinda pede ‘uma saída rápida’ para o problema dos trabalhadores rurais e reivindica o assentamento dos acampados do Pontal”*. É informado, ademais, que Suplicy *“conversou com Marco Maciel (vice-presidente de Fernando Henrique) sobre o assunto”*, que respondeu ter achado um equívoco essas prisões.

Através dessa matéria o jornal parece posicionar-se mais positivamente com relação ao MST. Diferentemente do que vínhamos notando acontecer na série anterior de matérias (acerca do embate entre MST e governo na questão do rompimento do acordo “de trégua” entre ambos), aqui, no embate que se trava, primordialmente entre MST e Justiça regional, o jornal parece pender para o lado do primeiro. Ao mesmo tempo em que informa sobre a desarticulação do movimento, devido às prisões mencionadas, traz a fala de Diolinda - ainda presente na memória coletiva -, novamente encarcerada e vítima da (in)Justiça, devido a incapacidade de alguns juízes regionais em agir imparcialmente quando os poderes da oligarquia dos latifundiários são desafiados na região. A fala do jornal, portanto, nessa matéria - a maior e posicionada na parte superior da página -, embora mantendo-se crítica às práticas do movimento - denominando-as invasões já na manchete (*“Prisões desarticulam invasões no Pontal”*) e depois também no corpo do texto - discorda da decretação das prisões dos sem terra pelo juiz de Pirapozinho, trazendo Diolinda para dar peso e credibilidade a tal divergência, além do senador Suplicy, e até do vice-presidente Marco Maciel, também críticos dessa decisão.

Por fim, a última matéria da página sobre o tema. Nela, é a voz do governo estadual que se presentifica, e já na manchete: *“Governo de SP afirma que cumpriu acordo”*. O governo, aqui, refuta a acusação de Diolinda, exposta em matéria anterior em carta aberta, afirmando que, ao contrário do que diz ela, o acordo foi cumprido. Seguindo para o corpo do texto, na sua primeira parte, ele diz:

“O secretário-adjunto da Justiça do Estado de São Paulo, Edson Vismona, acusou ontem o MST de levar famílias paranaenses ao Pontal do Paranapanema com o objetivo de ‘incrementar invasões’.

O secretário afirmou dispor de informações, colhidas nas fazendas invadidas, confirmando a presença de famílias do Paraná não incluídas no programa de assentamento acertado entre o governo estadual e o MST em setembro do ano passado. ‘Só assentaremos as famílias cadastradas pelo Itesp’, disse Vismona”.

Curiosamente, o texto começa dizendo algo que aparentemente não tem relação com a manchete (*“Governo de SP afirma que cumpriu acordo”*). Mirando atentamente o conjunto manchete/texto, porém, nos deparamos com algo um tanto diferente: um conjunto retórico bastante coerente e articulado. Com efeito, se a sentença da manchete refuta a acusação ao governo feita por Diolinda - em nome do MST -, o texto a seguir acusa o MST de ter descumprido um acordo estabelecido com o governo. Com isso, a refutação inicial (a sentença da manchete) ganha força, pois é acompanhada de outra acusação (a do texto), agora dirigida ao acusador inicial (o MST), apontado como tendo descumprido acordo firmado com o governo. Em linhas gerais, é dito: como acreditar em alguém que não cumpre acordos? Vocês, leitores, acreditam? É a indagação que parece ser posta por Vismona, e que busca desqualificar e neutralizar o discurso crítico de Diolinda dirigido ao governo.

Mais abaixo, ainda no texto da matéria, ele retoma novamente a refutação da manchete:

“Segundo ele (Vismona), ‘não tem cabimento’ a acusação da líder dos sem terra Diolinda Alves de Souza de que o governo não cumpriu o prometido. Pelo acordo, seriam assentadas 1.050 famílias até 31 de dezembro de 1995, outras 500 até março deste ano, e mais 500 até

junho. Segundo o governo, foram assentadas 1.150 até o final de 1995. 'Se não cumprimos, o MST deve dizer como', afirmou o secretário-adjunto.

Vismona diz que o MST está usando 'táticas diversionistas' (manobras para desviar a atenção), 'buscando e criando um fato que não existe'".

Após acusar o MST de descumprir acordo firmado com o governo, invertendo - para buscar neutralizar - a acusação inicial feita por Diolinda, a refutação exposta na manchete é retomada; e agora, obviamente, com mais força. Para garantir ainda mais credibilidade ao argumento, a matéria apresenta números dos assentamentos implementados nos prazos estipulados. Não se menciona, contudo, os aspectos qualitativos dos assentamentos implementados: infra-estrutura instalada, local (grau de proximidade e facilidade de acesso ao mercado consumidor), qualidade do solo, entre outros.

Nesse quadro de matérias expostas nessa página (A8, da editoria Brasil, de política), vê-se que o MST é mostrado com diferentes nomeações e sentidos: o MST como perseguido político pela Justiça; o MST criminoso; o MST legítimo, reconhecido e respeitado socialmente; o MST invasor de terras; entre outros. No entanto, em meio a essas diferentes vozes, oriundas de diferentes lugares e posições nos embates que se presentificam na página, sobrepõe-se a voz do jornal. Nela, vê-se simultaneamente uma crítica à Justiça regional do Pontal, que não pela primeira vez toma decisões consideradas no mínimo suspeitas - a fala dada a Diolinda, que comoveu a população por prisão semelhante ocorrida há alguns meses remete a isso, bem como o anunciado alívio dos fazendeiros com a dita decisão - e uma crítica às práticas de "invasão" do MST, e da sua teimosia em não reconhecer os assentamentos feitos pelo governo, este sim, poupado de críticas mais mordazes pela voz do jornal. Mantém-se, assim, a acusação do espaço rural do Pontal do Paranapanema como o lugar do atraso, acusação que envolve os seus respectivos atores (MST, fazendeiros, Justiça regional) e poupa o governo.

A complicada relação do MST com a Justiça é novamente exposta em matéria de 02 de fevereiro de 1996. A manchete que a anuncia é: "*Sem terra e juiz do Pontal trocam acusações*". Logo abaixo, o subtítulo explica de que acusações está se falando: "*Segundo MST, magistrado participou de chantagem para soltar líderes; ele diz que movimento fez 'proposta estranha'*".

Se na manchete, a posição do jornal parece ser neutra, apenas descrevendo a troca de acusações ocorrida entre MST e juiz, no subtítulo o jornal começa a explicitar sua posição sobre o caso, organizando a sentença de modo a dar mais força à acusação inicial feita pelo MST do que à resposta do juiz.

Seguindo para o corpo do texto, lê-se:

“O MST e o juiz substituto de Pirapozinho, Fernando Marcondes, trocaram ontem acusações de prevaricação e abuso de autoridade em torno da prisão de líderes dos sem terra no Pontal do Paranapanema.

O movimento convocou entrevista coletiva em São Paulo para denunciar uma suposta tentativa de chantagem protagonizada por Marcondes, pelo delegado de Sandovalina, Marco Antonio Fogolin, e pelo promotor público Paulo Sérgio Ribeiro da Silva.

Gilmar Mauro, da direção estadual do MST, e os advogados Luiz Eduardo Greenhalg e Juvelino Strozake disseram que, com a concordância do juiz, o delegado Fogolin propôs a libertação de quatro líderes do movimento - presos no último dia 25 - em troca da apresentação de José Rainha Jr., líder do movimento foragido da polícia”.

Apenas ao fim da matéria, a versão do juiz é apresentada:

“No Pontal do Paranapanema, o juiz Marcondes rebateu as acusações. Disse à agência Folha que foi o próprio Strozake quem propôs a troca de entrega de Rainha pela libertação dos demais líderes”.

O que já se anuncia no subtítulo, fica ainda mais evidente no corpo do texto. De fato, a fala acusatória do MST inicia o texto e abarca mais da metade do mesmo. Já a versão do juiz ocupa somente o seu último parágrafo. A fala do MST é descrita com detalhes, apresentando os personagens que participaram do evento em questão, seus nomes, ocupações profissionais, local em que ocorreu. A resposta do juiz, por outro lado, além de estar no fim do texto, é pobre em

descrições e detalhes do acontecimento. Em suma, a fala do MST mostra-se mais crível na arquitetura do texto, anunciando uma identidade com a do jornal nesse evento específico.

Se as relações vividas pelo MST com o governo e com a Justiça mostraram-se complexas, tensas e dinâmicas, pode-se dizer o mesmo nas vividas com os fazendeiros. Em 25 de julho de 1996, a manchete “*MST e fazendeiros anunciam acordo*”, ilustra uma tentativa de aproximação entre ambos. No subtítulo, o teor do acordo começa a se desvelar: “*Sem terra quer crédito para benfeitorias*”. Descendo para o corpo do texto, no lide, ele fica ainda mais claro:

“As lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Sindicato Rural de Presidente Prudente chegaram ontem a um entendimento para resolver os conflitos no Pontal do Paranapanema.

O entendimento foi anunciado pelo principal líder do MST na região, José Rainha. Segundo ele, os fazendeiros informaram estar dispostos a entregar suas terras para reforma agrária mediante indenização do valor investido em benfeitorias. Os sem terra, por sua vez, aceitam pagar a indenização desde que o governo crie um crédito especial para as desapropriações. ‘Ganhamos a guerra sem dar um tiro’, disse Rainha”.

Pelo escrito da matéria, a perspectiva que norteia o acordo é exclusivamente econômica, e o MST a assume, na medida em que se dispõe a pagar pelas terras aos fazendeiros (pelas benfeitorias, melhor dizendo) a fim de transformá-las em assentamentos. O financiador do pagamento feito pelo MST seria, então, o governo estadual. Ao fim do texto, diz Rainha: “*Ganhamos a guerra sem dar um tiro*”. Ganharam mesmo? Vejamos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sempre posicionou-se nas discussões acerca de reforma agrária com um discurso de teor político-social, sendo o discurso econômico mais tipicamente emitido pelos fazendeiros e pelo governo. Ao posicionar-se dessa maneira, dispondo-se a pagar pelas indenizações exigidas pelos latifundiários, o movimento acaba por adotar o discurso do oponente, sendo assim absorvido para o seu campo de domínio, o campo a-político, do economicismo pragmático.

Em 21 de agosto do mesmo ano, no entanto, o tom da relação entre eles muda expressivamente. Como a tentativa de acordo exposta na matéria acima foi embargada pelo

governo, que não aceitou a posição a ele destinada de financiador da compra de terras pelo MST, a tensão entre este e os latifundiários voltou a intensificar-se. No próprio texto da matéria, Rainha localiza na indisposição do governo com relação à proposta do acordo em questão a causa do acirramento da tensão no Pontal do Paranapanema:

“Se houver morte no Pontal, a culpa será única e exclusivamente do governador Mário Covas, que emperrou as negociações para o assentamento de sem terra na região e empurra com a barriga a situação”.

A manchete desta matéria é: *“Rainha diz que fazendeiros do Pontal começam a se armar”*. Nela, a violência é expressa com uma metáfora incontestável: a das armas; e respondida pelo mesmo Rainha no corpo do texto, que diz: *“Se eles estão com armas, nós temos foices, enxadas, tratores e nosso pessoal não teme uma briga”*.

Em 15 de setembro de 1996, o tom da violência no Pontal continua presentificado no jornal, como se pode ver no conjunto manchete-subtítulo da matéria a seguir. Assim, a manchete *“Sem terra fazem nova invasão no Pontal”* é acompanhada pelo subtítulo: *“Cerca de 700 pessoas participaram da ação, que, para o MST, foi uma ‘resposta aos fazendeiros’”*. No corpo do texto, a fala de Gilmar Mauro explicita melhor o conjunto disposto acima:

“O coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, afirmou que a invasão é uma ‘resposta aos fazendeiros’.

‘Se eles pensam que temos medo da UDR e de seus capangas, estão enganados. A UDR é uma unanimidade nacional em matéria de rejeição. A sociedade considera que a UDR representa tudo o que é atrasado neste país’, afirmou o coordenador nacional do movimento”.

Ao lado da matéria, uma foto mostra viaturas da polícia vigiando um acampamento de sem terra em frente à fazenda Santa Rita, reforçando o discurso que comunica o acirramento da tensão entre fazendeiros e MST, e pondo, ao mesmo tempo, o governo (representado aqui pelo polícia) como o ator que impede a concretização do embate anunciado entre ambos.

Na página seguinte, em sua parte superior, e nessa mesma data, é anunciada a recriação da UDR (União Democrática Ruralista)⁶⁰. A manchete é: “*UDR do Pontal vai combater sem terra*”. Abaixo, o subtítulo diz: “*Fazendeiros do oeste paulista recriam entidade, que pede um ‘basta ao desrespeito da lei’*”. A recriação da UDR é mostrada como mais um elemento que se soma à crescente tensão entre MST e ruralistas. Assim, no lide do texto, se lê:

“Cerca de 300 fazendeiros do oeste paulista, reunidos ontem de manhã na fazenda Santa Rita, em Mirante do Paranapanema, anunciaram a recriação da UDR (União Democrática Ruralista). O objetivo é fazer frente às invasões organizadas pelo MST. Também em uma demonstração de força, cerca de mil sem terra, concentrados em frente à fazenda Santa Rita, fizeram uma manifestação pedindo mais rapidez na reforma agrária. Enquanto isso, o MST realizava uma nova invasão em Euclides da Cunha”.

A tensão entre latifundiários e sem terra aprofunda-se progressivamente e a recriação da UDR é uma ilustração disso. Seu presidente, Roosevelt Roque dos Santos, defende o uso de vigilância armada nas fazendas para impedir ocupações/invasões do MST, como no trecho extraído do mesmo artigo: “*Os banqueiros mantêm seguranças armados protegendo suas agências e ninguém reclama disso*”. As possibilidades de conversação entre ambos parecem ter chegado ao limite, e Felinto Procópio (coordenador estadual do MST), diante disso, apela aos que podem intervir nesse processo para evitar maiores tragédias; diz ele: “*A sociedade conhece bem a UDR e seus métodos violentos. Cabe às autoridades tomar as medidas para impedir que a UDR faça vítimas pelo país*”. Apelo que, por sua vez, também faz Roque dos Santos (presidente da UDR): “*Vamos cobrar do governo, via UDR, um basta ao desrespeito da lei. Reforma agrária não é expropriação de patrimônio particular*”.

⁶⁰ Originalmente, como se sabe, a UDR foi criada em maio de 1985 por fazendeiros goianos, e presidida pelo fazendeiro, e então deputado federal, Ronaldo Caiado. Seu objetivo era criar uma frente para combater o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) anunciado pelo presidente José Sarney. Olhando para o pífio resultado do que foi a reforma agrária (?) do governo Sarney, concluiu-se que foi muito bem sucedida em sua empreitada. Foi dissolvida em 1994, para ser novamente recriada no ano de 1996 para combater as ações do MST, como colocado acima.

Em primeiro de outubro de 1996, o discurso da violência entre ambos intensifica-se ainda mais, assumindo proporções de pré-confronto. Logo na manchete, lê-se: “*UDR alerta Rainha sobre confronto*”. Abaixo, o subtítulo diz: “*Fazendeiros enviam recados ao líder sem terra dizendo que clima é propício a enfrentamento*”. No corpo do texto, o tom de pré-confronto mantém-se, como ilustra o trecho acima: “*Fazendeiros da UDR estão armados e prontos para repelir qualquer tentativa de invasão de suas terras*”.

Em 1997, não obstante o número extenso de notícias acerca do MST do Pontal do Paranapanema, as histórias contadas e os atores e posições presentificados no dia-a-dia das páginas do jornal não diferiram significativamente do que se viu no ano anterior. Como antes, a quase totalidade das notícias referiram-se aos processos de enfrentamento entre o movimento e os fazendeiros (mais particularmente, a ala vinculada à UDR), com o governo cada vez mais buscando ocupar o espaço de mediador da relação entre ambos. A voz do jornal mostrou-se, da mesma forma, quase sempre fazendo coro com as posições do governo, localizando a crise fundiária na região como reflexo do atraso e da intolerância dos atores sociais em questão (MST e fazendeiros). A única distinção mais marcante encontrada nesse período em comparação com o anterior é um maior acirramento da tensão entre MST e fazendeiros, evidenciado na variedade e frequência com que foram usados termos típicos da linguagem das guerras ao referir-se a eles: estratégias, táticas, trégua, tomada de posição, luta, além dos mais diretamente vinculados com a linguagem da violência explícita, como “atirar para matar”, “seguranças armados”, entre outros.

Diante disso, e procurando não ser repetitivo nesse papel, modestamente reivindicado, de costureiro de retalhos de histórias sobre o MST do Pontal do Paranapanema a partir do jornal, nos limitaremos a apresentar apenas algumas matérias ilustrativas sobre o mesmo durante o ano de 1997. Matérias cuja finalidade é dar uma visão de continuidade da trama que aqui se confecciona tendo o MST como protagonista.

Iniciemos com uma matéria publicada no dia 13 de janeiro de 1997, localizada no caderno Brasil (de política), cuja manchete é a seguinte: “*Sem terra são recebidos a tiros no Pontal do Paranapanema*”. Na seqüência, o subtítulo a explica: “*Tentativa de invasão foi coibida por seguranças*”. Mirando este conjunto manchete/subtítulo, primeiramente se nota que a relação entre

MST e fazendeiros chegou às raias do confronto armado, possibilidade que já vinha sendo anunciada anteriormente; e nele, a fala do jornal parece assumir uma posição crítica com relação à ação dos sem terra, justificando, inclusive, os tiros disparados pelos seguranças da fazenda em questão. Afinal, diz, houve uma “*tentativa de invasão*” pelos sem terra à fazenda guardada pelos seguranças, eles apenas a coibiram, reagindo defensivamente. Uma ação legítima, portanto - é o que tal conjunto nos leva a concluir.

No corpo do texto, porém, quando tendemos a inferir pelo alinhamento do jornal com a ação dos seguranças - e, por extensão, dos fazendeiros, já que seus contratantes e proprietários das armas que utilizaram - o jornal expõe uma posição um tanto diferente, colocando-os também no caldeirão dos atos ilícitos e condenáveis. Vejamos:

“A polícia prendeu quatro seguranças e apreendeu cerca de 30 armas, entre revólveres e carabinas.

(...) ‘Fui ao local, por volta das 9h, quando a situação era tensa. Tentei dialogar, mas minha surpresa foi grande quando 12 ou 13 seguranças se afastaram e tomaram posição de tiro’, disse o capitão R. R. Sanomya, comandante da área onde aconteceu o conflito.

(...) ‘Fui obrigado a dar uma rajada de metralhadora para mostrar que nosso armamento era pesado’, explicou o comandante”.

A polícia, então, como legítima representante do governo, aparece como justiceira e apaziguadora, a grande heroína deste retalho de história, já que pronta para conter os ânimos dos personagens MST e fazendeiros, cada vez mais instigados a protagonizar ações criminosas na região (tentativa de invasão de propriedade, de um lado, e uso de armas de fogo, de outro).

Novamente, em 31 de janeiro do mesmo ano, a localização do governo na posição de agente apaziguador, e agora representado por outra das suas instituições: o Ministério Público. A manchete é: “*Governo estadual quer apreender armas*”. Na seqüência, o lide explica os motivos da ação anunciada na manchete:

“O Ministério Público mandou apreender as armas dos seguranças da fazenda Concórdia, na região do Pontal do Paranapanema. O procurador geral de Justiça, Luiz Antônio Marrey, disse ontem que o Ministério Público ‘não está do lado de ninguém. A preocupação é com a escalada da violência nos últimos dias’”.

No acirramento das tensões no Pontal do Paranapanema, são dadas aos diferentes personagens da trama, tal como nos folhetins, personalidades cada vez mais unívocas e previsíveis: há os vilões exploradores da miséria da região (os fazendeiros e seus seguranças/capangas); há os revolucionários anacrônicos (lideranças do MST); os inocentes influenciáveis (os trabalhadores rurais sem terra); e os heróis (o governo e suas instituições diversas). Assim nos conta a Folha de São Paulo sobre as tensas histórias do Pontal durante este ano de acirramento do conflito fundiário.

Como última ilustração do que é contado em dito ano, vale trazer em cena a série de matérias sobre a fazenda São Domingos, em Sandovalina, já conhecida de outras séries e notícias em anos anteriores. A primeira matéria, localizada na parte superior da página 1-7 do caderno Brasil de 24 de fevereiro, tem como manchete: *“Conflito deixa 8 sem terra feridos em SP”*. Abaixo da manchete, o subtítulo diz: *“Trabalhadores invadem fazenda em Sandovalina para impedir colheita de milho e são recebidos à bala”*. A explicação do subtítulo é dada no corpo do texto através das palavras de Walter Gomes, um dos líderes do MST na região. Diz ele:

“Doze jagunços da fazenda resolveram nos provocar e, com colheitadeiras, tentaram iniciar a colheita de milho que plantamos na ocupação que fizemos (na mesma fazenda) há três meses. Nós reagimos e tentamos impedir esta ação, quando fomos recebidos a bala”.

O texto enuncia também que dos oito sem terra feridos dois estão em estado grave, internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e que os responsáveis pelos disparos (quatro seguranças da fazenda e o filho do proprietário da mesma), foram presos pela Polícia Civil e suas armas apreendidas.

Em matéria do dia seguinte, ainda sobre o mesmo caso, também na parte superior de página localizada no caderno Brasil, a manchete é: *“Polícia monta ‘operação de guerra’ na região do Pontal”*. No subtítulo, a seguinte sentença: *“Secretário-adjunto chama sem terra e fazendeiros de ‘radicais’”*. O autor da declaração acima é o secretário adjunto da Justiça do estado de São Paulo, Edson Vismona. O que se pode depreender desse conjunto de falas manchete/subtítulo? Que a operação de guerra montada pela polícia (representante do governo) volta-se para o enfrentamento dos chamados radicais pelo secretário Vismona (outro representante do governo): os fazendeiros e os sem terra.

Seguindo para o corpo do texto, lê-se:

“A Polícia Militar montou ontem à noite uma ‘operação de guerra’ para reprimir os conflitos no Pontal do Paranapanema.

(...) A decisão de fazer a operação foi tomada um dia após incidente na fazenda São Domingos, em Sandovalina.

(...) Vismona acusou de radicais os sem terra que tentaram entrar na sede da fazenda e as pessoas que responderam com tiros. ‘Vamos reprimir abusos e ações radicais dos dois lados’, afirmou”.

Ao governo, portanto, continua sendo dado o lugar de justiceiro apaziguador, de herói da trama. No bojo disso, isto é, colado à figura do herói, um pacote ideológico que abafa o caráter político do conflito fundiário no Pontal, elegendo, como única solução viável para o problema, a efetivação de uma reforma agrária concebida a partir do viés econômico, isto é, a partir do livre jogo do mercado, meio através do qual as relações de produção na região poderiam modernizar-se. Já em 1996, como dissemos, o jornal expunha isso nos seus editoriais, como por exemplo este, de 04 de setembro:

“(...) A recuperação da estrutura de cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural) e a taxação punitiva das áreas improdutivas resultaria em grande devolução de terras ao Estado, como ocorreu em outros países. Essa tributação elevaria, ademais, a oferta de áreas, provocando queda do preço das terras.

Tal política, diferentemente das desapropriações, teria efeitos mais permanentes e contribuiria de fato para a prosperidade no campo. Essa seria uma forma mais eficaz de conter o êxodo rural que traz para as cidades contingentes que as atividades urbanas já não absorvem”.

Em 1998, as tensões entre MST e latifundiários se mantiveram, embora com menos intensidade, não havendo situações de confrontos armados como no ano anterior, apenas ameaças retóricas (do MST ameaçando ocupar/invasão fazendas guardadas por seguranças, e dos fazendeiros dizendo que iriam atirar em quem tentasse entrar em suas terras). Como ilustração dessas trocas de ameaças, apresentaremos a seguir duas matérias dispostas no caderno Brasil, na parte inferior da página. A primeira delas, publicada no dia 10 de setembro de 1998, tem como manchete o seguinte: *“MST endurece discurso e prevê confronto armado”*. No subtítulo, se lê: *“Rainha diz que sem terra usarão foices e fala em ‘massacre’”*. No lide, se encontra ainda:

“O MST iniciou ontem um processo de radicalização no Pontal do Paranapanema e a ordem é, a partir de agora, invadir fazendas guardadas por homens armados. A decisão foi tomada à tarde, na reunião do colegiado de líderes do MST, conduzida por José Rainha Jr.”.

No dia seguinte, em 11 de setembro, a manchete é: *“Proprietário diz que vai reagir no Pontal”*. Não há subtítulo nesta matéria, mas no corpo do texto se encontra:

“O pecuarista Miguel Tadeu Orti de Araújo, da fazenda Santa Lúcia (Pontal), afirma não temer uma invasão na propriedade, mas garante estar pronto para reagir aos sem terra. ‘Se quiserem um defunto, eles vão ter. Respeito o MST, mas da porta da fazenda para fora’, disse Araújo.

(...) Segundo o pecuarista, os fazendeiros estão pressionados. ‘O que os sem terra fazem é uma afronta ao homem, ao proprietário, ao pai de família’”.

Como se vê, o conjunto dos dois textos acima compõem um exemplo ilustrativo das trocas de ameaças retóricas entre ambos os atores. Nenhuma delas (das ameaças) concretizou-se, já que o

MST passou a fazer suas ocupações/invasões em terras que não possuíam seguranças armadas, e as realizavam de surpresa, isto é, apenas as lideranças do movimento sabiam qual seria a fazenda escolhida, e mantinham isso em sigilo até chegar o momento da ocupação/invasão acontecer, quando então reuniam os trabalhadores sem terra para organizá-la. Com isso, garantiam o efeito surpresa, não dando tempo aos fazendeiros para montarem seus esquemas de segurança, restando-lhes apenas recorrer à Justiça para conseguir a reintegração de posse. Um exemplo disso pode ser ilustrado na matéria a seguir. A manchete é: *“Sem terra evitam confronto em invasão no Pontal”*. No lide, se encontra:

“A imagem de dois empregados da fazenda Nova do Pontal ajudando militantes do MST a desmontar a placa da propriedade invadida na madrugada de ontem pôs em cheque o cenário de confronto desenhado pelo governo federal e pelo líder do MST no Pontal do Paranapanema, José Rainha Jr.

Além da Nova do Pontal, no município de Rosana, o MST também invadiu ontem, sem enfrentar resistência, a fazenda Santa Zélia, em Teodoro Sampaio.

(...)Há pelo menos um ano o MST não invade fazendas no Pontal nas quais sabe que enfrentará resistência armada”.

Se por um lado esta se mostra como uma estratégia eficaz para escapar das balas dos seguranças/capangas dos fazendeiros, por outro, distancia ainda mais os trabalhadores sem terra (os não ocupantes de funções de liderança) de participar das decisões dos rumos do MST, ficando apenas com as funções de execução do processo (Fernandes, 2000).

No decorrer desse embate retórico presentificado no jornal os personagens em questão (MST, fazendeiros, governo) continuavam sendo apresentados, na trama que se desenhava, de modo semelhante ao ano anterior: vilões, revolucionários anacrônicos, inocentes influenciáveis e heróis; e o jornal, por sua vez, continuava somando sua voz à do governo, num dueto que se confundia. Pouca coisa havia mudado nesse aspecto, mas um novo aspecto do MST começava, simultaneamente, a ser mais extensamente explorado, o do MST produtor, com terra, manifestando-se e reivindicando financiamentos para a produção de seus assentamentos e de sua cooperativa agro-industrial. Assim, em 08 de janeiro de 1998, em matéria localizada na parte superior da página

1-8 do caderno Brasil, lê-se a manchete “MST e BB fecham acordo sobre Pontal”. Na seqüência, o subtítulo é: “Assentados recebem R\$ 3,7 mi”. Mais abaixo, no corpo do texto, tem-se a explicação mais detalhada do que se trata:

“O MST, o BB (Banco do Brasil) e o Incra chegaram ontem a um acordo para viabilizar a liberação de R\$ 3,7 milhões destinados a projetos agroindustriais que serão desenvolvidos por assentados do Pontal do Paranapanema. Os recursos são do Procefa (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) e estão disponíveis desde o final de novembro, mas ainda não foram liberados por dificuldades no cumprimento das exigências contratuais. (...) O atraso na liberação do financiamento levou o MST a promover o bloqueio de agências do BB no Pontal em dezembro do ano passado”.

Matérias como esta inauguram um novo capítulo para o MST, no qual passa também a preocupar-se com a gestão da produção dos assentamentos que conquistou. Novos cotidianos e, portanto, um novo campo de ação e estratégias passam a fazer parte de sua pauta. Nesse campo de ação específico o embate principal não é mais com os fazendeiros, mas com o governo, detentor do capital que reivindicam para tornar viável sua produção agrícola. Vale recordar ainda que, em tal embate, governo e MST assumem cada vez mais posições antagônicas quanto aos rumos que deve tomar a política de reforma agrária. Da parte do governo, tanto Fernando Henrique Cardoso, na presidência da República, como Mário Covas, governador do estado de São Paulo, ambos do mesmo partido (PSDB), concordam que a melhor solução para a reforma agrária no país - e no Pontal - é a sua realização através do mercado. Para tanto, o governo federal conclui, nessa época, a gestação do programa de reforma agrária denominado Novo Mundo Rural, em grande parte financiado pelo Banco Mundial (Brandford e Rocha, 2004; Silva, 2004; Buainain, Silveira e Teófilo, 2000); e a voz do jornal, vale recordar, mostra-se explicitamente favorável a esta perspectiva. Mediante seus editoriais, bem como a maneira como organiza e dispõe as matérias em suas páginas, elege a solução pelo mercado como a mais viável para a efetivação da reforma agrária e a esperada modernização rural.

Diferentemente, o MST reivindica um modelo de reforma agrária com caráter político-social, no qual os sem terra o assumem como agentes do processo, devendo o governo atuar no

sentido de desapropriar os latifúndios, distribuí-los em lotes às famílias sem terra, além de garantir infra-estrutura e financiamentos necessários para a viabilização da agricultura familiar cooperativada. Consultando a página do movimento (www.mst.org.br), no item Como Somos/Programa de Reforma Agrária, depara-se com uma lista de oito pontos relativos ao tema; são eles:

- “1) Modificar a estrutura da propriedade da terra;*
- 2) Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;*
- 3) Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;*
- 4) Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;*
- 5) Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;*
- 6) Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;*
- 7) Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;*
- 8) Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos”.*

As ações do MST voltadas para a reivindicação de financiamentos para produção foram várias nesse período. Ocupações/invasões de agências bancárias, de rodovias, de sedes do Incra, tinham como justificativa principal conseguir recursos para aplicar na produção agro-industrial. Elas eram apresentadas no jornal como respostas do movimento a não liberação das verbas requisitadas junto aos bancos estatais (Banco do Brasil e Banespa, em especial). A negação das verbas, por sua vez, era justificada devido ao não preenchimento pelo MST das exigências burocráticas de empréstimo ou, mais freqüentemente, por permanecer a Cocamp (cooperativa dos sem terra no Pontal do Paranapanema) na lista de inadimplentes, não estando apta para receber empréstimos bancários. A título de exemplo, em 28 de outubro de 1998, a matéria publicada na

editoria Brasil na parte superior da página, tem a seguinte manchete: “*MST organiza bloqueio a BB no Pontal*”. Em caderno de alguns meses antes, também em página da editoria Brasil e na sua parte superior, em 29 de agosto do mesmo ano, a manchete é: “*MST acaba com cerco a BB no Pontal*”. Outras tantas matérias houveram que acompanharam as ações do movimento e as negociações travadas com os bancos e o governo de maneira aparentemente neutra, tal como nos boletins informativos. Ao sairmos exclusivamente do âmbito delas, contudo, e mirarmos para além das mesmas, nos deparamos com uma série de matérias com tom bastante distinto. Tais matérias remetem para a onda de saques a caminhões de cargas de alimentos que ocorreram durante o ano de 1998 no interior de Pernambuco. Foram 263 matérias publicadas durante o ano vinculando o MST aos saques. Todas elas na editoria Brasil, de política, a maioria com dimensões médias e grandes e assinadas por seus autores, matérias com valor de destaque, portanto. A título de exemplo, transcrevemos abaixo algumas das manchetes encontradas.

“Sem terra retomam onda de saques de cargas em PE”. O subtítulo dela é: “*MST toma 15 toneladas de feijão; PM frustra uma tentativa*” (29/09/98).

“Líder do MST admite luta armada em PE”. O subtítulo é: “*Jaime Amorim diz que conflito é possível e que o movimento pode perder controle sobre os saques*” (30/09/98).

“Jarbas vê ‘perturbação da ordem pública’ em saques”. O subtítulo é: *Virtual governador de Pernambuco não detalha, porém, como agirá*” (06/10/98).

“Sem terra saqueiam três cargas de alimentos em PE”. O subtítulo é: “*Delegado vê tática de quadrilha na abordagem dos caminhões*” (06/10/98).

“Saques a cargas continuam, diz líder”. Não há subtítulo (11/10/98).

“MST invade duas fazendas em PE”. Não há subtítulo, e embora a manchete não trate do tema dos saques propriamente, ao final da matéria é dito o seguinte:

“O MST tem se destacado por promover saques no sertão pernambucano atingido pela seca. Desde janeiro, mais de trinta saques foram liderados pelo MST” (16/11/98).

Com estes exemplos, procuramos chamar a atenção para a presença de um conjunto de textos para além dos textos referentes ao MST do Pontal do Paranapanema propriamente, considerando que aqueles contribuem efetivamente para a configuração dos efeitos comunicativos do jornal sobre estes. Embora tratem do MST da região de Pernambuco, região distinta do Pontal,

ao posicionarem-no no lugar do vandalismo, do crime, da perturbação da ordem pública, e até mesmo, no dizer de um delegado, de utilizar táticas de quadrilha, ao posicionarem-no, em suma, como organização criminosa tingem o MST, qualquer que seja a região onde esteja - inclusive no Pontal - com as mesmas matizes significativas construídas para aquele, o de Pernambuco. Nesse sentido, o acompanhamento das manifestações, reivindicações e negociações do MST do Pontal com os bancos e o governo para conseguir financiamentos para produção de seus assentamentos e cooperativa ganha outra conotação quando se amplia o campo de observação, e ela não é de modo algum neutra.

Em 1999, como já se disse, o número de matérias sobre o MST do Pontal do Paranapanema caiu expressivamente. Tal queda é explicada pelo jornal devido à quietude do movimento durante esse ano, bem como a maior atenção dedicada à gestão dos assentamentos e cooperativa, levando muitos dos líderes militantes, como José Rainha, a envolver-se com encargos administrativos e burocráticos. O MST, assim, na concepção apresentada pelo jornal, torna-se um movimento de trabalhadores rurais com terra. Tendo em vista já terem sido devidamente discutidos os elementos envolvidos nesta queda expressiva da presença do movimento nas páginas do jornal, bem como a explicação dada pelo mesmo para esse advento, não seremos repetitivos reproduzindo uma vez mais as reflexões desenvolvidas anteriormente. Passemos então para o ano de 2000. Em seguida, adentraremos nas reflexões sobre as histórias - ou retalhos de histórias - presentificadas no jornal O Imparcial, de Presidente Prudente, sobre o MST do Pontal do Paranapanema.

Em 2000 a presença do MST do Pontal na Folha de São Paulo voltou a crescer. Foram 134 matérias publicadas sobre o movimento. As primeiras matérias, como já se apontou, referiam-se à sua ausência nas páginas do jornal: o silêncio e a maior dedicação à gestão da produção foram a justificativa apresentada. Na seqüência, porém, o MST voltou a aparecer no lugar do confronto protagonizando, juntamente com os fazendeiros - em particular, os ligados à UDR -, embates discursivos em torno da questão das ocupações/invasões de terras. Em 29 de abril, por exemplo, três matérias na mesma página 1-4 da editoria Brasil foram publicadas, cada qual trazendo a voz de um dos atores (UDR, MST e governo) expressando suas respectivas posições na tensa situação fundiária no Pontal. A primeira matéria, trouxe a seguinte manchete: “*Novo presidente da UDR vê*

‘guerra civil’ no Pontal”. No subtítulo, lia-se: *“Almir Guedes Soriano diz que pode ‘correr sangue’ na região”*. Seguindo para o corpo do texto:

“Na véspera de assumir a presidência da UDR, o agropecuarista Almir Guedes Soriano, disse ontem que o Pontal do Paranapanema vive um clima de ‘guerra civil’ e que a entidade, sob seu comando, continuará defendendo o direito de reação dos fazendeiros, inclusive com uso de armas, diante de invasões de sem terra.

(...) Segundo Tânia Tenório de Farias, que deixa a direção da entidade hoje, se não houver como evitar o conflito, ‘a reação será proporcional à agressão’. Ela diz que a UDR não tem milícias, apenas orienta os filiados a se defender dentro da lei.

(...) Segundo a atual presidente, o direito de defesa da propriedade está previsto no artigo 502 do Código Civil, que diz: ‘O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo’. O parágrafo único do artigo observa: ‘Os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse’.

(...) Soriano responsabilizou os governos de São Paulo e federal pelo quadro de tensão na região. Ontem, ele encaminhou ao governador Mário Covas um telegrama em que acusa seu governo de ‘omissão’ diante do risco de um ‘confronto de conseqüências imprevisíveis’ entre fazendeiros e sem terra. ‘Será sua responsabilidade tudo o que vier a ocorrer’, assinala o texto”.

Na mesma data e página, mas logo abaixo, o MST aparece em matéria também reivindicando do governo ações mais efetivas para intervir na tensão que novamente se eleva entre MST e fazendeiros. A manchete é: *“MST pede ação do governo”*. No corpo do texto, se lê:

“O dirigente do MST, José Rainha Júnior, disse ontem que só os governos de São Paulo e federal podem impedir um conflito com fazendeiros no Pontal do Paranapanema.

(...) Rainha disse que o movimento vai continuar as invasões se os governos não intervierem. ‘A responsabilidade está com o governador Mário Covas e com o ministro Jungmann’”.

Não obstante as enormes diferenças de posições entre MST e fazendeiros da UDR, colocados - e se assumindo - nos pólos opostos do confronto em torno da questão agrária no Pontal, nestas matérias eles são apresentados em posições semelhantes quando reivindicam ação mais efetiva do governo na mediação do conflito. Se o personagem herói do enredo que aqui se confecciona - o governo - caracterizava-se, até então, pelas iniciativas voltadas para esfriar os ânimos de MST e UDR nos embates que protagonizavam em torno da questão fundiária, nas matérias acima - ilustrativas, por sua vez, do que ocorrerá no restante do ano - uma ligeira mudança se faz notar na caracterização do seu personagem. Pois aqui, a iniciativa para que tome as posições de mediação não parte mais dele, mas dos outros personagens que queixam-se de sua omissão. O jornal, portanto, parece tomar as dores de MST e UDR ante a perspectiva de outros confrontos armados.

Em outra matéria, porém, mas também na mesma página e data, ao lado direito da primeira (*“Novo presidente da UDR vê guerra civil no Pontal”*), a resposta do governador Mário Covas às queixas acima apresentadas. A manchete é: *“Covas diz que só age quando houver decisão judicial”*. Segundo a manchete, o governador retira de sua responsabilidade a iniciativa das ações reivindicadas por MST e UDR, localizando-a na Justiça, esta sim detentora do poder de decidir o que deve fazer o governo. No corpo do texto, contudo, lê-se o seguinte:

“O governador Mário Covas reagiu com ironia ontem ao saber que receberá telegrama do novo presidente da UDR , Almir Guedes Soriano, em que é chamado de omissor. A correspondência pede que ele aja para evitar conflitos no Pontal do Paranapanema. ‘Por exemplo, evite que eles (a UDR) dêem tiros nos invasores’, disse o governador.

Covas afirmou que só tomará medidas após donos de terras invadidas conseguirem na Justiça liminares determinando a retirada dos sem terra.

(...) Covas também repudiou a ameaça de fazendeiros, que prometem reagir às invasões com armas. ‘Reconheço que existe um clima de conflito (no Pontal). É bem verdade que, de um lado botaram fogo (em invasões anteriores pelo MST). Mas, do outro, deram tiro. A lógica também é não dar tiro’, disse o governador”.

Como se vê, o governo aqui volta a vestir a caracterização inicial do herói. Se agora, de fato, não mais toma a iniciativa da mediação, é porque este papel passou a ser da Justiça, ele apenas responde às suas determinações. Com isso, além da ironia com que trata as queixas levantadas nas matérias anteriores por UDR e MST, os pondo no lugar da criminalidade (“*de um lado, botaram fogo. Mas, do outro, deram tiro*”), o governo busca desqualificar tais críticas, desqualificando os autores delas. Para completar o argumento, ao final da matéria, é dada a voz ao secretário da Justiça do Estado, Edson Vismona, pela qual justifica porque o governo só pode fazer o que está fazendo:

“Vismona rebateu afirmações da UDR e do MST de que o governo estadual será responsável por eventual conflito. Ele disse que hoje há menos assentamentos que no início do governo porque há menos terras disponíveis. Segundo dados da secretaria, nos primeiros quatro anos do governo Mário Covas, foram assentadas no Estado 4.406 famílias. No Pontal do Paranapanema, são 3.383 famílias beneficiadas. No período, segundo o secretário, o volume de terras devolutas era grande. Hoje, o governo depende de definições da Justiça sobre áreas não discriminadas”.

A ação do governo, portanto, é apresentada como eficaz e como a possível. Dados numéricos são mostrados para comprovar as realizações bem sucedidas do governo Covas em assentar famílias sem terra na sua primeira gestão a frente do Estado, justificando sua pouca realização atual devido à escassez de terras devolutas na região. Quando havia bastante delas, os assentamentos foram feitos; agora, cabe mais à Justiça que ao governo a continuidade desse processo. É o que nos comunica a matéria.

A voz do jornal, por sua vez, parece novamente fazer coro com a do governo. Expressões como: “*No Pontal do Paranapanema, são 3.383 famílias **beneficiadas***”, nos conduz inevitavelmente a essa conclusão. Afinal, além dos dados numéricos apresentados - tradicionalmente utilizados como recurso retórico quando se quer dar mais vigor ao argumento -, o termo “**beneficiadas**”, com que as famílias assentadas são qualificadas, aponta para uma ação, uma iniciativa tomada pelo governo que presenteou (beneficiou) tais famílias com as terras que conquistou. São postas, portanto, (as famílias) na posição de receptoras passivas, beneficiárias da ação do governo. Todas as histórias das diversas ocupações/invasões, expulsões, novas

ocupações/invasões protagonizadas pelas famílias em questão, não raramente ameaçadas por seguranças armados nas fazendas; todas estas histórias são abafadas sob o manto da ação possível de um governo comprometido com uma reforma agrária pacífica.

Além da temática do confronto entre MST e fazendeiros ligados à UDR, presente em várias das matérias sobre o movimento, outra temática na qual o MST é descrito é a da corrupção. Esta, por sua vez, é relacionada ao confronto que inicia mais explicitamente com o governo. A título de ilustração, a matéria de 24 de maio de 2000 apresenta a seguinte manchete: *“MST bloqueia bancos no Pontal”*. Ao lado da manchete, uma foto mostrando os sem terra na entrada de uma agência do Banco do Brasil, tendo, abaixo, a seguinte legenda: *“Manifestantes do MST bloqueiam entrada de uma agência bancária no Pontal do Paranapanema”*. No corpo do texto, lê-se:

“O MST rompeu ontem uma trégua de três semanas com o governo e voltou a promover ações em prédios públicos. Foram bloqueadas dez agências do Banco do Brasil e do Banespa em seis cidades do Pontal do Paranapanema.

José Rainha Júnior, que comandou os bloqueios em Euclides da Cunha, disse que as ações foram ‘um aviso ao governo de que o MST está vivo’.

(...) As manifestações foram contra a privatização do Banespa, prevista para 18 de julho, e ‘uma resposta’ à suspensão de créditos para a reforma agrária, determinada pela União na semana passada. A medida do governo foi tomada para apurar suspeitas de que o MST estaria desviando verbas oficiais com cobranças de pedágio em assistência técnica a projetos de assentados. O governo prometeu investigar 70 cooperativas ligadas ao movimento”.

O bloqueio das agências bancárias anunciado pela manchete e ilustrado nas imagens da foto são explicados a seguir, já no texto, como um rompimento, pelo MST, de uma trégua que perdurava há três semanas com o governo. A noção de trégua, já o dissemos, remete à idéia de paz, de um acordo de paz entre potenciais inimigos; paz que, por sua parte, é quebrada por iniciativa do movimento. Mas, por que? Para avisar ao governo que o MST está vivo, diz Rainha. E o que isso quer dizer? Quer dizer que o movimento responde a uma medida do governo *“para apurar suspeitas de que o MST estaria desviando verbas oficiais...”*, diz o jornal. Nada mais justa a

medida do governo, portanto; injusta é a reação do movimento dos sem terra rompendo um acordo de paz, nos conta a matéria.

Se a matéria acima exposta apenas vislumbra um caráter acusativo ao MST, dando algum espaço para dúvidas quanto a isso, ao nos debruçarmos sobre o conjunto de textos além - e em torno - dos que se referem ao MST do Pontal do Paranapanema especificamente, esta possível relutância deixa de existir. Assim, durante o ano de 2000 foram publicadas 36 matérias referindo-se ao movimento dos sem terra como uma organização envolvida em corrupção nas várias regiões onde está organizado - inclusive no Pontal do Paranapanema.

O conjunto de matérias em questão teve início em 14 de maio de 2000, sendo a maioria delas assinadas pelo diretor da sucursal de Brasília da Folha de São Paulo, o jornalista Josias de Souza. Nelas, o movimento é acusado de desviar dinheiro destinado à reforma agrária, recolhendo 3% das verbas enviadas aos assentados, através do sistema de financiamentos à agricultura familiar, para aplicá-las na preparação de ações, como ocupações/invasões de fazendas e prédios públicos, manutenção e organização de acampamentos de sem terra, entre outras que desviam-se do destino original dos recursos. Logo após a primeira denúncia, o governo federal suspendeu os repasses de dinheiro para projetos de assentamentos de reforma agrária ligados ao MST, justificando tal suspensão para iniciar a realização de uma auditoria a fim de detectar os desvios acusados no jornal. A título de ilustração, extraímos algumas das manchetes que anunciam as matérias em questão. Vejamos:

“Incra encontra indícios de desvio do MST”. O subtítulo é: *“Levantamento do governo sobre irregularidades em assentamentos deve estar concluído em 40 dias”* (09/08/2000).

“TCU investigará desvio de verbas pelo MST”. O subtítulo é: *“Suposto esquema envolveria recursos destinados à assistência técnica em assentamentos e sua má aplicação”* (12/09/2000).

“Brindeiro pede investigação do MST”. O subtítulo é: *“Dossiê do Incra aponta uso irregular de verba e taxas ilegais”* (10/10/2000).

“Sem terra de SC dizem que eram obrigados a pagar ao MST”. O subtítulo é: *“Assentados confirmam pedágio”* (02/12/2000). Abaixo desta matéria, outra há cuja chamada é: *“Entenda o caso”*. Nela, o caso é descrito da seguinte forma:

“No dia 14 de maio, a Folha revelou que o MST desvia dinheiro destinado à reforma agrária. Nos assentamentos que controla, o MST recolhe 3% dos recursos enviados pelo governo, em sistema que utiliza técnicos contratados pelo Incra.

No dia seguinte, o governo decidiu suspender por 10 dias todos os repasses de dinheiro para projetos de assentamento de reforma agrária. O objetivo era uma auditoria sobre a aplicação dos recursos do programa, com a finalidade de detectar desvios.

Em 24 de maio, o procurador da República, Luiz Roberto Gomes, encaminhou à Polícia Federal pedido de abertura de inquérito para apurar emissão de uma nota de R\$ 28 mil supostamente fria pela Cocamp, cooperativa da qual José Rainha Júnior é secretário, no Pontal do Paranapanema. A Cocamp é uma das cerca de 70 cooperativas que estão na mira das investigações determinadas pelo governo federal.

Em 8 de outubro, o diretor da sucursal de Brasília da Folha de São Paulo, Josias de Souza, autor das reportagens sobre os desvios, publicou, em sua coluna dominical, depoimentos de assentados, coletados pelo Incra, reafirmando a cobrança do pedágio de 3%”.

Em data anterior, 10 de novembro, uma matéria como esta, do tipo entenda o caso, já havia sido publicada, com a chamada *“Como é feito o desvio”*, com o mesmo tom acusativo. Tal conjunto de matérias - em geral de grandes dimensões, assinadas e ocupando espaços de destaque no jornal - ressoam nas que se atêm especificamente ao MST do Pontal do Paranapanema, em particular, nas que trazem informações sobre manifestações e ocupações/invasões de agências bancárias reivindicando a reabertura dos financiamentos para os assentamentos. Reabertura para quê? Levam o leitor a perguntar. Para continuar os desvios?

Deve-se ressaltar, no entanto, que junto a estas matérias acusatórias outras foram escritas contestando as acusações, ora explicando que os ditos pedágios não eram obrigatórios, ora acusando o jornalista Josias de Souza - à frente desta série de reportagens sobre os desvios - de ter tido as despesas de investigação para as ditas reportagens pagas pelo Incra - representante do governo federal e, portanto, interessado em desqualificar os discursos do MST. Tais matérias, contudo, se trazem a possibilidade de visualizar outras posições sobre a questão, são postas em condições bastante desiguais, já que publicadas com dimensões reduzidas, localizadas em espaços

de menor destaque e faladas pela boca não de pessoas que, teoricamente, seriam neutras sobre o assunto, mas sim de militantes e simpatizantes do MST (Stédile, Rainha Jr., entre outros), ou de pessoas identificadas aos discursos radicais⁶¹. Logo, o efeito comunicativo que fica é o do MST corrupto, ironicamente explorado por Marilene Felinto em artigo do dia 17 de outubro de 2000, na editoria Cidades da Folha de São Paulo, cuja manchete dizia: “*Caça ao ‘bandido’ do MST*”. Do artigo, extraímos o seguinte trecho, ilustrativo do tom irônico com que o escreve:

“O inimigo número um do país não é mais o juiz Nicolau dos Santos Neto, o ex-presidente Collor de Mello ou o prefeito de São Paulo, Celso Pitta. Parece mais perigoso - armado de coquetéis Molotov até os dentes - e dizem estar infiltrado agora no movimento dos sem terra. Ataques ao MST não são novidade, mas daí a querer impor à sociedade a imagem do movimento como de uma quadrilha de criminosos cujo objetivo não é senão o crime, a corrupção e a enganação, supera os limites do bom senso”.

Terminamos com esta citação a discussão sobre as histórias contadas sobre o MST do Pontal do Paranapanema através da Folha de São Paulo. Nos debruçaremos agora no jornal O Imparcial, de Presidente Prudente. Vamos a ele, então.

⁶¹ Como é o caso de Marilene Felinto, na época jornalista com uma coluna regular na Folha de São Paulo, na editoria Cidades, na qual apresentava posições bastante polêmicas e radicais sobre diversos assuntos, entre eles o tema acima exposto.

V.3) O MST do Pontal do Paranapanema no e por O Imparcial de Presidente Prudente

No jornal O Imparcial, o conjunto de matérias que tivemos acesso sobre o MST do Pontal do Paranapanema, ano a ano, distribuiu-se da seguinte forma: em 1990, foram quatro. Em 1991, houve cinco matérias escritas. Em 1992, foram três. Em 1993, o número foi de sete matérias, assim como em 1994. Até aqui, poucas matérias foram publicadas sobre o tema, como se vê, e localizaram-se, em sua maioria, na editoria de assuntos regionais (Cidades), embora também as houvesse nas editorias de política e economia. A partir de 1995, assim como na Folha de São Paulo, o número de matérias sobre o MST do Pontal cresceu expressivamente, chegando a 64, a maioria delas localizadas na editoria de política, com dimensões médias e grandes, e autorias

identificadas. Em 1996 esse número subiu ainda mais, foram 108 matérias, a maioria delas também na editoria de política, embora um número significativo localizava-se na editoria de assuntos regionais. Boa parte delas tinha dimensões grandes (meia página), eram assinadas e vinham acompanhadas de fotos. Em 1997, foram 169 matérias sobre o MST do Pontal, publicadas também, em sua maioria, na editoria de política, sendo boa parte de grandes dimensões, com autorias identificadas e acompanhadas de fotos. Em 1998, o número de matérias caiu expressivamente, chegando a 64, e caindo ainda mais no ano seguinte, quando alcançou 29. Por fim, em 2000, o número voltou a subir, foram 87 matérias acessadas. Como se vê, embora os números de matérias sejam diferentes em comparação com os da Folha de São Paulo, a curva de distribuição deles, ano a ano, é bastante parecida, levando a concluir que as chacinas de Corumbiara (RO) e Eldorado de Carajás (PA), além da grande caminhada à Brasília foram eventos decisivos, também em O Imparcial, para o MST ocupar as suas páginas.

Mas embora também, como na Folha de São Paulo, o número de personagens em torno do tema reforma agrária e MST no Pontal do Paranapanema tenha aumentado, estes mostraram - e trouxeram em cena - um conjunto bem mais unívoco de vozes. O MST, para O Imparcial, sobretudo nesta segunda fase da história do movimento, quando materializou-se com mais consistência na região, é correntemente satanizado com os mais diversos adjetivos. Invasor, seqüestrador, bandido, arruaceiro, agitador, guerrilheiro, criminoso, são algumas das nomeações rotineiras presentificadas nas páginas do jornal. De outro lado, os fazendeiros são postos no lugar das vítimas das ações dos sem terra. No campo da disputa fundiária no Pontal, O Imparcial se põe, claramente, do lado dos fazendeiros.

Diante disso, diferentemente do que foi feito no tópico anterior (O MST do Pontal do Paranapanema na e pela Folha de São Paulo), não se seguirá, aqui, as histórias e os diferentes eventos apresentados sobre o movimento dos sem terra ano a ano. Fazendo assim, seríamos por demais repetitivos, tendo em vista que as posições e vozes que neste jornal são mostradas não têm a diversidade, a complexidade e a heterogeneidade que vimos na Folha, nem tampouco a sutileza com que se impõe a voz e as posições defendidas por ela. A título de exemplo, para mostrar a pouca sutileza com que as posições de O Imparcial são defendidas com relação ao MST, mostraremos, a seguir, o editorial de 25 de maio de 1997. Já na manchete, se lê: *“Inauguração da*

base do MST em Presidente Prudente é o que de pior poderia acontecer”. A base a qual se refere é um escritório do movimento instalado na cidade. Seguindo para o corpo do texto, lê-se:

“Uma péssima notícia: o MST inaugura base regional em Presidente Prudente. Nada poderia ser pior para a cidade do que ganhar um ‘quartel general’ do MST, o movimento que espalhou pavor por toda a região do Pontal do Paranapanema com suas invasões às fazendas, destruindo cercas, matando gado de forma indiscriminada e colocando fogo em pastos que levou anos para ser formado. Sem contar os constantes tiroteios, muitos deles explorados com exaustão pelos telejornais brasileiros, que só pioraram a imagem do Pontal do Paranapanema para o resto do país.

(...) Se Presidente Prudente, tida como um pólo regional do Oeste Paulista, já encontrava dificuldades para atrair investimentos, sabe-se lá o que irá acontecer agora com a notícia da instalação de um ‘quartel general’ do MST na cidade. Quem se habilita em investir numa região onde está baseado um movimento cujo líder nacional, João Pedro Stédile, recomenda a invasão de fábricas, prédios públicos, terrenos baldios e casas populares como forma de pressão? Com certeza, qualquer investimento sério na cidade, por empreendedores de outras regiões, só será feito depois de um amplo balanço sobre o custo/benefício de estar próximo ao MST. Não que sem terra sejam portadores de doenças infecto-contagiosas, mas que afastam qualquer pessoa de bom senso, isso ninguém duvida.

(...) Imaginem os sem terra bloqueando as entradas das agências bancárias da cidade, como costumam fazer em Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Teodoro Sampaio durante seus protestos contra o governo. Já pensou o estrago que um grupo de sem terra faria se resolvesse protestar interrompendo o, já caótico, tráfego da cidade em horários de pico?”

Como se vê, são posições bastante transparentes e frontalmente contrárias ao movimento dos sem terra. Além do MST, aos outros personagens da trama também são depositadas nomeações e identidades quase unívocas, com poucas variações no decorrer dos anos e das páginas do jornal. Com exceção de alguns poucos textos menos evidentes, em geral encontra-se o mesmo texto transparente, óbvio, como num filme de ação norte-americano, no qual sabe-se,

desde o início, a psicologia de cada personagem e suas posições definitivas com relação às questões e eventos que o enredo vai apresentando. Apesar da univocidade das caracterizações sobre o movimento, sempre voltadas no sentido de sataná-lo, algumas variações retóricas faz o jornal em torno deste tema (o da satanização do MST). Desta feita, o procedimento que seguiremos a partir de agora será o de abordar textos (matérias, fotos, editoriais ...) ilustrativos acerca de tais variações. Vamos a eles, então.

O primeiro texto sobre o qual nos debruçaremos é também um editorial, publicado em 24 de agosto de 1995, cuja manchete é: *“Reforma agrária em solo infértil é caminho do bolsão de miséria”*. Dele, extraímos o seguinte trecho:

“Não são conhecidos até hoje os objetivos reais do MST, articulado por corrente política que vem explorando a reforma agrária forçando aparentar propósitos sociais. Quem conhece o Pontal do Paranapanema não pode conceber honestamente que a área seja adequada para assentamentos de pequenos e desvalidos agricultores. Qualquer estudo que se faça ali das propriedades das terras terá que concluir pela inviabilização da agricultura. O Pontal ainda não se transformou numa grande área desertificada porque seu solo é protegido pelas pastagens”.

Começemos pela manchete. Nela, se lê uma sentença afirmativa que aponta para a seguinte equação: reforma agrária em solo infértil = bolsão de miséria. Passando para o corpo do texto, nota-se que o solo infértil do qual fala a manchete diz respeito ao solo do Pontal do Paranapanema (*“Quem conhece o Pontal do Paranapanema não pode conceber honestamente que a área seja adequada ...”*). Diante dessa afirmação categórica, a indagação que faz o jornal é sobre os verdadeiros objetivos do MST ao insistir na efetivação da reforma agrária, pois se o solo do Pontal é infértil, e se reforma agrária em solo infértil produz miséria, por que insiste o MST nessa empreitada? (*“Não são conhecidos até hoje os objetivos reais do MST...”*). A resposta a essa pergunta aparece na seqüência da mesma oração (*“articulado por corrente política que vem explorando a reforma agrária forçando aparentar propósitos sociais”*.), na qual se depreende que, segundo O Imparcial, os objetivos que esconde o MST, por trás do aparente interesse social de reversão da pobreza através da reforma agrária - seu discurso de apresentação -, é um interesse

político-ideológico, argumento que se repetirá em várias outras matérias sobre o MST. O texto é finalizado com duas orações em seqüência bastante elucidativas acerca da posição do jornal no embate fundiário MST X fazendeiros. Na primeira oração (*“Qualquer estudo que se faça ali... terá que concluir pela inviabilização da agricultura”*) argumenta pela impossibilidade do desenvolvimento da agricultura na região, dada a pobreza do solo, como afirmou logo acima, para, na oração seguinte, (*“O Pontal ainda não se transformou numa grande área desertificada porque seu solo é protegido pelas pastagens”*) indicar a pecuária como forma ideal de produção nas terras do Pontal. Coincidentemente, esta é a forma de produção majoritária dos grandes latifundiários da região, cuja ação predatória - utilização de queimadas extensivas e de agente laranja para derrubada da mata a fim de preparar as ditas pastagens - foi responsável pelo empobrecimento do solo.

Se neste artigo o MST é posto como uma organização orientada por interesses político-ideológicos, insistindo em uma reforma agrária em área sem condições para isso, no artigo a seguir, publicado em 18 de outubro de 1995, na editoria Cidades, ele recebe um novo adjetivo. Vejamos:

Manchete: *“Delegado teme convulsão social”*.

Matéria: *O delegado de Sandovalina, Marco Antonio Fogolin, remeteu ontem, para o promotor de Justiça Paulo Ribeiro e o juiz de Direito Darci Lopes Beraldo, da Comarca de Pirapozinho, novo pedido de prisão contra o líder do MST, José Rainha Jr., por danos causados pelos sem terra às propriedades de Sandovalina, com as seguidas invasões.*

(...) O presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, D. Ishii, afirmou, em nome do sindicato, estar estarecido ante a audácia dos invasores de terras na região. Pediu às autoridades policiais e judiciárias que tomem providências em relação a estas invasões.

(...) O artigo 34, da Constituição Federal, indica que aconteça intervenção da União no estado para por termo a grave comprometimento da ordem pública. O artigo 136 da Constituição Federal, afirma que poderá ser decretado estado de defesa para restabelecer, em locais determinados, a ordem pública e a paz social”.

Como se vê, além de invasores, os sem terra passam a ser caso de polícia, e mesmo de intervenção federal. Já na manchete, quando é anunciada a preocupação de um delegado de que ocorra uma convulsão social na região, levando-o, como dito no primeiro parágrafo do corpo do texto, a pedir a prisão preventiva de José Rainha Jr., principal liderança do MST do Pontal, isso se evidencia. A fala do presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente a seguir, pedindo providências às autoridades policiais e judiciárias, por sua vez complementada com uma exposição do jornal sobre os artigos da Constituição que autorizam a intervenção federal, dão ênfase notória ao argumento inicial. O jornal, portanto, não se utiliza de nenhuma sutileza para posicionar-se de modo a colocar o MST no lugar do inimigo, aliando-se aos latifundiários explicitamente.

De fato, a caracterização do movimento dos sem terra como caso de polícia e de intervenção federal justifica-se, no enredo construído, quando olhamos um pouco para trás, em matéria de 05 de outubro do mesmo ano, publicada na editoria de Política, quando o jornal já começava a cavar os argumentos para tal caracterização. A manchete da matéria é a seguinte: *“MST quer assentar 20 mil famílias”*. Na seqüência, em trecho extraído no corpo do texto, lê-se:

“A meta do MST é assentar 20 mil famílias no Pontal até o ano 2000 e para que este objetivo seja alcançado, a principal estratégia a ser utilizada é a das invasões das fazendas com mais de 500 hectares.

(...) Rainha entende que somente através de ocupações pela força é que o governo do Estado priorizará a arrecadação das terras para promover os assentamentos.

(...) Para que a meta seja alcançada, ele entende que é preciso levar o governo a adotar uma posição política favorável à reforma agrária, ainda que para isso seja preciso burlar as leis”.

É bastante evidente o que o jornal procura comunicar no texto. Inicialmente, enuncia a meta do MST: assentar 20 mil famílias no Pontal. A seguir, explica que a maneira com a qual o movimento pretende alcançá-la é através do uso de força, objetivando pressionar o governo a ser favorável à sua causa, mesmo que para isso *“seja preciso burlar as leis”*. Ora, não é preciso maiores elucubrações para concluir que o MST que é aqui apresentado é uma organização fora da

lei, posto que além das invasões⁶² que freqüentemente realiza nas fazendas, defende ações que burlem leis que venham a obstaculizar a meta de assentamentos que tem estabelecida. O MST como caso de polícia já se delineia aqui.

Em 27 de outubro de 1995, em matéria publicada na editoria de Política, a caracterização do MST como caso de polícia - e organização fora da lei - continua, mas agora para justificar a contratação de seguranças armados pelos fazendeiros. A manchete da matéria é a seguinte: *“Fazendas do Pontal têm segurança”*. No corpo do texto, lê-se:

“Visando proteger o patrimônio cerca de 15 proprietários de fazendas localizadas em Sandovalina e cidades vizinhas estão contratando funcionários de empresas privadas para realizar a segurança de suas terras. O objetivo dos fazendeiros é impedir que novas invasões ocorram e que os membros do MST não cometam atos de vandalismo que possam gerar prejuízos aos fazendeiros”.

Assim, a contratação de seguranças armados pelos fazendeiros é tratada como ação legítima. Afinal, contra vândalos e invasores de patrimônios particulares - como são definidos os sem terra na matéria -, nada mais justificável que defender-se com armas. Para complementar e dar mais credibilidade ao argumento, uma foto ao lado da matéria mostra um grupo de sem terra sobre tratores seguindo em fila e rompendo a cerca de uma fazenda. Abaixo da foto, a legenda diz: *“MST continua com invasões e cadastramento de novos membros”*.

Em 1996, o clima de tensão entre sem terra e fazendeiros chega aos extremos, e as armas dos seguranças das fazendas deixam de ser ameaças retóricas e passam a cuspir fogo de fato. Em duas fazendas (Santa Irene e Santa Rita) as tentativas de ocupação/invasão pelo MST são rechaçadas a bala. Diante da radicalização do confronto, o jornal assume de modo ainda mais explícito e direto a sua posição, anunciada, entre outros, no editorial de 05 de dezembro. A manchete é: *“Será que a reforma agrária não se viabilizaria sem a violência?”*. O que parece ser uma posição em defesa do esfriamento dos ânimos de ambas as partes, é logo desfeito na leitura do texto. Vejamos:

⁶² E já discutimos a que sentido remete o termo invasão.

“Diz o adágio popular que ‘há males que vem para o bem’ e esse adágio se ajusta bem ao que está ocorrendo no Pontal do Paranapanema. Claro que ninguém pode torcer por um enfrentamento entre sem terra e fazendeiros, mas a decisão tomada por dois fazendeiros de defender a sua propriedade, mesmo que utilizando armas, acabou por trazer tranqüilidade à região. Depois do último episódio, o MST não articulou novas invasões de fazendas e agora quando a direção geral do movimento cogita reativar as invasões, como forma de pressionar o governo a acelerar as desapropriações, encontrou a resposta à altura, não dos fazendeiros, mas do próprio ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann⁶³.

(...) O que aconteceu na verdade é que a escalada da violência estava aumentando perigosamente no Pontal do Paranapanema e tinha franco apoio ou aplauso das entidades que dão sustentação ao MST, como a CUT, a Pastoral da Terra, setores da grande imprensa e do mundo artístico, onde ainda se encontram as esquerdas mais radicais. A violência, que se desenhava cada vez maior, chamou a atenção do governo, preocupado em não poder mais ter o controle da situação.

O que o MST pretendia, certamente, não era o assentamento pacífico das milhares de famílias, expulsas da terra ou das periferias urbanas, mas a agitação do campo”.

Lendo o texto, a manchete passa a ter outro sentido, pois a violência que pede para ser evitada é tão somente localizada no MST. Este, segundo o Imparcial, é o responsável único pela violência que perdura no Pontal do Paranapanema em torno da questão fundiária. Afinal, *“O que o MST pretendia, certamente, não era o assentamento pacífico das milhares de famílias (...), mas a agitação do campo”*, diz, e argumenta, *“a decisão tomada por dois fazendeiros de defender a sua propriedade, mesmo que utilizando armas, acabou por trazer tranqüilidade à região”*. Logo, os tiros disparados contra os sem terra justificam-se, são tão legítimos quanto os disparados em uma “guerra santa”, no caso, em defesa do direito à propriedade. Esquece-se, no entanto, que quase todas essas propriedades de que fala são griladas, e que os pastos que nelas existem

⁶³ Relativo à acusação do ministro de que o MST quer tumultuar o processo de reforma agrária que o governo está realizando (vinculada ao mercado, como já discutimos em outro tópico), e de que não realizará assentamentos para reforma agrária em fazendas que estejam ocupadas/invasas pelos sem terra.

custaram o extermínio de florestas inteiras e o desgaste do solo. O cinismo do argumento fica mais impressionante quando se sabe que a repercussão em torno das chacinas de Corumbiara (RO), ocorrida em setembro de 1995, e Eldorado de Carajás (PA), em abril de 1996, pairavam ainda fortemente na memória das pessoas em todo o país. A guerra santa que o jornal legitima contra os sem terra parece ser, em verdade, aquela do tempo dos coronéis - não tão distante assim, vale dizer -, na qual a paz e a ordem que reivindica é a da naturalização das assimetrias de direitos e de poder, a naturalização das hierarquias. Quando é ameaçada, é legítimo defendê-la, mesmo que seja a bala.

A lista de adjetivos satanizadores sobre o MST não para por aí, outros mais são postos, os quais justificam não apenas as ações dos fazendeiros, mas também a posição explícita do jornal junto a eles. A título de ilustração, em matéria de 07 de novembro de 1996 os sem terra são nomeados como provocadores. A manchete é: *“O MST agora age por provocação invadindo terras não devolutas”*⁶⁴. No corpo do texto, tem-se:

*“O líder do MST, José Rainha, está enveredando para a provocação ao incitar as invasões de propriedades não devolutas, como já havia feito na fazenda da família Negrão e na propriedade da família Jacintho”*⁶⁵. *O que ele quer precipitar? Uma reação como a que provocou entre as duas famílias e fazer as primeiras vítimas de sem terra?”*

Mais uma vez insiste-se no argumento sobre a legitimidade dos fazendeiros reagirem contra os sem terra com armas de fogo. O jornal mostra-se não apenas como um ator social que escolhe o lado dos fazendeiros neste embate, mas um verdadeiro porta-voz deles, abrindo amplamente seus alto-falantes para que falem e respondam à opinião pública, apresentando argumentos que ressignifiquem o uso de armas de fogo por eles, em especial num período em que as lembranças de Corumbiara e Eldorado de Carajás estão bem marcadas na memória das pessoas.

A linha retórica de O Imparcial utiliza também, para solidificação e sustentação de sua posição política, argumentos de atores e instituições sociais fortemente identificados com ela. A

⁶⁴ O que define como terras não devolutas são as que estão fora do 11º perímetro. O que não quer dizer que não sejam griladas e improdutivas.

⁶⁵ Aquelas em que foram recebidos a bala.

título de exemplo, transcrevemos abaixo matéria publicada em 25 de fevereiro de 1996, na editoria de Política, cuja manchete é: “*Não é só no Pontal: assentamentos fracassam por todo o país*”. No corpo do texto lê-se:

“Os assentamentos de reforma agrária no Brasil fracassaram. Por toda parte eles vão se transformando em favelas rurais. É a conclusão que chega um documentário organizado pela Comissão de Estudos Agrários da TFP (Tradição, Família e Propriedade).

(...) Durante 49 dias uma equipe de reportagem da TFP visitou 44 assentamentos, e verificou que eles não resolvem os problemas sociais e econômicos do trabalhador rural sem terra e, pelo contrário, muitas vezes o agravam.

Se os assentamentos não funcionam, por que ficar tirando terras de particulares, que estão produzindo, para transformá-las em favelas rurais?

(...) Uma conclusão se impõe: não se justifica de modo nenhum a continuação dessa política de favelização rural, que é o resultado prático da aplicação da reforma agrária no Brasil”.

O texto fala por si mesmo e sem sutileza alguma; sua colocação na editoria de Política (considerada a mais importante pelo jornal) em página do lado direito de quem lê mostra que seus argumentos fazem coro com os do jornal. Isto é, o jornal os utiliza para fortalecer a sua posição.

Outra forma típica de O Imparcial caracterizar o MST é separando suas lideranças (estas sim, compostas por provocadores, foras da lei, entre outros adjetivos desqualificadores) dos demais integrantes que não ocupam funções de líderes (meras massas de manobra sem vontade própria, dirigidas tal qual rebanho de ovelhas pelos primeiros). Assim, por exemplo, em artigo na editoria de Política, na seção Opinião (na qual articulistas do jornal analisam e opinam sobre fatos diversos), encontramos o seguinte texto, publicado em 24 de agosto de 1996, do qual extraímos o trecho a seguir:

“O atrevimento dos sem terra, não os agricultores, particularmente, (jogados na cena como bonecos de engonço), mas os líderes e cia. que os conduzem, falam por eles e os obrigam a agir como desejam, é acintoso.

(...) O MST anda agitando aqui no Pontal, ameaçando o governo, zombando da Justiça e agindo como se fora o dono absoluto das terras”.

Na mesma linha de argumento, mas em 22 de setembro do mesmo ano, também na seção Opinião, o seguinte texto é publicado:

“Fica muito claro que a liderança do movimento dos sem terra só quer mesmo a conturbação do ambiente e não os assentamentos. É por essa razão que Rainha e seus liderados de segundo escalão estão recrutando famílias de vários estados e até mendigos da capital para fazê-los massa de manobra nessas invasões”.

Os vilões da trama passam a ser melhor desvelados. Não são mais os sem terra como um todo, mas tão somente as lideranças do movimento, identificados pelo jornal como os verdadeiros artífices das ações acintosas e atrevidas contra a ordem (assimétrica, desigual, hierárquica) no Pontal do Paranapanema.

Tal desvelamento norteia diálogos endereçados, pelo jornal, à Justiça, como no editorial a seguir, publicado em 26 de fevereiro de 1997:

Manchete: *“Mais uma vez, a Justiça manda prender os líderes do MST que agem no Pontal”.*

Texto: *“A novela ‘prisão de sem terra’ teve mais um capítulo ontem no Pontal do Paranapanema. Mais uma vez, a Justiça decreta a prisão dos líderes do MST e, não deve demorar muito para mais um habeas corpus, concedido pela mesma Justiça, relaxar a prisão do juiz Darci Beraldo, da comarca de Pirapozinho. É sempre assim, o juiz, com seu poder de Justiça, manda prender e logo a mesma Justiça manda soltar.*

(...) Diante disso tudo fica uma questão: de que adianta prender os líderes hoje, se amanhã, por força da própria Justiça eles estarão na rua organizando novas invasões e colocando em risco a vida de pessoas inocentes? Não queremos aqui entrar no mérito da Justiça, mas essas prisões, da forma como elas são feitas, não colaboram em nada para a solução do problema fundiário no Pontal do Paranapanema”.

Como será que colaborariam? Provavelmente prendendo-os em definitivo, sem direito a *habeas corpus* ou qualquer outra apelação à Justiça sustentada na Constituição. Pode-se depreender pela voz de quem fala o jornal. Não é pela voz dos sem terra, obviamente, nem tampouco pela do governo, mas pela dos fazendeiros, maiores interessados numa solução como a que se desenha nesses argumentos: a prisão definitiva das lideranças do MST.

Ainda outra categoria de acusação desferida ao movimento dos sem terra é a de apontá-lo como organização interessada em produzir a desestabilização do país. Em editorial de 24 de janeiro de 1997, do qual foi extraído o trecho abaixo, isso se evidencia:

Manchete: *“A estratégia do MST mostra competência e o governo de FHC deixa a anarquia se instalar”*.

Texto: *“O MST pode até comemorar a eficiência de sua ação no estado de São Paulo, promovendo invasões simultâneas de fazendas em todas as regiões. Já dissemos aqui que não é exatamente fazer assentamentos o maior objetivo do MST. O que ele quer mesmo é contestar o governo e sua política econômica, ao ponto de tentar desmoralizá-lo e começa a fazê-lo a partir do momento em que o direito à propriedade cai por terra, a não ser pela defesa armada. É quando se estabelece o clima de anarquia e de desmoralização das instituições”*.

Ao colocar o MST em confronto com o então presidente Fernando Henrique Cardoso, o jornal o caracteriza como rival político, porém um rival distinto dos que falam a partir da oposição, debatendo suas diferenças políticas no âmbito do Congresso Nacional e ou de outros espaços instituídos de discussão. O jornal o coloca no lugar do inimigo, do rival que vira as costas para a lei e para as instituições, procurando desestabilizar política e economicamente o país. Como decorrência, ao mesmo tempo que novamente justifica o uso de armas de fogo, pois do contrário, como diz, *“(...) o direito à propriedade cai por terra, a não ser pela defesa armada”*, dirige-se ao próprio governo alertando-o, nas entrelinhas, para tomar medidas drásticas (como as que os governos tomam contra os inimigos da nação?) contra essa situação; do contrário, diz, *“se estabelece o clima de anarquia e de desmoralização das instituições”*.

Como dissemos mais atrás, o jornal O Imparcial coloca-se em posição frontalmente contrária ao MST do Pontal do Paranapanema. Contrariando seu nome de batismo (O Imparcial), ao menos no que toca ao tema MST e reforma agrária, é assumidamente parcial em relação ao embate MST x fazendeiros em torno da questão fundiária na região. Tanto as matérias, como os editoriais, além das referencialidades trazidas nas páginas do jornal para comunicar os eventos relativos ao embate fundiário no Pontal são construídas para ressoar uma voz acusatória ao movimento. O espaço dado para a expressão da polissemia de vozes debatendo em torno do tema fundiário é quase inexistente aqui, não há quase polivocalidade presente. Mesmo quando outras vozes aparecem, sua presença é meramente para fazer coro à voz do jornal, idêntica, por sua vez, a dos fazendeiros.

VI) CONSIDERAÇÕES FINAIS

VI) Considerações Finais

(...) o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põe em jogo senão os signos (Michel Foucault, 2002).

Na casa do Padre Perry, o único lugar totalmente ocupado era o das estantes de livros. Gradativamente cheguei a compreender que as marcas sobre as páginas eram *palavras na armadilha*. Qualquer um podia decifrar os símbolos e soltar as palavras aprisionadas, falando-as. A tinta de impressão enjaulava os pensamentos; eles não podiam fugir, assim como um *dumbu* não pode fugir da armadilha (Marshall McLuhan, 2001).

O capítulo conclusivo deste trabalho pretende iniciar-se recordando as intenções de sua realização: compreender os discursos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST) da região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, presentes nos jornais Folha de São Paulo e O Imparcial, de Presidente Prudente (SP). Contemplando os jornais como documentos de domínio público e, portanto, um mosaico no qual falas se presentificam e fazem circular versões e lutas hegemônicas em torno de múltiplos temas diariamente, debruçamo-nos neles procurando apreender as versões que foram produzidas sobre o MST do Pontal.

Para tanto, procuramos inicialmente localizar o movimento dos sem terra como herdeiro de vários outros movimentos sociais e vários outros coletivos de pessoas em torno da sangrenta e já antiga luta pela terra no Brasil. Isso porque o MST não surgiu do nada, sua constituição e desenvolvimento não se deram exclusivamente no aqui e agora do tempo presente, mas marcados por práticas discursivas que confluem - não sem tensões e conflitos - uma *“multiplicidade de fontes de posicionamento em tempos diferentes - o tempo longo, o tempo vivido e o tempo curto”* (Spink, P. 1999: 127). Se o MST traz em cena as regularidades discursivas que o localizam como ligado a bases históricas de um tempo longo, traz também as polissemias próprias das singularidades do tempo curto, do aqui e agora de sua existência. Assim, próprio do MST é fazer parte de uma época na qual a separação entre mundo rural e mundo urbano é dissolvida - ou ao menos bastante reduzida - e na qual as mídias participam de maneira efetiva na construção do que Peter Spink (1999) chama de barulho do cotidiano: a polissemia de sentidos que orientam as e resultam das práticas discursivas e ações cotidianas dos diversos atores e agências sociais, permeadas por redes de poderes e contra-poderes.

Optar pelos jornais como documentos de domínio público e, portanto, como produtos sociais que presentificam e fazem circular versões que refletem os confrontos sociais e as lutas hegemônicas em torno do MST e da questão fundiária no Pontal do Paranapanema, exigiu-nos leitura atenta e contínua, retomando várias vezes cada uma das matérias, de modo a apreender a arquitetura dos textos, as linhas de argumentação, os gêneros discursivos, os intertextos, os personagens e os lugares de onde falavam, os posicionamentos que assumiam. Exigiu-nos, em suma, contemplar o jornal como um contador de histórias, e como um ator social que muitas vezes utiliza técnicas e estratégias bastante sutis a fim de se fazer convincente nesse ato de contar histórias.

Neste aspecto, notamos uma significativa diferença entre os jornais Folha de São Paulo e O Imparcial. No primeiro, as vozes que se presentificavam ao falar do MST do Pontal do Paranapanema eram de fato múltiplas, oriundas de variados lugares e expressando posicionamentos diferentes sobre o movimento. Falavam ora a partir do MST ou simpatizantes, ora a partir dos fazendeiros ou simpatizantes, ora a partir do governo, ora a partir de cidadãos comuns que expunham suas posições acerca do movimento e da questão agrária no Pontal, ora a partir da voz do próprio jornal, trazendo em cena a dinâmica das tensões e das lutas hegemônicas na região. Diferentemente das outras, contudo, a voz do jornal era a única que não aparecia apenas explicitamente (como nos editoriais, por exemplo), imiscuindo-se também nas outras vozes. Através da escolha da editoria e da localização da página em que cada matéria seria publicada (se acima, abaixo, na página da esquerda ou da direita), das fotos ou mapas que as ilustrariam (e se os haveriam), da extensão das matérias e das manchetes, em síntese, das referencialidades que dão forma e, portanto, enfoques distintos aos conteúdos de cada matéria escrita, a voz do jornal se pronunciava, e sutilmente procurava contar histórias sobre as histórias do MST no Pontal, enfatizando a sua versão. Versão esta que explicava os conflitos no Pontal como resultado do atraso da região, da sua condição pré-moderna, incluindo no mesmo campo de atraso tanto o MST como os latifundiários grileiros e improdutivos, todos resistentes aos rumos da modernidade rural. Ao governo, caberia promover esta modernidade, realizando, como de fato pretendia, uma reforma agrária com base no mercado.

Muito diferente disso foi o que vimos na organização narrativa de O Imparcial sobre o MST do Pontal do Paranapanema. Neste jornal, o MST era invariavelmente alvo de desqualificações sem quaisquer sutilezas. Posicionado como inimigo a ser extinguido, era “satanizado” em todos os editoriais que dele falavam. Mesmo nas matérias no corpo do jornal, as nomeações com que era qualificado não eram de modo algum elogiosas, quanto muito aparentemente neutras, quando tratavam-se de matérias menores, de pequenas dimensões ou localizadas em espaços pouco valorizados pelo jornal. Além da sua, as vozes que nele presentificavam-se, embora variadas, via de regra faziam coro com suas posições, como a dos fazendeiros, da TFP, da UDR, entre outras. Nas raras vezes em que vozes simpáticas ao MST eram mostradas, localizavam-se ou em espaços menores do jornal, ou enredadas em

referencialidades que as desqualificavam: como fotos, dimensões (da matéria, da manchete), localização nas páginas, matérias do entorno, entre outras.

Se os jornais mostraram-se - embora de modos distintos - como atores sociais com posições ideológicas específicas e intencionalidades próprias no processo de participação da discussão sobre o MST e a questão fundiária no Pontal do Paranapanema, - contando suas versões da(s) história(s) -, não quer isso dizer que os sentidos possíveis do que contam se encerram na sua produção final. Como documentos de domínio público que são, depois de produzidos e publicamente disponíveis, múltiplas possibilidades de sentidos são geradas nos processos de interpretação de suas matérias - e histórias - pelos leitores. Estes (os sentidos) são continuamente construídos e reconstruídos na medida em que as matérias são lidas, relidas e comentadas por diferentes pessoas, de diferentes lugares. Decorre daí que além de ator social contador de histórias, o jornal é um lugar de diálogo⁶⁶, e não apenas entre as vozes que estão nele presentificadas, mas também delas com o leitor, co-autor ativo das histórias contadas pelo jornal.

É desse lugar, que movimentos sociais como o MST apostam suas fichas ao buscarem se fazer presentes nas páginas dos jornais - e de outras mídias. Embora conscientes das posições ideológicas que têm os jornais, cujas linhas editoriais são em geral contrárias a muitas das posições defendidas por eles, são conscientes também dos espaços - mesmo que mais reduzidos - deixados às vozes divergentes das da linha editorial, principalmente nos jornais de grande circulação, como a Folha de São Paulo. Se com isso já se possibilita a circulação de vozes divergentes - embora desigualmente distribuídas - sobre o MST e os rumos da questão agrária no Pontal, ao se enfocar o lugar dos leitores, a variedade e divergência de vozes e de sentidos multiplicam-se. Com isso, o MST consegue trazer o discussão sobre a questão agrária para o espaço público, reorganizado e ampliado na modernidade com o advento das novas tecnologias e das comunicações mediadas (Thompson, 1995, 1999).

É nesse lugar também (de leitor co-autor) que nos posicionamos para desenvolver esta pesquisa. Pois debruçar-se sobre os jornais e ler suas matérias é interpretá-las; e interpretá-las é

⁶⁶ Que envolve conversas amistosas, mas também negociações, tensões, confrontos, entre outros significados possíveis que as interações dialógicas permitem computar.

utilizar-se de outros textos - acadêmicos e não acadêmicos - lidos, ouvidos, vistos a partir de um lugar sócio-cultural e histórico, por onde se constrói um repertório interpretativo, isto é, uma base para a leitura das matérias em questão. Nesse sentido, não se teve aqui a pretensão de penetrar na verdade essencial dos sentidos produzidos pelos jornais analisados, já que isso pressuporia a existência de leitores passivos, que absorvem homogênea e a-criticamente as mensagens emitidas. Tencionamos, ao contrário, através de uma sistemática e atenta leitura, recontar a(s) história(s) contada(s) pelos jornais analisados sobre o MST do Pontal, buscando desvelar os personagens e vozes que falam e como falam (incluindo o jornal ele mesmo), os posicionamentos e lugares de onde produzem seus argumentos, as suas intencionalidades muitas vezes bastantes sutis e presentes apenas nos subtextos, os intertextos (isto é, a historicidade dos textos, a quem respondem, ou se endereçam), as redes de poder e contra-poder (as lutas hegemônicas e contra-hegemônicas). Em suma, tencionamos com esta pesquisa continuar as conversas com os jornais e contar novas histórias, de modo a contribuir para reacender o debate de outro jeito, isto é, para mudar o “tom do barulho” deste cotidiano, o cotidiano do MST do Pontal do Paranapanema e toda a complexa, penosa e injusta situação agrária que o envolve.

Localizamos, aqui, o “escaninho” no qual esta pesquisa pode encaixar-se no tocante à relevância ou a contribuição ao campo das pesquisas em Psicologia Social. A referência que fizemos à Psicologia Social Construcionista, e as interfaces que esta faz com a Semiótica, com a Antropologia Cultural, com a Sociologia do Conhecimento, com a Filosofia da Linguagem, entre outras áreas do conhecimento científico, filosófico e político, possibilita pensar os discursos como práticas discursivas, como ação social. Decorre daí que separações entre ações sociais e palavras, entre real (concreto) e significação do real (palavras que o representam) são descartadas, pois discurso é ação, ação que dá sentido e materialidade ao mundo, às coisas, aos eventos e a cada um de nós em meio a tudo isso.

Logo, participar das conversas - não sem conflitos - sobre o MST do Pontal do Paranapanema e, por extensão, sobre a questão fundiária e seus embates históricos; imiscuir-se nas redes de poder e contra-poder que permeiam tais conversas procurando ressignificá-las, é também participar da reconstrução da realidade deste lugar, da mudança dos horizontes possíveis deste enredo, do “barulho deste cotidiano”.

VII) BIBLIOGRAFIA

VII) Bibliografia

Adorno, T. W. – A Indústria Cultural. In, Cohn, G. (org) – Theodor W. Adorno. Ed. Ática. 1994;

Adorno, T. e Horkheimer, M. - Dialética do Esclarecimento. Ed. Zahar. 1985;

Almeida, L. F. e Sanches, F. R. – Um Grão Menos Amargo das Ironias da História: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. Lutas Sociais. 5(2): 77-92. Jul/dez. 1998;

Andrade, C. D. - A Rosa do Povo. Ed. Record. 1984;

Barros, D. L. P. – Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In, Brait, B. (org) – Bakhtin, Dialogismo e Construção de Sentido. Ed. Unicamp. 1997;

Barros, D. L. P. - Contribuições de Bakhtin às Teorias do Texto e do Discurso. In, Faraco, C. A., Tezza, C. e Castro, G. – Diálogos com Bakhtin. Ed. UFPR. 2001;

Bakhtin, M. – A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Ed. Hucitec/UnB. 1996;

Bakhtin, M. - Questões de Literatura e Estética. Ed. Hucitec/Unicamp. 1988;

Bakhtin, M. - Marxismo e Filosofia da Linguagem. Ed. Hucitec. 1999;

Barthes, R. – El Efecto de Realidad. Ed Tiempo Contemporáneo. 1970;

Bergamasco, S. M. P. P. e Norder, L. A. C. – Os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais em São Paulo (1960-1997). In, Medeiros, L. S. e Leite, S. (org). – A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Ed. UFRGS. 1999;

Berger, C. – Do Jornalismo: toda a notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;

Brandford, S. e Rocha J. - Rompendo a Cerca: a história do MST. Ed. Casa Amarela. 2004;

Brenneisen, E. C. – Relações de Poder, Dominação e Resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP;

Buainain, A. M., Silveira, J. M. e Teófilo, E. - O Programa Cédula da Terra no Contexto das Novas Políticas de Reforma Agrária, Desenvolvimento e Participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. In, Leite, P. S. et alii e Ministério do Desenvolvimento Agrário (org) - Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Ed. do Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2000;

Bucci, E. e Kehl, M. R. - Videologias. Ed. Boitempo. 2004;

Burke, P. – A Arte da Conversação. Ed. Unesp. 1995;

Burke, P. e Porter, R. – História Social da Linguagem. Ed. Unesp. 1996;

Carvalho, H. M. – A Emancipação do Movimento no Movimento de Emancipação Social Continuada (resposta a Zander Navarro). In, Santos, B. S. – Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Ed. Civilização Brasileira. 2002;

Castells, M. - A Sociedade em Rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura. Vol.I. Ed. Paz e Terra. 1999.

Certeau, M. - A Invenção do Cotidiano: artes de fazer. Ed. Vozes. 1996;

Chauí, M. - Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. Ed. Brasiliense. 1994;

Chaves, C. A. – A Marcha Nacional dos Sem Terra. Ed Relume Dumará. 2000;

Coimbra, O. – O Texto da Reportagem Impressa: um curso sobre sua estrutura. Ed. Ática. 1993;

Constituição da República Federativa do Brasil. Ed. Horizonte. 1988;

Coulon, A. – Etnometodologia. Ed. Vozes. 1995;

Cunha, E. – Os Sertões: campanha de Canudos. Ed. Francisco Alves. 1995

De Fleur, M. e Ball-Rokeach, S. – Theories of Mass Communication. Ed. Longman Publishing. 1989;

Dos Anjos, N. - O Movimento Sem Terra no Ciberespaço. Texto apresentado no GT Discurso y Comunicación no V Congresso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación, em Santiago do Chile. 2000;

Dicionário Webster's Inglês/Português. 1996;

Domingos Neto, M. - O Novo Mundo Rural. In, Martins, M. D. O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. Ed. Viramundo. 2004;

Eisenstein, E. L. – A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa moderna. Ed Ática. 1998;

Fairclough, N. e Wodak, R. – Análisis Crítico del Discurso. In, van Dijk, Teun A. (org) – El Discurso como Interacción Social. Ed. Gedisa. 1997;

Fairclough, N. – Discurso e Mudança Social. Ed UnB. 2001;

Fairclough, N. – Analysing Discourse: textual analysis for social research. Ed. Routledge. 2003;

Fernandes, B. M. – MST: formação e territorialização. Ed. Hucitec. 1999;

Fernandes, B. M. - A Formação do MST no Brasil. Ed. Vozes. 2000;

Ferreira, A. B. H. - Dicionário Básico da Língua Portuguesa. Ed. Nova Fronteira. 1995;

Folha de São Paulo – Reajuste de Salário Perde para Preços e Contradiz BC. Artigo publicado no Caderno de Economia na data de 02/06/2003;

Foucault, M. – História da Sexualidade: a vontade de saber. Ed. Graal. 1988;

Foucault, M. - Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Ed. Vozes. 1991;

Foucault, M. - A Arqueologia do Saber. Ed. Forense Universitária. 1995;

Foucault, M. - A Ordem do Discurso. Ed. Loyola. 2002;

Galeano, E. – Las Venas Abiertas de América Latina. Ed Siglo Veintiuno. 1971;

Galeano, E. - O Livro dos Abraços. L&PM editores. 1991;

Gamson, W. - The Social Psychology of Collective Action. In, Morris, A. and Mueller, C. M. (org) - Frontiers in New Social Movement Theory. Yale University Press. 1992;

Giddens, A. - Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico. Ed. Unesp. 1997;

Giddens, A. - As Conseqüências da Modernidade. Ed. Unesp. 1991;

Gitlin, T. – The Whole World is Watching: mass media in the making and unmaking of the new left. Ed. University of California. 2003;

Glassner, B. – Cultura do Medo: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. Ed. Francis. 2003;

- Gohn, M. G.** – Os Sem Terra, ONGs e Cidadania. Ed. Cortez. 1997;
- Gohn, M. G.** - Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Ed. Vozes. 2000;
- Gomes, M. R.** – Jornalismo e Ciências da Linguagem. Ed. USP. 2000;
- Gomes, W.** - Esfera Pública Política e *Media*: com Habermas, contra Habermas. In, Rubim, A. A. C., Bentz, I. M. G. e Pinto, M. J. - Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos. Ed. Vozes. 1998;
- Gruppi, L.** – O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Ed. Graal. 1991;
- Guareschi, P. A.** et all – Os Construtores da Informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Ed. Vozes. 2000;
- Guareschi, P. A.** – Comunicação e Poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. Ed. Vozes. 1999;
- Habermas, J.** - Mudança Estrutural da Esfera Pública. Ed. Tempo Brasileiro. 1984;
- Hacking, I.** - Por que a Linguagem Interessa à Filosofia? Ed. Unesp. 1997;
- Halimi, S.** – Os Novos Cães de Guarda. Ed. Vozes. 1998;
- Hobsbawm, E.** - Era do Extremos: o breve século XX - 1914-1991. Ed. Companhia das Letras. 1995;
- Ibañez, T.** – Fluctuaciones Conceptuales: en torno a la postmodernidad y la psicología. Ed. UCV. 1996;
- Ibañez, T.** - Municiones para Disidentes. Ed. Gedisa. 2001;
- Íñiguez, Lupicínio** – Construcionismo Social. In, Martins, J. B. (org) – Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social. Ed. Rima. 2002;
- Kowarick, L.** e Campanário, M. A. - São Paulo, Metrópole do Subdesenvolvimento Industrializado: do milagre à crise econômica. In, Kowarick, L. (org) - As Lutas Sociais e a Cidade. Ed. Paz e Terra. 1994;
- Kuschick, C. L. B.** - Campos em Confronto: jornalismo e movimentos sociais - as relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora. Tese de Doutorado da Escola de Comunicação e Artes da USP. 1996;
- Lage, N.** – Ideologia e Técnica da Notícia. Ed. Vozes. 1979;

Lage, N. - Controle da Opinião Pública: um ensaio sobre a verdade conveniente. Ed. Vozes. 1998;

Leite, S. - Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In, Leite, P. S. et alii e Ministério do Desenvolvimento Agrário (org) - Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Ed. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2000;

Lima, A. B. - Psicologia Social e Mídia: notas para algumas reflexões metodológicas. Revista do Departamento de Psicologia - UFF. Vol. 15, Nº 01. 111-125. 2003;

Linhares, M. Y. e Silva, F. C. T. - Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Ed. Campus. 1999;

Lustosa, E. – O Texto da Notícia. Ed. UnB. 1996;

Machado, I. A. – Os Gêneros e o Corpo do Acabamento Estético. In, Brait, B. (org) – Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido. Ed. Unicamp. 1997;

Macquail, D. – Mass Communication Theory. Ed. Sage Publications. 1982;

Marcondes Filho, C. – A Saga dos Cães Perdidos. Ed. Hacker. 2000;

Martins, J. S. – A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Ed. Vozes. 2002;

Martins, J. S. - A Reforma Agrária: o impossível diálogo. Edusp. 2000;

Martins, J. S. - A Sociabilidade do Homem Simples. Ed. Hucitec. 2000(b);

Martins, J. S. - A Militarização da Questão Agrária. Ed. Vozes. 1984;

Martins, J. S. - Os Camponeses e a Política no Brasil. Ed. Vozes. 1981;

Martins, M. M. - Milênios em Uso: produção de sentidos globais e locais a partir de um jornal diário de grande circulação. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUC/SP. 2004;

McLuhan, M. – Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem (understanding media). Ed. Cultrix. 2001;

McLuhan, M. – The Gutenberg Galaxy: the making of typographic man. Ed. Routledge. 1962;

Medeiros, L. S. e Leite, S. – A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Ed. UFRGS. 1999;

Medina, C. A. – Notícia: um produto à venda (jornalismo na sociedade urbana e industrial). Ed. Alfa Ômega. 1978;

Medrado, B. - Textos em Cena: a mídia como prática discursiva. In, Spink, M. J. (org) – Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. Ed. Cortez. 1999;

Melucci, A. - Movimentos Sociais, Inovação Cultural e o Papel do Conhecimento. Revista Novos Estudos. Nº 40. 183-211. Cebrap. 1994;

Melucci, A. - Um Objetivo para os Movimentos Sociais? Revista Lua Nova. Nº 17. 43-66. Jun 1989;

Mendonça, M. - O MST na Mídia.
<http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/midia/mstnamidia.html>

Miller, J. – As Idéias de McLuhan. Ed. Cultrix. 1971;

Mouillaud, M. – Da Forma ao Sentido. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;

Mouillaud, M. - A Informação ou a Parte da Sombra. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;

Mouillaud, M. - A Crítica do Acontecimento ou o Fato em Questão. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;

Mouillaud, M. - O Título e os Títulos. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;

Mouillaud, M. - O Sistema das Citações. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) - Quem Somos/Programa de Reforma Agrária. In, www.mst.org.br. 2005;

Navarro, Z. – Mobilização sem Emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil. In, Santos, B. S. – Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Ed. Civilização Brasileira. 2002;

Navarro, Z.; Moraes, M. S. e Menezes, R. – Pequena História dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In, Medeiros, L. S. e Leite, S. – A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Ed. UFRGS. 1999;

Oliveira, A. U. – Integrar para Entregar: políticas públicas e Amazônia. Ed. Papyrus. 1988;

Oliveira, A. U. - A Agricultura Camponesa no Brasil. Ed. Contexto. 1991;

- Parker, I.** - Discurso, Cultura y Poder en la Vida Cotidiana. In, Gordo, A. y Linaza, J. (org) – Psicologías, Discursos y Poder (PDP). Ed. Visor. 1996;
- Porto, S. D.** – A Esquerda Esquecida de Fernando Henrique Cardoso: um método. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;
- Potter, J., Wetherell, M., Gill, R. & Edwards, D.** – Discourse: noun, verb or social practice? *Philosophical Psychology*, 3(2): 205-217. 1990;
- Potter, J. & Wetherell, M.** – El Análisis del Discurso y la Identificación de los Repertorios Interpretativos. In, Gordo, A. y Linaza, J. (org) – Psicologías, Discursos y Poder (PDP). Ed. Visor. 1996;
- Potter, J.** – La Representación de la Realidad: discurso, retórica y construcción social. Ed. Paidós. 1998;
- Ribeiro, A. P. G.** – A Mídia e o Lugar da História. *Lugar Comum*. No 11. 24-44. Mai/Ago. 2000;
- Rodrigues, A. D.** – Delimitação, Natureza e Funções do Discurso Midiático. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;
- Rorty, R.** – A Filosofia e o Espelho da Natureza. Ed. Relume-Dumará. 1994;
- Sader, E.** – Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Ed. Paz e Terra. 1988;
- Sampaio, I. S. V.** - Televisão, Publicidade e Infância. Ed. Annablume. 2000;
- Santaella, L.** – Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado. Hacker Editores. 2001;
- Santos, B. S.** – Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Ed. Civilização Brasileira. 2002;
- Semeraro, G.** - Cultura e Educação para a Democracia: Gramsci e a sociedade civil. Ed. Vozes. 1999;
- Silva, J. G.** – Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária. Ed. Brasiliense. 1985;
- Silva, M. A. M.** - A Luta pela Terra: experiência e memória. Ed. Unesp. 2004;
- Silva, E. N.** - Formação e Ideário do MST. Ed. Unisinos. 2004;
- Silveira, F. R.** – Conflitos de Terra, Reforma Agrária e Assentamentos no Pontal do Paranapanema. *Cidadania-Textos, Campinas: Gemdec/Unicamp, N° 2.* 1994;

Silverman, D. – Harvey Sacks: social science e conversational analysis. Oxford University Press. 1998;

Souza, E. F. - O Discurso de Veja e o MST: do silêncio à satanização. Tese de Mestrado em Língua Portuguesa. PUC/SP. 2001;

Spink, M. J. – Contornos do Risco na Modernidade Reflexiva: contribuições da psicologia social. 12 (1/2) 156-173. Jan/dez. 2000;

Spink, M. J. – Relatório 1: Risco e Sociedade Contemporânea: o papel da mídia na circulação dos Repertórios sobre Risco. In, A Construção Social do Risco no Cenário da Aids. Relatório Final de Pesquisa Financiada pelo CNPq;

Spink, M. J. e Medrado, B. – Produção de Sentidos no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In, Spink, M. J. (org) – Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. Ed. Cortez. 1999;

Spink, M. J. e Lima, H. - Rigor e Visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In, Spink, M. J. (org) - Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. Ed. Cortez. 1999;

Spink, M. J. e Menegon, V. M. – A Pesquisa como Prática Discursiva: superando os horrores metodológicos. In, Spink, M. J. (org) – Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. Ed. Cortez. 1999;

Spink, M. J. e Menegon, V. M. – Práticas Discursivas como Estratégias de Governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. No prelo;

Spink, P. K. – Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. 2003. No prelo;

Spink, P. K. – Análise de Documentos de Domínio Público. In, Spink, M. J. (org) – Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. Ed. Cortez. 1999;

Spink, P. K. – A Organização como Fenômeno Psicossocial: notas para uma redefinição da Psicologia do Trabalho. Psicologia e Sociedade. 8(1): 174-192. Jan/jun. 1996;

Spink, P. K. - Políticas Públicas e Práticas Públicas. 2003 (achar referência exata);

Stam, R. – Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa. Ed. Ática. 1992

Stédile, J. P. – As Armas do MST. Caros Amigos. Ano 4. No 39. Jun 2000.

Stédile, J. P. e Fernandes, B. M. – Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Ed. Fund. Perseu Abramo. 1999;

- Tétu, J. F.** – Le Monde e Libération em Perspectiva. Uma Tendência: Libération. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;
- Tétu, J. F.** – A Informação Local: espaço público local e suas mediações. In, Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org) – O Jornal: da forma ao sentido. Ed. UnB. 2002;
- Thomaz Jr., A.** e Souza, S. M. R. - O MST e a Mídia: o fato e a notícia. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. VI, nº 119 (45). Universidad de Barcelona. 2002;
- Thompson, J. B.** – O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia. Ed. Vozes. 2002;
- Thompson, J. B.** - A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia. Ed. Vozes. 1999;
- Thompson, J. B.** - Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Ed. Vozes. 1995;
- Touraine, A.** - Crítica da Modernidade. Ed. Vozes. 1994;
- Touraine, A.** - Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes. Ed. Vozes. 1999;
- Travancas, I. S.** - O Mundo dos Jornalistas. Ed. Summus. 1993;
- Tuchman, G.** – Making News: a study in the construction of reality. The Free Press. 1978;
- Wertsch, J.** – Beyond Vygotsky: Bakhtin's contribution. In, Wertsch, J. – Voices of the Mind. Harvard University Press. 1991;
- Zanchetta Jr, J.** - Imprensa Escrita e Telejornal. Ed. Unesp. 2004;
- Zimmermann, N. C.** – Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural. In, Medeiros, L. S. – Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. Ed. Unesp. 1994.

ANEXO

De Mikhail Bakhtin a Norman Fairclough: notas para reflexões metodológicas sobre análise de discurso

Como se disse no capítulo sobre o método, nesta pesquisa a abordagem de Norman Fairclough é a principal fornecedora dos elementos teórico-metodológicos para a análise dos discursos. No entanto, para apreender com propriedade as contribuições que pode oferecer este importante autor para a pesquisa, e assim criar as condições necessárias para uma reflexão crítica sobre o método utilizado, deve-se transitar antes pela obra de Mikhail Bakhtin, já que Fairclough é um pensador que aproxima-se intimamente do pensamento desse autor, utilizando-se de muitos de seus conceitos e partindo da mesma concepção de linguagem.

Fairclough, assim como Bakhtin, foi também confeccionando suas reflexões aproveitando-se - mas também desconstruindo criticamente - de elementos conceituais de outras abordagens. Em suas reflexões, ele divide essas abordagens em dois grandes grupos:

a) As que enfocam os aspectos microssociais para entender o fenômeno lingüístico, bem como os sentidos e significados que produzem;

b) As que, inversamente, enfatizam os aspectos macrossociais para o mesmo objetivo.

Assim sendo, tráfegaremos também por esses dois grandes grupos antes de chegarmos a Fairclough.

Inúmeras são, porém, as abordagens que compõem cada um desses dois grupos, o que nos obrigará a recortar apenas aquelas que tenham mais relevância e influência para a Psicologia Social. Do primeiro grupo de abordagens - que o autor define como não críticas - destacaremos a Etnometodologia, a Análise Conversacional e a Psicologia Social Construcionista de Potter e Wetherell, tendo em vista sua influência para a análise de discurso nas pesquisas em Psicologia Social.

Do segundo grupo - por ele definido como composto por abordagens críticas - destacaremos a obra de Michel Foucault, visto que além da influência marcante que também possui nas produções e investigações psicossociais - bem como em todos os ramos das Ciências Sociais - há ainda outro fator que motiva a sua escolha, o de que Fairclough utiliza destacadamente alguns de seus conceitos e concepções sobre o discurso e a produção discursiva, ainda que critique a ênfase que coloca no aspecto macrossocial e estrutural dos processos discursivos.

a) A Abordagem de Mikhail Bakhtin

Segundo Barros (1997), Mikhail Bakhtin ocupa um lugar de destaque - e não apenas para a obra de Fairclough -, pois antecipou e tem influenciado, “(...) *as principais orientações teóricas dos estudos sobre o texto e o discurso desenvolvidos sobretudo nos últimos trinta anos*” (p. 27). Em sua obra, o pensador russo alerta sobre o grande equívoco que é debruçar-se no processo de análise dos sentidos e significados dos textos e discursos, desconsiderando as suas composições históricas (cotidianas e de grande tempo), sociais, culturais e ideológicas, uma vez que todo texto é intertextual e polivocal; em todo texto estão presentes outros textos, outras vozes, oriundas de diferentes épocas e espaços sociais, pois toda pessoa que compõem um enunciado, um texto (escrito ou falado), ou seja, todo(a) falante (ou escritor(a)), sempre é, anteriormente, um(a) respondente, pois já ao nascer, ingressa e é capturado(a) pela densa, dinâmica, tensionante e multifacetada corrente da intercomunicação verbal (Stam, 1992).

Antes de adentrar em reflexão mais pormenorizada de sua obra, no entanto, é mister concentrar a atenção, mesmo que brevemente, sobre duas orientações do pensamento filosófico-lingüístico hegemônicas em finais do século XIX e primeira metade do século XX. A importância de voltar-se para tais orientações justifica-se por ser a partir de sua desconstrução, mediante argumentos críticos, que Bakhtin vai confeccionando seus conceitos e sua concepção teórica extremamente original.

Bakhtin (1999) denomina as duas orientações citadas como “subjetivismo idealista” e “objetivismo abstrato”, respectivamente. Tendo como principais representantes Humboldt e Vossler, a primeira orientação de pensamento, como forma de negação e crítica do positivismo lingüístico, concebe o fenômeno lingüístico às leis da psicologia individual; explicando melhor,

“Esclarecer o fenômeno lingüístico significa reduzi-lo a um ato significativo (por vezes mesmo racional) de criação individual. O restante da tarefa do lingüista não tem senão um caráter preliminar, construtivo, descritivo, classificatório, e limita-se simplesmente a

preparar a explicação exaustiva do fato lingüístico como proveniente de um ato de criação individual, ou então a servir a finalidades práticas de aquisição de uma língua dada. A língua é, deste ponto de vista, análoga às outras manifestações ideológicas, em particular às do domínio da arte e da estética” (idem, p. 72).

Bakhtin (idem) lista como posições fundamentais desta primeira orientação com relação à língua, as seguintes proposições:

“1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (‘energia’), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala;

2. As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual;

3. A criação lingüística é uma criação significativa, análoga à criação artística;

4. A língua, enquanto produto acabado (‘ergon’), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação lingüística, abstratamente construída pelos lingüistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado”. (p. 72-73)

Para este enfoque, portanto, o fundamento da língua está localizado nos atos de fala e nas consciências individuais dos(as) falantes e ouvintes, o que dá à língua uma natureza histórica, decidida e determinada nas ações individuais. De modo bastante distinto, até mesmo oposto, pode-se dizer, apresenta-se a segunda orientação, o objetivismo abstrato. Nesta, o fundamento da língua localiza-se no próprio sistema lingüístico, ou seja, na sua estrutura normativa, com seus traços fonéticos, lexicais e gramaticais. Nas palavras de Bakhtin (idem):

“Enquanto que, para a primeira orientação, a língua constitui um fluxo ininterrupto de atos de fala, onde nada permanece estável, nada conserva sua identidade, para a segunda orientação a língua é um arco-íris imóvel que domina este fluxo. Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores” (p. 77).

São nestes elementos idênticos, reiteráveis, enredados, pois, à estrutura normativa da língua, que os pesquisadores e pesquisadoras do objetivismo abstrato, segundo Bakhtin, depositam sua atenção investigativa, posto que, como argumentam, são tais elementos “*que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade*” (idem, *ibidem*).

O principal autor desta orientação do pensamento lingüístico é Ferdinand de Saussure, cuja obra *Curso de Lingüística Geral* publicada postumamente, em 1916, produz grande influência no pensamento social do século XX, sendo um dos pilares do movimento Estruturalista, de grande penetração nas Ciências Sociais durante a segunda metade do século XX.. De modo geral, nos ensina este autor que a língua, em primeiro lugar, é um sistema; em segundo lugar, que ela é composta por signos, e, por fim, que ela se encerra em si mesma. Tais proposições, segundo Ibáñez (1996), projetam três dicotomias importantes em sua teoria; são elas: significante/significado, língua/fala e sincronia/diacronia. Na primeira das dicotomias listadas, é o próprio signo que é marcadamente dicotomizado em significante, de um lado, e significado, de outro. Diz Ibáñez (idem) sobre isso:

“(...) o signo, unidade constitutiva da língua, o signo não tem nenhum valor em si mesmo, carece de valor positivo, não se pode atribuir a ele, individualmente considerado, valor algum; o valor do signo resulta de sua posição, do lugar que ocupa em relação a todos os demais signos, é uma diferença, o signo é um elemento diferencial” (p. 29).

E continua mais adiante:

*“O que isto significa? Significa, simplesmente, que o que não se deve fazer é centrar-se sobre os termos que estão em relação; o que devemos fazer é centrarmo-nos sobre as relações entre os termos, o que é algo totalmente distinto. Resultado? Se excluem os conteúdos concretos em favor dos aspectos formais (...) e, portanto, se privilegia o significante sobre o significado; (...) outra forma de se dizer isto é, simplesmente, que o código precede sempre a mensagem, o determinante é o código não a mensagem” (idem, *ibidem*).*

A segunda dicotomia dissocia língua (*la langue*) de fala ou palavra (*la parole*), definindo a primeira como sistema de códigos, estrutura normativa e sempre reiterável do fenômeno lingüístico, e a última, como ato de enunciação individual, por isso heterogênea, contraditória, cuja concreção da expressão depende dos contextos de uso. Para Saussure, é necessário ater-se à *langue* para realizar uma análise lingüística, tendo em vista ser a *parole* uma manifestação circunstancial, individual, sem leis independentes de funcionamento que possam ser descritas e apreendidas cientificamente. Diz ele sobre isso:

“Não há, no nosso entender, senão uma solução para todas estas dificuldades (...): é preciso, antes de tudo, instalar-se no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as demais manifestações da linguagem. Com efeito, em meio a tantas dualidades, só a língua parece suscetível de uma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito” (Cours de Linguistique Générale, apud, Bakhtin, 1999, p. 85-86).

Como resultado, o sujeito, aquele que fala (e escuta, escreve e lê), é excluído do processo de análise do fenômeno lingüístico. Não há espaço para o sujeito quando o que importa para realizar a análise em questão é o território da *langue*.

Como desdobramento das anteriores, a terceira e última dicotomia é a sincronia/diacronia. Em vista da ênfase que é dada ao território da estrutura normativa da língua⁶⁷, à *langue*, o seu aspecto diacrônico é conseqüentemente excluído, ou seja, omite-se do seu campo de investigação o processo histórico a partir do qual foi-se configurando as normas e regulamentos que regem presentemente a estrutura da língua, privilegiando-se, em seu lugar, o aspecto sincrônico, a-histórico. Porém, ainda que o aspecto diacrônico seja rechaçado como foco de atenção do objetivismo abstrato, os seus autores e autoras reconhecem que o sistema lingüístico transforma-se e evolui historicamente. Basta comparar a estrutura de uma língua em diferentes épocas e lugares, por exemplo, o português arcaico do século XVI e o contemporâneo, falados no Brasil, têm diferenças significativas nas suas formas sintáticas e fonéticas. A explicação para tais

⁶⁷ Embora Saussure utilize raras vezes o termo estrutura, preferindo sistema, entendemos, como Ibáñez, que o primeiro termo compõe adequadamente suas explicações sobre a *langue*.

transformações Saussure vai localizar nos erros individuais, ou seja, nos desvios e transgressões dos indivíduos ao uso correto da língua, pois, para ele,

“Fora da norma só há lugar para a transgressão, mas não para uma outra norma, contraditória (razão pela qual não poderia existir ‘tragédia’ lingüística). Se a transgressão não é percebida como tal e, por isso mesmo, não é corrigida, e se existe um terreno favorável para a generalização do erro, então este desvio torna-se a nova norma lingüística” (Bakhtin, 1999, p. 81).

Há, portanto, nesta orientação de pensamento, um fosso profundo, um grande hiato que separa os aspectos sincrônico e diacrônico da língua, caracterizando-os como dotados de naturezas completamente distintas, e com princípios, com norteadores lógicos, absolutamente não comuns. Ou, como diz Bakhtin: *“se nós reconhecemos uma como sendo lógica, então a outra deve ser definida como alógica, isto é, como a negação pura e simples da lógica estabelecida” (idem, p. 80).* E vale lembrar ainda que, como se afirmou mais acima, segundo esta orientação, é para a primeira, a sincronia, o aspecto a-histórico da língua, que deve-se voltar a atenção investigativa, uma vez que tão somente este aspecto pode ser analisado e apreendido pela Lingüística por meio de critérios científicos.

Para concluir a breve apresentação do objetivismo abstrato, citaremos o elenco de proposições que Bakhtin (idem) resume como sendo posições fundamentais para a sua caracterização:

- “1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas lingüísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta;*
- 2. As leis da língua são essencialmente leis lingüísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos lingüísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva;*
- 3. As ligações lingüísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base dos fatos lingüísticos, nenhum motor*

ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico;

4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente esses atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si” (p. 82-83).

Como anunciado no início deste capítulo, Bakhtin argumenta criticamente para desconstruir ambas as orientações acima descritas. Para ele, o fenômeno lingüístico é obrigatoriamente atravessado e constituído (assim como constitui, estabelecendo-se uma relação dialética), e, assim sendo, inseparável de seu conteúdo ideológico, bem como da configuração histórica e social na qual se orienta. Dissociar a língua destes elementos é um grande equívoco dos autores e autoras do objetivismo abstrato, visto que, definindo-a assim, a abstraem de sua prática viva, de sua ação e uso concretos, ou seja, da língua enquanto discurso-enunciado⁶⁸. De outro lado, contrariamente aos autores e autoras do subjetivismo idealista, Bakhtin (1988) discorda terminantemente da asserção que estes(as) fazem da consciência e dos atos de fala individuais como sendo o lugar privilegiado de apreensão da natureza e das leis de funcionamento do fenômeno lingüístico, denominando tal atitude de “psicologização” da língua. Para o autor, a língua é caracterizada por sua propriedade dialógica; diz ele sobre isso:

“A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em

⁶⁸ É importante frisar, mais uma vez, que Saussure faz uma diferença entre língua e linguagem (discurso, ou fala), sendo a língua a estrutura normativa, sempre reiterável, sincrônica portanto, e a linguagem o elemento histórico, não reiterável, diacrônico e resultante dos atos de fala individuais. Bakhtin, no entanto, como já dito acima, não compactua com tal orientação, entendendo que a língua não pode ser abstraída de sua natureza social e histórica, e para que sua concepção não seja confundida com a Lingüística tradicional, denomina-a de Metalingüística. Diante disso, a partir de agora, neste texto, quando for utilizada a palavra língua referir-se-á à sua concepção bakhtiniana, ou metalingüística.

todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa” (p. 88).

A orientação dialógica a qual se refere, é desmembrada em duas características distintas, mas que se interpenetram mutuamente: pelo diálogo entre diferentes interlocutores(as) e pelo diálogo do texto (ou discurso) em questão com outros textos (ou discursos). Com relação ao diálogo entre diferentes interlocutores(as), Barros (2001) chama a atenção para a existência de quatro aspectos, a saber:

“a) A interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem. Nesse sentido, Bakhtin, embora dela se distancie em muitas outras questões, aproxima-se da lingüística saussuriana. Uma das rupturas, ou quem sabe a ruptura principal da lingüística saussuriana foi, sem dúvida, a de reconhecer que a língua é fundamentalmente um instrumento de comunicação, opondo-se dessa forma às concepções anteriores dos comparatistas e das gramáticas gerais (...) Porém, Bakhtin vai mais longe do que os lingüistas saussurianos, pois considera não apenas que a linguagem é fundamental para a comunicação, mas que a interação entre os interlocutores funda a linguagem;

b) O sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos, ou seja, constroem-se na produção e na interpretação dos textos;

c) A intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto;

d) (...) Bakhtin aponta dois tipos de sociabilidade: a relação entre sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e a dos sujeitos com a sociedade (o indivíduo é um ser originalmente social e o locutor é um ser social). Sua noção de sujeito é a de sujeito social, caracterizado por pertencer a uma classe social e em que dialogam os diferentes discursos da sociedade” (p. 27-28).

No tocante ao diálogo do texto com outros textos, o autor ensina que toda palavra, todo discurso, todo texto é sempre perpassado pela(s) palavra(s), pelo(s) discurso(s), pelo(s) texto(s) de outrem; ou seja, toda pessoa, mesmo quando em momentos de solidão reflexiva, “pensando com

seus botões”, ou escrevendo em seu diário íntimo “mensagens para si mesma”, considera, conscientemente ou não, o discurso de outrem para confeccionar o seu. Ela é, assim, sempre respondente. Como diria Bakhtin (1988):

“Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que dela pode se afastar” (p. 88).

Todo discurso configura-se como uma entrançada, como uma trama polidiscursiva, cujas fronteiras de separação entre um e outro(s) dos discursos que a compõe, conforme o lugar sócio-histórico e estratégia de uso, podem ser mais ou menos evidentes, mais ou menos marcadas.

Procurando esclarecer melhor esta dialogia entre discursos – que Kristeva, com bastante felicidade, denomina intertextualidade –, e entre interlocutores(as), Bakhtin lança mão dos conceitos de voz e endereçamento. Com o conceito de voz, o autor procura marcar o fato de que um discurso, um enunciado, é sempre expresso (escrito ou oralmente) através de uma consciência falante, com intencionalidades e uma visão de mundo; é sempre expresso através de uma voz (Wertsch, 1991). Porém, uma voz nunca é isolada, nunca é dissociada de outras vozes, sua existência só é possível como resultado das interações com outras vozes; ela sempre produz um enunciado tendo como alvo certa direção, certo endereçamento, outra(s) voz(es), por assim dizer. Seja nas situações de diálogo conversacional, onde ambas as vozes estão simultaneamente interagindo, seja nas situações de interação mediada, ou quase mediada, das quais se refere John Thompson (1995; 1999; 2002), ou solitariamente em resposta a discursos imaginários ou internalizados, lidos ou ouvidos em algum momento da vida, todo(a) locutor(a) opõe sempre uma “contrapalavra”, no dizer de Bakhtin, à palavra de outrem.

Se de um lado, o conceito de voz torna mais claro o que o autor pretende em sua teoria com o termo dialogia, de outro lado, ele pode proporcionar mal entendidos, tal qual uma aproximação confusa com o subjetivismo idealista. Em outras palavras, pode levar a concluir que, de certo modo,

abraça a ênfase dada por esta orientação às psicologias individuais como sendo os fios preponderantes no processo de confecção do tecido lingüístico. Bakhtin supera esta possível confusão ao lançar mão dos conceitos de linguagens sociais e gêneros de fala. Com tais conceitos, ele apresenta a orientação dialógica como um campo extremamente dinâmico que contempla, no cotidiano das interações intevoces, a presença simultânea das singularidades das consciências falantes (e ouvintes e respondentes, e, obviamente, compreensivas e compreensíveis) e das tipologias discursivas, ou seja, das normas e regulamentos discursivos – formal ou informalmente – estabelecidos, conforme as circunstâncias de uso. Como diz o autor:

“Naturalmente, se visto de maneira isolada, cada enunciado é individual, todavia, cada campo em que a linguagem é utilizada desenvolve enunciados típicos e relativamente constantes. A estes chamamos gêneros de fala” (1994, apud Spink e Menegon, p. 11, no prelo).

Como parcialmente já se colocou no parágrafo acima, tanto as linguagens sociais como os gêneros de fala remetem às regularidades discursivas utilizadas pelas pessoas para produzirem seus enunciados nas diferentes composições dialógicas. As linguagens sociais referem-se às peculiaridades relativamente regulares, aos pacotes discursivos, que cada classe, categoria ou camada social acessa em determinada época e lugar, ou seja, é *“um discurso peculiar à uma certa camada da sociedade (profissional, faixa etária etc) em determinado sistema e em determinado momento” (Holquist e Emerson, 1981, apud Wertsch, p. , 1991)*. Já os gêneros de fala referem-se às situações e temas típicos do dia-a-dia no processo dialógico; por exemplo, ao encontrar-se com uma pessoa conhecida e cumprimentá-la utiliza-se de um conjunto de repertórios discursivos próprios para aquela situação, sob o risco de estranhamento por parte do(a) interlocutor(a), em caso de não se utilizá-los adequadamente.

Não se pode deprender disso, porém, uma existência independente e autônoma de tais pacotes discursivos – as linguagens sociais e os gêneros de fala –, como se fossem balões de palavras e frases prontas, iguais aos das histórias em quadrinhos, esperando seus personagens serem desenhados para, então, naqueles se encaixarem e, utilizando-os tal qual, confeccionarem seus diálogos. Tal não é possível, pois qualquer que seja o personagem em questão, embora sempre

utilize dos repertórios discursivos presentes nas linguagens sociais e gêneros de fala, apropria-se dos mesmos de maneira única, posto que tudo que se diz, se escreve, se pensa, se compreende, tudo o que, de algum modo, é vivenciado dialogicamente, enfim – e, para Bakhtin tudo o que é vivenciado pelo ser humano o é dialogicamente –, é determinado pelo lugar onde se está sócio-historicamente posicionado. Melhor dizendo, esclarece Machado (1997):

“Existe uma lei do posicionamento regulando a percepção humana: tudo o que é percebido só pode ser percebido a partir de um único ponto dentro de uma estrutura que agrega muitos pontos de visão. Nesse sentido, a percepção abriga um paradoxo: embora cada ser ocupe um único lugar na existência, ele nunca está sozinho. Por trás desse pensamento encontra-se a noção de como um eu é levado a se perceber na categoria do outro” (p. 149-150).

De fato, Bakhtin ensina que toda relação dialógica dá-se por meio de três dimensões que se apresentam de maneira simultânea e interrelacionadas. Tais dimensões ele denomina “*eu para mim*”, “*do outro para mim*”, “*do eu para o outro*”, as quais, no conjunto, possibilitam a emergência de um olhar extraposto, de um meta-olhar, um olhar que apreende para além de mim, ou seja, para além do que me oferece o posicionamento em que estou ao mirar, ao experimentar, ao vivenciar, ao apreender o que quer que seja, através da interação dialógica com outrem – concretamente presente ou não. Esclarece Machado (idem) acerca disso:

“Aquilo que constitui o campo de visão de um, excede o campo de visão de outro. Uma pessoa só vê aquilo que está fora dos limites da visão do outro. Assim, os pontos de vista simultâneos se completam na formação do todo, o evento dialógico” (p. 151).

Todo que, por seu turno, não é nunca acabado, mas apenas potencialmente, pois Bakhtin, ao coser, com brilhantismo, seu tecido teórico, no qual contempla a presença simultânea das singularidades e das hibridizações discursivas materializando – e se materializando – o universo de existência humana, indica-a como uma existência dinâmica e dialética – e não no sentido finalista, da produção de sínteses, mas no sentido da multiplicidade concomitante e em constante tensão e

difusão das diversas versões e inter-versões das experiências – e, portanto, histórica, social e mediada ideologicamente. Inacabada, por assim dizer.

b) As Abordagens de Análise de Discurso não Críticas segundo Fairclough

Começamos pela abordagem da Etnometodologia. Criada com motivação crítica, dirigida à Sociologia hegemônica da época, por Harold Garfinkel a partir de sua obra *Studies in Ethnomethodology*, de 1967, a Etnometodologia interessa-se por investigar e entender as crenças, as práticas, os comportamentos do senso comum, em suma, o dia-a-dia das atividades corriqueiras da vida das pessoas em seus mundos ordinários, tendo em vista considerar serem nestes espaços sociais onde a organização social é continuamente criada e recriada. Em estudo no qual a descreve analiticamente, Coulon (1995), citando Pollner (1974), afirma: “*Onde outros vêem dados, fatos, coisas, a etnometodologia vê um processo através do qual os traços da aparente estabilidade da organização social são continuamente criados*” (p. 31).

Para tornar possível este mergulho investigativo no mundo cotidiano, a Etnometodologia lança mão de alguns conceitos importantes, a saber, os conceitos de indexicalidade (ou indicialidade), reflexividade e *accountability*. Com o primeiro, concebe a linguagem como elemento determinante da vida social. Vale sublinhar que a noção de linguagem que aqui é referida diz respeito ao seu aspecto prático, como ação social, distinta da noção defendida pelos gramáticos e lingüistas clássicos⁶⁹. Assim: “*Uma pessoa conversa com as outras, recebe ordens, responde a perguntas, ensina, descreve livros de sociologia, vai ao mercado para as compras, compra e vende, mente e trapaceia, toma parte em reuniões, faz entrevistas, tudo isso usando a mesma língua*” (Coulon, 1995, p. 32), além das mesmas palavras que, por sua vez, são compostas por um repertório de letras igualmente semelhantes. Não há dúvida que as palavras tenham significados que ultrapassam suas circunstâncias situacionais, elas são dicionarizáveis. Não fosse assim, a

⁶⁹ Alguns deles foram revisados no início deste capítulo.

intercomunicação entre as pessoas seria um ato deveras difícil e bastante menos rico e complexo. No entanto, essas mesmas palavras também são sensíveis às situações nas quais são utilizadas, por onde se definem as orações e frases, as entonações na forma de expressão, os gestos, as expressões faciais, todos construídos especificamente nos instantes de interação entre tantas outras possibilidades de construção. Destarte, ainda que exista um significado trans-situacional para cada palavra a ser utilizada (seu aspecto dicionarizado), o seu sentido em uso só pode ser apreendido quando indexado à situação particular de interrelação lingüística. Para tornar ainda mais claro a noção de indexicalidade, Coulon cita o exemplo do filme *Citizen Kane*, de Orson Welles, a partir do qual afirma:

“O filme é inteiramente construído em torno da busca do significado dessa palavra (rosebud), o autor do roteiro nos arrasta para diversos caminhos que logo se verificam serem impasses e, no momento em que se vai renunciar, como as personagens do filme, a compreender, pode-se entrever, nos últimos segundos do filme, a palavra escrita no pequeno trenó de Kane, quando criança, que acaba de ser lançado ao fogo pelos encarregados da mudança. Só então é que se pode compreender o sentido e o caráter pungente dessa última palavra de Kane, depois de se perder em interpretações intermináveis e não satisfatórias, presos nos meandros do caráter irremediavelmente indicial do discurso e da ação” (idem, p. 34).

Com o conceito de reflexividade, Garfinkel procura desmontar uma idéia presente na Sociologia clássica que, no seu entendimento, concebe o ser humano como idiota social, ou seja, como mero reprodutor das determinações das estruturas e instituições sociais. Para o autor, há uma racionalidade clara nas ações e relações das – e entre as – pessoas nos seus cotidianos, que se traduz numa reflexividade ordinária, pragmática, quase que “um reflexo racional”⁷⁰, cuja função é

⁷⁰ Quer-se dizer com isso que tal racionalidade não é atravessada pela conscientização clara do significado das ações que se realiza. Do contrário, seria impraticável a vida cotidiana, sempre mediada e interrompida nas suas atividades e desenvolvimento diários pela busca por uma reflexão consciente do que se faz. Diz Coulon sobre isso: “Quando se diz que as pessoas têm práticas reflexivas, isto significa que refletem sobre aquilo que fazem. Os membros não têm evidentemente consciência do caráter reflexivo de suas ações. Seriam incapazes, caso disso tomassem consciência, de dar prosseguimento às ações práticas a que se entregam. Como o frisa Garfinkel,

compreender o sentido presente nos códigos sociais dos diversos espaços sociais nos quais nos inserimos no dia-a-dia de nossas vidas, para que neles atuemos coerentemente. Mas atuar coerentemente não significa adequar-se para reproduzir tais códigos exatamente como são prescritos, seguindo suas determinações tais quais, pois nas interações em meio aos âmbitos interpessoais e/ou institucionais os atores envolvidos negociam constantemente posições no entretanto relacional, trazendo em cena o repertório sógnico⁷¹ e mnêmico de cada qual para interpretar e responder aos sentidos produzidos na interação em questão. Assim, conforme o âmbito de interlocução, bem como os atores envolvidos, um mesmo evento, como, por exemplo, a explosão de um edifício público, pode ser descrito como terrorismo ou como ação revolucionária; o sentido que prevalecerá, segundo os etnometodólogos, será resultado das negociações discursivas.

Depreende-se disso que, para os etnometodólogos, mediante a reflexividade, o ato de descrição discursiva das coisas, dos eventos, das experiências, o processo de negociação dos sentidos que delas emergem e os posicionamentos e reposicionamentos adquiridos em relação às mesmas em meio às interações no cotidiano da existência, constituem, simultaneamente, realidades e reorganizam o quadro social continuamente (Giddens, 1997). Não existe realidade prévia e independente das interações sociais e das práticas discursivas. Como diz Coulon (1995):

“No decorrer de nossas atividades ordinárias, não prestamos atenção ao fato de que ao falar construímos ao mesmo tempo, enquanto fazemos nossos enunciados, o sentido, a ordem, a racionalidade daquilo que estamos fazendo naquele momento. As descrições do social se tornam, assim que proferidas, partes constitutivas daquilo que descrevem” (p. 41).

O conceito de *accountability*, por fim, tem íntima relação com o anterior, o de reflexividade. Pode-se concluir isso procurando no dicionário o significado da palavra *account*. No dicionário Webster's (1996), pode-se ler que *account* quer dizer “*narrativa, narração, relato; explicação; razão, causa*”. E *accountable* significa “*responsável; explicável*”. *Accountability*, portanto, pode ser traduzido como o ato de narrar, relatar, explicar; em outras palavras, como o ato de dar conta de

os membros se desinteressam pelas circunstâncias práticas e ações práticas enquanto temas. Não se preocupam em teorizar e consideram essa reflexividade como algo evidente” (1995, p. 41).

⁷¹ Que Potter e Wetherell mais tarde denominarão repertório interpretativo.

entender e comunicar a vida, a realidade social, as experiências vividas, a si próprio(a). Ato que, sustentado e norteado por essa competência reflexiva a qual nos referimos há pouco, ao dar conta de interpretar e comunicar a vida vivida para si mesmo(a) e para outrem, a constrói e reconstrói permanentemente (Giddens, 1997).

A segunda abordagem a ser aqui discutida é a Análise Conversacional. Tal abordagem, fundada por Harvey Sacks em meados dos anos 1960, é uma derivação da Etnometodologia que visa, especificamente, compreender e discorrer sobre os métodos e procedimentos utilizados e desenvolvidos pelas pessoas, de modo a interpretar e criar as seqüências e turnos de fala no processo conversacional no qual se envolvem – em particular, nas situações informais (Silverman, 1998). Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), debruçando-se na investigação sobre como os falantes se alternam nas seqüências e turnos de fala, propõem um conjunto de regras no qual as pessoas orientariam-se cotidianamente nos processos conversacionais. São elas:

“(...) os praticantes da conversação constroem seus turnos com unidades, tais como a frase complexa, a frase simples, o sintagma, e mesmo a palavra, e os participantes são capazes de determinar qual é essa unidade e predizer, com grande precisão, seu ponto de completude. As regras são ordenadas em: 1) o falante atual pode selecionar o próximo falante; 2) se isso não ocorrer, o próximo falante pode auto-selecionar-se, iniciando a produção de um turno; 3) se isso não ocorrer, o falante atual pode continuar. Sacks, Schegloff e Jefferson argumentam que essas regras dão conta de muitos aspectos observados da conversação: que as sobreposições entre os falantes ocorrem, mas geralmente são breves; que ocorre um grande número de transições entre os turnos sem lacuna e sem sobreposição, e assim por diante. Apesar da generalidade das regras, elas permitem variação considerável em aspectos como a ordem e a duração dos turnos” (Fairclough, 2001, p. 37).

Como decorrência destas regras que organizariam os turnos de fala, os analistas de conversação concluem pela existência do que se pode chamar de efeito seqüencial no processo conversacional, isto é, a pressuposição de que um enunciado produzido por um dos falantes, determinará necessariamente limites de possibilidades de construção do enunciado subsequente, se

se quer pensar no estabelecimento de uma conversação inteligível. Assim, se me dirijo para alguém e digo “bom dia!”, as possibilidades de resposta desta outra pessoa para o meu enunciado não serão absolutamente livres, mas regidas por uma reflexividade pautada num senso de coerência e inteligibilidade apreendido no processo de socialização discursiva que enquanto humanos vivemos.

A terceira abordagem desse primeiro grupo que enfatizam os aspectos microssociais do fenômeno lingüístico é o ramo da Psicologia Social Construcionista desenvolvida por Jonathan Potter e Margaret Wetherell⁷². Tais autores têm como mote problematizar e questionar tudo o que é dado como fato, como verdade, como realidade⁷³. Para tanto, procuram compreender como os fatos, as verdades e realidades, como tudo o que é dado, enfim, é construído socialmente. Como base epistemológica dessa orientação Potter, em *La Representación de la Realidad* (1998), lança mão de três aspectos analíticos; diz ele:

“Em primeiro lugar, o Construcionismo é anticognitivista. Seu interesse não é a construção entendida como um processo mental que comporta o aparato cognitivo de esquemas, armazenamento de recordações e representações sociais. Ainda que existam numerosas razões para evitar uma perspectiva como esta, uma das principais é que desvia a atenção de como se organizam os relatos fatuais e como se encaixam em interações particulares. Tanto se deriva da Psicologia Cognitiva (Neisser, 1976), como da teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1984), ou da Lingüística Crítica (Hodge e Kress, 1993), a teorização cognitiva tende a uma perspectiva individualista que se dissocia das práticas humanas nas quais se inscreve a construção de fatos” (p. 157).

Este primeiro aspecto vai de encontro à crítica à concepção realista e representacionista do conhecimento sobre a qual Rorty (1994), um de seus mais importantes críticos, argumenta em favor

⁷² Importante frisar que, como explica Peter Spink: “(...) a marca do Construcionismo é a ausência de traços paradigmáticos que comumente definem as fronteiras disciplinares e formam as epistemologias sociais (Fuller, 1991). Os(as) sócio-construcionistas podem reconhecer-se por suas suspeitas ante o *status quo*, por sua aversão às teorias normativas – incluindo, especialmente, a teoria crítica normativa – e por sua tendência a rir-se quando lhes apresentam algo como sendo inevitável, real e dado” (no prelo). Há vários ramos, portanto, de estudos, produções e concepções intelectuais dentro do que se denomina como Construcionismo – e dentro também do campo psicossocial do Construcionismo. Potter e Wetherell compõem um destes ramos.

⁷³ O que, como afirma Spink na nota anterior, permite qualificá-los como Construcionistas.

de seu abandono – ou desfamiliarização, como preferem Spink, M. J. e Menegon (1999) –, defendendo a transferência da localização do conhecimento dos espaços internos da mente para os espaços externos das experiências e interações sociais. Isso implica em adotar uma perspectiva em que o conhecimento é construído no processo das relações sociais, em conjunto, e não algo que se desenvolve e permanece depositado nos limites do mundo interno das pessoas (Spink, M. J. e Menegon, 1999).

O segundo aspecto apresentado por Potter (1998) se centra no discurso, quer dizer, na fala e nos textos enquanto práticas sociais, que ele assim justifica: “*O fato de centrar-se no discurso facilita reter a ordem do detalhe que intervém no estabelecimento da fatorialidade*” (p. 157). Para melhor compreender este segundo aspecto, vale esclarecer a concepção de discurso da qual parte. Na sua perspectiva, todo discurso tem uma função – consciente ou inconsciente –, isto é, todo discurso é uma ação social, cuja funcionalidade será determinada pelo seu processo de produção. Diz ele sobre isso: “*As pessoas fazem coisas com seus discursos, fazem acusações, perguntas, justificam sua conduta etc*” (Potter e Wetherell, 1996, p. 64). Assevera, assim, que o discurso nunca é neutro, pois ele não é um espelho que reflete a imagem veraz da realidade (Rorty, 1994), e sim é um produtor de realidades e fatorialidades no cotidiano de seu uso (Potter, Wetherell, Gill e Edwalds, 1990). Argumenta, ainda, que o discurso não é uma construção individual, embora possa se expressar pela boca e o pensamento de pessoas individualmente localizadas. Ele é uma construção coletiva, elaborada e reelaborada nas relações sociais, com propósitos e determinando efeitos nem sempre claros.

Tal definição leva-nos à perspectiva bakhtiniana, pois, para Bakhtin, todo discurso que se enuncia é sempre formado por outros discursos que nele se interpõem tornando-se uma trama discursiva, e sendo suscitado, no(a) falante, em resposta a outros discursos que trava no cotidiano de suas relações sociais. Com base nisso, Potter e Wetherell (1996) argumentam que toda ação ou prática discursiva, assim como todo processo de construção de sentido nela colada⁷⁴, organiza-se tendo como base o que os autores denominam como repertórios interpretativos, isto é, o conjunto de termos, figuras de linguagem, gêneros de fala, que nos processos de uso funcionam como

⁷⁴ Como já vimos, não há prática discursiva descolada da produção de sentido, ambos podem ser entendidos como um só evento.

substratos discursivos utilizados na construção de sentidos, interpretações e argumentações retóricas de cada um de nós.

O terceiro aspecto apresentado por Potter destaca que o processo de construção de fatos, realidades e verdades dadas organiza-se retoricamente. Explicando melhor, Potter utiliza-se da metáfora da guerra para afirmar que as narrativas descritivas que produzem socialmente verdades, organizam-se ora como retóricas ofensivas, ora como retóricas defensivas. Explica que as primeiras, as retóricas ofensivas, são dedicadas a argumentar criticamente e desconstruir narrativas existentes, no intuito de promover narrativas alternativas; e as últimas, inversamente, dedicam-se a argumentar em defesa de narrativas existentes. Mas ele alerta para a necessidade de se analisar ambas as vertentes – retóricas ofensivas e defensivas – duplamente e não isoladamente, pois ambas são estreitamente interrelacionadas. Para tanto, ele confecciona ainda uma outra denominação conceitual: aos discursos que constroem versões fatuais das experiências, dá o nome de discursos coisificadores, pois, diz Potter (1998):

“Coisificar significa converter algo abstrato em um objeto material (...) Os discursos coisificadores produzem algo como se fosse um objeto, seja este um acontecimento, um pensamento ou um conjunto de circunstâncias” (p. 141).

Aos discursos que desconstruem versões, nomeia discursos ironizadores; diz ele: *“O significado usual de ironia é utilizar palavras de maneira oposta a seu significado literal” (idem, ibidem)*. Para se lograr o objetivo de desconstruir, construir ou defender narrativas e descrições existentes, todo um conjunto de técnicas retóricas são corrente e corriqueiramente utilizadas na dinâmica das relações sociais, sejam elas travadas face a face ou mediadas (através de jornais impressos, televisão, rádio, *internet* etc). O recente embate retórico que se pôde acompanhar pelos meios de comunicação entre os simpatizantes da guerra contra o Iraque (encabeçados por Estados Unidos e Inglaterra) e os críticos a tal guerra (encabeçados por França, Alemanha e Rússia), é bastante ilustrativo a respeito. Nesse embate, podia-se notar que cada um dos lados, respectivamente, construía argumentos para alcançar seus propósitos de justificar e legitimar a iniciativa da guerra, de um lado, e desconstruir tal justificativa para deslegitimá-la, de outro. Era interessante notar os conteúdos narrativos que utilizavam para sustentar seus respectivos

argumentos. Expressões como defesa da liberdade ao povo iraquiano, fabricação de armas de destruição em massa que estariam sendo produzidas pelo governo de Saddam Hussein e que colocariam o mundo em perigo, defesa da democracia no Oriente Médio, foram alguns dos mais freqüentes argumentos utilizados pelos norte americanos e ingleses. Já aos que recriminavam a guerra, argumentos como, defesa da autonomia dos povos, do prazo mais longo para que os técnicos da ONU tivessem o tempo necessário para investigar a existência ou não das armas de destruição em massa no Iraque, da paz na região, além de acusações acerca de interesses sobre o petróleo iraquiano preponderando nas decisões para dar início à guerra, eram os mais comumente utilizados. Do conjunto destes argumentos retóricos de ambos os lados – ofensivos e defensivos, coisificadores e ironizadores – o Iraque, Saddam Hussein, o Oriente Médio e sua cultura, todo o universo, enfim, deste lugar social geopoliticamente distante⁷⁵ e que é alvo do embate retórico em questão ganha sentidos, verdades e materialidade fatural nos cotidianos do mundo ocidental.

Não obstante a originalidade destas abordagens e sua inegável contribuição para se debruçar nas minúcias de uma investigação que se utiliza da análise de discurso, Fairclough dirigi-lhes algumas críticas contundentes relativas à sua desconsideração – ou, ao menos, à valorização insuficiente – de elementos como o poder e a ideologia – contemplados por Bakhtin nas suas análises discursivas –, os quais perpassam pelos processos de construção dos discursos produzidos nos mais diversos âmbitos sociais. Entende o autor que tal fato se dá por serem abordagens minimalistas, ou seja, abordagens que, enfocando demasiadamente os detalhes imediatos das interações e conversações entre as pessoas, perdem de vista importantes elementos que delas participam e influenciam na sua configuração.

⁷⁵ Tendo como base a referência do mundo ocidental.

c) Uma Abordagem de Análise Crítica de Discurso segundo Fairclough: a(s) perspectiva(s) de Michel Foucault

Diferentemente das abordagens acima analisadas, as abordagens que Fairclough (2001) denomina como críticas enfocam os aspectos macrossociais para analisar os discursos. Como ele mesmo assevera:

“As abordagens críticas diferem das abordagens não críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso” (p. 31).

Como ressaltamos anteriormente, a abordagem escolhida para ocupar esta parte do tópico em questão é a de Michel Foucault. Mas, como recorda Ibáñez (1996), apresentar Foucault é uma tarefa bastante complexa, tendo em vista que em seu percurso investigativo posiciona-se a partir de diferentes perspectivas e de múltiplas maneiras na relação com o fenômeno que pesquisa: o processo de subjetivação do ente humano. Obviamente, não se tem a pretensão de esgotar aqui toda a complexidade da obra – ou das várias obras – de Foucault, pois, para tanto, necessitar-se-ia toda uma tese que abordasse exclusivamente esse objetivo. Dela, interessa-nos apenas o que contribui para ilustrar e esclarecer acerca da orientação teórico-metodológica de Norman Fairclough no que diz respeito à sua concepção de discurso e de análise de discurso, visto ser esta a base de sustentação do método seguido nesta pesquisa. Referindo-se às contribuições de Foucault para sua obra, Fairclough (2001) argumenta:

“O trabalho de Foucault representa uma importante contribuição para uma teoria social do discurso em áreas como a relação entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social” (p. 62), áreas, cujas abordagens não críticas, nas quais nos debruçamos há pouco, não concentram a devida atenção.

Malgrado a extensão e diversidade da obra de Foucault, recortar-se-á aqui as concepções de discurso e os métodos de investigação que ele desenvolve nos seus estudos sobre a arqueologia do saber e a genealogia do poder. Começemos com a arqueologia.

Nos seus estudos arqueológicos, Foucault procura entender as regras, os mecanismos e as condições de possibilidade para a construção e legitimação de discursos definidos social e institucionalmente como válidos e verdadeiros em determinadas épocas e lugares, isto é, ele procura investigar e descrever os regimes de verdade – sócio-historicamente cambiáveis – que conferem legitimidade a determinados discursos e não a outros. A delimitação de tais objetivos se orienta por uma visão constitutiva do discurso, ou seja, Foucault (2002) é extremamente crítico com noções representacionistas do discurso, a partir das quais imagina-se *“que o mundo nos apresenta uma face real e legível que teríamos de decifrar apenas” (p. 53)*, por meio de uma análise rigorosa do discurso. Ele é igualmente crítico aos que comungam noções essencialistas do discurso, a partir das quais deve-se interpretar os não ditos e os significados profundos escamoteados por detrás do que é aparente. Para o autor, o discurso deve ser entendido como prática discursiva, como ação social que constrói e reconstrói as sociedades continuamente, no decorrer de sua história, em seus diversos aspectos e dimensões de existência: nas identidades individuais e coletivas e suas possibilidades de inserção e posicionamento social, nas formas de conhecimento e suas definições de verdade, nas relações sociais e suas assimetrias, nas instituições, em suma, em todo o complexo de elementos que configura o processo organizativo de uma sociedade. Em sua concepção do discurso como prática discursiva, Foucault ainda sublinha que os discursos se organizam e se constituem dentro de uma sociedade – ou espaço social que se recorte para observação – através de relações de interdependência. Sobre isso, assevera Fairclough (2001), ao comentar sua obra:

“(...) os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam (...) e qualquer tipo de prática discursiva é gerada de combinações de outras e é definida pelas suas relações com outras práticas discursivas” (p. 64).⁷⁶

Para esclarecer melhor a concepção discursiva de Foucault e como se dá sua performance enquanto prática discursiva, vale mergulhar um pouco mais em sua obra, apresentando alguns conceitos-chave por ele criados, mais especialmente dois deles: os conceitos de formações discursivas e de modalidades enunciativas. Algumas vezes referidas como discursos pelo autor, as formações discursivas são responsáveis pela criação das condições que submetem e regulam os elementos de determinada “repartição discursiva” (Foucault, 1995). Melhor dizendo, elas são sistemas de regras que possibilitam a formação e disseminação de certos conjuntos de enunciados – e não outros – em determinados momentos históricos e espaços sociais e institucionais. Enunciados estes que dão existência – bem como reproduzem o já existente, transformam, extinguem e promovem a sua coexistência com outros conjuntos de enunciados de distintas repartições discursivas – a objetos, conceitos, sujeitos, verdades, entre outros. Foucault (1995) utiliza-se do exemplo da construção da loucura pelo discurso da psicopatologia para ilustrar tal processo; diz ele:

“No domínio com o qual a psicopatologia se ocupou no século XIX, vemos aparecer, muito cedo (desde Esquirol), toda uma série de objetos pertencentes ao registro da delinquência: o homicídio (e o suicídio), os crimes passionais, os delitos sexuais, certas formas de roubo, a vagabundagem e, depois, através deles, a hereditariedade, o meio neurógeno, os comportamentos de agressão e de autopunição, as perversidades, os impulsos criminosos, a sugestibilidade etc. Não seria adequado dizer que se trata das conseqüências de uma descoberta: descoberta feita, um belo dia, por um psiquiatra, de uma semelhança entre condutas criminosas e comportamento patológico; revelação de uma presença dos sinais clássicos da alienação em certos delinqüentes. Tais fatos estão além da pesquisa atual: o problema, na realidade, é saber o que os tornou possíveis e como essas ‘descobertas’

⁷⁶ Pode-se ver aqui uma contribuição clara de Bakhtin, com sua noção de dialogia (e intertextualidade), nesta definição da gênese e confecção das práticas discursivas defendida por Foucault.

puderam ser seguidas de outras que as retomaram, corrigiram, modificaram ou eventualmente anularam” (p. 49)

E continua mais adiante:

“Se, em nossa sociedade, em uma época determinada, o delinqüente foi psicologizado e patologizado, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, deve-se ao fato de que, no discurso psiquiátrico, foi empregado um conjunto de relações determinadas. Relações entre planos de especificação, como as categorias penais e os graus de responsabilidade diminuída, e planos psicológicos de caracterização (as faculdades, as aptidões, os graus de desenvolvimento ou de involução, os modos de reagir ao meio, os tipos de caracteres adquiridos, inatos ou hereditários). Relação entre a instância de decisão médica e a instância de decisão judiciária (...) Relação entre o filtro constituído pela interrogação judiciária, as informações policiais, a investigação e todo o aparelho de informação jurídica, e o filtro constituído pelo questionário médico, os exames clínicos, a pesquisa dos antecedentes e as narrações biográficas. Relação entre as normas familiares, sexuais, penais, do comportamento dos indivíduos, e o quadro dos sintomas patológicos e doenças de que eles são os sinais. Relação entre a restrição terapêutica no meio hospitalar (...) e a restrição punitiva na prisão. São essas relações que, atuando no discurso psiquiátrico, permitiram a formação de todo um conjunto de objetos diversos” (idem, p. 50).

Note-se, aqui, que Foucault privilegia as instâncias de interação entre os discursos, sejam entre os que compõem o conjunto de uma determinada ordem discursiva⁷⁷, sejam entre os pertencentes a diferentes ordens discursivas. Tal escolha se explica por ser em tais instâncias – cambiantes sócio-historicamente, podendo, eventualmente, serem extintas – que se pode apreender os processos que vão dando forma – mas também transformando e ou extinguindo – a objetos, conceitos, verdades, sujeitos, estratégias de poder etc.

⁷⁷ Que se refere ao conjunto total das práticas discursivas pertencentes à determinada instituição ou organização social e suas interações.

Através da noção de modalidades enunciativas⁷⁸, Foucault concebe o sujeito como um ser fragmentado, como um efeito das diversas modalidades de enunciação nas quais, de uma ou outra maneira, se imiscui e enreda-se. Em outras palavras, para o autor:

“o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, como a origem do enunciado (seu autor/sua autora), mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado” (Fairclough, 2001, p. 68).

Ele é, portanto, sempre posicionado pelos discursos, e não apenas pelos que expressa, mas também pelos que se dirigem a ele. Por isso, para Foucault (1995), o sujeito é um ser fragmentado, pois conforme os lugares sociais e institucionais que esteja ocupando diferentes modalidades discursivas o irão trespassar, posicionando-o diferentemente. Como ele mesmo diz:

“(…) as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva (...) O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É uma exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (p. 61-62).⁷⁹

Enveredando para o campo de seus estudos genealógicos, Foucault acrescenta o poder às suas reflexões sobre o discurso, ou seja, importa ao autor, nestes estudos, investigar os sistemas, modalidades e estratégias de poder que se fazem presentes – produzindo implicações – pelas vias discursivas. Foucault interessa-se por estudar o poder em função de sua onipresença nas sociedades

⁷⁸ Definidas como os variados tipos de atividades discursivas, sendo que em cada uma delas o sujeito é posicionado de modo distinto.

⁷⁹ As palavras em itálico são de responsabilidade do autor da citação.

contemporâneas. Para o autor, o poder abrange e regula todos os níveis da vida social cotidiana. Como diz Fairclough (2001), referindo-se à obra de Foucault:

“O caráter do poder nas sociedades modernas está ligado aos problemas de controle das populações. O poder é implícito nas práticas sociais cotidianas, que são distribuídas universalmente em cada nível de todos os domínios da vida social e são constantemente empregadas” (p. 75).

Para Foucault (2002), existem três modalidades de poder que, por seu turno, materializam-se pela via discursiva: a interdição, a segregação e a vontade de verdade. A primeira, mais evidente, caracteriza-se pelo direito – ou não – de falar; nas palavras do autor: (...) *“Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu de objeto, ritual de circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (p. 9)*, três formas de interdição que se interrelacionam mutuamente, formando uma malha complexa e sócio-historicamente cambiante. Instituições e lugares sociais, como escolas, hospitais e organizações empresariais, por exemplo, onde as relações entre professores e alunos, entre médicos e pacientes, entre patrões e empregados ocorrem corriqueiramente, e dentro das quais o direito de quem pode falar, bem como o que e quando se pode falar é tão marcadamente delimitado, são ilustrativas deste tipo de modalidade de poder⁸⁰.

A segunda modalidade, a segregação, Foucault (2002) a exemplifica com a oposição, presente desde a Idade Média, entre razão e loucura. Diz ele sobre isso: “

(...) É curioso constatar que durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade. Ou caía no nada – rejeitada tão logo proferida; ou então nela se decifrava uma razão ingênua ou astuciosa. De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela não existia” (idem, p. 11).

⁸⁰ Claro está que a interdição é presente em variados tipos de contextos, situações e instituições da vida social, não apenas nas acima citadas.

Além da oposição entre razão e loucura, pode-se pensar em outros espaços sociais e instituições onde esta modalidade de poder se faz presente, como nos cárceres, ou mesmo nas sociedades ditas democráticas, mas sob a égide da democracia burguesa e, portanto, eleitoral e representativa, a partir da qual alguns poucos (os eleitos) falam em nome de todo um povo, não obstante sua complexidade, inúmeras singularidades e diferenças.

A terceira modalidade de poder apontada por Foucault é a vontade de verdade. Tal modalidade exerce sobre as outras uma pressão e coerção contínuas, fortalecendo-se na mesma proporção em que as demais fragilizam-se. Isto se explica devido a uma transformação qualitativamente importante no exercício do poder nas sociedades modernas, que o autor denomina como poder disciplinar moderno. Explicando melhor, o poder disciplinar – diferentemente do que ocorria nas sociedades feudais, nas quais o poder e sua encarnação, através do soberano, era propositadamente explicitado e visível aos súditos, os quais eram controlados por meio de ações ou ameaças de ações repressivas e coercivas – tem como estratégia manter-se invisível, inaudível, intocável e, ao mesmo tempo, incitar a construção e liberação de ações positivas e propositivas aos sujeitos e organizações sociais dentro e em torno aos quais os seus grandes e discretos tentáculos estão presentes. Foucault, assim, chama a atenção para o fato de que o poder, embora ainda esteja presente na sua forma autoritária, de negação do outro e da fala do outro através da demonstração explícita de sua força – como ocorre nas modalidades de interdição e segregação –, é mais e mais vivificado através de suas engrenagens sutis em meio à arquitetura dos espaços institucionais – como nas escolas, prisões, organizações de trabalho, hospitais, cidades, entre outros –, dos processos de socialização – nas famílias, bem como nos diversos espaços de interação face a face e mediada – os quais atuam, decisivamente, na conformação de corpos cada vez mais dóceis às demandas do capital e na confecção de subjetividades individuais dos homens e mulheres modernos(as), cujo senso de orientação é agora norteadado, fundamentalmente, por valores da norma, valores estabelecidos historicamente pelo exercício de um poder invisível e que se organiza, se vivifica e se potencializa partindo das bases das relações sociais até o centro de gestão político-econômica. Como assevera Fairclough (2001), em reflexão sobre sua obra:

“O poder não funciona negativamente pela dominação forçada dos que lhe são sujeitos; ele os incorpora e é produtivo no sentido de que os molda e reinstrumentaliza, para ajustá-los a suas necessidades. O poder moderno não foi imposto de cima por agentes coletivos específicos (por exemplo, classes) sobre grupos e indivíduos; ele se desenvolveu debaixo em certas microtécnicas (...), as quais emergiram em instituições, como os hospitais, as prisões e as escolas no princípio do período moderno. Tais técnicas implicam uma relação dual entre poder e conhecimento na sociedade moderna: por um lado, as técnicas de poder são desenvolvidas na base do conhecimento que é gerado, por exemplo, nas ciências sociais; por outro lado, as técnicas são muito relacionadas ao exercício de poder no processo de aquisição de conhecimento” (p. 75).

As principais técnicas de poder estudadas por Foucault são o exame e a confissão. Ambas são complementares no processo de efetivação das ações do poder disciplinar moderno na sociedade atual. O exame – no qual se incluem os exames médico, educacional, de reconhecimento de pertença a determinadas ordens disciplinares (do campo da ciência, da religião, entre outros), bem como as entrevistas e questionários largamente utilizados em situações e de maneiras as mais diversas – é uma técnica que atua no sentido de objetificar as pessoas, pois apreende agrupamentos extremamente extensos e os arquiva de modo a enquadrá-los individualmente, mas a partir de critérios e procedimentos normalizadores (Foucault, 1991). Em outras palavras, através do exame pode-se fazer do indivíduo um objeto de análise e de construção de conhecimento disciplinar⁸¹, e ao mesmo tempo produzir conhecimentos genéricos – como os levantamentos epidemiológicos e estatísticos – sobre as populações de diferentes regiões.

Quanto à confissão – que inclui não apenas a confissão religiosa, mas também as diversas formas de aconselhamentos médico, psicológico e educacional, assim como toda a gama de artifícios de escuta que incitam a fala compulsiva sobre si e sobre as próprias experiências (em especial, observa Foucault, no que diz respeito à sexualidade) – é uma técnica, cujo efeito final é tornar as pessoas mais e mais expostas ao poder disciplinar. Confessa-se para libertar-se das garras do domínio moral de um poder autoritário e repressivo, acredita-se, mas em se fazendo isso,

⁸¹ No sentido, aqui, de disciplina de conhecimento, seja do ramo da ciência, da política, entre outras.

mergulha-se docilmente e por iniciativa própria nos tentáculos de um regime de poder bem mais eficaz e dominador, porque difuso e invisível na sua materialização e intencionalidade (Foucault, 1988).

Foucault localiza ambas as técnicas de poder acima apresentadas como de extrema relevância para compreender os discursos da sociedade contemporânea, tendo em vista que estes são progressivamente colonizados por aquelas. De fato, da publicidade aos discursos políticos, dos artigos jornalísticos aos programas de rádio e televisão, das produções acadêmicas às obras literárias, das conversas cotidianas nos cantos e recantos das cidades e do campo às práticas e orientações das administrações laborais e de serviços públicos. Em suma, nos mais diversos espaços sociais, organizacionais e institucionais, pode-se constatar, assevera Foucault, a crescente presença destes gêneros de fala contaminando e colonizando as suas respectivas ordens de discurso.

Malgrado a declarada importância que dá Fairclough à produção de Foucault, utilizando-se de algumas de suas concepções e conceitos, não o poupa de alguns comentários críticos, principalmente no tocante aos seus estudos genealógicos. Assim, para Fairclough, embora Foucault enfatize a natureza constitutiva do discurso, bem como seu caráter intertextual – e neste ponto assemelha-se tanto à concepção de Bakhtin como a das abordagens não críticas do discurso –, ele perde de vista a dialética que perpassa a relação entre as práticas discursivas nos seus processos de luta hegemônica e negociações de sentido.

Fairclough localiza esta desconsideração da dialética no processo constitutivo do qual atuam os discursos nos trabalhos de Foucault, na despreocupação deste autor em voltar-se também para a análise de textos concretos, ou seja, textos construídos nos – e a partir dos – embates e tensões cotidianos nos quais a *praxis* e os movimentos da vida social constroem-se e reconstroem-se continuamente. Assim, é bastante curiosa a utilização que faz Foucault do conceito de práticas discursivas, definindo-a “(...) de forma confusa como regras que subjazem à prática real” (Fairclough, 2001, p. 83), ou melhor, como sistema de regras que possibilita a formação de determinadas práticas, comportamentos e condutas – e não apenas discursivas. Ele se volta, portanto, para a estrutura – principal alvo de atenção de seus estudos arqueológicos e genealógicos

– mesmo quando pretende referir-se às ações e práticas cotidianas, limitando uma visão mais dinâmica do processo de construção de sentidos no cotidiano da existência social.

Decorrente desta maior atenção à estrutura para explicar a dinâmica da vida cotidiana nos seus diversos ramos e dimensões, a noção de poder em Foucault torna-se unilateral e esmagadora, propiciando a percepção, na maior parte de sua obra, de um total desamparo por parte das pessoas com relação ao poder, o qual penetra por todas as entranhas da vida social e dos universos intersubjetivos, apropriando-se, inclusive, das construções de resistência a ele, como nos diversos movimentos sociais que mobilizam-se mundo afora. A perspectiva de mudança social na obra de Foucault fica bastante reduzida, se não completamente obstruída, a não ser que ocorra por iniciativa do próprio sistema de poder dominante.

Para finalizar este tópico, pode-se concluir que se as abordagens não críticas de análise do discurso, como referimos anteriormente, são insuficientes por concentrarem-se demasiadamente nos aspectos textuais – falados e escritos – perdendo de vista âmbitos mais amplos por onde se entrecruzam elementos que participam efetivamente na construção de tais textos, como poder e ideologia, por exemplo, bem como a sua gênese histórica – impossíveis de serem apreendidos com as lentes minimalistas de tais abordagens –, nas abordagens críticas – aqui destacadas a partir do trabalho de Foucault – sua insuficiência localiza-se no extremo oposto, ou seja, numa ênfase demasiada no âmbito estrutural, perdendo de vista os aspectos textuais concretos do discurso.